

TÓPICOS EM

Ciências Sociais



Volume 1



Editora Poisson

Editora Poisson

Tópicos em Ciências Sociais Volume 1

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2019

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Msc. Fabiane dos Santos Toledo
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T674

**Tópicos em Ciências Sociais - Volume 1/
Organização Editora Poisson - Belo
Horizonte - MG: Poisson, 2019**

Formato: PDF

ISBN: 978-85-7042-093-0

DOI: 10.5935/978-85-7042-093-0

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais 2. Sociedade.
3. Educação I. Título

CDD-300

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

www.poisson.com.br

contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: “Camelôs” da reforma agrária: conflito de terras em Oriximiná (PA) 6

Wilson Madeira Filho
Joaquim Leonel de Rezende Alvim
Ana Maria Motta Ribeiro
Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa
Wagner de Oliveira Rodrigues
Carolina Weiler Thibes
Marcelino Conti de Souza

Capítulo 2: Agroecologia urbana e organização de vizinhança: Em oposição a lógica de comercialização em escala 19

Cristiane Rocha Silva
Bruno Alexandre da Silveira
Gabriela Schenatto Bica

Capítulo 3: Apontamentos para a elaboração de uma política socioambiental para as comunidades remanescentes de quilombo no Alto Rio Trombetas e em seu entorno 28

Wilson Madeira Filho
Ana Maria Motta Ribeiro
Alba Simon
Leonardo Alejandro Gomide Alcântara
Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa
Wagner de Oliveira Rodrigues
Carolina Weiler Thibes
Rogério Geraldo Rocco
Marcelino Conti de Souza

Capítulo 4: Relações raciais, escola e mercado de trabalho: Trajetórias e desafios para as políticas sociais 41

Mariana Panta
Nikolas Gustavo Pallisser Silva

Capítulo 5: Migrantes, memória coletiva e políticas oficiais de colonização para a Amazônia legal brasileira: O caso de Nova Xavantina/MT 53

Natália Araújo de Oliveira

Capítulo 6: O lugar das mulheres na teoria social: Gênero e trabalho como conceitos analíticos 64

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

Capítulo 7: Cuidado primário de idosos em políticas de unidade de saúde da família:
Representações e limites 73

Maria Antonietta Albuquerque de Souza
Marlene Leandro dos Santos Peixoto
René G. Cordeiro Silva Junior

Capítulo 8: Tensões e disputas na construção do ofício de mediador judicial: O exemplo
do TJ-RJ 84

Cristiana Vianna Veras
Roberto Fragale Filho

Capítulo 9: Direitos humanos, direitos dos animais e consumo de carne 99

Irme Salete Bonamigo
Arlene Renk
Clovis Dorigon

Capítulo 10: Contradições entre o aspecto positivo e negativo das inovações técnicas
em O Capital 110

Tarcísio Fagner Aleixo Farias

Capítulo 11: Regimes de Bem-Estar, trajetórias dos sistemas de saúde e as reformas de
caráter residual no Brasil e do México 120

Oleg Abramov

Autores:..... 130

Capítulo 1

“Camelôs” da reforma agrária: conflito de terras em Oriximiná (PA)

Wilson Madeira Filho

Joaquim Leonel de Rezende Alvim

Ana Maria Motta Ribeiro

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

Wagner de Oliveira Rodrigues

Carolina Weiler Thibes

Marcelino Conti de Souza

Juliana Limongi Vita Santos

Resumo: Em trabalho de campo realizado na cidade Oriximiná (PA) em 2014, encontramos um conflito fundiário entre – aproximadamente - 100 famílias e os herdeiros de um proprietário de terras. Diante de uma ação de esbulho possessório, encontramos um mosaico que permite identificar novas agências sociais do mercado de terras e estratégias que refletem a contínua e crescente instabilidade social. Localizado na BR 163, conhecida como “estrada do BEC” (assim nomeada e “aberta” pelo Batalhão do Exército de Cavalaria, durante a ditadura militar), o estudo do conflito permite contextualizar as alianças, oposições e identidades criadas entre proprietários e posseiros. A pesquisa mostra como a ação de ocupação e o mercado de terras realizam-se através de “camelôs” da reforma agrária. Camelôs porque, mesmo na informalidade, ou ilegalidade, promovem o acesso de uma população sem crédito à terra, às políticas públicas, e, principalmente, aos alimentos. Através de registros fotográficos e entrevistas, identificamos as principais razões manifestadas pelos trabalhadores rurais para ingresso à terra: a produção de gêneros de subsistência, a moradia e o trabalho.

Palavras-chave: Reforma agrária; Direito à terra; Direito agrário; Sociologia rural; Conflitos socioambientais.

“Perguntei pro João Oliveira, ‘Seu João, o senhor quer comprar o terreno, eu vendo’. Aí ele disse é ‘João Osório, vou comprar o terreno’. Aí eu peguei e vendi o terreno pra ele. Não tinha o título, pagava só o imposto territorial. Ele comprou o terreno, mas nunca tirou do meu nome, nunca disse ‘João Osório, vambora fazer o translado do terreno pro meu nome’, nunca. E eu também, com pouco conhecimento, estudo eu não tenho, não tinha prática dessas coisas... negócio de lei... eu não sei o que é lei... sei o que é lei sim, mas não sei como se manobra o negócio da lei da terra...”

(Entrevista de Ana Motta, Wagner Rodrigues e Carolina Thibes com João Herculano Lopes, vulgo João Osório)

1. INTRODUÇÃO

O artigo origina-se de uma atuação específica vivenciada por uma equipe vinculada a um projeto de pesquisa/extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF) no município de Oriximiná (PA). Esta equipe foi composta por professores, técnico-administrativos, doutorandos, mestrandos e graduandos da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da UFF. Estaremos aqui fazendo um relato e problematizando pontos relativos às questões práticas de pesquisa/extensão vivenciadas em outubro e novembro de 2014.

Os trabalhos conjugados de ensino, pesquisa e extensão depararam-se com uma ação de reintegração de posse (esbulho possessório) e conflitos fundiários latentes que fizeram-se sensíveis diante de um mercado de terras cujo título de propriedade não está claro nem para os envolvidos quanto menos para o poder público. Nesse sentido, trabalhadores rurais em minifúndios se organizaram, sem apoio sindical ou de movimentos organizados, através de “loteamentos” improvisados.

Delgado (2014) define como antinomia a tensão permanente dos mercados em estabelecer pleno domínio sobre a terra enquanto mercadoria e o regime fundiário instituído pela constituição de 1988. A ocupação agropecuária da Amazônia no final do século XX ainda preservava metas de desenvolvimento que puseram em curso uma “modernização conservadora” formulada nos gabinetes militares do período ditatorial de 1964, mas que reestrutura-se em novas práticas que se adequam às mudanças institucionais posteriores à redemocratização. Por sua vez, a constituição de 1988 incorporou princípios jurídicos da função social e ambiental da propriedade da terra, que ainda precisam de institucionalização e operacionalização.

Apresentaremos em um primeiro momento o escopo geral do projeto universitário, para em seguida decompor e recompor o caso concreto.

1.1.0 PROJETO DE PESQUISA/EXTENSÃO

A Universidade Federal Fluminense tem um “campus” avançado em Oriximiná desde 1973, a Unidade Avançada José Veríssimo (UAJV). Esse campus está vinculado à PROEX/UFF (Pró-Reitoria de Extensão) e conta com uma estrutura de funcionários (equipe local: direção administrativa, financeira, limpeza, cozinha etc.) e uma estrutura material que envolve um prédio com quartos para receber professores, pesquisadores, técnicos e alunos; refeitório; salas para reuniões/palestras; área de lazer (quadra esportiva) etc. Além de abrigar diferentes tipos de atividades de cursos da UFF (Geologia, Engenharia Agrícola, Enfermagem, Medicina etc.), a UAJV/UFF administra e gerencia um hospital/maternidade localizado em frente ao campus.

O curso de Direito está presente com diferentes tipos de atividades em Oriximiná desde 2010 envolvendo pesquisas, atividades de extensão e um projeto de implementação do Núcleo de Assistência Jurídica visando a presença futura de residentes jurídicos e alunos da graduação e pós-graduação¹. Ao longo

¹ Essa operação contou com três grupos distintos, todos sob a Coordenação geral do Prof. Wilson Madeira Filho (Professor Faculdade de Direito/PPGSD-UFF e Coordenador Geral do Projeto Oriximiná), que participou de toda a operação. O 1º grupo da equipe foi constituído por Carolina Weiler Thibes (Doutoranda PPGSD-UFF e bolsista Capes), Cibele Carneiro (Professora Faculdade de Direito UFF e Doutoranda do PPGSD-UFF), Cristiana Veras (Professora Faculdade de Direito UFF e Doutoranda PPGSD-UFF), Elazimar Menezes (Bibliotecária da UFF, na Faculdade de Direito), Fernanda Pimentel (Professora Faculdade de Direito UFF e Doutora pelo PPGSD-UFF),

da preparação, em função de envolvimento no projeto, reuniões etc., relações foram estabelecidas entre as pessoas com a constituição de uma identidade de grupo comportando aproximações, mas também diferenças entre essas pessoas. Não existe identidade sem constituição de algum tipo de corpo diferenciado, que comporta uma construção de fronteiras (interno/externo, nós/eles)² que, evidentemente, não são absolutas e se cruzam com outras referências de identidade. A nossa identidade não é única e sim plural, transitamos nelas em função de trajetórias, vivências, experiências, opções etc.

Essa aproximação em função das vivências no campo não aparece muito nos relatos de pesquisa/extensão, mas são importantes na constituição de solidariedades, pontos de vista, problematizações etc. Nesse sentido, constitui um espaço de socialização do conhecimento e de aprendizado para além das clássicas reuniões de discussão de textos e relatos de pesquisa/extensão em um grupo que, em geral, estabelecem a dinâmica mais presente (mas com certeza não a única) no funcionamento dos grupos de pesquisa/extensão.

A intenção inicial da equipe foi a de estabelecer contato com a Defensoria, já que temos pessoas envolvidas com atividades de pesquisa/extensão no campo da mediação que tinham interesse específico em saber sobre o funcionamento da Defensoria Pública de Oriximiná e particularmente sobre possíveis atividades de mediação. A equipe ficou então sabendo que a Defensora exercia de forma interina a Defensoria na cidade de Oriximiná, acumulando com o exercício em Belém e Óbidos, tendo em vista a aposentadoria do defensor com função em Oriximiná. Aguardava-se, dessa forma, a nomeação de outro defensor para o local. Vale dizer, diante dessa realidade, onde a advocacia popular se tornava ainda mais precária, em face a uma demanda reprimida e a quase dez mil processos estacionários, justamente a necessidade de um Núcleo de Assistência Jurídica da UFF se faria ainda mais premente.

Figura 1: Fachada UAJV/UFF



Figura 2: Vista lateral do hospital/maternidade



Gisele Picorelli (Professora Faculdade de Direito UFRRJ e Doutoranda PPGSD-UFF), Joaquim Leonel de Rezende Alvim (Professor Faculdade de Direito/PPGSD-UFF), Juliana Limongi Vita Santos (Graduanda Faculdade de Direito UFF) e Wagner Rodrigues (Professor da Faculdade de Direito do Sul da Bahia e Doutorando do PPGSD-UFF). O 2º grupo da equipe foi formado por Ana Maria Motta Ribeiro (Professora do Curso de Ciências Sociais e do PPGSD-UFF), Rodolfo Berra de Menezes Lobato da Costa (Doutorando do PPGSD-UFF e bolsista Capes), Marcelino Conti de Souza (Funcionário técnico-administrativo da UFF e Doutorando do PPGSD-UFF), Camila Aguiar Lins do Nascimento (Funcionária técnico-administrativo da UFF e Graduanda em Direito na UFF), Rodrigo Vilhena Herdy Afonso (Funcionário técnico-administrativo da UFF, então graduando em Direito na UFF e atualmente Mestrando do PPGSD-UFF), Isabel Regina da Cruz Caetano da Silva (então concluindo Ciências Sociais na UFF e atualmente Mestranda do PPGSD, bolsista Capes), Maria Morena Pinto Marques Farias (à época concluindo a graduação em Ciências Sociais na UFF, atualmente Mestranda do CPDA-UFRRJ), Thayla Regina Frazão de Assumpção (Graduanda em Ciências Sociais na UFF), Sherazade Tammela Madeira (Graduanda em Letras na UFF) e Jeisse Alvarez (Graduanda em Ciências Sociais na UFF). O 3º grupo foi composto por Thais Maria Lutterback Saporetti Azevedo (Doutoranda do PPGSD-UFF e bolsista Capes), Rogério Rocco (Doutorando do PPGSD-UFF), Alba Simon (Pós-Doutoranda no PPGSD-UFF) e Leonardo Alejandro Gomide Alcântara (Doutor pelo PPGSD-UFF).

² Conforme sustenta Jean Leca, elementos identitários são mobilizados e estão presentes em diversos tipos de construção social como nos referenciais de grupos, cidadanias, nacionalidades etc e formam uma "clôture sociale déterminant les limites à (ou l'exclusion de) la participation de certains extérieurs à certaines interactions sociales". LECA, Jean. La citoyenneté entre la nation e la société civile. In: COLAS, D.; EMERI, C.; ZYLBERBERG, J. *Citoyenneté et nationalité*. Paris: PUF, 1991, pp. 479/480

Foto: Joaquim Leonel Alvim

Foto: Joaquim Leonel Alvim

Quando da nossa chegada à Defensoria, nos deparamos com um movimento de pessoas em frente ao Fórum e com a presença de Policiais Militares armados com fuzis. Tratava-se de uma audiência referente a uma ação de reintegração de posse relativa a uma ocupação de posseiros que remontava ao ano de 2004 e que originou uma série de ocupações. Portanto, podemos aqui perceber essas situações de “bricolagem” dadas meio ao acaso nas atividades de pesquisa/extensão. O objetivo inicial era tão somente fazer contato com a defensoria local e acabamos em contato com uma situação não planejada nem esperada que teve uma série de desdobramentos em termos das nossas atividades.

Alguns membros da equipe participaram da audiência, onde o juiz postergou a sentença a um prazo de dez dias para juntada de provas documentais a serem apensadas ao processo, em acordo entre as advogadas de ambas as partes. Fizemos, então, contato com ambas, sendo que a advogada dos agricultores conversou com a equipe no local e depois veio jantar (acompanhada de suas duas filhas pequenas) conosco no campus UAJV/UFF.

Fizemos, em seguida, uma reunião com agricultores da comunidade e organizamos um cadastro das famílias moradoras do local, que detalharemos adiante. Conseguimos também levantar junto aos agricultores uma série de “provas”, já que existiam documentações expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente comprobatória de atividade agrícola no local. Esses dados nos levaram a uma reunião com o Secretário Municipal da referida Secretaria que assegurou que essas pessoas eram agricultores familiares e a Secretaria tinha efetivamente emitido um CAR (Cadastro Ambiental Rural) que é uma documentação emitida a partir da apresentação de uma declaração de posse (no caso, feita pela comunidade e/ou sindicato) e, segundo fala do citado Secretário “não foi emissão ilegal”, “a justiça não avisou nada” e o “certificado emitido é meramente declaratório”.

Figuras 3, 4 e 5: fachadas, respectivamente da Defensoria Pública, Fórum e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- Oriximiná PA



Fotos de Joaquim Leonel R. Alvim

Nesse sentido, a fala do secretário se colocava também de forma não somente técnica (não que essa forma exista por si só, mas pode ser invocada como tal pelo emissor), mas política: “o povo quer terra para trabalhar”, “bolsa família é bom, mas não sustenta uma família” etc.

Depois dessa reunião fomos então levados a procurar um encontro com a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Essa reunião aconteceu na sede do referido Sindicato. Quando dissemos que éramos uma equipe da UFF, a Presidente lembrou o fato de conhecer um dos membros da nossa equipe (Thaís Lutterback é doutoranda no PPGSD), que fez uma dissertação de mestrado³

³ AZEVEDO, Thaís Maria Lutterback Saporetti. *Estatização do puxirum: uso coletivo da terra no projeto estadual agroextrativista Sapucaá-Trombetas, em Oriximiná (PA)*. Dissertação de mestrado. Orientação do Prof. Dr. Wilson Madeira Filho. Coorientação da Profa. Dr.a Ana Maria Motta Ribeiro. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2012.

com trabalho de campo em Oriximiná. Segundo fala da Presidente do Sindicato “Thaís é muito minha amiga, ajudou muito a criação do Sindicato, chegou num momento muito importante, no qual precisávamos de apoio...”. Esse exemplo é ilustrativo da maneira como esta relação de assessoria estabelecida a partir de uma perspectiva de “pesquisa” estrutura múltiplos vínculos de solidariedade e reconhecimento, importantes para a continuidade das atividades.

A reunião com a Presidente teve alguns enfoques, mas nos interessa aqui tão somente os desdobramentos relativos à ação de reintegração envolvendo os agricultores. A Presidente entende a ida dos agricultores da referida comunidade à Secretaria Municipal de Meio Ambiente como sendo uma consequência da sindicalização: “quem é encaminhado para a secretaria são os nossos filiados”. Ou seja, para receber uma declaração de posse que garante uma legitimidade ao conjunto de agricultores e, dessa forma, ter condições de possibilidade de obtenção do CAR junto à referida Secretaria Municipal do Meio Ambiente, é necessário ser filiado. Outra questão que surgiu ao longo da conversa diz respeito ao serviço de advocacia mobilizado pelos agricultores. Segundo a presidente, inicialmente esse serviço seria prestado por uma advogada de Santarém. Esse serviço foi intermediado pelo Sindicato e, na fala da Presidente, “essa era advogada, ela é do movimento, conhece o movimento”. Entretanto os agricultores procuraram diretamente a advogada que se ocupa atualmente da causa e mora em Oriximiná. Conforme dito pela Presidente “Essa advogada não conhece o movimento, os trabalhadores procuraram diretamente, não procuraram o Sindicato”. Fica evidente, nas observações acima descritas, que temos, na fala da Presidente, uma imagem recorrente relativa à legitimidade do Sindicato no encaminhamento de diferentes temas envolvendo questões dos trabalhadores rurais.

2.DE-COMPOSIÇÃO DE UM MERCADO DE TERRAS

Em resumo, nossa ação envolvia o processo n. 0000636- 68.2012.814.0037, uma “Ação de Reintegração de Posse” proposta contra 63 (sessenta e três) trabalhadores rurais, em face do imóvel denominado Fazenda Cachoeira II, lote 175, situada na Gleba Xiriri B, ramal do Alambique, na zona rural do Município de Oriximiná, abrangendo o Processo n. 0002724- 45.2013.8.14.0037, também uma ação de Reintegração de posse proposta contra outros posseiros, em face do imóvel denominado Fazenda Cachoeira, situada na Gleba Xiriri B, Município de Oriximiná. Colocou-se, enfim, a equipe da UFF à disposição de ambas as partes para auxiliar em eventual acordo, através de levantamento de dados pertinentes.

Para tal, a pesquisa, operacionalizada por membros das equipes 1 e 2 que se encontraram em Oriximiná, contou com trabalhos em campo, visita a diversas posses, entrevista com os supostos herdeiros das Fazendas Cacheira I, II e Caipuru, entrevista com as principais lideranças da ocupação e um levantamento no principal centro de comercialização agropecuária de Oriximiná. Ao todo registramos imagens e entrevistas com um total de 50 famílias, sendo que 16 delas constavam no processo e as outras 34 não estavam citadas mas residiam ou tinham suas atividades agropecuárias ou extrativistas na área em litígio. Pelos depoimentos e opiniões coletados podemos chegar à conclusão que cerca de 100 famílias serão diretamente afetadas com o resultado desse processo.

Figuras 6, 7, 8, 9, 10 e 11: casa de farinha, gado, residências, horta, cacau e plantio consorciado de banana, melancia e cana-de-açúcar





Fotos de Marcelino Conti de Souza e
Juliana Vita Santos

Com o intuito de compreender a linha sucessória das fazendas, realizamos⁴ uma entrevista com os ditos herdeiros do antigo proprietário das fazendas Caipuru, Cacheira I e Cacheira II, senhora Rosângela Oliveira casada com Sr. João Almeida, por sua vez herdeiro da empresa Samal (serraria), uma das principais madeireiras da região. Segundo estes a atual dimensão das terras (cerca de 3.700 ha) veio a ser constituída por uma sequência sucessiva de compra dos pequenos sítios ao redor pelo patriarca da família. Em um primeiro momento o processo de intermediação para compra e regularização teria se dado com o ITERPA, regularizado através do programa Terra Legal⁵. No caso de Cacheira II o proprietário teria chegado a afirmar que comprou a terra do INCRA⁶. O Sr. Almeida enfatizou que nos anos 1970 o governo estimulava e/ou aceitava a derrubada de 100% da mata, em seguida autorizava a derrubada de 80% da vegetação e, atualmente, os proprietários na Amazônia tem a obrigação de manter 80% da vegetação e utilizar apenas 20%. Argumenta, com referência ao desmatamento realizado pelos ocupantes da terra, “se fossemos nós seríamos presos”.

Para o suposto herdeiro, o início da atual ocupação ocorreu entre os anos de 2010/2011, mas o maior fluxo de ingressantes na terra teria ocorrido no ano de 2012. Na propriedade há um número de cabeças de gado que varia, de acordo com o depoimento, entre 300 e 800 rezes.

Em documento, fornecido pela família, que serviu de base à homenagem póstuma feita pela Câmara dos Vereadores ao Fazendeiro, que conta um pouco da vida do antigo proprietário (João Batista de Oliveira), nascido em julho de 1923, podemos perceber uma trajetória de vida voltada para o trabalho e para o empreendedorismo. No início de sua trajetória em Oriximiná, o Sr. João Oliveira investe e torna-se uma referência no transporte fluvial e, posteriormente, pecuarista. Segundo relatado no documento produzido por Lúcido Beltrão Oliveira, foi o Sr. João Oliveira pioneiro no agronegócio da região, responsável por levar para o município o primeiro técnico em veterinária da região, chegando à posição de maior pecuarista de Oriximiná. O documento ainda relata:

⁴ Presentes na entrevista estavam os professores e pesquisadores Wilson Madeira Filho, Ana Motta, Rodolfo Lobato e Carolina Thibes.

⁵ Segundo o site <http://portal.mda.gov.br/terralegal/pages/saibamaisobreoprograma>, acessado no dia 29/11/2014. Sobre o Programa Terra Legal: “Em 2009 o Ministério do Desenvolvimento Agrário, juntamente aos estados e municípios, iniciou uma nova fase no processo de conservação e implantação de modelos de produção sustentável na Amazônia Legal. O mutirão Arco Verde Terra Legal uniu ministérios e órgãos federais para a preservação da Amazônia. O mutirão combinou acesso a direitos e cidadania para milhares de brasileiros com ações de regularização fundiária e combate à grilagem e se concentrou, prioritariamente, em 43 municípios nos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, considerados os campeões do desmatamento. [...] A intenção do Programa Terra Legal é regularizar as ocupações legítimas, com prioridade aos pequenos produtores e às comunidades locais. A Lei 11.952/09 prevê dispositivos para evitar a regularização de áreas griladas. Outra medida para evitar fraudes é o sistema de divulgação da lista de cadastrados e recepção de denúncias pela internet, que pode ser acessado por qualquer cidadão, inclusive anonimamente.” (Consulta site MDA, Portal da Cidadania: portal.mda.gov.br/terralegal/pages/saibamaisobreoprograma).

⁶ “Desde os anos 20, porém, já na crise da borracha, o estado do Pará torna-se palco de uma transferência de terras públicas para as mãos de particulares, através das Leis Estaduais nº 1.741, de 1918, que permite compra de terras devolutas do estado, e nº 1.947, de 1920 (aforamento perpétuo). Essa transferência, que incide diretamente sobre os castanhais da região de Marabá, torna-se a base da constituição de oligarquias (propriamente) fundiárias na região.” Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira. Brasília: MMA, 2006, p. 29.

“João Oliveira foi um cidadão que até tornou-se escravo do trabalho, como empresário, fazendeiro, armador, destinando-se por completo às atividades ininterruptas, que chegou até a ser sequestrado num avião no qual viajava de Manaus para Belém, pois chegou a fazer comércio de marchantaria, comprando e levando gado para vender em Manaus, desta região. [...] João Oliveira, chegando a fazer parte em política, no qual militava na antiga UDN, chegou a eleger-se vereador com voto popular, em eleição, na época chegando ao posto de Prefeito Substituto.”⁷

Segundo diversos testemunhos, depois da morte do patriarca da família Oliveira, a terra antes cultivada ficara “sem direção e sem dono”. Há duas versões para as primeiras ocupações por parte dos posseiros: 1) a atividade extrativa levou ao local uma grande leva de trabalhadores que desconheciam que aquela terra tinha um dono, ou mesmo que o antigo dono morreu, e os herdeiros não mostravam interesse pela terra; 2) teria ocorrido, no início, uma permissão para que os posseiros ocupassem a terra por tempo limitado, retirando a mata nativa e plantando culturas de subsistência, utilizando áreas de reserva legal, como forma indireta de realizar o desmatamento “sem responsabilidade para o real proprietário”.

Ao mesmo tempo, a passagem de uma linha de transmissão abre a possibilidade de ganhos por indenização. Para um dos líderes da ocupação a requisição da terra por parte dos proprietários acontece, principalmente, porque essa terra valorizou depois que o “Linhão”, linha de transmissão de energia que se origina na hidroelétrica de Tucuruí e está ligada até a cidade de Manaus (AM), intercalando-se, em Oriximiná, aos interesses de exploração de minérios por parte da Mineradora Rio Norte. Além da verba indenizatória, que gira entorno de 500 mil a 1 milhão, parte da Gleba Xiriri ainda conta com uma negociação para transferência do lixo da cidade.

Para compreender o outro lado do conflito, no dia 29 de outubro de 2014, em uma sala da UAJV/UFF, realizamos uma entrevista com as principais lideranças da ocupação, algumas delas apontadas, pela outra parte, como os aliciadores ou “intermediários” para a entrada na terra pelos demais. Nesse sentido, em análise sobre conflitos socioambientais atinentes às atividades de mineração em Oriximiná, Coelho, Cunha e Wanderley (2010) expõem o caso da Estrada do BEC, ainda que de forma sucinta, como derivada de um contexto complexo na Amazônia, onde o papel social dos trabalhadores rurais (e dos povos e comunidades tradicionais) encontra-se em transformação, criando idas e vindas entre estruturas de significação.

Estavam presentes professores e estudantes da UFF, além dos seguintes agricultores: Antônia Regiane da Silva, Ednaldo da Silva Conceição “Carlinhos”, José Astésio Silva Dolzane e Siron Ferreira de Albuquerque.

Para José Astésio Silva Dolzane, a sua chegada ao território, hoje ocupado, explica-se pela prática da coleta da castanha, quando encontrou a área estava desocupada. Segundo o entrevistado citado:

“Cheguei em agosto de 2003, soube que tinha um dono em 2011, que se dizia ser o senhor João Oliveira. Entramos juntos eu e o Pedro Barreto. Comecei com um pequeno roçado e depois organizando uma casa de farinha no ramal do Alambique.”

Nessa época o posseiro era morador da comunidade “9” (km 9 da BR 163), que foi criada na década de 1980 por trabalhadores rurais que não tinham terra para plantar. Sobre o processo de esbulho possessório, o senhor José Astésio afirma que na época foi informado pela Emater que a terra em que trabalhavam era da União, e que o processo em curso na justiça trata de forma indiscriminada uma região de forma aleatória, assim como aqueles que devem ser condenados.

“O seu Bó disse que a área era da União. Se é da União a gente vai trabalhar lá. Ela [a advogada da família que afirma a propriedade da terra] nem sabia quem estava intimando, e a gente começou a se organizar e correr atrás da metade do prejuízo. O processo tem muita coisa errada. Se tem duas áreas como um título pode cobrir a outra? A gente tá correndo o risco de ser despejado, que já teve gente despejada.”

⁷ Página 2 do documento a breve biografia de João Batista de Oliveira, entregue pela família, documento não publicado. Também citado por SANTOS, Juliana Limongi Vita. Da fatia do bolo à função social na terra: análise do acesso à terra, a partir de conflito de terra em Oriximiná (PA). Monografia de conclusão do curso de Direito na Universidade Federal Fluminense. Orientação do Prof. Dr. Wilson Madeira Filho, dezembro de 2014

Para o senhor “Carlinhos”, como é conhecido (o nome real é Ednaldo da Silva Conceição), chefe de uma família com cinco filhos, na década de 1980 podiam ser identificados vários moradores de áreas no ramal do Jabuti, no Curral do Meio e no Caçoá. Segundo ele:

“A gente não tinha condições de comprar um lote, a gente não tem um emprego fixo pra morar na área urbana. A área ao redor da minha casa está do jeito que encontrei, não dava pra saber que pertencia a um cidadão. Entrei em 2005.”

Sobre o processo, e as instituições que forneceram algum suporte aos agricultores, relatou a agricultora Antônia Regiane da Silva, também residente no Km 9:

“Quem nos apoia é a pastoral da terra e o SINTRAF. O sindicato a maioria não é sócia, mas tem sócio sim. O sindicato nos abandonou e nós o abandonou. A gente não aceitou a advogada do sindicato. A Dr.^a Telma mora aqui e a advogada do sindicato mora em Santarém. E ela [Dr.^a Telma] foi advogada do Rio Verde.”

Antônia Regiane cita o caso de Rio Verde, em que recentemente algumas famílias foram despejadas em situação semelhante a que acontece com os trabalhadores da estrada do BEC. A entrevistada ainda aborda a negociação que teria ocorrido entre a família Oliveira e a prefeitura para uma possível transferência do lixão da cidade para a área hoje ocupada pelas famílias: “Já sei que não pode ter lixão lá porque precisa de 8 km de distância dos igarapés”, diz Antônia.

Outra liderança, Siron Ferreira de Albuquerque relata como surgiu a estrada do BEC (BR 163), construída pelo exército, por isso o seu nome (BEC – Batalhão do Exército de Cavalaria), que comenta:

“Cheguei em 2009, conheço essa área desde 1980, quando abriram a estrada. A ideia era ligar Cacheira Porteira até a Perimetral Norte. A gente carregava pão às 3 horas da madrugada. Na cidade não tem trabalho, resolvi invadir.”

Para o senhor Siron a requisição da terra por parte dos proprietários acontece, principalmente, porque essa terra valorizou depois do Linhão. Ainda segundo Siron, “o lado que a gente pula a gente não tem apoio”, com essa frase ele refere-se à relação familiar entre os proprietários e as principais autoridades, como, citado pelo entrevistado, o superintendente do INCRA, Barcelar Guerreiro, que é de Oriximiná e casado com a procuradora do município, que é da família Oliveira.

3. RE-COMPOSIÇÃO DE UM MERCADO DE TERRAS

O processo pelo qual os herdeiros da área em litígio reivindicam a propriedade apresenta-se como uma questão nebulosa, uma vez que não só a família não apresentou em juízo título definitivo de propriedade sobre a terra – senão um título provisório. Tentamos realizar um levantamento sobre a situação fundiária, tendo como parâmetro os documentos anexados no processo em questão.

Em audiência ocorrida em 2002, a requerente declarou que seu pai, João Batista de Oliveira, exercia a posse da Fazenda Cachoeira II desde 1972, tendo sido substituído pela declarante em 1992 em razão de sua morte, que, entretanto, não passou a residir no local. Consideramos que a petição não logrou êxito em provar a titularidade por dois motivos: 1) o título provisório da propriedade é datado de 1987, apresentado à folha 15 (quinze), está condicionado às cláusulas resolutivas presentes em seu verso e, portanto, possui caráter precário; b) o esbulho e sua data, pois não foram juntados documentos comprobatórios da data do esbulho supostamente praticado, tornando impossível a verificação do atendimento ao prazo de ano e dia constante do artigo 924 do Código de Processo Civil.

Na Decisão Interlocutória do dia 12/09/2014, o Juiz da Vara Agrária intimou as partes para que comprovassem a posse do imóvel e o cumprimento da função social da terra, requerendo, ainda, que a requerente comprovasse a área de Reserva Legal do imóvel, averbada no Registro de Imóveis, assim como o cumprimento das condições resolutivas do Título Provisório de Propriedade e, ainda, notificou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que este esclarecesse se ocorreu o cumprimento das condições resolutivas e se houve o efetivo destacamento do patrimônio público.

Em Audiência de Instrução e Julgamento, a parte reclamante apresentou Termo de Compromisso de Averbação da Reserva Legal com o objetivo de comprovar a preservação da área, porém, conforme aduziu a representante do Ministério Público, o referido documento, por si só, não é capaz de fazer prova da demarcação da área destinada a Reserva Legal e seu respectivo averbamento no Registro Geral de Imóveis, visto que tal instrumento tem o condão de firmar compromisso da requerente quanto à referida demarcação e averbação, por ora não efetuada. A representante do Ministério Público aduziu,

ainda, que o título de propriedade sob condição resolutiva para ser plenamente válido depende do cumprimento das condições reguladoras previstas nas cláusulas constantes no verso do referido título.

Diante disto infere-se que a apresentação de Termo de Compromisso de Averbação da Reserva Legal não assegura o cumprimento das cláusulas que encerram o processo de titulação por definitivo, não restando atendido o disposto na Norma de Execução nº 29/2002 do INCRA.

Todavia, em entrevista com ambas as partes do processo, de um lado com o casal Rosângela Maria de Oliveira Almeida e José Oliveira de Almeida e, de outro lado, com os trabalhadores rurais Siron Ferreira de Albuquerque, Ednaldo da Silva Conceição, Antônia Regiane da Silva e José Astésio Silva Dolzane, todos confirmaram a posse pretérita das fazendas em litígio por parte de João de Oliveira – confirmada em entrevista com o posseiro/proprietário anterior João Herculano Lopes, conforme a epígrafe a esse texto - e que a mesma fora objeto de intensivo desmatamento para dar lugar à área de pasto para pecuária bovina, atividade que se deu até o falecimento do proprietário. Segundo o IPAM (2006), há mostras claras de que, para dar alguma legitimidade à área apropriada ilegalmente, um dos artifícios mais utilizados é o deslocamento de gado para uma área grilada e desmatada, com o intuito de dar aparência de empreendimento produtivo a um processo de dilapidação do patrimônio coletivo, com altos custos sociais e ambientais. Nesse sentido, em 2001, o Congresso Nacional criou a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Grilagem da Terra na região amazônica, que buscou investigar diversos acontecimentos envolvendo a apropriação indevida e ilegal de extensas áreas de terra pertencentes ao patrimônio público.

Importante salientar a existência do processo nº 000272445.2013.8.14.0037, que trata da Reintegração da Posse da Fazenda Cachoeira, situada na Gleba Xiriri B, também de autoria da requerente e em face de alguns dos mesmos requeridos do processo em comento. No intuito de provar a propriedade do imóvel, a Autora trouxe aos autos um título de propriedade provisório emitido pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará) datado de 01/10/1981, com anverso ilegível e verso contendo cláusulas resolutivas, as quais condicionam a validade definitiva do título. Além disso, foi negado o pedido liminar de Reintegração de Posse diante da ausência de elementos que comprovassem a titularidade da terra, decisão interlocutória atacada por Agravo de Instrumento, não provido.

Diante disso, cumpre ressaltar que a titulação da Fazenda Cachoeira II, em nome de João Batista de Oliveira, supostamente ocorrida em 23/06/1987, não poderia ter sido realizada, vez que o mesmo já possuía imóvel rural desde 1981, qual seja, a Fazenda Cachoeira I, situação essa de interesse do fiscal da lei. A partir deste raciocínio, conclui-se que a área em litígio nunca teria sido efetivamente desmembrada do patrimônio da União, devendo os detentores da posse de fato requererem os respectivos títulos de propriedade junto ao órgão competente.

No que tange às Fazendas Cachoeira I e Caipurú, foi determinado que se realizasse o levantamento dessas áreas juntamente com a Fazenda Cachoeira II sem que a parte autora fizesse qualquer prova de sua propriedade ou mesmo reivindicasse a posse ou propriedade das referidas fazendas na inicial, inclusive fez referência à Fazenda Caipurú somente como extrema da Fazenda Cachoeira II, a qual reivindica a posse. Isto posto, é imperioso observar que o pedido formulado é genérico, visto que a patrona da requerente não definiu a expressão “área do litígio”, portanto o julgamento do mérito da presente ação judicial não deverá abarcar as Fazendas Cachoeira I e Caipurú, tendo em vista o disposto nos artigos 128 e 460 do CPC.

Precisamos considerar que, especialmente na Amazônia, houve uma mudança definitiva no paradigma de ocupação e titulação de propriedades sobre imóveis, transformando as terras “livres” em “mercadoria” de alto custo, fato que fez emergir a ocorrência de situações de ocupação não tituladas de terras públicas de grande porte, ao lado de ocupações de subsistência, carregando os distintos interesses econômicos e reprodutivos. Ainda que alguns fatores fossem decisivos para a configuração espacial desta região, faz-se importante destacar que a partir dos anos 1950, com a entrada da pecuária extensiva e, a partir dos anos de 1970, com a expansão da soja e do agronegócio, mantiveram-se, simultaneamente, a presença ativa de agricultores familiares impossibilitados de comprar terras, portanto “ocupando-as”.

Faz-se notório que diante de tal emaranhado jurídico, cerca de 100 famílias passaram a ocupar a área há anos, desenvolvendo uma série de atividades agropecuárias e extrativistas. Nesse sentido, a ação dos pesquisadores da UFF, num primeiro momento, envolveu uma pesquisa em que relatamos, ao Juiz da Vara Agrária da Comarca de Santarém (que abrange Oriximiná), através de depoimentos e imagens das propriedades rurais em litígio e uma breve descrição das pessoas citadas no processo (intitulado ANEXO, com 43 páginas); e um segundo documento (intitulado ANEXO II, com 120 páginas),

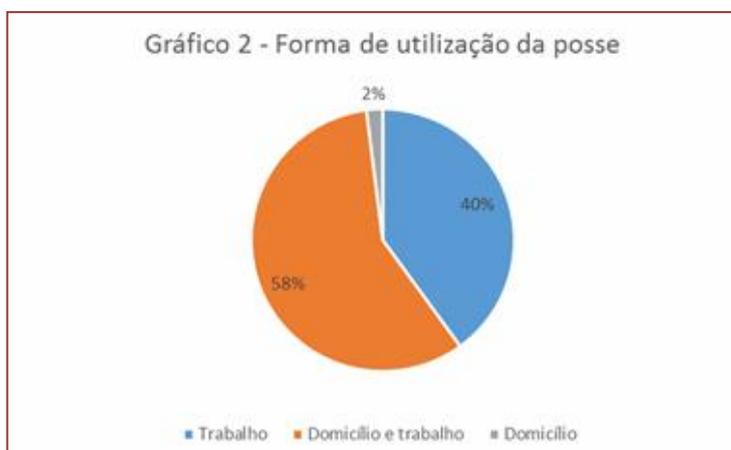
com as imagens registradas nas visitas às propriedades rurais em litígio e uma breve descrição das pessoas não citadas no processo. Ao todo foram 50 questionários respondidos e, por falta de tempo, não conseguimos alcançar um maior número.

Nesse cenário percebemos que não houve uma ocupação organizada por um movimento social com uma orientação para a Reforma Agrária. Mas houve, sim, diferentes fluxos ao longo de mais de dez anos. Ou seja, na ausência de um proprietário que gerenciasse a entrada e saída de colonos, esse gerenciamento de terras ficou a cargo de iniciativas locais que tinham conhecimento da área. No gráfico a seguir é possível visualizar o ano das ocupações.



Elaborado por Rodolfo B. de M. L da Costa

Durante o trabalho de campo, em algumas discussões entre os ocupantes de terras, foi possível ouvir acusações de promessas não cumpridas, documentos da terra emitidos pelo Sindicato sem poder legal, recibos de compra e venda entre os ocupantes sem validade e, também, a sugestão escapada por um dos cartógrafos contratados pela família herdeira de que o proprietário deixou determinados posseiros ocuparem a terra em troca de serviços eventuais. Ou seja, diante de uma terra relativamente próxima ao centro da cidade de Oriximiná, historicamente devoluta e alvo de grilagem e suspeitas de corrupção envolvendo funcionários do INCRA, a população se mobilizou para fazer uso dela, seja como moradia, local de trabalho ou especulação imobiliária. Houve, assim, um mercado de terras à margem da lei. No gráfico a seguir é possível visualizar que as terras negociadas de forma ilegal estavam, finalmente, cumprindo sua função social:

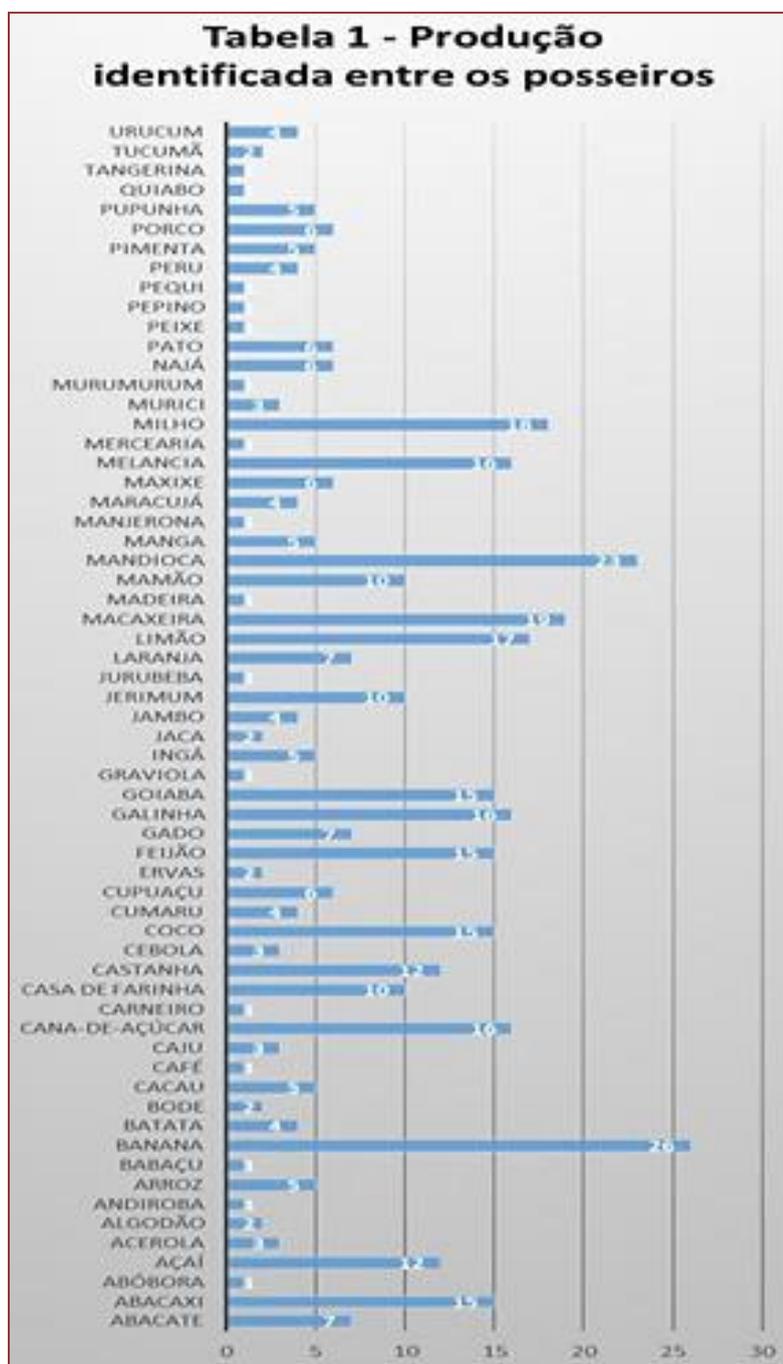


Elaborado por Rodolfo B. de M. L da Costa

O trabalho agrícola familiar no Brasil possui uma lógica interna específica e singular por ser trabalho não assalariado, como um modelo de produção econômico geral de acordo com os critérios definidos pela Lei 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar). Considerando que na agricultura familiar o local de moradia o qual pode ser vila, comunidade, povoado ou agrovila não se define necessariamente no mesmo espaço do local de trabalho: eito, sítio, roçado, lavoura, minha terra, meu terreno, minha área,

lote; e que a pluriatividade, ou seja, a prática de complementação da renda familiar com trabalho externo de caráter agrícola ou não, na cidade ou no campo, é prática recorrente, e reconhecida para garantir a reprodução econômica da família, comunidade e produção na agricultura.

Mais do que a identificação dos usos da terra, a equipe da UFF também identificou os principais produtos em circulação na área. Faz-se importante destacar que encontramos 10 casas de farinha em funcionamento, além de uma mercearia, uma área onde os agricultores praticavam extrativismo e criações. Em determinadas áreas, pequenos caminhos abertos na mata, por onde se passa apenas de moto ou cavalo, anda-se por mais de 5 km. Nesses locais mais afastados encontramos núcleos familiares interligados e com intensa produção, não apenas para subsistência mas também para comercialização, como podemos identificar no mercado público da cidade.



Elaborada por Rodolfo B. de M. L da Costa

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramos grupos dispersos de agricultores familiares, geralmente identificados pela situação de reprodução no esquadro de uma pequena posse ou pequena propriedade, raramente regularizadas em termos fundiários. Esses grupos precarizados vivenciam a imposição de uma trajetória de busca de acesso a terras que são encarecidas pela valorização de preço de mercado, e das limitações de acesso às terras de floresta na Amazônia mas que não desistem e resistem em sobreviver e "trabalhar" como ocupantes de terras que supõem "livres" pelo abandono de uso. Seriam o que poderíamos chamar de atores da luta pela terra na região amazônica que afetam a ocupação recente da Floresta por motivos diferenciados em termos de classe: as elites brigam pelo seu prestígio de "mando" priorizando a condição lucrativa particular na intromissão abusiva em terras devolutas, ecologicamente valorizadas em nível internacional.

Nesse âmbito, o que nossa pesquisa encontrou pode ser apontado como uma nova aventura sociológica. Os agricultores familiares que estavam coagidos por um processo julgado por uma instância que envolvia a definição de um Juiz, estavam, a priori, identificados como "invasores", ainda que não houvesse qualquer questionamento ou demanda de comprovação quanto a confirmação de propriedade da terra, primeiro ocupada como estratégia de desmatamento, e em seguida abandonada pelo latifúndio.

Entrando no ambiente da resistência ainda que fracamente organizada, recebemos (nós pesquisadores da UFF em Oriximiná) o conhecimento de que para a Justiça aqueles trabalhadores do lado de fora e na rua, os quais reagiam e se expressavam mostrando a dor de sua perda eram considerados como "ninguém", invisíveis em sua expressão reivindicativa como se fossem "criminosos", e portanto estranhamente assumidos no Processo como passíveis de indenização por "benfeitorias". No mínimo, questionando o preconceito da acusação sem provas, poderíamos supor ao menos a existência de fatos em disputa. Como seria possível que esses pobres do campo pudessem ser tidos como "invasores" quando são na verdade sobreviventes à cata de pedaços de terra para se reproduzir em termos de "renda familiar" (terra como trabalho) - uma fórmula antiga de reprodução com apoio de uma mão de obra familiar "indivisa" fora dos parâmetros capitalísticos padronizados pelo assalariamento individual determinante.

Isto ressalta o fato de que o Conflito da Estrada do BEC em Oriximiná (PA) torna-se específico e generalizável. Quando, por exemplo, grandes fazendeiros social e politicamente reconhecidos, e que usam a terra para fins de negócio ou especulação, acusam, ainda que sem demonstrar sua condição legal de propriedade, um suposto esbulho.

O caso da instalação de torres do sistema de eletrificação gerido por agências privadas nacionais ou estrangeiras ofereceram possibilidade de ganhos através do pagamento de royalties pela passagem de torres de transmissão em terras particulares. Nessa situação, como verificado na pesquisa da UFF, podemos perceber em que medida as elites rurais passam a se interessar conjunturalmente pela garantia contratual do direito, que poderá garantir uma entrada de ganhos sem muito esforço ou despesa através da afirmação de propriedade (titularidade de direitos sobre a renda da terra). Apenas deste modo, o interesse pela terra poderia se integrar à impreterível necessidade de expulsão de "ocupantes" produtivos que ao menos se auto sustentavam face a opção de ganho (ocioso) financeiro por parte dos herdeiros do latifúndio decadente.

Os pequenos agricultores, ocupantes de parcelas irrisórias de terreno, estabelecem cotidianamente e de modo simplificado a sua reprodução enquanto segmento social. Afirmam sua sustentabilidade e em geral se auto denominam "ocupantes", e permanecem em estado de disputa pela terra, quase na maioria devolutas, e, mesmo na ilegalidade, refazem informalmente um mercado, reconstruindo agências para acessar a terra, a moradia e o trabalho.

REFERÊNCIAS

- 1] Azevedo, Thaís Maria Lutterback Saporetti. Estatização do puxirum: uso coletivo da terra no projeto estadual agroextrativista Sapucaá-Trombetas, em Oriximiná (PA). Dissertação de mestrado. Orientação do Prof. Dr. Wilson Madeira Filho. Coorientação da Profa. Dr.^a Ana Maria Motta Ribeiro. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2012.
- 2] Coelho, Maria Célia Nunes; Cunha, Luís Henrique; Wanderley, Luiz Jardim de M. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná. In Zhouri, Andréa; Laschefski, Klemens (orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 276-300.

- 3] Delgado, Guilherme. Questão agrária hoje. In: Revista Reforma Agrária. Ano 35, Volume 01, nº 02, Outubro/2014, p. 27-40.
- 4] Instituto De Pesquisa Ambiental Da Amazônia. A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira. Brasília: MMA, 2006
- 5] Leca, Jean. La citoyenneté entre la nation e la société civile. In: Colas, D.; Emeri, C.; Zylberberg, J. Citoyenneté et nationalité. Paris: PUF, 1991, pp. 479/480.
- 6] Ministério Do Desenvolvimento Agrário/ Portal Da Cidadania. Saiba mais sobre o Terra Legal. Disponível em portal.mda.gov.br/terralegal/pages/saibamaissobreoprograma, acesso em 03 de junho de 2015.
- 7] Santos, Juliana Limongi Vita. Da fatia do bolo à função social na terra: análise do acesso à terra, a partir de conflito de terra em Oriximiná (PA). Monografia de conclusão do curso de Direito na Universidade Federal Fluminense. Orientação do Prof. Dr. Wilson Madeira Filho, dezembro de 2014.

Capítulo 2

Agroecologia urbana e organização de vizinhança: Em oposição a lógica de comercialização em escala

Cristiane Rocha Silva

Bruno Alexandre da Silveira

Gabriela Schenatto Bica

Resumo: O trabalho objetiva descrever a consolidação dos quintais produtivos no bairro Rio da Onça em Matinhos-PR, associados às mudanças nos hábitos alimentares da população local. Para tanto, buscou-se informações sobre a manutenção da horta e obtenção do alimento na voz de moradoras que mantêm quintais produtivos. Foi possível identificar a preferência da família, principalmente dos mais jovens, por produtos industrializados. O papel da mulher fundamental para manter a memória do cultivo e preparo das plantas e a existência de uma organização informal de vizinhança. A consolidação dos hábitos alimentares é influenciada por interesses econômicos de grupos de poder, propaganda direta e indireta nos meios de comunicação e colonização de outras etnias, portanto, a reflexão sobre tais processos evidencia a necessidade de resgatar a agricultura urbana, pautada na biodiversidade regional, e as redes de vizinhança para garantia de uma alimentação diversa, saudável e acessível.

Palavras-chave: Agricultura urbana; hortaliças regionais; organização de vizinhança.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura urbana tem se aproximado das políticas públicas, sendo tratada em âmbito do governo federal, estadual, municipal e tratados internacionais (Arruda, 2006), e discutida em diferentes âmbitos relacionando a políticas de desenvolvimento social e segurança alimentar. No contexto atual, as perspectivas de convivência urbana mais sustentáveis emergem diante das catástrofes ambientais, incapacidade de tratamento dos resíduos do consumo urbano, a escassez de água e outras bases energéticas, bem como o impacto dos alimentos industrializados e produzidos com químicos que causam prejuízo à saúde e bem estar da sociedade. Entretanto, potencializar a sustentabilidade nas cidades será um intento de insucesso se tratado como iniciativas ambientalistas isoladas ou descolados das práticas de convivência urbana e dos hábitos alimentares de massa, construídos e favorecidos pela mídia do consumo.

Nesse sentido as observações no decorrer no projeto de extensão “Agroecologia urbana” no ano de 2014 e as entrevistas no bairro Rio da Onça com moradores que praticam a produção ecológica, nos indicam como potencializadores da Agroecologia Urbana a incorporação nos hábitos alimentares das plantas regionais subutilizadas da Mata Atlântica no seu potencial alimentício e medicinal, bem como a valorização dos espaços informais de obtenção de conhecimentos, mudas, sementes e alimentos, o qual serão aqui denominados organização de vizinhança, baseado em pressupostos de solidariedade, troca e ajuda mútua.

2. AGROECOLOGIA URBANA

A partir das discussões no âmbito do IV Congresso Latinoamericano de Agroecologia (SOCLA, 2013) e das leituras do documento da FAO (2013), Quon (1999), Pessôa (2005) e Lee-Smith (2009), podemos dizer que a agricultura urbana consiste em um grupo de ações de produção ecológicas e comunitárias de plantas alimentares, não alimentares e animais integrados com espaços urbanos reduzidos com peculiaridades de manejo e organização próprios. Soonya Quon (1999), ao discorrer sobre as diferentes definições da Agricultura Urbana, ressalta a importância que a definição transcorra sobre cinco aspectos, são eles: localização, atividades, posse da terra e legalidade, estágio e escala.

Dessa forma, é importante conceituar a Agricultura Urbana de forma a ser próxima da realidade de cada região ou país, salientar quais os espaços se considera, sejam eles, espaços públicos, terrenos baldios, quintais, telhados, terraços, varandas, vasos e jardineiras, sítios ao entorno da cidade (Location). A especificação dos tipos de atividade envolve a produção de plantas alimentícias ou não alimentícias (ornamental, fertilizante, cosmética, medicinal, florestal, artesanal, etc.), criação de animais, produção ou coleta (Activities). Ainda o conceito deve abarcar a legalidade da posse da terra, pública ou privada e a forma de uso coletivo ou individual (Landownership, Legality), se inclui como uso coletivo do espaço público os hortos comunitários, as redes da agricultura urbana, as iniciativas do governo municipal e regional de promoção de cidades sustentáveis.

Como estágio entende-se a especificação dos momentos da cadeia produtiva abarcados, seja a semeadura, plantio, transformação, comercialização e distribuição (Stage) nesse aspecto poder-se-ia acrescentar os espaços coletivos de compostagem, preparação de mudas, formação, troca e partilha de alimentos. O quinto fator, que segundo Soonya Quon (1999) deve estar presente na definição da agricultura urbana é a escala de produção, relacionado a uma área mínima e máxima para as atividades (scale).

A autora analisa 22 definições de agricultura urbana elaboradas a partir das realidades próprias e suas peculiaridades em diferentes partes no mundo. Tais definições, nos fundamentam para arriscarmos em uma definição adequada as práticas do projeto de extensão do qual serão relatadas as reflexões sobre o tema. Portanto, elaboramos a seguinte definição, a qual fundamenta a utilização do termo Agroecologia Urbana no presente estudo na visão dos autores.

Agroecologia urbana consiste em um grupo de ações de trocas e produção ecológica de vegetais e animais em quintais domésticos, com extensão de até uma quadra dentro da cidade ou caracterizados como agricultura familiar na área Peri-urbana. Com ações voltadas a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas direta e indiretamente. Trocas solidárias dos resultados do trabalho e conhecimento. Organização pautada em uma ação coletiva na produção de insumos, geração de energia e aprendizagem colaborativa em espaços públicos de organização formal ou informal. Fundamentalmente apoiada por políticas públicas, saber local tradicional e projetos acadêmicos, legitimados pela sociedade civil (SILVA E SILVEIRA, 2014).

A definição enfoca como atividades principais: 1) a produção ecológica; 2) a troca solidária; 3) ação coletiva nas atividades de apoio (compostagem, energia, insumos, formação) em espaços públicos (associações, prefeitura, parques); 4) a integração e apoio do poder público, sociedade civil, saber local tradicional e universidades.

No contexto da agricultura urbana, não poderíamos desconsiderar que a produção está associada ao consumo político e as estratégias de controle do paladar e hábitos alimentares dos cidadãos ancoradas por interesses econômicos de concentração de renda. Assim, observa-se o consumidor cada vez mais distante da forma de produção e processamento dos alimentos. Também cada vez mais o cidadão está restrito ao papel de consumidor.

Na mesma proporção, os alimentos se transformam. Cada vez menos alimento e mais conservantes e aromatizantes são disponibilizados no mercado. Menor tempo dedicado no preparo, no consumo, na confraternização do alimento. Por outro lado, muitas famílias despendem grande parte do seu orçamento em alimentação industrializada e pouco nutritiva, mesmo existindo espaços de terra ociosos em seus lotes, quintais, vizinhança.

Assim, surgem inúmeras iniciativas que buscam melhorar a qualidade dos alimentos consumidos e incentivar a produção de alimento nas cidades, sejam nos quintais, nas áreas públicas ou nas escolas, evidenciando a necessidade de redescobrir as plantas regionais, adaptadas ao solo e clima, bem como o equilíbrio na preservação do ambiente.

Nesse estudo focou-se a análise de dois fundamentos e também potencializadores da agroecologia urbana são eles: 1) a biodiversidade local, baseada na memória e reconhecimento de plantas regionais de uso alimentício e medicinal; e 2) a organização de vizinhança que embora se estabeleça informalmente nas trocas solidárias de sementes, mudas, saberes e vegetais produzidos nos quintais têm importante papel na consolidação dos quintais e alimentação complementar das famílias.

3. PLANTAS REGIONAIS SUBUTILIZADAS

Não é desprezível que o paladar das populações é fruto de uma construção e troca étnica dos movimentos migratórios no último século. Mas convenhamos que, a solidificação dos hábitos alimentares favoreceu muito interesses econômicos, de comercialização de insumos e produtos com facilidade de produção e distribuição em escala, reduzindo muito a variedade de vegetais consumidos e padronizando independentes das condições locais, os itens consumidos. O processo de industrialização e urbanização a partir da década de 1950 acirrou uma padronização da alimentação reduzindo a participação de itens regionais nas dietas das famílias brasileiras, confirmados nos estudos de Bleil (1998). As hortaliças e frutas consumidas pelas populações até meados do século XX são hoje nobres desconhecidas dos consumidores. A política governamental de aquisição de alimentos, bem como o planejamento nutricional das instituições escolares, hospitalares contribui na oferta por parte dos produtores familiares das plantas alimentícias tradicionais. Uma ação que repercute na manutenção da cultura gastronômica do território e nas formas de fomento da produção familiar. Por outro lado, o incentivo a agricultura urbana e a produção de alimentos no município deve estar associada a disponibilidade e facilidade de crescimento das plantas regionais bem como a adaptação das sementes ao solo e clima e a racionalização dos tipos de solo e sua utilização.

Em contraposição a fome e a dificuldade de produção de alimentos massificados mundialmente há uma série de plantas de valor alimentício constatado, amplamente consumidas no Brasil anteriormente ao processo de intensa industrialização da alimentação. Essas plantas são tratadas como plantas daninhas e pragas nos jardins e plantações, cada vez mais desconhecidas na sua nomenclatura e valor nutricional, com reduzindo ou nenhum potencial de mercado, embora abundantes e de fácil cultivo. Constam na tabela 1, algumas espécies de plantas na região costeira do Brasil, estado do Paraná de acordo com LORENZI (2008) e publicação do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do BRASIL (2013) de plantas subutilizadas e adaptadas a região de Mata Atlântica.

Tabela 1- Plantas sub-utilizadas da Mata Atlântica. Fonte: elaborada pelos autores com base nos estudos de LORENZI (2008) e BRASIL (2013).

Nome popular (<i>nome científico</i>)	Nome popular (<i>nome científico</i>)
Taioba (<i>Xanthosoma sagittifolium</i>)	Falsa Serralha (<i>Emilia fosbergii</i>)
Ora-pro-nobis (<i>Pareeskia aculeata</i>)	Pepino-do-mato (<i>Melothria fluminensis</i>)
Beldroega (<i>Portulaca oleracea</i>)	Capiçoba (<i>Polygonum hydropiperoides</i>)
Capuchinha (<i>Tropaeolum majus</i>)	Jambu ou agrião do Pará (<i>Camella oleracea</i>)
Maxixe (<i>Dadutra stramonium</i>)	Jambu ou jambolão (<i>Syzygium cumini</i>)
Serralha (<i>Sonchus oleraceus</i>)	Vinagreira (<i>Hibiscus sabdariffa</i>)
Cúrcuma (<i>Cúrcuma longa</i>)	Bucho-de-rã (<i>Physalis angurata</i>)
Maria-preta (<i>Solanum americanum</i>)	Aroeira ou pimenta-rosa (<i>Schinus terebinthifolia</i>)

O movimento de escolhas dos itens da alimentação consumo e produção estão relacionados a interesses econômicos, portanto, a reflexão sobre tais processos necessita de uma interferência no fluxo atual, no sentido, de resgatar e valorizar as plantas regionais e a utilização das mesmas na alimentação escolar, na orientação dos técnicos e agentes de saúde nas comunidades, bem como no incentivo a produção da agricultura urbana, com a reprodução de sementes e divulgação das receitas de pratos que incluem itens da biodiversidade local (SILVA e SILVEIRA, 2014).

4. ORGANIZAÇÃO DE VIZINHANÇA

A organização de vizinhança, referida no texto, trata-se de movimentos no âmbito urbano e periurbano de relações de ajuda mútua, trocas e ações coletivas que acarrete uma facilidade de acesso a bens, serviços ou melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro. Ações essas espontâneas, informais ou formalizadas em associações de bairro, organizações não governamentais, ações sociais, cooperativas de trabalho ou consumo. FUMEGA (2009) afirma que bairros com limites bem definidos favorecem uma rede social finita e a probabilidade das pessoas se conhecerem e interagirem havendo maior coesão social e fortalecimento do capital social.

A construção de um sentido de comunidade e afirmação de um bairro são aspectos chave para a sustentabilidade urbana. Uma organização social diferenciada, voltada a ações coletivas para atender as demandas do bairro e, simultaneamente, reduzir os custos ambientais e domésticos de acesso a habitação, serviços de desporto, deslocamento e convivência social. O autor aponta ainda, alternativas de organização social e de propriedade com Vantagens econômicas que incluem a redução dos custos de habitação:

“É um repensar de certas características de modelos de habitação já usados como as cooperativas de habitação, ou dos bairros operários, contudo o que se pretende é uma visão mais pluralista, de concentração de várias classes de pessoas, de partilha do espaço que é público, de fácil adaptação física e funcional do espaço a várias características, no fundo, um uso mais eficiente e partilhado do espaço” (FUMEGA, 2009 ;pag. 90).

Outro aspecto mencionado por Fumega (2009) como essencial para a sustentabilidade urbana e a *biophilia*, entendida como a interdependência entre o meio natural e o ser humano. Esse fator deve ser considerado, segundo o autor, no planejamento das áreas urbanas atualmente, reintroduzindo a natureza na cidade e os corredores verdes para sobrevivência de espécies da flora e fauna. Dessa forma, os bairros são vistos como ecossistemas urbanos, coerentes com a necessidade de equilíbrio ambiental amenizando os impactos das ilhas de calor que se tornaram os centros urbanos. Um caminho que provoca um novo olhar sobre o processo de urbanização, que congrega concentração de área construída, disposição dos fluxos que fomenta o uso de automóveis e petróleo, separação do ser humano e natureza; consumo de bens em hipermercados de produtos industrializados; individualismo e dependência das trocas monetárias.

“Tendências errantes na forma com o urbanismo foi aplicado têm conduzido a uma quase obliteração da natureza nestes meios, o que conduz a uma notória perda de qualidade de vida por parte dos seus habitantes” (FUMEGA, 2009, 65).

Ao analisar o bairro como um ecossistema incorporando a natureza e seus benefícios para a qualidade de vida dos moradores e ressaltando a necessidade de responsabilizar se pelos resíduos gerados pela dinâmica urbana, emerge o redesenho das relações sociais no bairro pautados em ações mais coletivas, solidárias e ambientalmente responsáveis e inteligentes. Fumega (2009) aponta que as comunidades

sustentáveis são o uso mais eficiente do espaço urbano, um objetivo bastante compatível com os objetivos do capital comunitário, em particular com os de minimizar o consumo do capital natural e o de multiplicar o capital social. A necessidade de mudanças nas práticas de convivência urbana para uma racionalidade ambiental e que favoreça a qualidade de vida dos moradores também aparece como conclusões em trabalho anterior (SILVA e SILVEIRA, 2014), identificando ações privadas, públicas e de iniciativa civil movidos por uma irracionalidade econômica que repercute em danos ambientais e ao bem estar dos atores sociais. Faz parte da urbanidade, a convivência social, a necessidade de acordo com a vizinhança, os espaços públicos de gestão coletiva. Dessa forma, talvez como pilar principal, o incentivo, disponibilização e coordenação de espaços físicos destinados a composteiras coletivas, hortas comunitárias, lavanderias com reutilização da água, centros apropriados para clubes de trocas e feiras. Tais espaços embora sejam de necessidades das unidades domésticas necessitam de uma gestão coletiva para viabilizarem as demandas da vizinhança e o suporte necessário a própria viabilidade de iniciativas de sustentabilidade no bairro e construções comunitárias.

5.METODOLOGIA

A abordagem metodológica é qualitativa e cíclica no processo de apreensão da realidade em estudo, onde a observação da realidade retroalimenta os instrumentos de coleta de dados e questões de pesquisa (ALENCAR,1999). Portanto, mescla técnicas de participação, observação e entrevista. Uma vez que se realiza na região um projeto de extensão universitária com foco no fomento a quintais produtivos, possibilitou a aproximação e reconhecimento do espaço físico e das relações com atores sociais moradores no bairro rio da Onça, sendo possível a intervenção em quatro residências localizadas no bairro e acompanhamento periódico das demandas, dificuldades e consolidação dos quintais em reuniões de trocas de saberes periódicas, foram realizadas no período oito encontros, com frequência quinzenal. As observações e ações coletivas ocorreram no período de 01 de maio a 30 de novembro de 2014. Informações sendo complementadas pelas entrevistas in loco realizadas no bairro no período de 01 a 15 de abril de 2015. Para segunda etapa da coleta de dados, a entrevista oral, os sujeitos foram identificados por meio da técnica de indicação “bola de neve”, na qual a partir de uma entrevistada de participante do projeto de extensão com reconhecido envolvimento na produção ecológica, solicita-se a indicação de outra moradora ou morador que atenda os critérios que seja de relevância no conhecimento de plantas locais. Foram realizadas quatro entrevistas, sendo que dois entrevistados participaram da primeira etapa de intervenção e observação com projeto de extensão.

A entrevista foi realizada na residência dos entrevistados com registro em áudio, anotações, observação e posterior transcrição das narrativas. As narrativas foram sistematizadas e analisadas por meio da análise do discurso, entendendo-a como técnica de investigação descritiva, sistemática e objetiva do conteúdo da comunicação (BARDIN, 1994). O método da análise de conteúdo aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso. O que permite ao pesquisador o entendimento das representações que o indivíduo apresenta em relação a sua realidade e a interpretação que faz dos significados a sua volta (SILVA et. al, 2005, p.74). A identificação foi realizada com a letra inicial do primeiro nome do entrevistado.

6.EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS DA AGROECOLOGIA URBANA NO BAIRRO RIO DA ONÇA

A possibilidade de acompanhar os encontros do projeto de extensão no bairro Rio da Onça em matinhos e entrevistar em período posterior diferentes quintais, possibilitou aos autores, arriscar-se em sugerir como fatores potencializadores da agroecologia urbana na região o fortalecimento e organização das trocas de vizinhança e solidariedade bem como as plantas de valor comestível e medicinal das plantas regionais de fácil cultivo e adaptada a região com práticas ecológicas de produção.

Entretanto, o fomento às hortas urbanas deverá estar atrelado a reflexões sobre as decisões de alimentação da família, sua composição nutricional e a influência dos fatores culturais e publicitários que definem ou constroem a partir dos grupos de consumo em massa as plantas comestíveis e simultaneamente produzidas e comercializadas em escala. A consciência crítica das decisões de consumo e construção do paladar familiar são decisivos para uma reformulação “do que produzir” no quintal. Por outro lado, a consolidação e manutenção dos quintais deverá estar também fundamenta em práticas ecológicas de produção, que harmonizem a biodiversidade com as características de solo, clima, sementes crioulas, retorno dos nutrientes da matéria vegetal gerada para o solo, diversificação das plantas para equilíbrio da ação de insetos e utilização da adubação verde. A prática ecológica também explicita a

necessidade de independência de empresas detentoras do monopólio de sementes, e sementes associadas a insumos químicos para seu crescimento e produção. Dessa forma, a rede de contatos para trocas solidárias deverá ser fortalecida, para preservação das plantas e sua domesticação nos quintais produtivos. Tal organização potencializa ainda a gestão de espaços coletivos para demandas comuns como composteiras, viveiros, banco de sementes, cisternas de captação de água pluvial, espaços para trocas e formação.

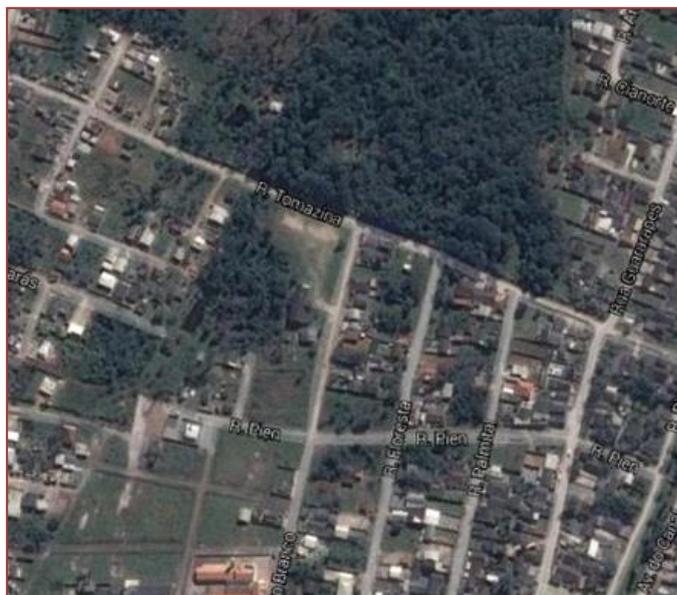
Nesse sentido a Figura 1 procura demonstrar a articulação da Agroecologia Urbana, seus potencializadores e também fundamentos de manutenção como um possível caminho para bairros periurbanos sustentáveis. Vislumbrando que o bairro Rio da Onça em Matinhos, pela estrutura territorial atual, demografia e organização das residências é um espaço fecundo para pensar um planejamento coletivo e uma política pública de urbanização baseada na Agroecologia Urbana.

Figura 1: Potencializadores da agroecologia urbana. Fonte: elaborado pelos autores.



O estudo das experiências de quintais produtivos no bairro Rio da Onça possibilitou observar o potencial de envolvimento das famílias em uma área periurbana com proximidade de áreas florestais da Mata Atlântica em uma área recém urbanizada (menos de 5 anos) com terrenos e vegetação verde superior a área construída, conforme observado na Figura 2.

Figura 2: Bairro Rio da Onça – Matinhos/PR. Fonte: Google Maps, 2015.



As falas dos entrevistados e observações de pesquisa demonstram a organização informal da vizinhança e o hábito de cultivo de flores, árvores frutíferas, plantas medicinais e temperos nas residências. O consumo é ressaltado como complementar na composição da dieta familiar em temperos, chás e sucos. Por outro lado, as plantas regionais mesmo que existentes e observadas nos quintais não são citadas pelos moradores como parte da produção ou incluído na dieta alimentar. Esse fato, não foi esclarecido o porquê de sua omissão, e poderíamos especular a não utilização ou a não valorização do valor alimentício, como hortaliça parte da produção do quintal, pela facilidade de seu cultivo na região com nascimento espontâneo. A sua abundância poderia ser justamente o motivo de ser secundarizada como alimento da horta. Os entrevistados e participantes do projeto de extensão, são provenientes de outras regiões nas quais “lidavam” diretamente com a terra e trouxeram das respectivas regiões mudas e árvores (Caju do Piauí; Araça-Pera de Guaraqueçaba) e declaram que a atividade no quintal produtivo são para complementação da alimentação e um prazer de lidar com a terra desde a infância. Dentre as plantas declaradas estão o “cheiro verde”, couve, almeirão, as árvores frutíferas, milho e inhame. Esses são alimentos declarados como parte da dieta e aceitos pela família.

Tudo que eu faço da minha horta, eles (família) comem e gostam.(...) Eu tenho suco do quintal e não preciso me preocupar em comprar outra coisa” (Sra. T.)

“E não preciso comprar no mercado tempero pro feijão, pro peixe... tenho tudo em casa fresquinho” (Sra.E.)

Os entrevistados manifestam uma afeição pelas plantas e sua identificação com o papel das mesmas na sua saúde, seja pelo bem estar em estar cultivando o quintal, seja pelos benefícios de ação medicinal da planta quando indicada para conhecido, como narra o Sr. A, ao mencionar que em sonho viu a imagem da planta (Erva Baleera; *Cordia verbenacea*) e pesquisou sobre ela, para descobrir seu benefício medicinal e indicar a um amigo, que melhorou ao ingerir o chá. Os entrevistados assumem o benefício das plantas do quintal seja no processo de cultivo seja nos benefícios de consumo. A organização de vizinhança ocorre informalmente, principalmente, no que se refere a obtenção de mudas. Os vegetais e frutos são doados espontaneamente como forma de oferta a vizinhos e conhecidos de acordo com a época de colheita, sendo o excedente não consumido pela família.

“ Eu tinha levados minhas plantas para outro terreno, e fui no Sr. M ele tinha bastante cebolinha, trouxe essas mudas de lá, ele me deu. (...) Quando alguém vem aqui, olha minhas plantas e fala eu tenho essa outra, se quiser vai em casa buscar e assim quando tenho também dou.”(Sra. E). “Eu ganhei muitas destas mudas no encontro das hortas, quando vinham aqui também levavam as que eu tinha e assim vamos conhecendo outras plantas, algumas que eu conhecida mas não sabia que podia comer. ”. (Sra. T)

Dentre os entrevistados observa-se que realizam algum tipo de compostagem de cascas de vegetais, entretanto, apenas a Sra. T e Sra E, que participaram da fase inicial de observação e preparação de composteiras, declararam possuir composteira e as mostraram durante a entrevista. O Sr. M e Sr. A, declaram não conhecer o processo de compostagem e não realizarem, após explicado, entretanto, observou a existência de amontoados de folhas e cascas de vegetais nos terrenos. A Sra. T. declarou realizar captação de água da chuva, relatando ter construído a partir do envolvimento do projeto de extensão Agroecologia Urbana. Observou-se como diferenciador nos quatro quintais analisados a participação do projeto de extensão Agroecologia Urbana. Como pontos diferenciadores estão:

1) Valorização do espaço da composteira como parte da produção ecológica (composto utilizado na horta) e importância ambiental (tratamento do resíduo orgânico).

1. Valorização das plantas regionais, Como o suco do Araçá Pera, o almeirão roxo, a existência de plantas regionais no quintal embora não mencionadas como produção da horta.
2. A adoção de técnicas de cobertura vegetal de palha seca, diversificação nos canteiros para amenizar o impacto dos insetos, utilização de material diversificado na construção dos canteiros, espirais, mandala.

“ Antes eu gostava do quintal limpo, não deixava um matinho crescer, estava sempre catando, agora não, eu é que não deixo meu marido tirar, cada planta tem seu papel e seu valor” (Sra. E – participou do projeto de extensão)

“ O grande problema que tenho são os caramujos e as minhocas, cada minhoca grande, elas atrapalham muito. (...) Nunca ouvi falar de compostagem [mantém amontoado de cascas vegetais sem matéria seca].(Sr. A.)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição de consolidação dos quintais e seu impacto na alimentação cotidiana na interpretação dos atores sociais apresentou-se como um processo integrado com a formação cultural dos indivíduos e sua história de vida associada a vida fora da cidade, no campo ou nas ilhas. Ressalta-se o papel dos entrevistados, mulheres e homens, como detentores de uma memória regional do uso alimentício e medicinal das plantas e da relação afetiva no manejo do quintal. A produção vegetal no quintal está associada a uma complementação da alimentação familiar, que gera economia, e aceita pelos familiares, entretanto, como complementar e não como substituição dos itens industrializados e adquiridos no varejo. As relações de proximidade e identificação favorecem a organização de vizinhança de forma esporádica e espontânea. O bairro Rio da Onça no município de Matinhos, PR, em fase de urbanização, apresenta um potencial de planejamento urbano voltado a sustentabilidade e baseado na agroecologia urbana, entretanto, deverá estar associado a um programa de valorização das plantas regionais, práticas ecológicas de produção, gestão de espaços coletivos e fortalecimento da organização de vizinhança.

REFERÊNCIAS

- 1] Alencar, Edgar. Introdução à metodologia de pesquisa. Lavras:UFLA/FAEPE, 1999.
- 2] Arruda, J. (2006) “Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas” (dissertação de mestrado publicada) UNICAMP Campinas, SP. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/ea000499.pdf> acesso em 23 de julho de 2014.
- 3] Bardin, I. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.
- 4] Bleil, S.a I. (1998) “O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil” IN Cadernos de Debate, Vol. VI, Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/upload/ensino/AVIscednu090804095840.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2013.
- 5] Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Hortaliças não convencionais: da tradição à mesa. Brasília: MAPA/ACS, 20013.
- 6] Fao- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2001). “Urban and peri-urban agriculture: A briefing guide for the successful implementation of Urban and Peri-urban Agriculture in Developing Countries and Countries of Transition”. Rome, Italy. Disponível em: http://www.fao.org/docs/eims/upload/215253/briefing_guide.pdf Acesso em 28 de novembro de 2013.
- 7] Fumega, João Filipe Mota Guedes . Comunidades sustentáveis como a expressão social da sustentabilidade urbana – Dissertação de mestrado em Gestão do território e urbanismo – Universidade de Lisboa –Departamento de Geografia, Lisboa, Portugal, 2009.
- 8] Google MAPS Visão de satélite do bairro Rio da Onça, Matinhos, PR Disponível em: WWW. Acesso em 15 de abril de 2015.
- 9] Lee Smith D. (2009) “Carrot City: Disgning for urban agriculture” IN: Urban Agriculture magazine •RUAF number 22 •. Disponível em: <http://www.ruaf.org/sites/default/files/UAM22%20Carrot%20City%2043-44.pdf> Acesso em 10 de fevereiro de 2014.
- 10] Lorenzi, H.(2008) “Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas” – 2.ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum.
- 11] Pessoa, C.C. (2005) “Agricultura urbana e pobreza: um estudo no município de Santa Maria – RS” (dissertação de mestrado publicada) Programa de pós graduação em extensão rural Universidade Federal de Santa Maria, RS,. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1643 Acesso em 23 de julho de 2014.

- 12] Quon, S. (1999). "Planning for Urban Agriculture: A Review of Tools and Strategies for Urban Planners".: Urban agriculture definitions. IDRC, Canada. Disponível em: <http://www.international-food-safety.com/pdf/Cities%20Feeding%20%20Planning%20For%20Urban%20Agriculture%20%20A%20Review%20Of%20Tools%20And%20Strategies%20For%20Urban%20Plan%20ners.pdf> Acesso em 28 de novembro de 2013
- 13] Silva, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatris Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa . O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método IN: Organizações rurais e agroindustriais. Lavras, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.
- 14] Silva, Cristiane Rocha; Silveira, Bruno Alexandre da. Agroecologia urbana e a demanda pela racionalização das políticas municipais IN: Revista de extensión universitaria. Año 4. 2014. Santa Fé. Argentina. ISSN (impresa) 2250-4591; ISSN (em línea) 2346-9986.
- 15] Socla - Sociedade Latinoamericana de Agroecologia (2013). "Anais dos IV Congresso Latinoamericano de Agroecologia" - Lima, Peru.

Capítulo 3

Apontamentos para a elaboração de uma política socioambiental para as comunidades remanescentes de quilombo no Alto Rio Trombetas e em seu entorno

Wilson Madeira Filho

Ana Maria Motta Ribeiro

Alba Simon

Leonardo Alejandro Gomide Alcântara

Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

Wagner de Oliveira Rodrigues

Carolina Weiler Thibes

Rogério Geraldo Rocco

Marcelino Conti de Souza

Resumo: Os quilombos do Rio Trombetas, dentre as quais se situa Boa Vista, a primeira comunidade de remanescente de quilombos reconhecida no Brasil, apresentam novas configurações e desafios. A partir dos trabalhos para criar condições e estabelecer um Laboratório de Justiça Ambiental junto ao campus avançado da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Oriximiná (PA), os pesquisadores/autores, apontam elementos na etnografia realizada entre outubro e dezembro de 2014 para colaborar nesse debate. Formas de associação, conflitos internos e configurações culturais se conjugam às intervenções institucionais do poder público municipal (com avanços na estrutura educacional, baixo impacto no atendimento à saúde e iniciativas na área do turismo), estadual (com duas unidades de conservação) e federais (com outras duas unidades de conservação no território). Podemos identificar, também, a atuação de ONGs, do Ministério Público e das universidades em resposta à pressão causada por iniciativas empresariais privadas (Mineradora Rio do Norte) e públicas (a proposta de construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira). A atuação na defesa de direitos de populações tradicionais e vulnerabilizadas, assim como a consecução de conquistas coletivas implica em atuações sistemáticas, onde a pesquisa e a extensão universitárias possuem papel crucial, ampliando a tecnologia democrática aplicada nos casos concretos.

Palavras-chave: Quilombos; Povos e comunidades tradicionais; Unidades de Conservação; Justiça Ambiental; Conflitos socioambientais.

1. INTRODUÇÃO

Com o desafio de estruturar o Centro de Assistência Jurídica e o Laboratório de Justiça Ambiental na Unidade Avançada José Veríssimo da Universidade Federal Fluminense em Oriximiná, uma equipe composta por professores, estudantes e pesquisadores visitou nos meses de outubro a dezembro de 2014 algumas comunidades do Rio Trombetas (Serrinha, Boa Vista, Moura, Último Quilombo, Nova Esperança, Jamari, Curuça, Mãe Cué, Tapagem, Abuí e Cacheira Porteira) numa expedição de barco a partir de projeto PROEXT do Ministério da Educação, executado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) em cooperação com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Tínhamos como objetivo prestar uma assessoria jurídica às demandas coletivas e fazer um mapeamento dos conflitos socioambientais. A equipe, multidisciplinar, contava com as mais diversas formações (direito, biologia, letras, ciências sociais) e, mais importante, com um enfoque que não vislumbrava uma perspectiva unicamente científica, mas com o desafio de estabelecer vínculos e espaços de construção coletiva das mais diversas perspectivas dos conflitos socioambientais identificados no Rio Trombetas.⁸

Para tal atendíamos, também, como fruto de conversas prévias, a uma demanda da Defensoria Pública do Estado do Pará que coincidia com expectativas do Ministério Público Federal nesta unidade da federação sobre uma possível consulta futura às comunidades quilombolas no Rio Trombetas diante do aumento da área de exploração mineral da bauxita pela MRN (Mineração Rio do Norte), conforme estudos também realizados por Alcântara & Madeira (2011). Um aumento da área de mineração trazia, consigo, uma série de reconfigurações num cenário de conflitos socioambientais e, por conseguinte, tínhamos o desafio de, enquanto Universidade, dar visibilidade às populações humanas - e não humanas - que passariam a estar expostas pelo grande empreendimento.

Numa leitura crítica, podemos identificar nas ações de setores do Estado brasileiro uma confusão entre a noção de atores políticos dotados de cidadania e o conflito de entendimento diante dos chamados *lobbies* antropológicos. Nesse sentido, não raras vezes, povos e comunidades tradicionais têm sido encarados sob uma ótica “irracional”, que transformam o cidadão em um elemento naturalizado. Nesse sentido, o sujeito tradicional é percebido enquanto um passado humano que “sobrevive” na forma de quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Formas de associação, conflitos internos e configurações culturais se conjugam às intervenções institucionais do poder público municipal (com avanços na estrutura educacional, baixo impacto no atendimento à saúde e iniciativas na área do turismo), estadual (com duas unidades de conservação) e federal (com outras duas unidades de conservação no território).

2. A QUESTÃO QUILOMBOLA

A garantia do direito à regularização de domínio das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos foi contemplada pela Constituição da República de 1988, em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁹.

Tal preceito representou a juridicização de um ambicioso projeto de reforma social. A Constituição lançou mão de mecanismo do estado de bem-estar que se multiplicou na segunda metade do século XX: o amplo reconhecimento de direitos, somando às liberdades individuais os direitos sociais e coletivos¹⁰.

⁸ Essa operação contou, além dos autores, com a seguinte equipe, em 2014: Juliana Limongi Vita Santos (à época graduanda Faculdade de Direito UFF), Camila Aguiar Lins do Nascimento (Funcionária técnico-administrativo da UFF e à época graduanda em Direito na UFF, atualmente mestranda pelo PPGSD-UFF), Rodrigo Vilhena Herdy Afonso (Funcionário técnico-administrativo da UFF, então graduando em Direito na UFF e atualmente Mestre pelo PPGSD-UFF), Isabel Regina da Cruz Caetano da Silva (então concluindo Ciências Sociais na UFF e atualmente Mestre pelo PPGSD, bolsista Capes), Maria Morena Pinto Marques Farias (à época concluindo a graduação em Ciências Sociais na UFF, atualmente Mestre pelo CPDA-UFRJ, bolsista Capes), Thayla Regina Frazão de Assumpção (à época graduanda em Ciências Sociais na UFF), Sherazade Tammela Madeira (à época graduanda em Letras na UFF) e Jeisse Alvarez (à época graduanda em Ciências Sociais na UFF).

⁹ Art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

¹⁰ O constituinte rejeitou a constituição sintética, apenas da liberdade negativa, conferindo função de garantia à Constituição. Trata-se de constituição dirigente que se contrapôs a nossa cultura jurídica positivista e privatista.

Todo este panorama exige o grande desafio de sua concretização, o de realizar materialmente o que foi reconhecido de maneira formal. Há que se perceber o grau de resistência e dificuldade que este programa constitucional se põe a enfrentar. O texto constitucional não detalha e esmiúça a maneira como de dará a titulação das terras quilombolas. Por conseguinte, esta empreitada vem sendo enfrentada por disciplina infraconstitucional.

Foram elaborados decretos federais para disciplinar os procedimentos de aplicação da matéria constitucional relativa aos direitos étnicos dos remanescentes de quilombos, sendo os principais deles o Decreto 4.887/03¹¹, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas, e o Decreto 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹².

O foco temático que permeia o presente trabalho, alicerçado no referido artigo 68 do ADCT na Constituição da República de 1988, debruça-se sobre o direito à terra das comunidades quilombolas localizadas no município de Oriximiná/PA, às margens do Rio Trombetas, um dos mais importantes afluentes do Amazonas. Pretende-se, com tal foco, identificar os impasses/entraves da propriedade da terra (ou a concessão de direito de uso) das comunidades quilombolas, do Rio Trombetas, localizadas no município de Oriximiná/PA, seus contornos e especificidades, modos de vivência peculiares desse intenso “campo de estudo”.

Oriximiná, importante polo mineral, é o segundo maior município do Estado do Pará, possui uma área de 107.604,4 km², só superado pelo município de Altamira (161.445,91 km²) em extensão territorial¹³. A metodologia utilizada pelo IBGE reproduz a inserção do município da mesorregião do Baixo Amazonas pela perspectiva do Planejamento Territorial Participativo e o insere na microrregião de Óbidos. Com uma extensão territorial de 107.602,99 Km², segundo Censo do ano 2000, sua população era de 48.332 habitantes. Limita-se ao norte com a Guiana Francesa e com o Suriname; a leste com o município de Óbidos; ao sul com os municípios de Juriti e Terra Santa; e a oeste com o município de Faro e com o Estado de Roraima.

O principal rio do Oriximiná é o Trombetas¹⁴, que nasce no norte do município, percorre todo ele de norte para o sul. O município está situado na Calha Norte do Pará, região que abriga o maior mosaico de áreas protegidas do mundo, que incluem 12,8 milhões de hectares de unidades de conservação estaduais, 1,3 milhão de hectares de unidades de conservação federais, 7,2 milhões de Terras Indígenas (Bandeira, Coslovsky, Pereira, Quintella, e Veríssimo, 2010, p. 2).

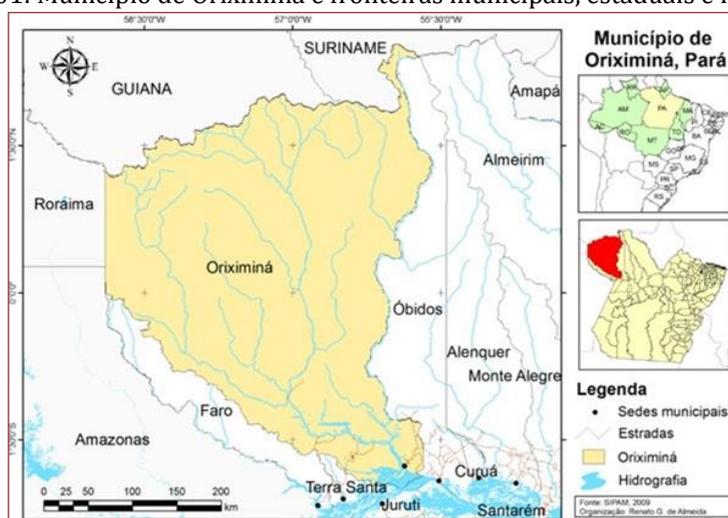
¹¹ Este diploma normativo é objeto de ação declaratória de inconstitucionalidade (Adin) no STF, suspenso em face de pedido de vista.

¹² Em termos normativos, podemos identificar que os Estados do Espírito Santo, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo confeccionaram leis próprias para disciplinar a maneira como se dará a titulação. Especificamente para a pesquisa em tela, nos importa o quadro paraense.

¹³ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial>, Acesso em 22 junho de 2010.

¹⁴ São afluentes do Trombetas: os rios Turuna, Inambu ou Cachorro e o extenso Mapuera, pela margem direita; pela margem esquerda, o rio Cuminá ou Paru do Oeste ou Erepecuru, que é o afluente mais significativo e que serve de limite natural leste, entre os municípios de Oriximiná e Óbidos, pertencendo a Oriximiná seus afluentes pela margem direita.

Figura 01: Município de Oriximiná e fronteiras municipais, estaduais e nacionais.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1533189>

Oriximiná é abundante em recursos naturais, com grande número de lagos, tabuleiros e cachoeiras. E contém, juntamente com o município de Faro, a área indígena Nhamundá-Mapuera, com 845.400 ha. (8.454 Km²). Aliás, o município é um mosaico de comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, lá ocorreu a primeira titulação de terra quilombola do país, na comunidade Boa Vista, em 1995. Somado ao fato de possuir em seu domínio unidades de conservação, como a FLONA (Floresta Nacional) Saracá Taquera e a REBIO (Reserva Biológica) Trombetas, temos neste quadro um imenso emaranhado na territorialidade no município. Esse cenário ainda é complementado pela atuação da empresa MRN (Mineração Rio do Norte).

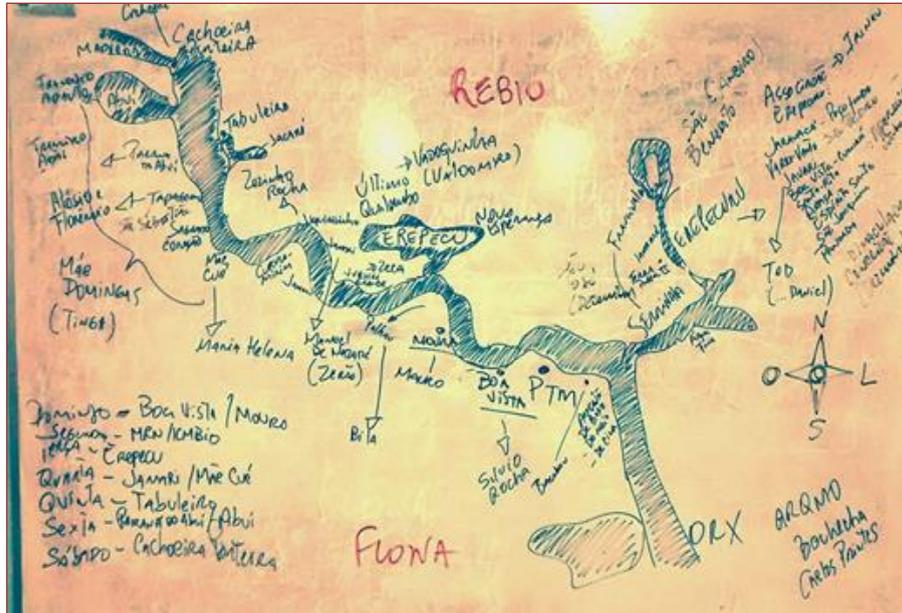
Pautada na atuação como representante das comunidades quilombolas, temos a Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná (ARQMO), que desde 1989 articula os quilombolas, constando atualmente com aproximadamente oito mil membros. Há ainda, diversas outras associações e cooperativas, destacadamente: a Associação dos Moradores da Comunidade Quilombos de Cachoeira Porteira (AMOCREC), a Associação Mãe Domingas, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas (ACRQ), a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo da Área Trombetas (ACORQAT), a Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Água Fria (ACRQAF) e a Cooperativa Agropecuária dos Produtores do Lago Sapucúá (COOPERPLASA). Do rio Erepecuru, tem-se a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Erepecuru (ACORQE) e a Cooperativa do Quilombo (CEQMO). Já do rio Nhamundá, tem-se a Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucúá (ACOMTAGS).

Para compreensão desse cenário, tem-se que a noção de território para essas populações possui singularidades que devem ser percebidas¹⁵. Trata-se de um complexo processo de territorialização, em que a própria noção de identidade está de certa forma associada ao rompimento de sua noção estanque, pois, “o sentido coletivo destas autodefinições emergentes impôs uma noção de identidade à qual correspondem territorialidades específicas, cujas fronteiras estão sendo socialmente construídas e nem sempre coincidem com as áreas oficialmente definidas como reservadas” (Almeida, 2004, p. 45).

Percebe-se um ordenamento espacial diferenciado. Na dinâmica de organização tradicional, os recursos explorados por uma unidade familiar não ficam restritos espacialmente a esta área, podendo sobrepor-se, por vezes, às vizinhas. Isso deve ser traduzido na fórmula de que os rígidos limites de uso e propriedade, individuais, não correspondem a esta realidade (Cunha, 2011, p. 14). Os limites das áreas de uso familiar, como dito, não obedecem a um critério rígido de demarcação. Na maior parte das vezes, quando os têm, os comunitários seguem limites naturais, como o tronco de uma árvore, uma estaca, um curso d'água, entre outros.

¹⁵ Ver também O'Dwyer (1999); e Trecanni (2006).

Figura 02: Mapa desenhado a partir de informações de lideranças locais na Unidade Avançada José Veríssimo sobre as comunidades quilombolas no médio e alto Rio Trombetas e Rio Erepecuru-Cuminã.



Fonte: Mapa desenhado com caneta pilot em quadro em sala de aula em outubro de 2014 por Wilson Madeira Filho e Wagner Oliveira, em seguida fotografado.

As várias configurações sociais concebidas por populações específicas que não se amoldam nesta configuração legal prevalente devem comportar um olhar mais cuidadoso e peculiar, permitindo o surgimento de novas nuances e contornos para a própria noção do direito real de propriedade. O Decreto nº 4.887/2003 determina que o título de propriedade das terras de quilombo será coletivo e outorgado em nome da associação da comunidade. Tal título será pró-indiviso, com cláusulas de inalienabilidade, de imprescritibilidade e de impenhorabilidade. Isto quer dizer, em “bom português”, que a terra não poderá ser dividida, vendida, loteada, arrendada ou penhorada. Isso aponta, de certa maneira, para “uma forma de conceber o espaço e interagir com os recursos naturais de modo completamente distinto daquele utilizado pelas sociedades estruturadas na lógica da propriedade” (Allegretti, 1994, p.17).

3. DIÁRIO DE BORDO

Nas diversas reuniões que antecederam o trabalho de campo com as comunidades tradicionais no Rio Trombetas, nossa equipe esteve, dentre outros, com representantes da Defensoria Pública do Estado do Pará, em Belém PA, com funcionários do INCRA em Santarém PA, com membros do Ministério Público Federal, em Santarém PA, e com equipe da fundação Pró-Índio em Seminário realizado em Oriximiná PA. Como elemento comum a todos esses encontros e reuniões, pode-se destacar a intenção de auxiliar a fortalecer o discurso identitário e os modelos representativos dos povos e comunidades tradicionais, considerando-os ameaçados diante de um modelo desenvolvimentista externalizado por um consórcio de ações públicas e privadas, destacadamente, na área específica, no rio Trombetas em Oriximiná, a forte presença da mineração, com a ampliação dos platôs de bauxita da Mineradora Rio Norte (MRN), e a retomada do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, em território de interseção de comunidades quilombolas e indígenas. Outros temas presentes, e não menos graves, seriam o avanço da fronteira agrícola do agronegócio e a paulatina instalação de um turismo predatório, tendo como base a pesca esportiva.

Entrementes, ocorrera, no final de 2013, oficina no quilombo Mãe Cué, reunindo representantes do Ministério Público Federal (MPF) e lideranças quilombolas, justamente para tratar de possível acordo a ser estabelecido entre aquelas lideranças e setores administrativos da MRN no intuito de garantir a ampliação dos platôs de bauxita, adentrando terras quilombolas tituladas inclusive. A orientação do MPF teria se dado no sentido de não realizar acordo sem antes de realizar ampla consulta às demais comunidades quilombolas daquele território, preferencialmente encaminhando a elaboração de um documento base, nos moldes do *Protocolo de Consulta e Consentimento Wajãpi*, elaborado pelo Conselho

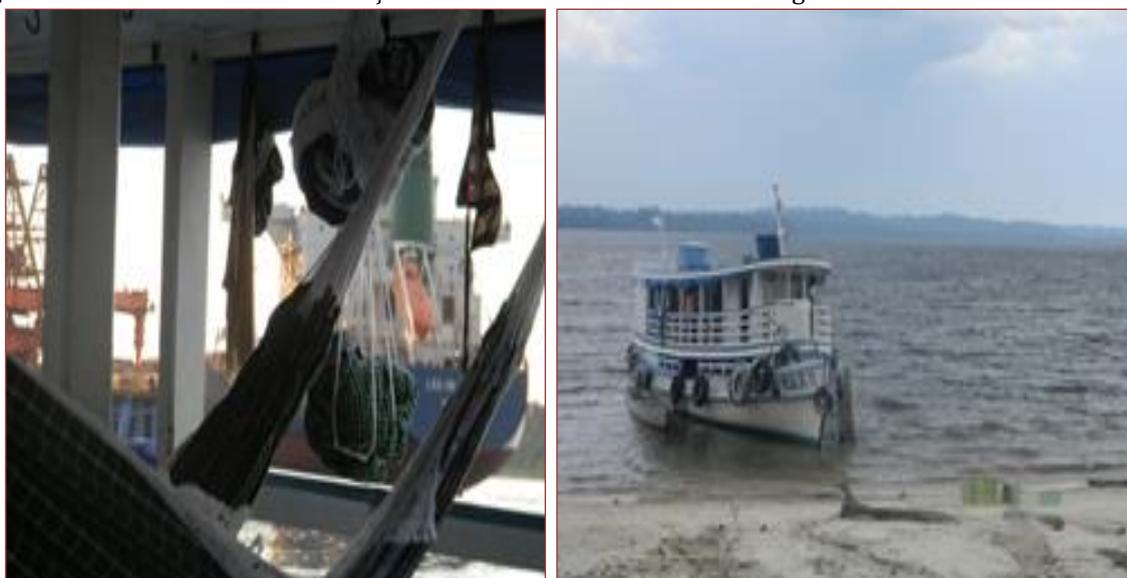
das Aldeias Wajãpi – Apina – e pela Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura. As comunidades indígenas Wajãpi, que vivem em territórios no Amapá, teriam sido as primeiras a elaborar seu próprio protocolo, no marco da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece a obrigação do Estado em consultar previamente os povos e comunidades tradicionais sobre decisões que possam afetar seus modos de vida (RCA, 2014).

Conforme conversa da equipe da UFF com os procuradores do MPF, havia sido tirada a decisão de que a Fundação Palmares procederá à consulta junto a todas as comunidades quilombolas em Oriximiná. Não obstante uma lista com cerca de 20 assinaturas fora levada ao MPF, com representações apenas das comunidades quilombolas diretamente afetadas pelas ampliações dos platôs, desejando pactuar com a MRN, em condições mínimas, que representariam a contratação de oito indivíduos de cada uma daquelas comunidades durante o período da obra de ampliação. O MPF não acatou a lista, em razão dessa contrariar as decisões da oficina realizada em Mãe Cué, por não constar nenhum tipo de consulta direta à população e por contemplar de maneira satisfatória a OIT 169.

Durante nossas visitas a ARQMO e à comunidade Mãe Cué foi possível aferir a veracidade dessa situação. Também durante o Seminário com quilombolas e indígenas promovido pela Fundação Pró-Índio, em Oriximiná, em novembro de 2014, onde participamos, também o tema do assédio da MRN, assim como a presença de estudos para a retomada do projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, foram pontos ressaltados pelos representantes das comunidades, que apresentaram visões diferenciadas sobre ambas as obras de forte impacto social e ambiental, com posições claramente contrárias, que clamavam pela titulação das terras ainda não tituladas e pela ponderada regulamentação dos usos dos recursos naturais, assim como com outras posições favoráveis aos empreendimentos, por ver neles oportunidades de emprego e renda.

Nesse sentido, imbuída dessas informações, durante duas semanas, na embarcação Comandante Max II, a equipe da UFF visitou diversas comunidades de quilombo no Rio Trombetas. Seguem-se alguns registros centrais.

Figuras 3 - redes de nossa embarcação e no fundo um navio sendo carregado de bauxita e 4 - Com. Max II



Fotos de Rodolfo Lobato

3.1.DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2014 - QUILOMBO DA SERRINHA

A visita ao quilombo da serrinha havia sido solicitada por lideranças locais e por intermediação de juiz de direito em Oriximiná, que solicitara a UFF auxiliar a aclarar a questão relativa à consulta que seria realizada em 2015. Encontramos Francinaldo, vice-coordenador do quilombo, e que preparara reunião na escola local, que estava cheia. Os maiores problemas ressaltados foram a futura barragem para instalação da hidrelétrica, e o temor de que afaetasse a pesca, o turismo pesqueiro que já demonstrava aspectos predatórios, e o Linhão de energia – torres de energia que abasteciam a MRN – mas não

beneficiavam as comunidades. “Dizem que aqui é o local mais rico do Brasil”, rematou um dos presentes “e esta situação dos quilombolas, sem poço, nem luz, nem estrutura alguma...”.

A situação de saúde também andava precária, o tratamento de um menino da comunidade, sem acesso a hemodiálise houvera sido notícia no G1 na semana anterior. Ali já fora referência em saúde, na época em que a crença no Curandeiro Balduino Melo, avô de Francinaldo, trazia muitas pessoas para a Serrinha. O retrato de Dona Francisca e de Seu Balduino ainda se encontra na igreja local, em local de destaque, ao fundo do altar.

Figura 5 – Altar na igreja no quilombo Serrinha



Foto de Wilson Madeira Filho

3.2.DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2014 - BREGA 45. VILA PARAÍSO

O Brega 45 ou Vila Paraíso é um conjunto de prostíbulos. Tratam-se de bares, com música alta, em estilo brega, *melody* ou sertanejo, sinuca e, seguindo corredores em cada bar, quartos para serviços sexuais com as garotas locais. Fica próximo ao quilombo Boa Vista. A equipe da UFF foi até lá para apresentar, de forma resumida, os resultados, às donas de brega e às garotas de programa, os resultados de dissertação de mestrado de Silva (2013) lá realizada a pesquisa no ano anterior.

3.3.DIA 02 DE NOVEMBRO DE 2014 - QUILOMBO BOA VISTA

No dia de finados o Com. Max II atracou próximo ao centro da comunidade, ouvimos cantos e batuques que vinham de uma pequena capela. Diante de um forte calor, sentamos nas cadeiras da capela enquanto uma mulher coordenava os ritos cristãos misturado a cantos de inspiração evangélicos, além dos ritmos e instrumentos africanos – em grande sincretismo. No primeiro quilombo titulado no Brasil ouvimos da condutora da cerimônia: “É para a liberdade que Cristo nos libertou”. No alto da porta da capela estava escrito: “Comunidade São José”, uma homenagem ao seu santo padroeiro.

Em conversa posterior, com um o líder comunitário, chamado Sílvio, ouvimos sobre os atuais conflitos e ameaças à comunidade. E, assim, ficamos sabendo que, para consultar os quilombolas, houvera uma divisão entre as comunidades, em Trombetas 1 e 2. Em que as comunidades do Trombetas 1 seriam diretamente afetadas, e as comunidades do Trombetas 2 seriam indiretamente afetadas (Boa Vista estaria no Trombetas 2).

Sobre o paradoxo da existência de uma atividade mineradora em uma Floresta Nacional em território contíguo a uma reserva biológica, o Sr. Sílvio mostra uma outra perspectiva quando diz que “as reservas são feitas pra isso, quando as empresas precisar tá limpo de gente”, reforçando a suspeita de que, para além da preservação ambiental, o principal interesse na constituição das áreas de proteção ambiental no rio Trombetas estaria na preservação da riqueza mineral.

Sobre a possibilidade de indenização sobre as atividades desenvolvidas há outra perspectiva, criticando a necessidade absoluta de dinheiro como forma de reparação de dano, o dinheiro pode, também, ser criador de conflitos. E, assim, ele faz uma metáfora com os estudos para explicar como os dois (o dinheiro e os estudos) podem não ser necessariamente benéficos para a comunidade: *"Quando as pessoas começam a estudar não prestam atenção para as coisas que veem e começam a prestar mais atenção no que não veem"*.

Nesse sentido a liderança está em sintonia com a seguinte reflexão de Castro & Andrade (1988, p. 21) sobre as indenizações: "Já alertamos para o fato de que elas, na realidade, manifestam a política do fato consumado que caracteriza a ação governamental e sua incapacidade de debater alternativas. Assim, não cabe discutir indenizações, pois isto significa aceitar tal política autoritária e o paradigma de modernização integracionista que a orienta".

Figuras 6 –Projeto Quelônio, Quilombo Nova Esperança; 7 – Capela do Quilombo Boa Vista; 8 – Artesanato marajoara reproduzido pelos quilombolas; 9 - Quilombo Mãe Cué



Fotos de Rodolfo Lobato

3.4.DIA 04 DE NOVEMBRO DE 2014 - ÚLTIMO QUILOMBO - LAGO EREPECU

A grande maioria dos moradores do quilombo estava em Oriximiná recebendo pagamentos. Os professores são assalariados do governo e diversos outros chefes de família recebem Bolsa Família ou mesmo Bolsa Verde. Essa dinâmica tornou natural o deslocamento no final do mês de parte das comunidades, pois às vezes seguem juntas as famílias, de maneira a realizar compras na sede do Município, visitar parentes ou mesmo tentar outras atividades e comércios.

Conversamos com Lino e Lucinete (moradores do Lago). Segundo eles, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade) reconheceu também os coletores de castanha que não moram nas comunidades quilombolas, mas em Oriximiná, como usuários legítimos dos recursos naturais da região, por praticarem a atividade historicamente. Por esse motivo, esses coletores também assinaram o Termo de Compromisso

e criaram uma associação. Um desses coletores não retornou a Oriximiná e fixou-se em Fartura, criando problemas para comunidade. Essa situação já foi denunciada.

Com o Termo de Compromisso, a coleta da castanha ficou, na opinião deles, mais organizada. Primeiramente entra o pessoal de fora, depois o pessoal de dentro. Outra alternativa é o Projeto Quelônio, desenvolvido pela MRN, que oferece uma cesta básica e 40 litros de óleo para os comunitários marcarem as praias. São duas famílias por praia. Esse pagamento é irrisório frente ao trabalho das comunidades.

Outra questão é o resultado do trabalho. Não se tem informação sobre os resultados, solturas, se os cuidados deram certo etc. Esses comunitários não têm acesso à Bolsa Verde, que poderia até chegar junto com o salário do Projeto Quelônio.

3.5. QUILOMBO NOVA ESPERANÇA

Neste Quilombo, conversamos com o Sr. Valdeci. Há na comunidade doze famílias espalhadas, a maioria está envolvida no Projeto Quelônio - cuidam das tartarugas por quatro meses até crescerem. A área recebe muitos pescadores “invasores” vindos de Oriximiná para caçar e vender tracajá e ovo de tracajá. E também há coletores “de fora” que vão tirar castanha sem constarem do Termo de Compromisso. E o ICMBio não consegue segurar o contrabando, pois o invasor divide a castanha com vários “regatões” e fica difícil controlar.

Tantos os que assinaram o Termo de Compromisso e os que não assinaram entram antes no castanhal. O que, segundo Valdeci, é prejudicial para quem é do local, como ele, visto que na prática o prazo dos “de fora” estava sendo estendido. Além disso, a presença do ICMBio auxilia diretamente na preservação da área, apesar de não conseguirem solucionar todos os aspectos envolvidos na degradação ambiental. O mesmo relata que houve reunião na comunidade para tratar do tema da consulta pública sobre a expansão dos platôs da MRN.

3.6. DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2014 – QUILOMBO JAMARI

A maioria das famílias do local estava em Oriximiná. Mas encontramos Dona Antônia, uma senhora de idade, matriarca da comunidade, e o Sr. Jaime, que construía uma casa e estava trabalhando no telhado. A família deles estava na mata extraíndo copaíba e permaneceria lá por três dias.

3.7. QUILOMBO CURUÇÁ

O Coordenador da comunidade é o Marquinhos. Encontramos Ednei na casa de farinha junto com outros jovens. O restante da comunidade estava em Oriximiná. São 40 pessoas na comunidade. A farinha é feita para toda a comunidade e dura cerca de um mês. Eles e outros comunitários estão participando do Projeto de Mapeamento das Copaíbas, do IMAFLORA. O IMAFLORA compra o óleo deles e vende para uma empresa alemã chamada “Verminiche”.

A comunidade está pedindo mais recompensa financeira pelas copaíbas, devido ao aumento da supressão de vegetação. O litro da copaíba custa hoje R\$ 27,00 (vinte e sete reais). A área está em processo de titulação. Os comunitários recebem Bolsa Família e a Bolsa Verde.

3.8. DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2014 - QUILOMBO MÃE CUÉ

Fomos recebidos na comunidade por Ronildo, Zivaldo e Tinga – maior liderança local. O Ronildo é o Coordenador da comunidade. O Tinga é o coordenador financeiro das cinco comunidades. São cerca de 40 famílias vivendo na área. Os jovens da comunidade se apresentaram muito timidamente no início da reunião como “participantes da comunidade”. Mas depois que as meninas da equipe da UFF disseram que queriam se banhar no riacho para espantar o calor ficaram bem alvoroçados.

As lideranças informaram que no dia 08/11/2013 houvera reunião no Mãe Cué, dia 09/11/2013 na Tapagem e dia 11/11/2013 no Abuí, com ata assinada pelo representante da ARQMO e que, na ocasião, decidiram “autorizar” só os estudos para ampliação dos platôs de exploração da MRN. Primeiro os estudos, durante seis meses, depois a consulta pública.

Muitos comunitários seriam contrários. E precisariam de apoio para compreender e avaliar as relações de custo/benefício, pois, são quatro os platôs pretendidos, áreas estas repletas de recursos naturais. E caso o empreendimento fosse autorizado, seria preciso dimensionar as compensações para as comunidades atingidas.

Perguntados pelo encontro recente com o MPF, em Santarém, e da lista para aprovação de acordo com 8 empregados por comunidade, tergiversaram, a princípio surpresos por sabermos desses fatos, em seguida encaminharam a conversa para solicitar apoio para melhor entender e deslindar a questão.

Uma cozinha comunitária estava em construção no local, financiada pela MRN.

3.9.DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2014 - QUILOMBO TAPAGEM

O Coordenador da comunidade é o Júnior e o Coordenador de Programas Comunitários de Mãe Domingas é o Florêncio. São 400 pessoas, divididas em cerca de 60 famílias. A maioria explora castanha, na REBIO, e no Jacaré, respaldados pelo Termo de Compromisso, o que antes não ocorria e a coleta era considerada clandestina. Uma minoria tem Bolsa Verde.

Houve recusa pela comunidade de projeto de carbono proposto por uma empresa colombiana, por que eles explorariam uma área de floresta em troca de uma porcentagem para a ARQMO, mas não permitiriam que comunitários utilizassem a área nem com caça e nem sequer para entrar no local. Há comunitários que estão a favor da expansão da atividade minerária, com base na crença da geração de emprego. A área da expansão não tem castanha, mas tem muita copaíba.

No bojo desse cenário, há relatos de projetos na área envolvendo a União Europeia, Comissão Pró-Índio e ARQMO, com investimento internacional para essa última entidade. No entanto, os projetos não foram adiante (beneficiamento da castanha e artesanato).

A Cooperativa Extrativista de Oriximiná, primeira da cidade, também não obteve êxito, funcionou de maneira adequada durante dois anos, mas, depois desse lapso temporal, não conseguiu cumprir as metas de coleta e acabou encerrando suas atividades em decorrência da não renovação do contrato com a empresa FLORENZANO.

As reuniões comunitárias são constantes para debater sobre o platô Cruz Alta ou sobre a RDS.

Figuras 10 – Oficina da Fundação Pró-Índio; 11 – Monumento à Bauxita, no Porto de Oriximiná



Fotos de Wilson Madeira Filho

3.3.0. QUILOMBO PARANÁ DO ABUI

Não havia ninguém, apenas um boi, uma antena parabólica, um barracão, uma casa e uma igreja.

3.3.1. QUILOMBO ABUÍ

O Coordenador da comunidade é o Sr. Francisco. Mas na comunidade estava também o Ivanildo, filho do Tinga, que é uma liderança importante. Vivem na comunidade cerca de 70 famílias, elas tiram o sustento da castanha e da copaíba. Após 20 anos de luta, conseguiram, há doze anos, a titulação da terra.

Assinam também o Termo de Compromisso com o ICMBio. Estão brigando pela titulação da terra do platô Cruz Alta, mas o processo está parado no INCRA. A maior área de copaíba fica na REBIO, segundo os comunitários.

As lideranças da comunidade participaram de manifestação em Brasília contra a mineradora e votaram contra o turismo de trilha e de pesca esportiva. No entanto, encontram a mesma dificuldade em uma melhor estruturação política e conscientização da comunidade.

Figura 12 – equipe da UFF no Último Quilombo



Foto de Wilson Madeira Filho

3.3.2. DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2014 - QUILOMBO DE CACHOEIRA PORTEIRA

O Coordenador da comunidade é o Ivanildo e o Presidente é o Claucivaldo (biólogo). O turismo de pesca esportiva é o novo grande atrativo da região e haviam vários barcos no local com turistas. Ivanildo e Claucivaldo teriam se tornado sócios proprietários de hotéis voltados a esse turismo, com o fim de se converterem em empreendedores.

Na comunidade tem coleta de castanha, agricultura e turismo. Também houve a assinatura do Termo de Compromisso com o ICMBio. A comunidade não conseguiu acessar o dinheiro do IDEFLOR, do Serviço Florestal, para barco, escoamento da castanha e depois usina de beneficiamento.

A região de Cachoeira Porteira está metade na Floresta Estadual - FLOTA Trombetas, metade na REBIO Trombetas e do outro lado do rio é a FLONA Saracá-Taquera e a FLOTA FARO. Há reivindicação de toda área ao Instituto Estadual de Terras.

Com relação à hidrelétrica, apesar de estar ainda no Ministério das Minas e Energia, já houve reunião em Cachoeira Porteira com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE/MME) e o Instituto de Gestão e Planejamento de Estado –(IGPLAN) para falar dos estudos.

As comunidades indígenas estavam também presentes nessa reunião e todos juntos dispensaram o diálogo com a empresa, pois, somente após a titulação de suas terras é que será possível qualquer negociação. Houve contratação de um sociólogo como consultor para avaliar perdas e ganhos com a hidrelétrica.

A AMOCREC (Associação dos Moradores da Comunidade Quilombos de Cachoeira Porteira), de acordo com eles, tem um projeto com a AMAZON, financiado pelo Fundo Vale e a Conservação Internacional para formar 40 “Jovens Protagonistas”. O projeto será renovado em janeiro de 2015.

Após esta atividade, parte do grupo partiu de volta para embarcar para o Rio de Janeiro e outra parte seguiu para subir o Rio Mapuera, ao encontro das comunidades indígenas Wai wai.

4.PERSPECTIVAS DA GESTÃO TERRITORIAL

Enquanto trafegava pelo Rio Trombetas, ao atracar no distrito de Porto Trombetas, a equipe da UFF se reuniu com representantes do jurídico da MRN, que nos atenderam de forma polida, porém rápida, mas sem fornecer qualquer informação substantiva. Após serem instados sobre o tema, apenas declararam que a MRN não tem problemas ou conflitos com as comunidades, a mineração estaria a conviver a 60 anos com os quilombolas... “quem inventou o conflito foi a OIT 169”.

Reunimo-nos também com funcionários do ICMBio junto à sede da Reserva Biológica do Trombetas e da FLONA Sacará-Taquera, que nos receberam com toda atenção, realizando debates por dois dias inteiros e depois mais outros dois dias na subsede do Tabuleiro.

O tema central do primeiro encontro envolveu os conflitos socioambientais entre as políticas de conservação ambiental - expressas na gestão das duas unidades de conservação federais; as políticas de desenvolvimento regional - materializadas com a exploração mineral da bauxita pela Mineração Rio do Norte - MRN e com o projeto de implantação de uma hidrelétrica nas confluências dos rios Trombetas, Cachorro e Mapuera; e os projetos de desenvolvimento sustentável, voltados para a fixação e a afirmação das populações tradicionais de Quilombolas e Indígenas da região.

Segundo os funcionários do ICMBio, um dos cenários possíveis para a minimização do conflito entre Quilombolas e Rebio é a titulação das terras e desafetação da Reserva Biológica na área abrangida pelo Termo de Compromisso para Coleta de castanhas, criando, no lugar, uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, tipo de unidade de conservação que admite aquele uso sustentável. Cenário improvável, todavia, haja vista que o posicionamento oficial do ICMBio, em Brasília, não é favorável, sobretudo o posicionamento particular da Diretoria de Manejo que seria radical, no sentido de retirar todas as famílias da REBIO e levar para FLONA.

As famílias do Lago Erepecu, por exemplo, querem o ICMBio na área, portanto são mais favoráveis à criação da RDS. O assunto teria sido tratado na Câmara de Conciliação Permanente Interinstitucional, formada pela Fundação Palmares, Ministério Público Federal, SEPIR, INCRA e ICMBio. A Câmara de Conciliação é uma ferramenta implementada pela Advocacia Geral da União - AGU com o objetivo de gerir conflitos entre órgãos e políticas de governo, haja vistas que são conflitos que não podem ser levados ao Judiciário. Neste caso específico, envolvendo os órgãos supracitados, a conciliação não teria avançado. Atualmente, a Câmara sequer estaria se reunindo mais e será extinta.

Há questões que avançaram substancialmente. Uma delas envolve a formalização de Termo de Compromisso entre o ICMBio e comunidades quilombolas com o objetivo de regularizar algumas atividades extrativistas no interior da REBIO. Há a expectativa de elaborar um novo Termo de Compromisso abordando não só o manejo da castanha, como se dá atualmente, mas também aspectos sobre modos de vida (os quilombolas exploram a palha de ubim, por exemplo, que só tem na REBIO), questões culturais etc. Esse novo Termo de Compromisso está ainda em discussão interna na Coordenação de Gestão de Conflitos Territoriais da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial do ICMBio. Enquanto isso, há expectativa de renovação do Termo da Castanha ainda em dezembro de 2014, uma vez que expirou o prazo do termo anterior.

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS

As unidades de conservação estudadas enfrentam cenários de complexos conflitos, seja no caso da localização de quilombos no interior da REBIO, seja na existência de jazidas minerais em exploração no interior da FLONA.

Com relação aos conflitos entre quilombolas e a MRN trata-se de uma questão bastante complexa. O decreto de criação da FLONA assegura que as áreas de reservas técnicas já existentes quando da publicação do mesmo não sofreriam solução de continuidade, nesse sentido possibilitando a expansão da exploração da bauxita para essas novas áreas. Além disso, o seu Plano de Manejo, publicado em 2001, tem no zoneamento uma Zona de Mineração, onde está previsto o aumento da área de exploração de bauxita no interior da unidade de conservação conforme reservas técnicas já estabelecidas. Ou seja, o cenário institucional é favorável à mineração e desfavorável à manutenção dos modos de vida dos quilombolas ali

localizados. Cabe ressaltar que na revisão do Plano de Manejo houve o pleito por parte da MRN para expansão da mineração para áreas não previstas na época do decreto enquanto reservas técnicas.

Segundo os funcionários da ICMBio, houve um pedido da MRN para pesquisa mineral na Zona Primitiva da FLONA, mas foi negado com fundamento em parecer elaborado por procurador do IBAMA. A MRN, ainda, estaria a rever a Zona de Mineração do Plano de Manejo para expandir a área de exploração da bauxita. Há a previsão para 2015 de realização de consulta pública às comunidades afetadas para fins de análise do pedido de autorização da MRN ao ICMBio para a exploração nas áreas central e oeste. São quatro platôs que estão na Zona de Mineração pelo Plano de Manejo e pelo Plano Diretor da Mineração.

A MRN precisa obter a Licença Prévia até 2017 e a Licença de Operação até 2020, para poder iniciar a exploração em 2021. As comunidades aparentemente estariam favoráveis, sobretudo em função da promessa de levar ensino médio para as áreas. O Ministério Público Federal - MPF recomendou que o IBAMA não se desse qualquer licença para estudos e pesquisa mineral na área até que se discuta a questão na consulta pública.

O problema estaria no fato de que os objetivos estabelecidos para as FLONAs pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei nº 9.985/00, não seriam compatíveis com atividades de mineração. Outra questão importante é que, para expansão dos platôs, a empresa tem obrigação de fazer o Inventário Florístico da área. Todavia, segundo dados apresentados pela MRN, serão eliminados para a expansão dos platôs de exploração 267 hectares de produtos madeireiros.

Mas e os muitos hectares de produtos não madeireiros, não serão computados? Além disso, no inventário realizado pela MRN no âmbito do EIA/RIMA, não aparecem as copaíbas no platô a ser explorado!

REFERÊNCIAS

- 1] Alcántara, Leonardo Alejandro de Gomide; Madeira Filho, Wilson. Conflitos socioambientais, estratégias de conservação e modelos de desenvolvimento: um estudo acerca da mineração de bauxita, conservação ambiental e populações tradicionais na Floresta Nacional Saracá-Taquera e na Reserva Biológica Rio Trombetas no Pará. In: Ferrari, Anderson; Rosa, Cristina Souza da; Horta, José Luiz Borges; Petrus, Júlia Kátia Borgneth; Santos, Maria Consuelo oliveira; Bazzan, Maristela Andréa Teichmann (orgs.). Horizontes de Brasil: escenarios, intercâmbios e diversidad. Barcelona: APEC, 2011, p. 478-491.
- 2] Allegretti, Mary. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: Anderson, A. et al (org). O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ Curitiba, PR: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994
- 3] Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: Acserald, Henri (organizador). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- 4] Bandeira, R.; Coslovsky, S.; Pereira, J.; Quintella, R; Veríssimo, A.: O potencial econômico nas florestas estaduais da Calha Norte. Belém: Imazon, 2010.
- 5] Castro, Eduardo Viveiros de; Andrade, Lúcia M.M. de. Hidrelétrica do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In Santos, Leinad Ayer de e Lúcia M.M. de Andrade (orgs.) As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988, p.7-23.
- 6] Cunha, Lucia Helena de Oliveira. Reservas extrativistas: uma Alternativa de produção e conservação da biodiversidade. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações em Áreas Úmidas Brasileiras – USP. Disponível em: <http://www.usp.br/nupaub/>. Acesso em 28 de julho 2014.
- 7] O'Dwyer, Eliane C. “Remanescentes de quilombos” do rio Epecuru: o lugar da memória na construção da própria história e de sua identidade étnica. In: Brasil: um país de negros? Rio de Janeiro: Pallas/Salvador: Ceao, 1999.
- 8] Rede De Cooperação Alternativa (RCA). Protocolo próprio de consulta Wajãpi é apresentado aos órgãos do Governo Federal. Disponível em www.rca.org.br/2014/10/protocolo-proprio-de-consulta-wajapi, postado em 06/10/2014, acesso em 12/05/2015.
- 9] Silva, Eduardo Castelo Branco e. Estudando o Paraíso: etnografia de uma comunidade de prostitutas no Rio Trombetas, Oriximiná – PA. Dissertação de mestrado. Orientação do Prof. Dr. Wilson Madeira Filho. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, 2014.
- 10] Trecanni, Girolamo Domenico. Terras de quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça/Programa Raízes, 2006.

Capítulo 4

Relações raciais, escola e mercado de trabalho: Trajetórias e desafios para as políticas sociais

Mariana Panta

Nikolas Gustavo Pallisser Silva

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar a discriminação racial no ambiente escolar - que sempre vem acompanhada pela violência e restrição aos direitos básicos de cidadania - buscando compreender o modo como as barreiras impostas à população negra, no decorrer da trajetória escolar, interfere nas ocupações exercidas por ela, renda e demais esferas da vida social. Para compreender esta realidade, além das discussões teóricas, a pesquisa apoia-se em aspectos de 73 entrevistas qualitativas realizadas com chefes de família, negros e negras, moradores da cidade de Londrina-PR. Nas análises qualitativas de cada trajetória, evidencia-se que os obstáculos enfrentados pelos negros ultrapassam as barreiras econômicas e sociais, visto que se avultam depoimentos que enfatizam a discriminação racial cotidianamente sofrida em uma das mais importantes esferas da vida social, que é a educação. O que os entrevistados revelam de suas experiências pessoais são as expressões concretas e subjetivas do racismo que restringem amplamente as oportunidades de ascensão social desse contingente populacional. Os valores depreciativos atribuídos à raça; as características físicas destoantes dos padrões socialmente impostos para a ocupação de determinados postos; a predominância nos trabalhos menos qualificados e mal remunerados devido à menor escolarização; o exercício de trabalhos aquém da qualificação em decorrência do racismo são alguns dos eixos discutidos. Ao analisar práticas discriminatórias e racistas, que minam as oportunidades dos negros, pretende-se contribuir para ações que viabilizem uma educação antirracista.

1. INTRODUÇÃO

Entre as diversas dimensões das desigualdades raciais brasileiras¹⁶, destacam-se aquelas historicamente existentes no âmbito da educação formal, cujas barreiras interferem significativamente na posição do negro¹⁷ na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Neste trabalho, serão analisadas algumas situações de discriminação racial no ambiente escolar - que sempre vêm acompanhadas pela violência e pela restrição aos direitos básicos de cidadania - buscando compreender o modo como as barreiras impostas à população negra no decorrer da trajetória escolar interfere nas ocupações por ela exercidas, bem como nas demais esferas da vida social.

Para compreender esta realidade, além das discussões teóricas, a pesquisa tem como base 73 entrevistas qualitativas realizadas com chefes de família, negros e negras, moradores da cidade de Londrina-PR. Estas entrevistas foram realizadas no âmbito do projeto *Território e Segregação Urbana: O Lugar da População Negra em Londrina*¹⁸, entre 2006 e 2012. Pesquisadores e estudantes filiados ao Grupo de Pesquisa e Estudos de Relações Étnico-Raciais e Afro-Brasileiros (CNPq/UUEL) e ao Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO/UUEL) fizeram o levantamento do material empírico, utilizando como método qualitativo a realização de entrevistas em profundidade, estruturadas em histórias de vida e experiências cotidianas de pessoas negras, a maioria moradora da cidade há mais de trinta anos. Todos os depoimentos coletados desde 2006 (gravados em áudio e transcritos na íntegra), foram sistematizados por meio do processo de (re)leitura, categorização e organização dos dados discursivos que agregam um conjunto de fragmentos de histórias de vida, formando um rico material qualitativo para a interpretação de diversos eixos temáticos. No caso deste trabalho, as análises centram-se nas trajetórias educacionais.

As entrevistas em profundidade geram um material empírico demasiadamente amplo, difícil de ser analisado com profundidade no artigo. Assim, evidentemente, não foi feita uma reconstrução exaustiva desse material, mas sim se buscou explorar os principais aspectos identificados nas descrições e relatos. Foram expostos alguns depoimentos apenas com o intuito de ilustrar situações recorrentes no âmbito escolar, ou seja, no cotidiano de estudantes negros.

Cabe ressaltar que estudos mais amplos e sistematizados sobre a condição social da população negra em Londrina têm sido produzidos¹⁹. Nestes o leitor poderá percorrer depoimentos e textos analíticos de modo mais abrangente. Dar visibilidade a questões que focalizam especificamente o cotidiano deste grupo social oferece subsídios para o desenvolvimento de ações que visem à superação das desigualdades raciais e à implementação de políticas públicas que assegurem o acesso, permanência e sucesso escolar de estudantes negros.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DO NEGRO NO BRASIL

No decorrer da história do Brasil, constata-se que a população negra foi excluída legalmente do processo educacional. Embora a Constituição Imperial, de 1824, declarasse o direito à instrução primária gratuita a todos os cidadãos, esse direito não era válido para os negros, nem mesmo para os libertos do sistema escravocrata. A Lei n. 1, de 4 de janeiro de 1837, no seu artigo 3.º, deixava claro a quem se destinava a escola, bem como expressava oficialmente a exclusão dos negros: “Art. 3.º São proibidos de frequentar as escolas públicas: 1.º Todas as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas. 2.º Os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (CURY, 2008: 212).

Posteriormente, foi instituído pelo Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, que nas escolas públicas

¹⁶ As desigualdades raciais atingem as diversas dimensões da vida social: educação, trabalho, habitação, saúde geral, saúde psíquica, sociabilidade, entre outras.

¹⁷ Para os estudiosos e para o IBGE, a categoria “negros” representa a somatória de pretos e pardos.

¹⁸ Este Projeto de Pesquisa, coordenado pela Prof.ª Dr.ª Maria Nilza da Silva, cadastrado na PROPPG sob o nº 04312, teve duas fases, a primeira de 2006 a 2008 e de 2009 a 2012 foi realizada a sua segunda etapa. Nesta, o Projeto contou com o apoio da Bolsa Produtividade PQ2 para a coordenadora.

¹⁹ Em março de 2009, o Grupo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros e Relações Raciais deu origem ao projeto de extensão Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO) – também coordenado pela Prof.ª Dr.ª Maria Nilza da Silva - que contou com o financiamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná - SETI, entre os anos 2009 e 2011. Em 2014 o LEAFRO foi novamente aprovado pela SETI e contemplado com financiamento. As principais publicações do LEAFRO estão disponíveis na página do Projeto: <http://www.uel.br/projetos/leafro/>.

do Brasil não seriam admitidos escravos e a previsão de instrução para adultos negros dependeria da disponibilidade de professores. Subsequentemente, o Decreto n. 7.031, de 6 de setembro de 1878 prescrevia que os negros só podiam estudar no período noturno²⁰ (BRASIL, 2004: 7). Esses são apenas alguns fatos históricos que evidenciam parcialmente as desigualdades acumuladas na escolarização da população negra²¹. É importante ressaltar que a criação dos primeiros cursos de nível superior no Brasil ocorreu no início do século XIX, tempo em que o país registrava a existência de leis que impediam o acesso de negros, livres ou libertos, à escola de qualquer nível ou limitava-o amplamente.

No século XX, a exclusão do negro do sistema educacional já não era legalmente expressa, porém o acesso e a permanência desse grupo social no sistema de ensino prosseguiram desiguais em comparação com o grupo branco. Roger Bastide, na década de 1950, analisou que a escola - que poderia representar uma possibilidade de ascensão social do negro - sempre apresentou forte tendência a repeli-lo. Segundo o autor, a dificuldade que o negro encontrava na escola, naquele contexto, ia desde as punições mais severas por parte dos professores, às brigas com os colegas que o discriminava. Somava-se a isso a falta de referência que o negro tinha em relação a sua cor na cultura educacional tradicionalmente branca, que historicamente prioriza e valoriza as referências europeias²². Segundo o autor, esta seria a primeira barreira relacionada ao racismo e que traria muito sofrimento as crianças negras (BASTIDE, 1959:191-193).

Na atualidade, embora tenham ocorrido alguns avanços²³, as pesquisas mais recentes continuam a evidenciar as desigualdades entre negros e brancos no âmbito educacional, em todos os níveis de ensino (MUNANGA, 2000; SILVA, 2002; FONSECA, 2002; CAVALLEIRO, 2005; PACHECO e SILVA, 2007; SOTERO, 2013).

Considerando que muitos dados sobre taxa de escolarização da população brasileira omitem a dimensão das desigualdades por não considerar diferenças raciais, alguns estudos empenharam-se em analisar esses dados na perspectiva não só de raça, mas também de sexo e gênero. No Gráfico 1. - originalmente publicado no estudo *Transformações no Acesso ao Ensino Superior Brasileiro: Algumas Implicações para os Diferentes Grupos de Cor e Sexo*²⁴ - apresenta-se a sequência histórica da taxa de escolaridade, a partir da separação de homens e mulheres, levando-se em consideração a raça, de 1995 a 2009. Constata-se a acentuada assimetria entre os diferentes grupos sociais. A maior taxa de escolaridade está entre as mulheres brancas; em seguida, entre os homens brancos e, posteriormente entre as mulheres negras. Os homens negros então apresentam os piores indicadores em relação à escolarização. Como mostra o Gráfico 1., há diferenças entre homens e mulheres e entre brancos e negros:

20 Cf. PASSOS, Joana Célia dos. Aspectos da construção das desigualdades na escolarização da população negra. Revista EJA em debate: v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/escola_legislativo/downloads/87artigo_livro_eja.pdf. Acesso em: 02/03/2015.

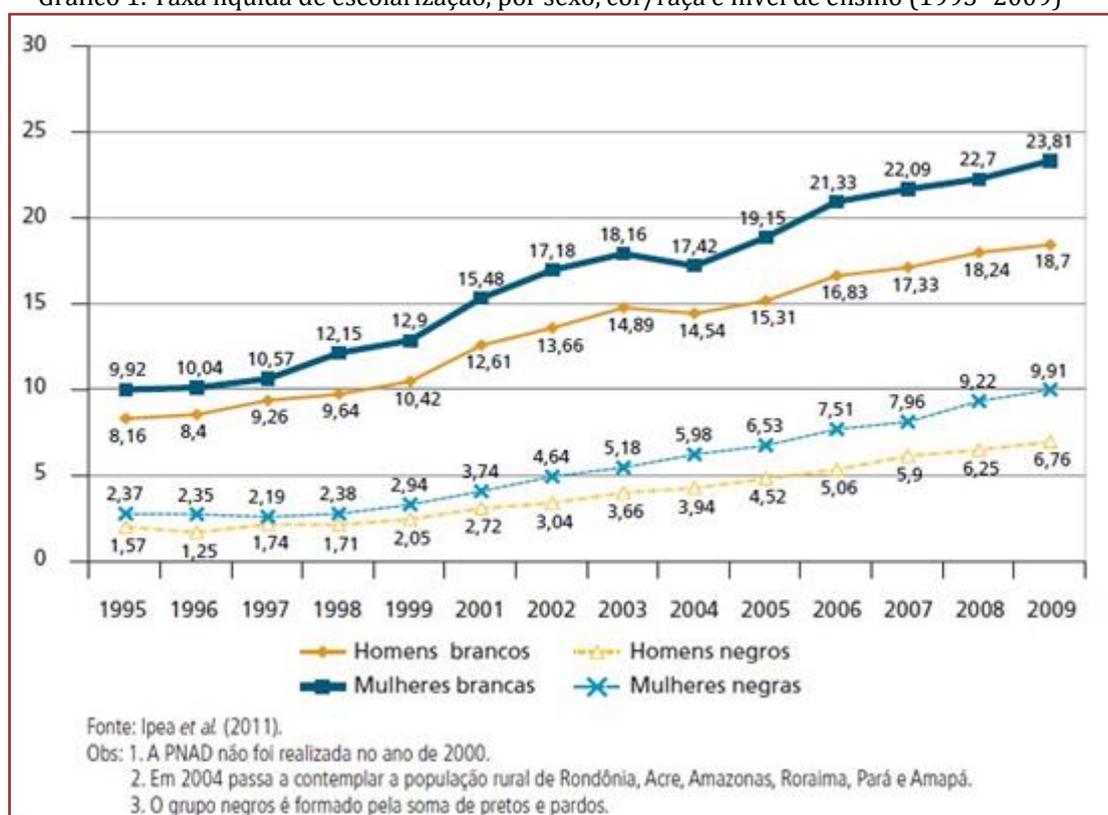
21 As diferenças do passado não são suficientes para explicar as desvantagens da população negra na atualidade. Contudo, as diferenças de oportunidades e a persistência do racismo atuam no sentido de manter ou mesmo de aprofundar as desigualdades num "ciclo cumulativo de desvantagens". Cf. HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988. Cf. também: SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio S. A; HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 33-51.

22 Historicamente, os materiais didáticos contribuíram para reforçar as representações discriminatórias sobre os negros, sobretudo através da imagem do escravo ou representações negativas e inferiorizadas. Imagens estas que favorecem estereótipos de inferioridade dos negros em comparação com os brancos. Apesar dos avanços da Lei 10.639/03 - que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileiras nas escolas - o material didático não contempla totalmente a diversidade racial presente na escola, visto que a maioria dos personagens continua sendo brancos.

23 A maioria dos avanços ocorridos em relação à inclusão da população negra no sistema educacional brasileiro, deve-se à implementação de políticas de promoção da igualdade racial, que se preocupam com o acesso, permanência e sucesso escolar de crianças e adolescentes negros.

24 Cf. SOTERO, Edilza Correia. *Transformações no Acesso ao Ensino Superior Brasileiro: Algumas Implicações para os Diferentes Grupos de Cor e Sexo*. In: MARCONDES, Mariana Mazzin [et al] Orgs. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013. Gráfico pág.39. Disponível em: [file:///C:/Users/Lucia/Downloads/livro_dossiê_mulheres_negras%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lucia/Downloads/livro_dossiê_mulheres_negras%20(1).pdf). Acesso em: 28/05/2015.

Gráfico 1. Taxa líquida de escolarização, por sexo, cor/raça e nível de ensino (1995- 2009)



Ainda no gráfico 1, sobre a taxa líquida de escolarização segundo a cor e o sexo, observa-se que no ensino superior, as desigualdades de raça não estão reduzindo. A diferença entre mulheres negras e brancas, em 2009, era de 13,9 pontos percentuais. Se comparar as mulheres brancas (que têm a melhor taxa de escolarização) aos homens negros (que têm a pior taxa de escolarização), a diferença sobe para 17,1 pontos percentuais (SOTERO, 2013: 40).

Com base no gráfico, pode-se concluir que a diferença no nível de ensino, por sexo, é menos expressiva que a diferença por cor/raça, isto é, as taxas de escolarização de homens negros e mulheres negras estão mais próximas que as taxas de mulheres brancas e mulheres negras. Deste modo constatam-se as desigualdades entre os sexos nos níveis de escolarização, todavia as desigualdades nos índices de escolarização se mostram mais significativas quando observadas a partir da perspectiva de cor/raça.

No que diz respeito ao mundo do trabalho, a pesquisa realizada por Soares (2000) *O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras*²⁵, mostra que as mulheres brancas estão em situação de desvantagem em relação aos homens brancos, exclusivamente em razão de um diferencial salarial puro, ainda que estas apresentem os maiores níveis de escolaridade. Já os homens negros recebem salários menores que os homens brancos em razão da diferença de qualificação e por causa da acentuada discriminação salarial e de inserção no mercado de trabalho do grupo negro. Enquanto os homens brancos ocupam o ponto mais alto da pirâmide social, as mulheres negras se encontram na base, ocupando as piores posições, visto que elas “sofrem os diferenciais de salário puro das mulheres brancas, mais o diferencial de salário puro dos negros, mais um diferencial devido à inserção, mais um enorme diferencial devido à qualificação” (SOARES, 2000: 4). Assim, ao cruzar esses dois sistemas de discriminação – raça e gênero – constata-se que a mulher negra é a que ocupa as piores posições na sociedade brasileira.

A cidade de Londrina, por sua vez, está em sintonia com as desigualdades raciais brasileiras. Num estudo que mostra a distribuição da população por anos de estudo considerando a cor/raça, constata-se que

²⁵ Cf. SOARES, Sergei Suarez Dillon. *O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras*. Brasília, novembro de 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0769.pdf. Acesso em: 20/05/2015.

16,35% do contingente não negro possuem até três anos de estudo, enquanto que entre os negros a porcentagem sobe para 28,80%. Também, entre aqueles que têm nível superior (12 e mais anos de estudo), a distância entre negros e não negros é grande. Os primeiros representam apenas 3,06%, enquanto que os demais correspondem a 15,70% (SILVA, 2008). Cabe ressaltar que em Londrina, o segmento negro representa 26% da população na cidade.

Ao refletir sobre a condição social do negro no Brasil contemporâneo, indaga-se sobre os fatores que ainda emperram o sucesso educacional deste grupo social. Nesse sentido, levar em consideração o mundo dos agentes sociais diretamente envolvidos nesses processos é fundamental.

3.A PESQUISA EMPÍRICA

Em relação à pesquisa qualitativa realizada em Londrina, os depoimentos orais da maioria dos entrevistados em relação à experiência escolar ajustam-se às tendências nacionais conhecidas. Segue a tabela que apresenta o nível educacional de negros e negras que participaram da pesquisa.

A Tabela 1 mostra que a maioria dos entrevistados, 35,2%, não possui o ensino fundamental completo. A maior parte deles alega que foi possível frequentar apenas as séries iniciais (1ª à 4ª); 5,6% não são alfabetizados; 21% têm curso superior completo; e dos quatro entrevistados que têm curso superior incompleto ou em andamento, três ingressaram na Universidade Estadual de Londrina pelo sistema de cotas para negros²⁶. Entre os principais fatores que limitaram a inserção e permanência do segmento populacional negro na escola, destaca-se a precoce inserção no mercado de trabalho.

Evidentemente, a baixa escolaridade da população negra interfere nas ocupações exercidas por este grupo social. Entre os homens negros, o trabalho braçal, mecânico e manual prevalece. Entre as mulheres negras, o serviço doméstico.

Tabela 1. Nível educacional dos negros entrevistados

Sem Escolaridade		
	N.	%
	4	5,6
Ensino Fundamental		
	N.	%
Incompleto	25	35,2
Completo	1	1,4
Ensino Médio		
	N.	%
Incompleto	10	14
Completo	12	17
Ensino Superior		
	N.	%
Incompleto	4	5,6
Completo	15	21
Somatório Total		
	71	100
*Não há resposta: 2		

²⁶ Política de ação afirmativa voltada para viabilizar o ingresso de grupos historicamente oprimidos e sub-representados em cursos superiores. Desde 2004 a UEL estabelece a reserva de vagas no vestibular para candidatos provenientes de instituições públicas de ensino e para aqueles que se autodeclaram negros. Sobre o sistema de cotas para negros e o panorama da educação da população negra no Brasil, o antropólogo Kabengele Munanga, em estudo publicado em 2007, escreve: “Como se deduz das estatísticas resultantes da pesquisa do IPEA (Ricardo Henriques), se por um milagre o ensino básico público melhorasse seus níveis para que seus alunos pudessem competir igualmente nos vestibulares com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isto supondo-se que os brancos ficassem parados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros para juntos caminharem em igualdade de condições” (MUNANGA, 2007: 17). Com base nesse cenário, justifica-se a importância e necessidade de políticas focalizadas em demandas específicas na construção da equidade e da diversidade racial no sistema educacional.

A Tabela 2 mostra que 60%, isto é, a maioria dos entrevistados exerce trabalhos braçais/manuais e domésticos, em que não há exigência de escolaridade formal ou que requerem níveis mínimos de escolaridade. Desses 60% de trabalhadores, 31,8% corresponde a trabalhos domésticos exercidos exclusivamente pelas mulheres entrevistadas; 22,3% dos trabalhadores desempenham trabalhos diversificados nos quais são exigidos o ensino fundamental, completo ou não, dependendo da atividade; 8,2% realizam atividades que exigem o nível médio e, em alguns casos, cursos técnicos; e 9,4% exercem funções que exigem curso superior. Nota-se assim que a trajetória educacional influencia significativamente na trajetória ocupacional. Além disso, a inserção da população negra no mundo do trabalho é marcada pela discriminação salarial e pelo desemprego. A seguir serão expostas algumas situações, relativas às trajetórias educacionais dos entrevistados, que fazem parte do cotidiano da população negra.

Tabela 2. Trabalhos desempenhados pelos entrevistados

Trabalhos braçais/manuais e domésticos (sem exigência de escolaridade ou exigência de níveis mínimos de escolaridade, como o ensino fundamental)	N	%
Trabalhadores rurais	07	8,2
Trabalhadores de exploração em pedreiras e da construção civil (extração de pedras, pedreiro e pintor)	07	8,2
Trabalhadores na indústria, manual ou artesanal (operário, operador de máquinas, mecânico e serralheiro)	08	9,4
Trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável	02	2,3
Trabalho doméstico (doméstica, diarista, auxiliar de serviços gerais, babá e cozinheira)	27	31,8
Total de trabalhadores braçais/manuais e domésticos	51	60,0
Categoria diversificada (Exigência do nível fundamental completo ou incompleto e em alguns casos curso básico de qualificação profissional)	N	%
Eletricista, porteiro, zeladora, motorista, servente, merendeira, agente educacional I, auxiliar de enfermagem, garçom, cabeleireira, engraxate, atleta, operador de caixa e <i>call center</i> .	19	22,3
Categoria profissional de nível médio (Exigência do nível médio e, em alguns casos, de cursos técnicos)	N	%
Educador social/arte-educador ²⁷ , técnico administrativo, auxiliar de laboratório e técnico em enfermagem.	03	8,2
Professor, advogado, economista, empresário e enfermeira(a)	08	9,4
Total de profissões mencionadas	N	%
Total	85	100

4.0 DIFÍCIL ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA

No Brasil, crianças e adolescentes negros geralmente apresentam uma trajetória escolar marcada por inúmeras dificuldades de acesso e permanência. No caso da pesquisa desenvolvida em Londrina, constata-se que quase todos os entrevistados – a maioria, moradores da cidade há mais de 30 anos – são filhos de trabalhadores rurais, muitos deles migrantes que vieram para o norte do Paraná entre as décadas de

²⁷ De acordo com a CBO, exige-se o segundo grau completo para desenvolver tal atividade e um dos entrevistados é arte-educador sem ter concluído o ensino fundamental. Nesse caso, é preciso considerar que tais exigências nem sempre foram consideradas. De acordo com a CBO, exige-se atualmente que pedreiros tenham o ensino fundamental completo, contudo, como pode ser observado na tabela de apresentação de todos os entrevistados, a maioria dos trabalhadores possui o ensino fundamental incompleto. Isso significa que alguns aspectos não se enquadram dentro dos padrões exigidos na atualidade para o exercício da profissão.

1940-1980, proveniente principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Nordeste brasileiro²⁸. Eles iniciavam muito cedo no mundo do trabalho informal, ajudando os pais nas lavouras e, conseqüentemente, acabavam por ter diversas restrições para estudar. Por um lado, a escola apresentava forte tendência em repelir o negro por meio da reprodução de práticas racistas e discriminatórias, por outro, os pais pobres acabavam por priorizar a inserção dos filhos nos serviços braçais para ajudar no sustento da família. O trabalho na infância e adolescência era uma forma de sobrevivência no contexto precedente, o estudo era tido como secundário.

Entre as décadas de 1940 e 1980 muitos negros migravam de um estado para outro em busca de melhores condições de vida, fenômeno este que também acabava por limitar as oportunidades educacionais desse contingente populacional. Segue o depoimento de Maria:

Eu não tenho leitura nenhuma. A minha assinatura é o dedão. [...]. Os meus pais nunca colocaram a gente nos estudos. Mamãe até colocou, mas ela estava sozinha... Então quando o papai estava no Estado de São Paulo - ele estava plantando algodão pra lá e nós lá no Norte - de vez em quando ele escrevia para nós e a minha mãe colocou nós na escola. Cinco filhas mulheres que ela tinha. Quando viemos de Sergipe para o Paraná, nos arrancaram da escola, eu estava com três meses de aula só. E pronto, nós não estudamos nada. [...]. Só trabalhei na roça. Eu trabalhava em contato com os meus pais, trabalhava pra danar! Os patrões do meu pai eram brancos, italianos. Nós trabalhávamos na roça junto com ele, saíamos as cinco, seis, sete, horas da manhã e chegávamos às cinco horas da tarde (Maria, 71 anos, dona de casa, 2007).

No depoimento de Maria, evidenciam-se as dificuldades para conseguir estudar, sobretudo em razão das migrações interestaduais de sua família e de sua precoce inserção no trabalho agrícola. Maria nasceu em 1936. É interessante observar que em 1940, a taxa de alfabetização das pessoas a partir dos cinco anos de idade no Brasil, era de 46,9% para os brancos e de 22,6% para os negros. Em 1950, quando Maria tinha 14 anos de idade, essas taxas eram de 52,7% no grupo branco e de 25,7%, no grupo negro. As diferenças entre os dois grupos são marcantes e acentuam-se ainda mais ao considerar os níveis educacionais superiores (HASENBALG, 1979: 163).

O difícil acesso e permanência na escola é uma das primeiras dificuldades que o negro se depara. De modo geral, as principais causas relatadas para a não permanência na escola diz respeito às condições econômicas, à distância da escola em relação ao local de moradia e à inserção no trabalho informal precocemente, como ocorreu com a maioria dos informantes. Somam-se a estas dificuldades, os problemas enfrentados na escola em decorrência da cor/raça.

A trajetória de Pedro não foge à tendência predominante entre os entrevistados. Ele expõe as dificuldades relacionadas à inserção precoce no trabalho, à distância da escola em relação ao sítio onde morava, no estado da Bahia, problemas econômicos e a discriminação racial enfrentada por ser o único negro de sua turma. Segue o seu depoimento:

Eu comecei a trabalhar na roça. Eu comecei na idade dos 10,12 anos. Bem cedo na roça, ajudando os meus pais. [...]. Eu quase não tive estudo, eu não cheguei na verdade, a completar a 4ª série, nem foi comprovado, isto é, então nem cheguei a concluir a 4ª série. Era difícil, no lugar em que eu morava era muito difícil. O sítio era longe, a escola que funcionava era particular e a gente tinha dificuldade financeira para pagar. [...]. Mas tenho lembranças boas de relacionamento com os companheiros de escola, professor legal... De ruim o que eu tenho de recordação era a dificuldade para gente se locomover até a escola, falta de material e a distância [...]. E sempre na classe que eu estudava de negro só tinha eu, só tinha eu e a gente sempre enfrentava preconceito e discriminação, sempre tem né? (Pedro, 58 anos, desempregado, 2007).

Embora a Bahia seja um estado predominantemente negro, na década de 1950, tempo em que Pedro frequentou a escola, a população negra ainda tinha o acesso muito restrito à educação formal, principalmente a zona rural que era extremamente pobre. No caso da escola frequentada pelo Pedro, a

²⁸ Cf. PANTA, Mariana. Segregação Geográfica, Desigualdades Raciais e Migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980). In: SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. (Org.). Território e Segregação Urbana: 'o lugar' da população negra na cidade. 1ed.Londrina: UEL, 2014, v. 1, p. 35-63.

ausência de negros era intensificada por se tratar de uma escola particular.

A articulação da pobreza extrema às práticas racistas e discriminatórias atua no sentido de intensificar as desigualdades quando se trata da população negra.

5.A ESCOLA: AMBIENTE HOSTIL

Em sintonia com os resultados da pesquisa desenvolvida em meados do século XX por Roger Bastide e Florestan Fernandes, que enfatizaram a discriminação racial no contexto brasileiro em diversas esferas da vida social, inclusive no ambiente escolar²⁹, Eliane Cavalleiro, em estudo publicado em 2005, reforça a persistência dessas desigualdades. Ao analisar as práticas educativas e o cotidiano de algumas escolas da região urbana do município de São Paulo, a autora mostra que o sistema educacional brasileiro, assim como as demais instituições sociais, está saturado de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas. Nessa pesquisa Cavalleiro descreve muitas situações que mostram um cotidiano escolar desfavorável ao desenvolvimento emocional e cognitivo de crianças e adolescentes negros. Ela enfatiza que ao reproduzir e disseminar ideologias e conceitos que desvalorizam o contingente populacional negro, a escola acaba por dificultar ou mesmo desestimular sua permanência na escola, bem como o seu sucesso escolar (CAVALLEIRO, 2005: 68).

Ao estudar os índices de escolaridade desagregados por raça, Cavalleiro evidencia a participação desigual da população negra no sistema educacional brasileiro, constatando que as crianças negras deixam a escola bem mais cedo que as crianças brancas de mesma condição social. Assim, afirma que as desvantagens do negro no sistema educacional não estão relacionadas apenas à pobreza. O tratamento diferenciado pode conduzir direta ou indiretamente a exclusão de alunos negros da escola, ou, aos que conseguirem permanecer, a construção de um sentimento de inferioridade racial (CAVALLEIRO, 2005: 69). Como consequência, a população negra apresenta os piores indicadores populacionais nas taxas de analfabetismo³⁰.

Os estudos realizados pela autora indicam ainda que os alunos brigam verbal e fisicamente por questões relacionadas à cor/raça. No entanto, essas questões são tidas como de pouca importância para a maioria dos professores, que tratam a situação como “coisa de crianças”. As ofensas, agressões verbais e físicas, são “solucionadas” com um mero pedido de desculpas ou apenas com a recomendação de um adulto. Na maioria dos casos, a criança ou adolescente discriminado silencia o seu sofrimento. A pesquisa da autora sugere dois motivos principais para este silenciamento: o primeiro refere-se ao fato de a discriminação ser tão intensa e violenta que imobiliza o discriminado; o segundo identifica a ausência de uma ação positiva ou encorajadora por parte dos profissionais presentes no ambiente escolar, que normalmente negligenciam e não consideram importante o sofrimento do discriminado, acreditando que não haja discriminação racial no cotidiano escolar (CAVALLEIRO, 2005: 78, 81).

No que se referem à trajetória educacional, os resultados deste estudo se aproximam dos aspectos levantados na pesquisa de Eliane Cavalleiro, sobretudo quando os entrevistados relatam o sofrimento que vivenciaram no ambiente escolar.

Trata-se de situações de racismo e de discriminação racial vivenciadas, mas raramente reconhecidas como tais pelos profissionais que trabalham nas escolas. Segue o depoimento de Andressa sobre a sua experiência:

Foi horrível! Eu apanhava na escola, a professora me deixava de castigo. Naquela época a gente apanhava tanto de régua, aquela reguona de pau, quanto de apagador. Então, era muito comum. Nossa! Eu era a “neguinha do saravá, que não tomava banho”... Eu estudei no Mábio Gonçalves [Palhano] e no Albino [Feijó Sanches]. [...]. Até os professores parece que tinham mais preferência pelos brancos (Andressa, 41 anos, desempregada, 2012).

Ao analisar as políticas educacionais da Era Vargas, o historiador Jerry Dávila em seu livro *Diploma de*

²⁹ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1959.

³⁰ De acordo com o Censo Demográfico de 2010: “No total da população, a taxa de analfabetismo é de 9,6%, entre os brancos é de 5,9%. Já entre pretos, o total sobe para 14,4% e entre pardos para 13%”. Cf. *Analfabetismo é maior entre negros e pardos, aponta IBGE*. Publicado em 29/06/2012. Disponível em: <http://noticias.r7.com/educacao/noticias/analfabetismo-e-maior-entre-negros-e-pardos-aponta-ibge-20120629.html>. Acesso em: 06/05/2015.

Brancura: política Social e racial no Brasil 1917-1945 evidencia o modo como os pressupostos eugênicos foram incorporados nas políticas educacionais e o branqueamento cultural descartou as práticas culturais africanas e indígenas (DÁVILA, 2006: 52-57). Esses padrões tradicionalistas apresentam acentuada repercussão na atualidade. No ambiente escolar, ainda hoje, os próprios educadores tendem, muitas vezes, a reproduzir estereótipos e preconceitos, ainda que de forma implícita, ao dirigir maior atenção a uma criança do que a outra, ou mesmo com a maior frequência de contatos físicos e afetivos com uma do que com a outra, por exemplo. No relato de Andressa, nota-se a presença da discriminação proveniente não só do comportamento dos colegas, mas também dos professores. São vários os depoimentos que afirmam que educadores silenciam diante de situações de discriminação racial, o que dá respaldo para que crianças não negras permaneçam discriminando.

A vivência destas situações traz grande sofrimento à criança negra e, muitas vezes, acarreta a construção de sentimentos de inferioridade em relação aos alunos brancos ou mesmo de revolta. Este aspecto marca toda a trajetória do negro que não se sente acolhido no sistema escolar e, frequentemente, acaba desestimulado diante das barreiras encontradas.

6.A QUESTÃO DO APELIDO

Uma das marcas mais visíveis da discriminação racial é a atribuição de apelidos depreciativos, que ferem profundamente a criança negra. Foram inúmeros os relatos de recebimento de apelidos pejorativos relacionado à cor/raça. No caso de Ana, que tem uma irmã gêmea idêntica, ambas foram discriminadas e apelidadas na escola:

Ah, a única lembrança que eu tinha mesmo de quando eu era pequena, eu era bem nova, eu estava na segunda série, tinha amigos que tinham preconceito e era uma briga... Eu tenho uma irmã gêmea. Então colocavam apelidos na gente. Eu sou gêmea. Ela [a irmã] mora lá no Franciscato. É idêntica. Então tinha aquele preconceito contra a gente por parte dos colegas. Agora dos professores essas coisas nunca tive não. A professora brigava porque eu já era bravona também ia em cima, então ela brigava com os dois... Então, de um menino eu recebi o apelido de Fumaça, porque tem o Tico e o Teco e o Faísca e Fumaça. Ah, isso me incomodava! Eu investia em cima dele, eu era bem bravona. Minha irmã chorava, eu não, eu já investia em cima (Ana, 43 anos, desempregada, 2012).

Verifica-se no depoimento de Ana a oscilação entre a revolta (a sua reação mediante a discriminação racial) e o retraimento (o choro, a sensibilidade de sua irmã). Sara também sofreu com a questão dos apelidos na escola, porém, ao contrário da maioria dos entrevistados, ela relatou que era defendida pelos professores:

Eu sofri muito preconceito. Era a neguinha do saravá, a galinha de macumbeiro, um monte de coisas. Os professores me defendiam (Sara, 32 anos, Do lar, 2012).

Constata-se assim que os casos de discriminação racial no ambiente escolar afetam violentamente a trajetória de negros e negras, limitando profundamente os mais elementares direitos de cidadania, o que torna imprescindível o desenvolvimento de trabalhos específicos de combate ao racismo em todos os setores da vida em sociedade. Em março de 2013 foi realizado um evento na Universidade Estadual de Londrina³¹, relativo à Lei 10.639/2003 – que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na escola –, com a participação de diretores das escolas municipais e estaduais, que assistiram à palestra ministrada pelo Prof. Dr. Acácio Almeida Santos (PUC/SP). Em determinado momento de sua palestra, Santos exibiu uma cena da personagem *Adelaide* interpretada pelo ator Rodrigo Sant’anna no programa humorístico *Zorra Total*, da rede Globo³². A cena imediatamente provocou risos na maioria dos representantes das escolas, presentes no local. Em seguida o professor problematizou a questão, demonstrando os estereótipos racistas

³¹ Evento organizado na Universidade Estadual de Londrina pelo Laboratório de Cultura e estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO/UEL), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UEL), e Núcleo Regional de Educação de Londrina em 21 de março de 2013.

³² No *Zorra Total* - programa humorístico exibido pela Rede Globo de 1999 e tá maio de 2015 - o ator global Rodrigo Sant’anna interpretava Adelaide, uma mulher negra, com traços exageradamente grosseiros, caricatos e depressivos. Embora a Rede Globo tenha recebido várias denúncias e sido questionada na justiça sobre a personagem, a exibição do quadro permaneceu normalmente aos sábados.

engendrados tanto nas características da personagem, como nos diálogos. Tal episódio causou constrangimento em alguns diretores, mas ao mesmo tempo, trouxe à tona a urgência em se trabalhar a questão racial criticamente e os cuidados que se deve ter para não reproduzir manifestações de cunho racista, mesmo que “inconscientemente”. Vários diretores de escolas públicas de Londrina, presentes no evento, revelaram que muitas alunas eram apelidadas de Adelaide pelos colegas, fato este que contribui para reforçar ainda mais os estigmas contra a população negra, em especial, contra a mulher negra. Nesse sentido, constata-se que o racismo oriundo da mídia também se apresenta como forte aliado da persistência do racismo, visto que, o que é transmitido pelas mais conhecidas emissoras de TV do país, é eficazmente assimilado e reproduzido no ambiente escolar.

7.A FALTA DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA NEGRA NA CULTURA ESCOLAR

O processo de formação da história do Brasil ocultou a participação social fundamental dos negros. Os livros didáticos, quando não excluíam os negros de seus conteúdos e da representação de personagens, reproduziam passagens discriminatórias. A imagem dos negros nesses livros era associada ao castigo, à feiúra, a personagens não humanos e ridicularizados, à maldade, à sujeira e a profissões socialmente desvalorizadas³³. De modo geral, “os livros didáticos brasileiros apresentam um padrão de discriminação que se baseia na supremacia dos brancos em detrimento dos negros” (SILVA, 2011: 150). Essa falta de referência positiva em relação à história e à cultura negra nos livros didáticos, certamente influenciou a pouca problematização da questão racial pelos professores nas escolas. Segue o depoimento de Alexandro:

Até na escola eu me sentia discriminado. Eu nunca vi um professor falar bem do negro, do quanto o negro fez parte da história desse Brasil. E eu não me sentia dentro daquilo ali, dentro daquela... Sei lá, eu não sentia que a escola contribuía de uma forma positiva na minha vida, porque eu só tomava ferro. Eu tinha que ralar na escola pra tentar ter uma escolaridade melhor pra conseguir um emprego e quando eu tinha isso eu não conseguia emprego porque eu era negro. Então isso pra mim não mudava nada. Desde criança eu sempre tive certa aversão assim a estar na escola. Na verdade, eu não entendia o quanto eu podia fazer uma transformação na minha vida e na vida de muitos se eu estivesse inserido naquilo ali [na escola] e buscando fazer a diferença. É uma coisa que eu penso hoje, depois de bastante tempo, por ter uma visão como esta, mas... (Alexandro, 28 anos, educador social, 2009).

É nesse sentido que a aprovação da Lei 10.639/2003 contribui com a construção da identidade do negro brasileiro ao se basear em aspectos positivos sobre o seu grupo de pertença e sobre a identidade pessoal.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises qualitativas de cada trajetória, evidencia-se que os obstáculos enfrentados pelos negros ultrapassam as barreiras econômicas e sociais, visto que se avultam depoimentos que enfatizam a discriminação racial cotidianamente sofrida em uma das mais importantes esferas da vida social, que é a educação. A escola apresenta forte tendência a repelir o negro por meio da reprodução de práticas racistas e discriminatórias que se materializam de diversas formas, sobressaindo-se a questão dos apelidos depreciativos referentes à raça/cor. A vivência destas situações impacta significativamente a trajetória do negro. O que os entrevistados revelam de suas experiências pessoais são as expressões concretas do racismo que limita as oportunidades de ascensão social desse contingente populacional.

Constata-se que, a maioria dos negros entrevistados não teve uma trajetória escolar satisfatória. Sabe-se que a trajetória educacional influencia fortemente a profissão que será exercida no decorrer da vida. Sendo assim, se a maioria dos entrevistados deste estudo, em geral, possuem baixa qualificação educacional, tal quadro se reflete nas trajetórias profissionais dos mesmos. Embora a trajetória de trabalho não tenha sido debatida neste artigo, o que se pode destacar a partir da análise do acervo de entrevistas qualitativas é que: as características físicas destoantes dos padrões socialmente impostos para a ocupação de determinados postos; a predominância nos trabalhos menos qualificados e mal

³³ Cf. ROSENBERG, Fulvia. Literatura infantil e ideologia. São Paulo: Global, 1985. Cf. também: LIMA, Heloisa P. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília, MEC, 1999. P. 101-116.

remunerados devido à menor escolarização; o exercício de trabalhos aquém da qualificação em decorrência do racismo são aspectos amplamente destacados.

Ao analisar as práticas discriminatórias que minam não só a autoestima dos negros, mas, sobretudo as suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e coletivo, pretende-se contribuir para ações que viabilizem uma educação antirracista. Também, chamar a atenção para a necessidade do constante empenho para a construção e implementação de políticas não só universais, mas também focalizadas, ou afirmativas, para a construção de sociedades mais equitativas, em que a diversidade étnico-racial seja potencializada.

REFERÊNCIAS

- 1] Bastide, Roger; Fernandes, Florestan. Brancos e negros em São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1959.
- 2] BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.
- 3] Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações
- 4] – CBO. Brasília – DF. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 01/05/2015.
- 5] Cavalleiro, Eliane dos Santos. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. -Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- 6] Cury, Carlos Roberto Jamil. A Educação Escolar, a exclusão e seus destinatários.
- 7] Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 48, p. 205-222, dez. 2008.
- 8] Dávila, Jerry. Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- 9] Fonseca, Marcus Vinicius. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição de escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- 10] Hasenbalg, Carlos Alfredo. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- 11] Hasenbalg, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. Estrutura social, mobilidade e raça. Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- 12] Lima, Heloisa P. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: Munanga, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. Brasília, MEC, 1999. P. 101-116.
- 13] Munanga, Kabengele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: Pacheco, Jairo Queiroz; Silva, Maria Nilza da (orgs). O Negro na Universidade: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.
- 14] Munanga, Kabengele (Org.). Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP, 2000.
- 15] Pacheco, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (orgs). O Negro na Universidade: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.
- 16] Panta, Mariana. Segregação Geográfica, Desigualdades Raciais e Migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980). In: Silva, Maria Nilza da; Panta, Mariana. (Orgs.). Território e Segregação Urbana: 'o lugar' da população negra na cidade. Londrina: UEL, 2014.
- 17] Passos, Joana Célia dos. Aspectos da construção das desigualdades na escolarização da população negra. Revista EJA em debate: v. 1, n. 1, 2012. Disponível em:http://www.alesc.sc.gov.br/escola_legislativo/downloads/87artigo_livro_eja.pdf. Acesso em: 02/03/2015.
- 18] Rosenberg, Fulvia. Literatura infantil e ideologia. São Paulo: Global, 1985.
- 19] Silva Jr. Hédio. Discriminação Racial nas Escolas: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

- 20] Silva, Maria Nilza. O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico v. 82, p.nº82, março de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/082/82silva.htm>. Acesso em: 31/05/2015.
- 21] Silva, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: Guimarães, Antonio S. A; Huntley, Lynn (orgs.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 33-51.
- 22] Silva, Paulo Vinicius Baptista. Desigualdades Raciais em Livros Didáticos e Literatura Infante Juvenil. In: Costa, Hilton; Silva, Paulo Vinicius Baptista (Orgs.). Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2011.
- 23] Soares, Sergei Suarez Dillon. O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. Brasília, novembro de 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0769.pdf. Acesso em: 20/05/2015.
- 24] Sotero, Edilza Correia. Transformações no Acesso ao Ensino Superior Brasileiro: Algumas Implicações para os Diferentes Grupos de Cor e Sexo. In: MARCONDES, Mariana Mazzin [et al] Orgs. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

Capítulo 5

Migrantes, memória coletiva e políticas oficiais de colonização para a Amazônia legal brasileira: O caso de Nova Xavantina/MT

Natália Araújo de Oliveira

Resumo: Diferentes políticas de colonização levaram migrantes à região da Amazônia Legal Brasileira e análises econômicas e políticas dessa situação já foram realizadas. Todavia, pesquisas que busquem estudar a memória coletiva dos atores desse processo – os migrantes e os atingidos pelas políticas de colonização, nesse caso os indígenas – ainda são escassas. Buscando auxiliar no preenchimento dessa lacuna, esse trabalho se baseia em pesquisa qualitativa realizada em uma pequena cidade do Mato Grosso – Nova Xavantina, tendo como objetivo analisar a construção da memória coletiva e da identidade dos atores da expansão da fronteira agrícola brasileira. Os grupos estudados são indígenas Xavante; Pioneiros (nordestinos e goianos) que migraram durante o regime de Estado Novo de Getúlio Vargas; e Gaúchos, que migraram durante a ditadura militar. Como resultado, a pesquisa mostra momentos de tensão simbólica quando se discute o pioneirismo da cidade, visto que cada grupo entende merecer esse status. Os Xavante por serem os primeiros habitantes, os Pioneiros por terem respondido um chamado do presidente Vargas e os Gaúchos por terem levado o progresso ao interior do país. Nesse momento de tensão as fronteiras que delimitam a memória cultural e a identidade de cada grupo se mostram presente e revelam a incorporação dos discursos proferidos para incentivar a migração, isto é, o Gaúcho como símbolo do progresso, o Pioneiro como herói nacional e o Xavante como entrave ao desenvolvimento. Ademais, a pesquisa também revelou a memória indígena é invisibilizada na cidade, mesmo que essa o homenageie em seu nome.

Palavras-chave: Migração; identidade; políticas de desenvolvimento; Nova Xavantina/MT.

1. INTRODUÇÃO

A expansão da fronteira agropecuária brasileira na região da Amazônia Legal³⁴, iniciada a partir da década de 1940 durante o governo de Getúlio Vargas, já foi analisada a partir de vertentes econômicas e políticas (IANNI, 1978). Entretanto, a análise desses acontecimentos a partir dos grupos envolvidos no processo se constitui um ponto a ser discutido. Ao se mencionar os grupos envolvidos, fala-se dos indígenas, primeiros habitantes da região e também dos expedicionários da Marcha para Oeste, que responderam ao chamado nacional para desbravar o Centro-Oeste brasileiro e migraram para a região a partir da década de 1940, transformando-se posteriormente em Pioneiros. Outro grupo envolvido no processo de povoamento da Amazônia Legal brasileira é composto por sulistas, que migraram a partir da década de 1970 por meio das políticas de colonização do governo brasileiro para desenvolver esta região, sendo conhecidos como Gaúchos na nova região, independentes se migraram do Rio Grande do Sul, Paraná ou Santa Catarina.

Em virtude do processo de expansão agrícola do Centro-Oeste brasileiro esses grupos foram ao Mato Grosso, entrando em contato nesse novo espaço e uma cidade que caracteriza a confluência de diferentes identidades criadas a partir de políticas de desenvolvimento é Nova Xavantina, localizada no interior do estado e integrante da Amazônia Legal brasileira. Este pequeno município³⁵ é fruto de diferentes políticas nacionais de colonização e, anterior a estas políticas, já era habitada pelos indígenas de etnia Xavante³⁶, que dão origem ao nome da cidade³⁷. A migração desses grupos permite refletir sobre a construção da memória coletiva e da identidade dos atores da expansão da fronteira agrícola brasileira, objetivo deste artigo. Com esse intuito, o texto fundamenta-se em trabalho de campo etnográfico realizado na cidade de Nova Xavantina, do ano de 2006 a 2017³⁸.

A etnografia tem como objetivo entender o outro, compreender sua visão de mundo. Aliada a ela, a técnica para a coleta de dados foi a observação. De acordo com Jaccoud e Mayer (2012), esta pode ser explicada como a atividade de um pesquisador em observar pessoalmente situações e comportamentos pelos quais ele se interessa, sem reduzir-se a conhecê-los apenas a partir das categorias que são usadas pelos que vivem essas situações. A observação, ainda de acordo com os autores, busca apreender a dinamicidade dos fenômenos sociais em seu próprio curso.

Com os preâmbulos iniciais do trabalho feitos, apresentam-se agora os referenciais teóricos utilizados e, em seguida, em uma abordagem histórico-social, os grupos aos qual essa pesquisa se refere, assim como as políticas de desenvolvimento realizadas pelo governo federal para a expansão da fronteira agrícola. Posteriormente, mostram-se os resultados encontrados e, nesse momento, os migrantes estudados têm voz e suas falas são utilizadas para melhor contextualizar os resultados³⁹.

³⁴ A Amazônia Legal compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, compondo uma área de aproximadamente 5.000.000 km². Apesar de possuir trechos do bioma amazônico, em Nova Xavantina predomina o Cerrado.

³⁵ A população estimada de Nova Xavantina é de 20.639 (IBGE, 2016).

³⁶ O texto segue a convenção etnográfica para a grafia dos nomes indígenas, definida durante a primeira reunião de Antropologia da Associação Brasileira de Antropologia em 1953. Desse modo, os nomes dos grupos indígenas se iniciarão com letra maiúscula e não terão flexão de gênero e de número.

³⁷ Há inúmeras pessoas na cidade que vieram de outros municípios e que não pertencem a estes grupos, contudo, essas migrações foram espontâneas, diferentes da migração seminômade dos Xavante e das migrações por projetos desenvolvimentistas como dos Pioneiros e Gaúchos.

³⁸ As pesquisas de campo foram realizadas para o trabalho de conclusão de curso, intitulado *Lugares de memória, lembranças e esquecimento: um novo olhar para o turismo em Nova Xavantina* (defendida no curso de Bacharelado em Turismo, na Universidade do Estado de Mato Grosso, no ano de 2007), para a dissertação de mestrado, que teve o título *Xavante, Pioneiro e Gaúchos: identidade e sociabilidade em Nova Xavantina/MT* (Mestrado em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, defendida em 2010) e para a tese, defendida no ano de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que foi intitulada *História, memória e exclusão: os Xavante e as políticas nacionais de desenvolvimento em Nova Xavantina/MT*.

³⁹ Os nomes de todos os entrevistados foram trocados com o intuito de preservar suas identidades.

2. MEMÓRIA COLETIVA, CULTURAL E IDENTIDADE

Halbwachs foi um dos primeiros autores a discutir memória como fenômeno coletivo. Anteriormente o debate estava centrado na memória como algo individual e subjetivo, passível de ser mensurada em laboratórios. Ao enfatizar a memória como fenômeno coletivo, o autor ressaltou seu caráter social e explicou que nem mesmo as memórias mais íntimas devem ser pensadas em termos unicamente individuais. Logo, na perspectiva de memória coletiva de Halbwachs (2006), a interação é destacada como ponto central. É por meio da interação que a memória é formada e nestas se forma a identidade do indivíduo.

Para esse autor (2006), a memória é um fenômeno construído coletivamente e não há uma memória coletiva capaz de se impor a um grupo arbitrariamente, nem um quadro social da memória que não seja constituído a partir de um grupo de indivíduos.

Outro conceito relativo à memória que é central ao texto aqui apresentado é a divisão entre memória oficial e subterrânea, feita por Michael Pollak (1989). Porém, antes ainda dessa definição conceitual, vale ressaltar que Pollak (1989) lembra que a memória tem como função manter a coesão interna e defender as fronteiras de um grupo, seja essa memória oficial ou subterrânea.

A memória oficial é a das classes dominantes e as subterrâneas são as memórias dos excluídos, marginalizados e minorias, isto é, dos grupos menores e dominados (POLLAK, 1989). Estas memórias subterrâneas dizem respeito ao silêncio sobre o passado, que, de acordo com Pollak (1989), revela a resistência de uma sociedade aos discursos oficiais. Essas memórias subterrâneas são transmitidas no quadro familiar, em associações e em redes de sociabilidade afetiva e política. Elas não são inertes e podem aflorar em momentos de crise e em sobressaltos bruscos, de maneira que passem do "não-dito" à contestação e à reivindicação.

Um dos prolongamentos à ideia de memória coletiva de Halbwachs vem de Aleida e Jan Assmann. Os autores consideraram o termo memória coletiva vago, criando duas novas tipologias para discutir o assunto – memória comunicativa e memória cultural, das quais será falado adiante. De acordo com Weber e Pereira (2010), o conceito de memória cultural dos Assmann pode ser visto como uma espécie de renovação no campo da memória, uma atualização da ideia de memória coletiva de Halbwachs.

A memória comunicativa está ligada a transmissão de lembranças cotidianas e faz parte de um passado recente que evoca lembranças pessoais e autobiográficas. Ela possui uma perspectiva temporal limitada e não oferece nenhum ponto fixo que a vincula ao passado. Tal fixidez somente pode ser alcançada por meio de uma formação cultural e, portanto, se encontra fora da memória comunicativa, isto é, passe-se ao campo da memória cultural. Esta se refere às lembranças objetivadas e institucionalizadas, que podem ser armazenadas, repassadas e reincorporadas ao longo das gerações (ASSMANN, J. 1995).

A memória cultural é composta por heranças simbólicas que podem ser materializadas de diferentes formas, seja por meio de ritos, monumentos, celebrações, objetos, textos, escrituras sagradas e ainda outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou. Assim, a memória cultural é “cultivada” pelas gerações e serve para estabilizar e transmitir a imagem que cada grupo tem de si (ASSMANN, J. 1995; 2008).

A memória cultural envolve a herança simbólica institucionalizada, a partir da qual as pessoas recorrem para construir suas identidades e se afirmar como integrantes de um grupo. E, para se afirmarem como grupo, essas pessoas constroem oposições, baseadas em identificações polarizadas, nas quais há de lado um senso “positivo” (“Nós somos isso”) ou “negativo” (“Essa é a nossa oposição”), que delimitam o “Nós” e o “Eles” (ASSMANN, J. 1995). Como afirma Assmann, A. (2011), nós nos definimos por meio do que lembramos e esquecemos. A reconstrução da identidade sempre implica a reconstrução da memória, que se refere ao coletivo e também ao individual.

A identidade é um processo dialético, tanto individual quanto coletivo, no qual o indivíduo interage com o meio social e o meio social interage com o indivíduo. Logo, a construção da identidade é realizada a partir de dois princípios dinâmicos, o da similaridade e da diferença, seja no contexto de interação social ou de institucionalização (JENKINS, 1996).

Para Jenkins (1996; 2000), no fenômeno da identidade o coletivo e o individual estão intimamente relacionados e em constante interação. A identidade individual não surge isoladamente, ela é construída socialmente nos processos de socialização primária e subsequente e em processos contínuos de interação social em que os indivíduos definem e redefinem a si mesmo e aos outros ao longo de suas vidas. Ademais,

como é um processo cognitivo de apreensão de si, a identidade é produzida a partir de um conjunto de identificações e categorizações, afirma o autor.

A partir da explanação sobre memória cultural e identidade, entende-se que a memória que os grupos estudados - Xavante, Pioneiros e Gaúchos, buscam perpetuar como a oficial do município são suas memórias culturais. Essas são demonstradas a cada realização de festas, rituais ou eventos, alguns destes inclusive criados para perpetuar essa e para demarcar espaço na sociedade nova-xavantinense. Um exemplo é *Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste*, criada na década de 1980 pelos Pioneiros por acharem que estavam “jogados ao léu” com a chegada dos Gaúchos à região (tal discussão será apresentada no tópico sobre o referido grupo) (LIMA FILHO, 1998). É dessa memória cultural que tais grupos se orgulham e é essa memória que é externada, mostrando concomitantemente a identidade do grupo.

3. AS POLÍTICAS NACIONAIS DE COLONIZAÇÃO E OS GRUPOS DE NOVA XAVANTINA

3.1. XAVANTE

Durante o Estado Novo (1937-1945), o presidente Getúlio Vargas quis integrar a região Centro-Oeste à economia nacional, e deste modo, criou a Marcha para o Oeste em 1938, um projeto nacionalista que defendia a ocupação territorial das “terras vazias”. A ideia desses territórios como áreas desocupadas mostra a invisibilidade dos índios que já habitavam aquele espaço há muito tempo, como os Xavante, que chegaram à região do rio das Mortes, onde se localiza Nova Xavantina, entre 1820 e 1870⁴⁰, fugindo dos brancos. Todavia, esse contato foi inevitável em virtude da integração da região Centro-Oeste à economia nacional durante o governo Vargas e, com a colonização sulista para no Mato Grosso na década de 1970, intensificou-se o contato.

Um dos anciões entrevistados reforça o que diz a literatura sobre o discurso oral de que os Xavante teriam passado pelo litoral antes de migrarem para Goiás:

[...] Pedro de Cabral descobriu lá na aldeia do Rio de Janeiro. Meu avô contou pra mim. Aí ficou branco, não está muito bom não, aí mudou, [...] aí nossa avó saiu, mudou pra lá, lá em cima, no Rio. Aí chegou de novo o branco, aí mudou pra cá, até Jataí (GO) (Xavante Pedro)

Os primeiros contatos entre os Xavante e os brancos no estado de Mato Grosso reforçaram a visão que já se tinha desses indígenas desde que foram aldeados no norte de Goiás em meados do século XVIII e de onde fugiram - de que seriam aguerridos, indomáveis, ferozes, bárbaros, indóceis, sendo categorizados como não-civilizáveis. No Mato Grosso, antes do primeiro contato pacífico, mortes de não-índios ocorreram, como a de dois padres em 1934 e também do grupo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), morto em 1941.

Acerca da relação entre os Xavante e o Estado Novo, Garfield (2011) explica que estes indígenas foram vistos como matéria-prima, pois eram valentes, nômades, não corrompidos e amazônicos. Todavia, também eram considerados deficientes mentais que precisavam de proteção e deveriam ser remodelados pelo Estado, além de serem postos como preguiçosos e incompetentes que precisavam de disciplina e civismo para aprender o significado do trabalho e extinguir seu nomadismo.

Sobre este período, Garfield (2000, p. 25-26) comenta que:

em 1941, um ano após Vargas ter sobrevoado a área dos “Xavante extremamente ferozes”, uma equipe de “pacificação” do SPI partiu para contactar os índios. Os Xavantes não seriam uma audiência fácil de convencer. Em primeiro lugar, eles se autodenominavam A’uwe, que em sua língua Jê significa ‘as pessoas’. Outros grupos não poderiam aspirar tal humanidade; o etnocentrismo do governo brasileiro encontrara seu par.

40 Segundo relatos orais Xavante, o primeiro contato com não índios ocorreu no litoral, região distante do Brasil central onde vivem hoje. Contudo, a primeira referência documental a estes indígenas é um mapa desenhado por Francisco Tossi Colombina em 1751, que situava o território xavante entre os rios Araguaia e Tocantins, região norte da então capitania de Goiás hoje estado do Tocantins (GARFIELD, 2011; GRAHAM, 1995).

O primeiro grupo de não índios estabeleceu contato pacífico com os Xavante em 1946. Todavia, na cosmovisão Xavante, eles pacificaram os brancos. Cardoso de Oliveira relata que o sertanista Francisco Meireles, chefe do grupo que conseguiu contato pacífico, ao se aproximar do chefe Xavante, recebeu de presente um colar, que foi colocado em seu pescoço com palavras cuja tradução literal seria: “Amanso-te branco”! Esta informação é importante por revelar como os Xavante se veem perante a sociedade envolvente, desde a pacificação até os dias de hoje. Nesta perspectiva, Fernandes (2005) afirma que os Xavante se veem enquanto agentes do contato e, sendo assim, todas as ações partem deles, isto é, os Xavante escolhem que caminho seguir, o que fazer e quando fazer. Sobre o assunto, um dos indígenas entrevistados é categórico ao explicar como se deram os contatos iniciais: “Aqui na Xavantina meu pai amansou branco. Meu pai amansou, por isso eu estou aqui”.

Já no período da ditadura militar, os Xavante foram vistos como obstáculos ao desenvolvimento, por ocuparem terras que poderiam estar produzindo agricultura rentável. Todavia, isso não significa que eles aceitaram passivos às decisões governamentais, visto que foi nesse período que aprenderam a fazer política na capital do país, indo constantemente à Brasília pressionar o governo por suas demandas.

Nesse cenário do indígena urbano, é importante destacar que estar em contato com o branco não torna o Xavante menos indígena. Os indígenas percebem a cidade como espaço para luta por seus direitos e, para tanto, veem a necessidade de compreender a sociedade envolvente e assim frequentam a escola dos *waradzu*⁴¹. Todavia, os Xavante buscam incorporar o conhecimento aprendido na sociedade envolvente a partir da sua perspectiva, unindo o sistema mundial ao seu próprio mundo, ou, nos termos de Sahlins (1997), indigenizando a modernidade.

Sobre o contato dos Xavante com os demais grupos que os cercam, os resultados apresentados a partir do campo revelam uma angústia envolvendo o homem branco, discriminação, falta de reconhecimento, estigma, manipulação, além de uma cobrança de reconhecimento, pois segundo eles, “os indígenas são a origem do Brasil”, como mostra o relato coletado abaixo:

a maioria da beleza que os brasileiros tem (...) a diferença que deu na mistura da nação é que as brasileiras são mais bonitas que as dos outros países, sabe, é assim por que veio uma nação atrás da outra e o sangue se misturou. Aqui não veio só português não, veio até japonês, sabe. Aí assim foi construindo, foi ficando mais bonita a nação brasileira, sabe, mas é assim, o povo indígena que deu essa origem pra ele (Xavante Ari⁴²) (Grifo nosso).

Desse modo, no entender de Ari, o Brasil é um país bonito especialmente por um motivo, por ter em sua origem o sangue indígena.

3.2.PIONEIROS

A Marcha para o Oeste foi uma grande campanha de migração para o interior do país e neste projeto estavam contempladas a criação de colônias agrícolas em diferentes estados — Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Goiás — “destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas (...)” (Decreto nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941).

Segundo Esterici (1997, p. 4), com o objetivo de incentivar a migração, o presidente Vargas viajou a diferentes locais, no quais afirmava que “(...) o programa do ‘Rumo para o Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores de nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura”. Deste modo, a bandeira era utilizada como manipulador ideológico para incentivar a migração, pois os bandeirantes eram colocados como heróis e modelos a serem seguidos (CANCELLI, 1984). Como comenta Cancelli (1984), a coragem dos desbravadores do sertão precisava ser revivida pelos futuros Pioneiros do Centro-Oeste, mesmo que esses, em sua maioria, fossem o flagelo da cidade grande e das agruras do Nordeste.

⁴¹ Termo Xavante que significa homem branco.

⁴² Entrevista concedida pelo Xavante Ari.

Esses homens, denominados inicialmente bandeirantes, tornaram-se, depois funcionários da Fundação Brasil Central (FBC)⁴³, que lhes deu poder, prestígio e status social (LIMA FILHO, 1998). Posteriormente foram absorvidos por outro órgão do governo, a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e com a extinção da Fundação Brasil Central em 1967, foram aposentados e se instaurou uma crise de identidade, colocando em relevo a noção de Pioneiro (LIMA FILHO, 1998). Esta crise desencadeou a formação de uma comunidade de Memória, que evocou o passado da Marcha para o Oeste, no qual as categorias Sertão, Fronteira, Índios e Bandeirantes, assim como a noção de Patrimônio, foram organizados de maneira a sustentar as narrativas referentes ao processo de reconstrução da identidade dos Pioneiros (LIMA FILHO, 1998). Assim, em 1987 os Pioneiros, juntamente com seus familiares, uniram-se para organizar a *Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste*, que se realiza todo mês de fevereiro até os dias de hoje, e no ano de 1993 criaram a *Associação dos Pioneiros da Marcha Para o Oeste* (APMPO).

A ideia de criação dessa Festa foi de um Pioneiro e de um filho de Pioneiro, que se espelharam no Centro de Tradição Gaúcha criado na cidade pelos gaúchos que haviam chegado por meio dos projetos de colonização. Segundo um de seus idealizadores, a ideia era fincar as raízes dos pioneiros na cidade, já que os gaúchos haviam chegado ao município e se organizado para criar um Centro de Tradições Gaúchas. Conta ele:

Quem criou a festa fui eu, olhe bem, Maria Ibiapino, Daniel Ferreira, João Bosco, Orlandinho Pereira. Nós criamos a primeira festa. Por quê? Porque os gaúchos, quando chegaram aqui, organizados como sempre foram e tal, criaram o CTG – Centro de Tradição Gaúcha, fizeram aí aquela coisa tudo bonito. Aí o pessoal: gente, a turma não sei o quê os gaúchos, vamos fazer uma festa também dos Pioneiros, vamos fazer a festa dos Pioneiros. Aí nós demos a ideia em Brasília conversamos com amigos daqui que moravam lá, falamos: olha, estamos programando fazer uma festa assim assim e vamos ver se vai dar certo, foi indo, foi indo. [...] Nós fizemos a primeira festa, veio um ônibus de Brasília, os funcionários de lá e tal, superintendente, passou um tempo veio a festa do outro ano, mais bonita ainda, já Brasília participando mais, mas todo os recursos da Festa eram suor nosso aqui [...]. (Pioneiro Cláudio)⁴⁴.

Como se vê, a Festa surgiu como um ato de resposta à disseminação da cultura gaúcha na cidade. A Festa acontece até os dias atuais, sendo realizada anualmente partir de doações de empresários locais e também da prefeitura da cidade, visto que a *Associação dos Pioneiros da Marcha para Oeste* - que organiza a Festa - afirma não possuir fundos para custeá-la. Sobre a Associação, essa não possui sede própria e não possui fundos, contudo, apresenta-se ao Pioneiros como uma Associação diferenciada das demais que existam, pois a APMPO “realmente é importante, é uma associação, não é uma associação qualquer, é a Associação dos Pioneiros da Marcha para o Oeste”, conforme confidenciado por um Pioneiro⁴⁵.

A Festa do Pioneiro é o momento de se mostrar a sociedade nova-xavantinense a memória cultural dos Pioneiros, isto é, nesse momento se ritualizam as ações dos atores sociais envolvidos no enredo que fala sobre Getúlio Vargas, Marcha para Oeste, Expedição Roncador Xingu, Fundação Brasil Central. Como afirma Lima Filho (2001), a Festa pode ser vista como um momento em que os Pioneiros lançam suas âncoras existenciais para sobreviver a um grande descompasso de ritmos. É o ritmo paralisante dos funcionários e pioneiros, que de heróis passaram a “parasitas”, e o ritmo acelerado da história, representada na região por inúmeros projetos de colonização e exploração econômica do governo.

A Festa revela a posição dos Pioneiros na comunidade, visto que esta cerimônia é, ao mesmo tempo, a principal mediadora das relações sociais entre o Pioneiro com Nova Xavantina e também o canal mais expressivo na construção das redes de relações que organizam a sociabilidades dos Pioneiros, entre eles, assim como com outros membros da comunidade (FRANÇA, 2000).

⁴³ Os expedicionários saíram de São Paulo no dia 07 de agosto de 1943, e chegaram ao rio das Mortes (onde se localiza Nova Xavantina) no dia 28 de fevereiro de 1944. A chegada ao rio das Mortes representou um grande marco para Expedição e, naquele local, formou-se um Centro de Atividades, denominado Ministro João Alberto. Este povoado foi elevado a Distrito de Barra do Garças em dezembro de 1963 e no dia 3 de março de 1980 foi emancipado, tornando-se Nova Xavantina.

⁴⁴ Entrevista concedida pelo Pioneiro Cláudio.

⁴⁵ Entrevista concedida pelo Pioneiro Antônio.

3.3.GAÚCHOS

A política ocupacional que levou migrantes gaúchos à região foi lançada pelo governo federal durante a ditadura militar, que tinha como objetivo promover a migração para a Amazônia Legal brasileira. Naquele momento era necessário abafar as tensões sociais por terra que iniciavam na região Sul do país e, para tanto, o governo fez uso de projetos de colonização que levariam os sulistas para conquistar o *El dourado* na região Amazônica, onde, de acordo com o discurso oficial, estes bravos homens levariam o progresso ao Mato Grosso, construindo uma grande civilização no local da futura terra prometida. Novamente a doutrina de ocupação dos ditos espaços vazios era colocada em prática.

As políticas de colonização afirmavam que somente eles – Gaúchos - filhos de imigrantes e possuidores de valores inatos de trabalho e progresso, poderiam desenvolver o Centro-Oeste brasileiro, numa utilização do que Monsma (2013) chama de essencialização de um povo - isto é, a identificação de habilidades, comportamento e disposições do grupo que supostamente são inerentes e duradouros, indo de uma geração a outra. Ademais, ainda se reforçava um *ethos* do trabalho, tal como ocorreu na colonização alemã e italiana ao sul do país (SEYFERTH, 1999), que entrava em contraste, naquela época com o caboclo do sul do país, e nessa nova colonização rumo ao Mato Grosso, com os grupos que já se encontravam na região quando da chegada dos gaúchos, isto é, os Pioneiros.

Por meio desse *ethos* do trabalho, o Gaúcho era (e continua sendo), visto como símbolo do progresso e do desenvolvimento na cidade, no qual a identidade atribuída a esse grupo pelos demais os coloca como responsáveis pelo crescimento de Nova Xavantina. Como afirma um dos Gaúchos entrevistados: “[...] querendo ou não, um dos que alavancaram a cidade na época foram os gaúchos, que vieram pra cá, começaram a plantar e tal” (Gaúcho Cledir⁴⁶)

Porém, enquanto Pioneiros e demais os reconhecem assim, os Xavante negam essa identidade e estabelecem o gaúcho como inimigo por estar em território indígena. Além disso, é importante lembrar que a perspectiva Xavante de progresso e desenvolvimento não é a mesma dos outros grupos da cidade.

Os colonos migrantes gaúchos começaram a partir em julho de 1972 e, ao chegar à Nova Xavantina, encontraram o chamado espaço vazio ocupado por Xavante, Pioneiros e posseiros. É válido ressaltar que as políticas oficiais de colonização desqualificaram os moradores da região - naquele momento - os Pioneiros - a fim de promover a migração, chamando-os de ociosos, sem iniciativa e dinamismo, além de outros termos pejorativos (OLIVEIRA, 2010).

Ao chegar ao novo espaço, estes gaúchos, imbuídos de *levar o progresso ao Mato Grosso*, levaram também suas práticas culturais e, dessa maneira, se reuniram para criar um Centro de Tradições Gaúchas no novo espaço. O Centro de Tradições Gaúchas “Centro Oeste Pampeano” – que dá a ideia da transposição dos pampas ao cerrado brasileiro - foi juridicamente fundado em 1986, todavia, as reuniões para sua criação já ocorriam desde 1979. De acordo com seu estatuto (1986), o CTG tem o objetivo de promover e cultivar as tradições do Rio Grande do Sul. Deste modo, percebe-se que tanto o grupo dos Pioneiros quanto o grupo dos Gaúchos se preocupou em manter a memória do seu grupo na cidade e, para tanto, estabeleceram na cidade associações que buscam, por meio de rituais, transmitirem seus valores.

4.IDENTIDADE E MEMÓRIA CULTURAL EM DISPUTA EM NOVA XAVANTINA

Cada um dos três grupos aqui analisados busca disseminar sua memória cultural na cidade de maneira essa seja contada quando se narra a história da cidade. Essas narrativas estão ligadas diretamente às políticas de desenvolvimento criadas para a Amazônia Legal Brasileira e envolve os discursos que foram criados e introjetados pelos migrantes.

Neste sentido, como mostrado no histórico dos Pioneiros, eles foram chamados de heróis nacionais quando migraram e assim se entendem, fazendo parte da identidade e da memória cultural do seu grupo. Contudo, os Xavante, mesmo tendo sido visto por um certo período como o “verdadeiro índio brasileiro”, não viam em Vargas um líder e não acharam justos trocar suas terras para representar o autêntico brasileiro, sendo vistos até hoje como índios bravos e aguerridos, identidade na qual se reconhecem e da qual se orgulham.

Por não representarem nenhum ideário de ocupação, tal como Pioneiros e Gaúchos, os Xavante afirmam não serem reconhecidos pela memória coletiva da cidade, não havendo sequer nomes de ruas que os

⁴⁶ Entrevista concedida pelo Gaúcho Cledir.

rememorem, como é o caso da travessa Bororo, etnia indígena não presente no município. Não há lugares de memória que os aludam, e cotidianamente sua memória é diminuída e apagada na cidade por diferentes caminhos (OLIVEIRA, 2017). Sendo assim a única maneira desses indígenas propagarem sua cultura é por meio de redes de comunicação informais, como os quadros familiares, constituindo as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989). Como afirma Pollak (1989), as memórias subterrâneas estão em constante deslocamento, esperando apenas o momento certo de se unir à disputa de memória na região. Conforme relato de um indígena entrevistado⁴⁷:

Eu acho é que também, é melhor assim sabe, vendo assim, pensando, se essas pessoas do governo pudessem, criasse uma imagem assim, um símbolo de índio nas praças, ficaria mais certo, mas agora, o que o governo pensa, não só o governo, todos os brancos pensam, que essa terra não é do índio não. Várias pessoas pensam isso, mas índio no pensa assim não (Xavante João).

Ao ler esse depoimento, é notado que os indígenas esperam o momento da distribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989). O momento em que eles poderão afirmar sua identidade como os verdadeiros pioneiros e terão “um símbolo de índio nas praças”. Conforme o relato do mesmo indígena:

(...) o pessoal já existia aqui também, já morava, já andava nessa parte toda né. Mas como que veio essas pessoas assim, do exterior, toda que vinha assim, atacando, mais pra baixo, mais pra baixo, descendo assim né, porque os índios, eles já tinham existido muito anos, aqui dentro dessa região toda do Brasil. Então eu acho que aqui já existia Xavantina (Xavante João).

Esse depoimento revela que os Xavantes negam os expedicionários que vieram para a região a partir de 1944 como pioneiros, assim como garimpeiros que passaram na região ou qualquer outro grupo. Eles desejam serem reconhecidos como tal, pois “(...) os índios, eles já tinham existido muito anos, aqui dentro dessa região toda do Brasil”. E para serem reconhecidos como verdadeiros pioneiros eles cobram do poder político representatividade no espaço público, pedindo que se “criasse uma imagem assim, um símbolo de índio nas praças, ficaria mais certo”. Esse fato remete Knauss (1999) que lembra que os segmentos sociais dominantes costumam impor sua memória como a de toda sociedade. Neste caso, a sociedade dominante do município atualmente não reconhece oficialmente os Xavante como pioneiros de Nova Xavantina.

Já os Pioneiros afirmam reconhecer a importância dos Xavante como primeiros habitantes, contudo, o pioneirismo pertencente ao seu grupo. Dentro desse contexto, o relacionamento com os Gaúchos se revela tranquilo, contanto que os Gaúchos não tentem ter para si o pioneirismo que “pertence” a eles. Os Pioneiros reconhecem que o período da vinda dos migrantes Gaúchos para a região foi um tempo próspero para a cidade, pois havia emprego e ocorreu, a partir de então, uma maior movimentação de pessoas, além do desenvolvimento financeiro na região. Sobre esse desenvolvimento, comenta seu Antônio⁴⁸

A gente tem um fato muito interessante, aqui desenvolveu até, posso dizer, assim rapidamente, em um curto período porque os sulistas vieram pra cá. Porque *os Pioneiros semearam uma semente*, mas com essas mudanças de órgãos públicos, que é complicado, parece que vai mais não vai, a Fundação coibia pessoas de fora que não fossem funcionários, uma espécie de regime militar, uma espécie de uma base militar, não deixava pessoas particulares virem por aqui. Mas como surgiram terras por aí, devolutas, veio o Norberto Schwantes, que era um Gaúcho lá, por sinal pastor da igreja luterana. Ele trouxe a leva de Gaúchos aqui pra melhorar a região. Aqui é muito fértil, a terra aqui é muito fértil e trouxe o pessoal. Por aí veio o desenvolvimento. *Nós semeamos a semente e essa semente ela hoje está dando frutos maravilhosos*. Não foi em vão o suor que nós derramamos, as lágrimas que nós derramamos (...) [Ficou emocionado]. Então, aqui derramou o sangue de pessoas para o bem do desenvolvimento dessa região (...) (Pioneiro Antônio).

⁴⁷ Entrevista concedida pelo Xavante João.

⁴⁸ Entrevista concedida pelo Pioneiro Antônio.

Por meio desse discurso se percebe que os Pioneiros reconhecem a importância dos Gaúchos na região e veem como essencial sua chegada para desenvolver o município, que não crescia em virtude da própria Fundação Brasil Central, pois esta impedia a entrada de outros que não funcionários dos órgãos do governo. Assim, com a abertura da região para outras pessoas, foi possível um desenvolvimento que eles não puderam oferecer. Além disso, sua missão na região já havia sido realizada, pois eles já haviam *semeado a semente*, que, com a chegada de outrem, pode crescer e frutificar, resultando na prosperidade da cidade. Metaforicamente, o mais difícil já havia sido realizado, o solo já estava pronto, os Pioneiros já o tinham semeado.

Quanto aos Gaúchos, a fim de entender seu relacionamento com os demais grupos quando da chegada à nova região – entendendo que a identidade e a memória coletiva são processos que envolvem interação com demais grupos-, perguntou-se quem eles encontraram quando chegaram. Poucos mencionaram a presença do pessoal da Fundação Brasil Central. Grande parte revelou uma negação dos Pioneiros já presentes na região, sendo assinalados como únicos moradores na região os próprios Gaúchos, que também estavam migrando. Outros até consideraram a existência das casas da Fundação Brasil Central, mas é como se não existissem pessoas morando nelas.

Quando nós chegamos aqui só tinha a cidade velha lá embaixo. Depois veio a povoação, o finado Norberto Schwantes foi comprando áreas e foi povoando, trazendo povo do sul. De toda região do sul trouxe gente. Mas quem cresceu isso aqui foi o finado Norberto Schwantes, no início.

Sendo assim, para os Gaúchos, como diz esse último depoimento, apesar de já ter casas da FBC, a povoação só chegou quando eles vieram para a região. Perguntou-se também sobre o relacionamento que foi estabelecido com o pessoal da FBC:

(...) com esses aí havia uma questão assim, o pessoal que veio do sul, esses que vieram pela colonizadora, eles consideravam o povo daqui *preguiçoso*, fazia pouco, já existia uma certa discriminação, espécie de preconceito, não assim que influenciasse de ter assim uma inimizade, um confronto por parte deles que moravam aqui. Havia num certo momento um elogio, porque aí eles viram, de uma hora pra outra um grande movimento, que aqui era pacato, era parado, virou nesse movimento de caminhões, de tratores, de máquinas, movimento na cidade, comércio crescendo, influenciando, abrindo, aumentando, então eles elogiavam, né, *o trabalho desses Gaúchos, de Pioneiros, de desbravadores*, que enfrenta os desafios, ao mesmo tempo também criticavam que havia uma certa discriminação, porque aí o pessoal que veio do sul se achava assim na condição do poder, eu posso fazer, vou fazer, dou conta de fazer, essas coisa tudo. Então existia esse negócio assim, ao mesmo tempo em que eles elogiavam e que viram aquele movimento tudo, mas também havia uma certa crítica, e aí depois, também, quando começou a quebrar ficou assim na memória do povo de que o Gaúcho, o sulista que veio era “*nó cego*”, então ficou também conhecido assim, sendo um preconceito, né, que no fundo, no fundo é um preconceito, né (Gaúcho Roberto)⁴⁹ (grifo nosso).

Esse discurso mostra como os moradores da região eram colocados pelas políticas de colonização e como os Gaúchos o introjetaram. É possível perceber as palavras “pioneiros” e “desbravadores” associadas a eles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O deslocamento de diferentes grupos migrantes a partir de políticas nacionais de migração possibilita compreender a identidade migrante a partir de uma ótica de transformação, como ocorreu com nordestinos e goianos integrantes da Expedição Roncador Xingu – que passaram de pobres a heróis nacionais. Permite ainda perceber a utilização, pelos proponentes das colonizações, da essencialização de um grupo cultural para incentivar a migração.

Nesse sentido, os Pioneiros da Marcha para Oeste revelam orgulho por terem “respondido” ao chamado nacional do presidente Vargas. Assim, o pioneirismo é afirmado como parte de sua identidade coletiva e

⁴⁹ Entrevista concedida pelo Gaúcho Roberto.

pertence unicamente a seu grupo, mesmo que tal afirmação receba contestações. Nesse caso a memória mostra sua função, isto é, mantém a coesão interna e defender fronteiras do que o grupo tem em comum (POLLAK, 1989). Assim, ter participado de eventos referentes à Marcha para Oeste é o delimitador da fronteira "ser pioneiro". Logo, por mais que outros tenham realizado feitos importantes para o município, somente eles são pioneiros da cidade, com fronteiras simbólicas que envolvem a participação em uma determinada época vivida coletivamente por um grupo.

Enquanto isso, os Gaúchos também vieram para a região atendendo a chamados nacionais para povoar a Amazônia Legal e trazer o progresso a uma região apresentada como inóspita e atrasada, por ser habitada por indígenas e por homens ociosos. Desse modo, frequentemente esses homens atribuem o pioneirismo da região a si próprios, pois foram eles que, com seus valores de trabalho e coragem, desenvolveram o espaço. Sendo assim, suas interações, sua memória cultural e identidade estão pautadas nesta perspectiva, percebendo-se, como afirma Assmann, J. (1995), a construção de uma imagem narrativa do passado, criando uma imagem e uma identidade do grupo.

Já os Xavante, considerados a partir de um contexto citadino, destacam ausência de reconhecimento perante o poder público, destacando uma invisibilidade que nega o nome da própria cidade. O contato com os outros grupos revela tensões patentes no campo do estigma que o indígena sofre. A partir das considerações de Pollak (1989), considera-se a memória dos Xavante como subterrânea, porém, isso não significa que não haja contestação. Outrossim, há ainda o fato de que os Xavante não vieram para a região de Nova Xavantina com o intuito de realizar sonhos de prosperidade econômica nem em nome de um pátria constituída modernamente como estado-nação. Sua perspectiva de civilização, assim como de vida cotidiana é outra e eles não compartilham dos ideais não indígenas de progresso, domínio e transformação.

REFERÊNCIAS

- 1] Assmann, A. *Cultural memory and Western civilization: functions, media, archives*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- 2] Assmann, J. *Collective memory and cultural identity*. *New German Critique*, n. 65, Cultural history/ cultural studies, 1995. p. 125-133.
- 3] _____. *Communicative and cultural memory*. In: ERLI, A.; Nünnig, A. (edit.). *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2008. p. 109-125.
- 4] Cancelli, E. *Estratégia para o flagelo*. 118 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Programa de Pós Graduação em História do Brasil. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1984.
- 5] Esterci, N. *O mito da democracia no país das Bandeiras*. *Pesquisa antropológica*, Rio de Janeiro, n. 18, 1977.
- 6] Fernandes, E. R. *Entre cosmologias, estratégias e performances: incursões Xavante à Funai*. 160 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- 7] França, M. S. C. de. *Xavantes, Pioneiros e Gaúchos: relatos heróicos de uma história de exclusão em Nova Xavantina*. 2000. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós Graduação em Antropologia social, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- 8] Garfield, S. *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988)*. São Paulo: UNESP, 2011.
- 9] _____. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 13-42, 2000.
- 10] Graham, Laura. *Perfoming dreams*. Austin: University of Texas Press, 1995.
- 11] Halbwachs, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- 12] Ianni, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- 13] Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. Mato Grosso, Nova Xavantina, infográficos: dados gerais do município.
- 14] Cidades@.[S.I.],2016. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=510625>>. Acesso em: 10 jun. 2016.
- 15] Jaccoud, Mylène; MAYER, Robert. *A observação direta e a pesquisa qualitativa*. In: Poupart, Jean. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- 16] Jenkins, R. *Social identity*. London: Routledge, 1996.
- 17] _____. *Categorization: identity, social process and epistemology*. 2000. Disponível em: <<http://csi.sagepub.com/cgi/content/abstract/48/3/7>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

- 18] Knauss, P. O homem brasileiro possível: monumento da juventude brasileira. In: _____ (Coord.). Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 29-44.
- 19] Lachnitt, J. A epopéia Xavante. Campo Grande:UCDB, 2003.
- 20] Lima Filho, M. F. O desencanto do oeste: memória e identidade social no médio Araguaia. Goiânia: UCG, 2001.
- 21] _____.Pioneiros da Marcha para Oeste: memória e identidade na Fronteira do Médio Araguaia. 1998. 265 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.
- 22] Monsma, K. M. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: XXVII Simpósio Nacional De História, 2013, Natal. Anais eletrônicos ... Natal, 2013. Disponível em:<http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364748564_Arquivo_Monsmatrabalho.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- 23] Oliveira, Natália Araújo de. Lugares de memória, lembranças e esquecimentos: um novo olhar para o turismo em Nova Xavantina/MT. 152 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo). Curso de Bacharelado em Turismo. Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina, MT, 2007.
- 24] _____. Xavante, Pioneiros e Gaúchos: identidade e sociabilidade em Nova
- 25] Xavantina/MT. 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2010.
- 26] _____. História, memória e exclusão: os Xavante e as políticas nacionais de desenvolvimento em Nova Xavantina – MT. 2017. 281 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.
- 27] Pollak, M. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 03, p. 03-15, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2007.
- 28] Sahllins, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). Maná: estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.
- 29] Seyferth, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Pandolfi, D. C. (org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999. p. 199-228.

Capítulo 6

O lugar das mulheres na teoria social: Gênero e trabalho como conceitos analíticos

Maria Izabel Machado

Resumo: O presente artigo objetiva aproximar dados empíricos sobre a Economia Solidária, em especial a experiência de clubes de troca, de alguns conceitos fundantes da teoria social tais como gênero, trabalho e a categoria mulher a partir de suas implicações teóricas e em alguns momentos também políticas. Partimos ainda de questões de fundo que procuram investigar o caráter “generificado” das instituições sociais modernas na tentativa de lançar luzes sobre a construção de práticas e discursos significados como masculinos e femininos.

Entre estas instituições lançamos um olhar mais detido aos movimentos e grupos ligados ao que denominamos aqui como Economia Solidária que seguem os mais variados formatos, compreendendo atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, crédito, etc. De acordo com recente Atlas da Economia Solidária no Brasil⁵⁰ há entre os grupos alguns pontos comuns que permitem alocá-los no roll de empreendimentos solidários, a saber, cooperação, autogestão e solidariedade.

A produção em regime cooperativo, por exemplo, implica na coparticipação dos membros em todas as etapas de produção e/ou geração de renda, o que resultaria em igual distribuição de dividendos e tarefas, bases da solidariedade. A autogestão, por sua vez, impõe-se de forma veemente no exercício contínuo de práticas participativas que visam eliminar as hierarquias reprodutoras da lógica mercantil de privilégios para poucos e prejuízo para muitos.

Contudo, ainda que os empreendimentos compartilhem o mesmo conjunto de valores e princípios é possível perceber certa hierarquização entre eles conferindo maior status e relevância aos empreendimentos maiores e que movimentam maior volume de produção e consequentemente maior capital, cooperativas de crédito e associações de produtores rurais. No final da fila estariam associações informais, em geral formadas por mulheres como os Clubes de Troca, objetos da presente pesquisa.

Essa hierarquização, ainda que velada, revela algumas práticas no interior da Economia Solidária que expõe seus limites e fragilidades especialmente no tocante a reprodução de assimetrias de gênero, o que nos leva a perguntar se o lugar ocupado pelos Clubes de Troca estaria informado pelo olhar gendrificadado que invisibiliza e desqualifica o trabalho feminino.

Nesse sentido recorreremos a um conjunto de autoras que nos ajudarão a lançar luzes sobre essa questão em especial Claudia Lima da Costa, Maria Gabriela Hita, Claudia Piscitelli e de Mirian Adelman através de sua obra *A voz e a escuta* e de notas de aula ministradas por ela.

⁵⁰ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CLUBE DE TROCAS NOVA SEMENTE

De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005-2007)⁵¹ a Economia Solidária compreende um conjunto de atividades econômicas organizadas e executadas por trabalhadores e trabalhadoras de forma solidária e autogestionada. As ações são de amplo espectro que vão desde grupos informais como Associações de Mães e Clubes de Troca à grupos formalizados como Cooperativas de Produção ou Crédito.

Entre os critérios para que o empreendimento seja considerado solidário está a organização coletiva supra-familiar com gestão coletiva de suas atividades e distribuição equitativa dos resultados. Segundo o Atlas foram mapeados 21.859 empreendimentos solidários em 2.933 municípios do Brasil (53% dos municípios brasileiros), concentrados majoritariamente na região nordeste do país. Entre esses empreendimentos predominam as Associações, sendo que 48% atuam exclusivamente nas áreas rurais, 35% nas áreas urbanas e 17% em ambas.

A década de 90 é marcada pelo surgimento dos empreendimentos motivados especialmente pelo contexto econômico Latino Americano. No Brasil os grupos chamados informais apresentaram taxa de crescimento acentuada em relação as demais como Associações e Cooperativas.

Em número de participantes os empreendimentos ultrapassam a marca de 1 milhão e 600 mil. Um dos dados mais interessantes apontados pelo Atlas é sobre a participação de homens e mulheres. Em números relativos a participação masculina é de 63%, sobressaindo na região sul onde a prevalência é de 69% de homens.

Os dados, contudo, devem ser analisados de maneira contextual, relacionando informações quanto ao tipo e ao porte do empreendimento. O número de homens é maior nos empreendimentos maiores, cooperativas e associações. Já nos grupos informais, com média de 20 participantes as mulheres destacam-se como maioria. Além disso, outras pesquisas⁵² reforçam a expressiva participação feminina especialmente nos empreendimentos de pequeno porte.

Entre os grupos informais destacam-se desde a década de 90 na Argentina e a partir do ano 2000 no Brasil os chamados Clubes de Troca. Em resposta à recessão econômica e com a baixa circulação de moeda alguns grupos argentinos organizaram-se para trocar produtos e serviços utilizando troca direta (produto por produto) e moeda social (moeda utilizada para intermediar as trocas em substituição ao dinheiro).

Desde este contexto mais geral focamos nos dados referentes aos Clubes de Troca no Paraná (Clubes de troca: rompendo o silêncio construindo outra história, CARNEIRO, 2011) que traçam um perfil dos grupos e suas atividades, destacando a massiva participação das mulheres. Iniciados em Curitiba a partir de 2001, reuniram mulheres que faziam parte principalmente das listas de assistência social de algumas paróquias da cidade. Os primeiros movimentos de formação dos grupos deram-se pela busca de cestas básicas distribuídas por algumas igrejas a famílias carentes. O caráter assistencialista e paliativo dessa medida motivou a organização de grupos com o objetivo de gerar formas alternativas e menos dependentes de complementação de renda para o sustento das famílias.

Com variações no número de participantes e mesmo na quantidade de grupos, há alguns elementos recorrentes: o perfil das participantes é de mulheres acima de 35 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade, sem colocação no mercado formal de trabalho. Contribuem para a composição da renda familiar ocupando-se em trabalhos esporádicos como diaristas, cuidadoras de idosos e/ou crianças, ou ainda com panfletagens, ocupação sazonal desenvolvida especialmente em períodos eleitorais.

O grupo estudado de forma mais detida localiza-se na região metropolitana de Curitiba no município de Almirante Tamandaré. Denominado Nova Semente foi criado em 2007 e assim como outros grupos passou por momentos de esvaziamento e interrupção das atividades, mas manteve-se com um núcleo constante de aproximadamente Seis participantes, chegando a 25 membros com participação flutuante.

Mesmo nos períodos de maior adesão ao grupo a participação masculina foi residual, apenas dois homens. Entre as mulheres a faixa etária concentrou-se em torno dos 40 anos, a maioria delas sem ocupação no mercado formal de trabalho. Durante o período mais intenso de observação apenas uma das participantes estava empregada formalmente. Uma estava aposentada por problemas de saúde e as demais se ocupavam

⁵¹ Op. Cit.

⁵² MACHADO, Maria Izabel. "Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo": O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003.

dos cuidados domésticos, tomando conta de netos sem vagas em creches ou ainda trabalhando como empregadas domésticas diaristas.

Do ponto de vista do funcionamento, o grupo segue uma espécie de base comum a todos os grupos: os encontros são periódicos, nesse caso quinzenais. Há um estatuto estabelecendo regras internas e uma coordenação rotativa. De tempos em tempos um grupo de quatro pessoas é escolhido entre os participantes para animar os trabalhos e representar o grupo em atividades externas.

A dinâmica de realização dos encontros também segue uma espécie de roteiro. Na chegada todos apresentam a um membro do grupo os objetos trazidos para a troca, recebem certa quantidade de moeda referente ao que trouxeram e sentam-se em círculo para o início das atividades. O encontro é aberto com um momento de mística, no qual é proposta alguma reflexão em torno de temas como desigualdade, partilha e solidariedade. Os participantes novos são apresentados, há encaminhamentos práticos quanto as atividades do grupo que são: produção de artesanato, comercialização dos produtos. Durante os encontros realizam-se as trocas dos produtos por moeda social, há um intervalo para o lanche coletivo e o encerramento no qual sempre acontece uma avaliação do encontro.

Grupos como o Clube de Troca Nova Semente são apenas mencionados no Atlas nacional sem qualquer informação mais detalhada sobre sua atuação e o papel que desempenham junto a seus participantes e as comunidades onde estão inseridos. Como já relatado, recebem maior destaque os empreendimentos formais de maior porte e com maior movimentação financeira, revelando o que está apenas tacitamente estabelecido entre os movimentos sociais e empreendimentos solidários: a relevância econômica informa o lugar e o status do grupo.

A partir desses apontamentos trataremos na seção que segue de algumas abordagens possíveis a partir das questões colocadas.

2. A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO E SEUS CONCEITOS

As questões em torno das relações entre homens e mulheres não são novas, contudo a forma de abordá-las e quem estaria autorizado a respondê-las sofreu mudanças importantes. Simone Beauvoir é considerada uma das precursoras ao questionar em seu livro *O Segundo Sexo* os papéis impostos às mulheres celebrizando a frase: não se nasce mulher, torna-se mulher. A aparente simplicidade da frase traz consigo reflexões contundentes a respeito das construções sociais que padronizaram o ser feminino. Para a autora o elogio às virtudes femininas, por exemplo, ocultam e paradoxalmente revelam a opressão. Frivolidade e resignação ilustram claramente esse ponto de vista.

Além disso, para Beauvoir não era suficiente reivindicar igualdade em relação aos homens, essa igualdade formal, abstrata impossibilitava a visibilização do que a condição feminina oportunizava ou negava às mulheres. A pergunta a que Simone quer responder é em o que o fato de sermos mulheres terá afetado nossa vida? A autora não se pergunta por felicidade, mas pela possibilidade de transcendência, de colocar-se como sujeito diante de um projeto, com liberdade para fazê-lo.

Sua perspectiva fortemente informada pelo existencialismo apontou uma direção ao movimento feminista: a redescoberta, ou a conquista do status de sujeito.

Como apontou Heleieth Saffioti (1999) Beauvoir teria lançado as bases para uma primeira formulação do conceito de gênero, ainda que, segundo as críticas, tenha incorrido em alguns erros como formular suas questões a partir da noção de mulher e não de mulheres. Contudo, como Saffioti lembra, Simone dispunha de parco material histórico e partilhava, assim como outros pensadores, dos referenciais disponíveis em seu contexto.

As inquietações presentes na obra de Simone antecipam as inquietações da geração de 60 que catalisou esforços múltiplos no sentido da reinvenção do feminino e de outras vozes igualmente silenciadas.

Como várias camadas de invisibilização que se sobrepõe historicamente vemos a ausência de narrativas sobre mulheres e de mulheres se repetir no contexto da Economia Solidária, a tarefa de fazer ouvir suas vozes possui um apelo teórico e político simultaneamente. Há poucos registros sistematizados das experiências dos Clubes de Troca, experiências de mulheres. Embora se avolume o acervo a respeito de empreendimentos solidários, o foco nesses casos recai sobre o econômico, raramente sobre o humano. Quando a perspectiva dos sujeitos se coloca os critérios modernos de cientificidade alocam esses estudos no campo do peculiar, do micro sociológico que significa o mesmo que irrelevante segundo a perspectiva dos macro discursos universalizantes.

Da mesma forma a premência de outras abordagens teóricas e epistemológicas esteve na base dos estudos que procuravam dar voz e visibilidade às mulheres. Segundo Maria Gabriela Hita o movimento feminista teria sido marcado por três grandes ondas: a luta pela igualdade, a reivindicação do direito à diferença e na atualidade o direito às diferenças.

Os esforços empreendidos pelo feminismo em seu primeiro momento teriam sido no sentido de garantir às mulheres o status mínimo da condição humana, reforçando, portanto, seu caráter igualitário em relação aos homens. Esse foi o período de enfrentamentos pela conquista dos direitos civis e políticos, acesso ao trabalho e educação.

A segunda onda e terceira onda aprofundaram a percepção das assimetrias de gênero explorando o direito à identidade, inclusive questionando o uso universal da categoria *mulher* utilizado pelo movimento feminista e que se referia a um determinado segmento de mulheres que excluía negras e terceiomundistas. Nesse bojo, emergiram os debates em torno do corpo e da sexualidade, no sentido da superação de modelos analíticos dicotômicos, questionando binários cristalizados como natureza e cultura, sexo e gênero, tendo como importante representante Judith Butler.

Os primeiros movimentos feministas apoiados na inspiração burguesa da igualdade, liberdade e fraternidade apagou diferenças importantes, característica que estava na base da superação da preocupação com a igualdade para a centralidade da identidade. Fazia-se necessário afirmar as especificidades, daí a construção do conceito de gênero a partir da década de 60, na qual explodiram vozes antes sufocadas que encontravam a possibilidade de contestar os modelos de sociedade, comportamento e identidade. (ADELMAN, 2004).

Neste ponto se impôs a necessidade de outras epistemologias capazes de superar os limites estabelecidos pelos referenciais teóricos clássicos da sociologia. Na economia política, por exemplo, a construção do conceito de trabalho atuou fortemente na invisibilização do trabalho feminino ao considerar socialmente útil, porque produtor de mais valia, apenas o trabalho na esfera pública (ADELMAN, 2004, p. 98). Segundo nossa hipótese esse limite teórico-epistemológico estaria na base da invisibilização e subalternização dos Clubes de Troca na atualidade. Ao não centrarem sua atuação na produção de bens e circulação de capital, somado e agravado pelo fato de serem feitos por e para mulheres acionariam formas de trabalho invalidadas tanto pelas lógicas mercantis quanto para as leituras macro sociológicas.

Desta forma às importantes contribuições da psicanálise somaram-se esforços em revisitar obras clássicas como *Origens da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, no intuito de buscar outros caminhos explicativos que dessem maior fôlego ao repertório teórico clássico. No entanto o esforço empreendido revelou de forma clara os limites de leituras que ignoravam o caráter *sui generis* das relações entre homens mulheres, reinsertando-as reiteradamente no contexto dos meios de produção.

De acordo com Paola Tabet (2005) a posse e o controle sobre instrumentos de trabalho, por exemplo, explicitou como o histórico subequipamento feminino dificultou o trabalho das mulheres comprometendo o uso do tempo e todas as suas consequências. Ter ferramentas e tecnologias adequadas segundo a antropóloga a Tabet é uma relação orientada e assimétrica, fundada no domínio de gênero e de classe. Ter menos instrumentos e menos técnica significa maior tempo de trabalho para a realização das tarefas, o que estabelece um menor tempo de lazer ou mesmo de descanso, “tempo indispensável para qualquer progresso [...] esta expropriação de seu tempo é um aspecto fundamental da exploração das mulheres”. Desta forma, Tabet afirma que se faz necessário analisar a divisão sexual do trabalho como uma relação política entre os sexos. Os impactos do subequipamento das mulheres em relação à posse dos instrumentos repercutiram em outras esferas: enquanto a um sexo foi destinado o mundo, o poder sobre as coisas, a outro, às mulheres, coube apenas o parco controle sobre o próprio corpo.

Novamente nos aproximamos das leituras feitas dos empreendimentos solidários que tomam a relevância dos mesmos a partir de seu potencial econômico na geração de renda. Não desprezamos o impacto do empoderamento feminino via acesso à renda, mas ao reduzir o papel dos Clubes de Troca a seu potencial econômico incorremos no risco de desperdiçar uma importante experiência no sentido do empoderamento feminino via construção, retomada e reconstrução das identidades individuais femininas e do reconhecimento de seu potencial enquanto coletividade.

Desde outros estudos realizados⁵³ foi possível apreender que a partir da construção de novos padrões de sociabilidade não calcados no individualismo e ostracismo social, seriam retomadas narrativas individuais dotadas de sentido a partir do grupo, passo determinante na reivindicação e conquista de direitos básicos, como o em nada simples direito de se pronunciar.

Nesse sentido ficam evidentes os limites de referenciais teóricos canonizados para a leitura de experiências específicas nas quais as diferenças entre mulheres e homens se traduzem em desigualdades, não era possível continuar a “dar respostas feministas a perguntas marxistas” (EISENSTEIN, *apud* ADELMAN, 2004, 106). Conceitos como o de patriarcado, por exemplo, que procurou dar conta das origens históricas da subordinação feminina, embora tenha cumprido importante papel nesse sentido, deu espaço ao conceito de gênero. Esse é um momento de transição dos estudos de mulheres, como campo de conhecimento para a consolidação do conceito de gênero que daria fôlego teórico consolidando-se inclusive como uma narrativa sobre a modernidade.

Contribuições como de Gayle Rubin (1998) produziram forte impacto a partir de sua definição do sistema sexo-gênero, como um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos humanos. Esse conceito abriu espaço para percepção do caráter eminentemente social e histórico da construção dos papéis femininos e masculinos, como um filtro através do qual era possível apreender a maneira como as diferenças se convertiam em desigualdades.

Rubin ao investigar a passagem da fêmea à mulher domesticada expôs os modos como a cultura se sobrepõe a “natureza” no sentido de afirmar que as identidades de gênero, longe de serem expressões de diferenças naturais, se impoem como imperativo cultural.

Não obstante o caminho percorrido através da reivindicação da igualdade, o direito à diferença e às diferenças, segundo Adelman (2004, p. 123) essa simplificação da produção feminista seria delicada uma vez que confundiria a estratégias políticas exigidas por determinadas conjunturas com posturas teóricas. Desta forma trataremos na seção que segue dos processos de invisibilização das mulheres, de forma especial as participantes dos Clubes de Trocas e a importância da retomada da categoria mulher no sentido de estratégia política em um campo de saberes e experiências em disputa.

3. INVISÍVEIS OU INVISIBILIZADAS?

As lacunas históricas a respeito do papel das mulheres e as abordagens pouco preocupadas com as especificidades das assimetrias de gênero veem-se refletidas na atualidade em produções como o Atlas de Economia Solidária. Ainda não se apresenta de maneira clara e detalhada a metodologia utilizada em sua composição é possível confrontar e questionar os dados apresentados a partir outros materiais produzidos sobre os empreendimentos solidários, em especial sobre os Clubes de Troca.

No Paraná e de forma mais específica em Curitiba e região metropolitana os Clubes estão articulados em forma de rede, Rede Pinhão, que se reúne periodicamente para animar os grupos, preparar atividades comuns e organizar a participação dos grupos em instâncias estaduais e nacionais. Desde a experiência da Rede Pinhão foram produzidas sistematizações das experiências como a obra já citada, Clube de Trocas: rompendo o silêncio (CARNEIRO, 2011).

Além do histórico dos Clubes de Troca na região são apresentados dados que contestam de forma efusiva a informação do Atlas referente a participação de homens e mulheres. Nos Clubes de Troca a participação masculina é residual, constatação que se estende a outros empreendimentos da região como padarias comunitárias presentes em diversos bairros, inclusive no bairro onde acontecem os encontros do Clube de Troca Nova Semente, empreendimento organizado e gerido por parte das participantes do grupo.

Partindo dessas constatações nos aproximamos de algumas reflexões acerca do lugar das mulheres na Economia Solidária que não se descola do lugar das mulheres na história, especificamente na modernidade. Rita Felski, por exemplo, em sua obra *The Gender of Modernity* (1995), chama atenção para a importância simbólica do lugar atribuído as mulheres nas representações literárias sobre o feminino e o masculino.

⁵³ MACHADO, Maria Izabel. “Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003.

Ora como catalisadora dos perigos, ora como signo das promessas da modernidade a mulher foi retratada frequentemente como um “outro” reprimido e não-racional. O sujeito da história é sempre masculino, referencial que informou não apenas a literatura mais um vasto campo de produção sociológica como a tradição dos estudos marxistas, por exemplo.

Na condição de objeto, à mulher cabe a assistência passiva da história construída pelos homens, ou seja, além de estarem excluídas das instâncias de poder formal ou informal o lugar ocupado pelas mulheres foi gradativamente invisibilizado.

Na obra *As mulheres ou os silêncios da história*, Michelle Perrot reforça essa constatação ao retomar historicamente a inviabilização do feminino, os registros, quando os há, partem não de mulheres singulares, mas da mulher como entidade coletiva sobre a qual se conformam as convenções.

Ao tratar, por exemplo, das cartas trocadas entre as filhas de Karl Marx ao mesmo tempo em que reconhece certa “sorte” em relação a outras mulheres do universo vitoriano, impossibilitadas de ser burguesas substituíam a leitura de folhetins por escritos de Hegel, nunca alçaram outros papéis que não os de boas esposas e colaboradoras, única promoção consentida por seus esposos de esquerda.

Esse estado de tutela que perpassa a modernidade torna seu enfretamento mais complexo. Se antes a figura de autoridade tinha um rosto masculino, o rosto de Deus, com o advento do Iluminismo a face da opressão dissimula-se em práticas discursivas que acionam a fraternidade, igualdade e liberdade como princípios sem, contudo efetivar esses princípios. Não se trata do pai controlador, mas de um irmão que sob o discurso da igualdade mantém encobertos o desejo e a agência do Outro.

Desta forma seria necessária uma espécie de arqueologia da história, da cultura, da literatura a fim de perscrutar as fendas nas quais foram despejadas as experiências femininas e toda a bagagem considerada trivial ou regressiva, os sentimentos, as expressões da subjetividade, etc.

Além das dificuldades no acesso as histórias de mulheres outros problemas de cunho teórico metodológico se impõem. Rita Felski expõe as tensões inerentes ao conceito de moderno e o modo como os movimentos feministas se constroem ora criticando-o, ora sendo informados por ele. Resgatar os escritos de mulheres justifica-se não porque estes necessariamente revelem uma verdade absoluta ou universalizante, o enredamento com os modelos modernos considerados corretos, verdadeiros é inevitável. Se fazer ouvir exigia, e como veremos, ainda exige a apropriação dos signos estabelecidos pelo mainstream.

Segundo Luis Felipe Miguel (2010) ao investigar a participação das mulheres nas esferas políticas levanta questões importantes quanto ao efetivo exercício do poder. Para o autor é inegável a importância do sufrágio feminino, porém cabe reconhecer sua insuficiência na eliminação das assimetrias.

Segundo Miguel o campo político estaria estruturado de modo a reproduzir em suas arenas de poder as mesmas desigualdades encontradas em outros espaços. Desta forma o fato de políticas de cota garantir a representatividade feminina as mulheres permanecem relegadas à subalternidade.

O modelo sobre o qual se inscreve a atual e “moderna” democracia deliberativa define de maneira explícita e ao mesmo tempo velada os padrões de racionalidade e o léxico necessário para acionar esses mesmos padrões. Mecanismos de exclusão constantemente reiterados utilizam a inadequação de discursos, por exemplo, para invalidar as falas dissonantes em relação aos *status quo*. A fala do subalterno permanece uma fala subalterna.

Essa experiência foi fortemente vivenciada no âmbito do Clube de Trocas Nova Semente. Ao longo dos períodos de observações e tomando as entrevistas em seu conjunto a preocupação com o “saber falar” foi recorrente. Quando perguntadas sobre o que mudou em suas vidas depois da entrada no grupo a grande maioria de mulheres das mulheres relatou que “aprenderam a falar”. A fala no espaço doméstico seque foi considerada como tal, os relatos de interditos impostos pelos maridos, patrões e mesmo filhos reduziam essas vozes a sussurros. O grupo, no entanto, constituiu-se como espaço no qual o saber e a experiência vividos poderia ser traduzido em fala legítima correspondida com escuta atenta.

Ao problema da subalternização da fala das mulheres Luis Felipe Miguel aponta os processos de conscientização como passo importante no sentido de tencionar o campo e forçar as redefinições de seus limites.

Adriana Piscitelle oferece contribuições importantes em seu artigo “Re-criando a (categoria) mulher?” (2001). Para a autora ainda que gênero ofereça um novo olhar sobre a realidade situando as distinções entre masculino e feminino no cerne das hierarquias, também corre o risco de diluir politicamente seus

sujeitos na medida em que perderia de vista imbricações entre classe, etnia, nacionalidade. A busca radical pela desessencialização resultaria na desestabilização da categoria mulher necessária para teoria e política feministas.

Retomando convergências e divergências nos movimentos teóricos e políticos feministas Piscitelli reforça que embora houvesse dissensos alguns pontos comuns davam consistência ao movimento: a compreensão da subalternização feminina, as origens históricas da desigualdade e a possibilidade de desconstrução desse cenário.

Na tentativa de desconstruir a subalternização feminina a retomada da categoria mulher remontaria às raízes do movimento feminista radical contribuindo para diferenciar o feminismo dos movimentos de esquerda que incorriam no equívoco de tomar a produção como força motriz da sociedade e o sexo como contradição secundária.

Além disso, tomar a categoria mulher como coletividade e porta de entrada para compreender a diferenciação sexual, mais reificar universalizações, ancoraria esforços nas semelhanças e menos nas diferenças entre as mulheres. Empenho necessário na disputa de capital econômico, simbólico e político.

Desta forma segundo Adriana Piscitelli a retomada da categoria mulher requer atenção a historicidade, exige a aceitação de seus sentidos provisórios, dados através de redes complexas de características não pressupostas, mas descobertas. A retomada da categoria mulher cumpriria uma dupla função: dar sustentação e visibilização as experiências de mulheres vividas no âmbito da Economia Solidária e sistematizadas academicamente e, politicamente reforçar a ação dessas mulheres como coletivo reivindicando sua cidadania política.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: MULHER, A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO

Os avanços de estudos de mulheres para o estudo das relações de gênero e atualmente os estudos *Querr* trouxeram importantes contribuições para a emergência de discursos marginalizados. No entanto, do ponto de vista da agência dos sujeitos, a viabilização de medidas de minoração das desigualdades e assimetrias de gênero impõe caminhos nos quais esbarramos nas formulações teóricas e epistemológicas ainda fortemente informadas pelo paradigma da modernidade e o modelo igualmente “moderno” de distribuição e acesso ao poder.

Quando acionamos o conceito de moderno como léxico, mas também como episteme, acionamos, segundo Felski, o conjunto de significados estruturadores de subjetividades e de práticas que regulam a mobilidade dos sujeitos e principalmente a sua negação. O acesso das mulheres as instâncias deliberativas não é suficiente para garantir o efetivo exercício do poder, como bem apresentou Luis Felipe Miguel (2010).

Ao adentrarem os espaços de exercício da democracia formal as mulheres são relegadas a assuntos e conteúdos considerados de menor importância, cargos e funções como o controle orçamentário, por exemplo, permanecem de controle exclusivamente masculino. A ruptura com esse modelo implica na adoção de posturas consideradas eminentemente masculinas, ponto para o qual Felski já havia chamado a atenção.

De acordo com Claudia de Lima Costa, o conjunto de estudos produzidos por feministas na atualidade que procura restabelecer a categoria mulher não o faz como essencialização, ou como retomada dos signos invocados pela expressão segundo a lógica patriarcal. O que se propõe é retomar “mulher” como sujeito e signo, na medida em que informado pela experiência escapa da armadilha das generalizações cristalizadoras de representações.

Heterogênea e historicamente construída a categoria “mulher” é condição indispensável para acionar políticas institucionalizadas de diversas espécies. A compreensão da categoria exige a apreensão das regiões histórico-discursivas nas quais se imbricam outras categorias como etnicidade e classe. Esse tipo de abordagem caracterizaria uma política da identidade, como acúmulo teórico propulsor de ações políticas concretas para sujeitos concretos.

As críticas a essa política da identidade colocam a questão da negação histórica aos oprimidos do direito de acessar direitos e mesmo de reivindicarem uma identidade. Contudo, não se pode negar que mesmo nas brechas da história ou nos *space-off* identidades positivas foram construídas, perspectiva a partir da qual abordamos as mulheres participantes dos Clubes de Troca, nenhuma delas chegou ao grupo na condição de tábula rasa, cada uma encontrou ao longo de sua trajetória estratégias de sobrevivência e de

afirmação que as levaram até aquele momento. O grupo como espaço de acolhida e escuta atenta potencializou a positividade dessas identidades.

As rupturas como os modelos opressivos, de vida familiar e comunitária nesse caso, já tinha se iniciado quando a maioria delas migrantes de áreas rurais reuniu condições objetivas e subjetivas para romper com os ciclos de pobreza a que estariam sujeitas. E mesmo antes disso, cada qual em seu contexto construiu sua trajetória e identidade.

Dá a importância de captar a posição do sujeito, o lugar de onde se enuncia a fala, ou as condições nas quais o silêncio é uma estratégia vital. Segundo uma das entrevistadas do Clube de Trocas a respeito do assassinato de mulheres na região: “se a gente ficar queta (*sic*) eles não vão parar [...] tem hora que dá pra falar, tem hora que não”(Idair).

Não se pretende com essa constatação romantizar as trajetórias dessas mulheres incorrendo no risco de tratar as condições de opressão a que foram submetidas com certa conformidade. A correspondência entre os sujeitos e seu contexto, como alerta Cláudia de Lima Costa, não é simples, tampouco automática, está condicionada aos processos de interação entre os sujeitos e seus contextos, aos modos como as práticas discursivas foram internalizadas, como cada uma delas foi capaz de ler seu próprio contexto e como foram capazes de realizar contraleituras.

A complexidade da política de identidade exige compromisso teórico e político, mas também sensibilidade para captar a relação sujeito/lugar/contexto como história e não simplesmente como forma previamente definida, as narrativas e desejos se produzem também nos interstícios. O pertencimento a um lugar se impõe como necessidade para a construção de uma narrativa sobre si, mas cada indivíduo pertence a diversos lugares ao longo de sua trajetória, pertencimento construído a partir de identificações e estranhamentos.

REFERÊNCIAS

- 1] Adelman. Mirian. O gênero na construção da subjetividade: entendendo a “diferença” em tempos pós-modernos... In: Adelman. Mirian; Silvestrin. Celsi B. Coletânea Gênero Plural. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.
- 2] Adelman. Mirian. A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher Acadêmico. 2009.
- 3] Anteg. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.
- 4] Carneiro, Gisele; Bez, Antonio. Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história. Curitiba: Editora Popular, 2011.
- 5] Clube de Trocas. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/>>. Acesso em: 3 jul 2013.
- 6] Costa, Cláudia de Lima. O tráfico de gênero. Cadernos Pagu, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 11, p. 127-140, 1998.
- 7] Costa Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. Cadernos Pagu, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, v.19, p.59-90, 2002
- 8] Hita. Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença (s): feminismos na reinvenção de sujeitos. In: De Almeida, Heloisa Buarque; Costa, Rosely Gomes; Ramirez, Martha Célia; Souza, Érica Renata de. (orga.). Gênero em Matizes. Bragança Paulista: CDAPH/ Universidade São Francisco, 2002. P. 319-351.
- 9] Lauretis, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: Buarque, Holanda de (orgª). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.206-242.
- 10] Machado, Maria Izabel. “Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003.
- 11] _____. Economia Solidária e Emancipações: proximidades e distanciamentos. 2009. 54f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, UFPR, 2009.
- 12] Miguel, Luis Felipe Miguel. Perspectivas Sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. Rev. Sociologia e Política. Curitiba, vol. 18, n. 36, p. 25-49, jun 2010.
- 13] Perrot, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2005.

- 14] Rubin, Galin. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: Navarro, Marysa; Stimpson, Catharine R. (compiladoras). Qué son los estudios de mujeres? México/Argentina/Brasil/Colombia/Chile/Espana/EUA/Per/Venezuela: Fondo de Cultura Económica, 1998. p.15-74.
- 15] Saffioti, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. Cadernos Pagu, Núcleo Pagu/ Unicamp, n. 12, 1999: pp.157-163.
- 16] Tabet, Paola. Las manos, los instrumentos, las armas. In: Curiel, Ochy; Falquet, Jules (orgª). El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas Collete Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p.57-129.

Capítulo 7

Cuidado primário de idosos em políticas de unidade de saúde da família: Representações e limites

Maria Antoniêta Albuquerque de Souza

Marlene Leandro dos Santos Peixoto

René G. Cordeiro Silva Junior

Resumo: Rápido processo de envelhecimento humano tem-se apresentado mundialmente, exigindo maior diálogo entre as ciências e as políticas públicas sobre os problemas e as ações atuais e futuras voltadas à promoção e à manutenção da saúde de pessoas idosas. No Brasil o cenário é desafiador, pois as necessidades se expressam em meio à precariedade das condições de vida do idoso. Problema. O Ministério da Saúde brasileiro concebe a Estratégia de Saúde da Família (ESF) como um conjunto de ações desenvolvidas por uma equipe multiprofissional que atua, interdisciplinarmente, junto aos usuários (individual e coletivamente), inclusive voltadas à promoção da autonomia e da independência de pessoas idosas. Objetivo. Analisar, na perspectiva teórica das Representações Sociais, as comunicações sobre o que pensam e como agem idos(a)os em face à política de Atenção à Saúde do Idoso (ASI), na ESF, favoráveis a autonomia/independência. Metodologia. Estudo desenvolvido com idosos residentes em zona urbana e em áreas de assentamentos rurais do município sertanejo Petrolina/PE. Os instrumentos de coleta foram: entrevista semiestruturada (57) e grupos focais (4). O método utilizado foi a Análise de Conteúdo (Bardin), sob a perspectiva teórica da Representação Social (Moscovici). Resultados apontam para o sentido de algumas representações dos idosos da assistência ESF que sinalizam para aspectos do não reconhecimento do que se preconiza nas políticas de saúde, relacionados à promoção da autonomia e da independência dessa categoria populacional. Conclusões. As representações sociais de idosos sobre a ASI constituem instrumentos importantes para agregar conhecimentos na interface do senso comum, podendo subsidiar reflexões e discussões no âmbito das definições de políticas e práticas da ESF que visam o melhor atendimento às demandas de saúde dos idosos.

Palavra chave: Representação social; Envelhecimento; Saúde do idoso; Conhecimento interdisciplinar.

1 INTRODUÇÃO

O cenário onde mundialmente se apresentam o envelhecimento, a velhice e a longevidade da população humana, tem exigido da ciência diálogos com as políticas públicas de saúde, sobre os problemas e as ações atuais e futuras, voltadas à promoção e à manutenção da autonomia e da independência da população idosa. Entre outros motivos, a preocupação com esse contingente de pessoas com idades igual ou superior a 60 anos associa-se aos julgamentos da necessidade de redução de fragilidades biológicas, funcionais e sociais que acompanham a velhice (BRASIL, 2006).

No Brasil, esse cenário desafiador reveste-se de múltiplas e variadas necessidades, expressadas em algumas reivindicações e demandas, em meio à precariedade das condições de vida da maioria da população idosa. Carneiro (2013) lembra que essa situação parece ser invisível às decisões das políticas públicas e, muitas vezes, ao olhar do conjunto da sociedade brasileira. Não obstante alguma visibilidade se mostre quando se alegue o quanto o contingente de idosos possa custar e pesar à previdência social, ao sistema de saúde e aos mais jovens. Por isso, faz-se pertinente indagar: Que formas de relações (e comunicações) tornam visíveis aos usuários idosos as políticas de cuidado primário à suas saúdes? Será possível identificar, com o auxílio da teoria das Representações Sociais, como essas formas se mostram representativas de características da Atenção Básica (AB) à saúde da pessoa idosa?

A pesquisa e os estudos dos quais resulta este artigo tiveram por objetivo analisar discursivamente o conteúdo (BARDIN, 1977) das representações sociais sobre o que pensam e como agem pessoas idosas sobre a Atenção à Saúde do Idoso, na Estratégia de Saúde da Família (ESF). Concebidas como formas de comunicação e de relações produzidas no curso das conversações, das interações, as representações se fazem úteis para tornar visíveis as práticas e as ações voltadas às necessidades e demandas dos atores sociais (MOSCOVICI, 2015).

Aceitam-se então com Jodellet (2001) que as “representações sociais”, sendo socialmente elaboradas e partilhadas constituem fenômenos que descrevem a realidade, mediando sob a forma de conhecimentos a construção de realidades, comuns a um certo conjunto social. Assim, aquilo que é vivenciado pelos indivíduos (atores) dentro de um cenário social, construído e compartilhado, remete-os a um estado de experiência que contribui para construção do que se entende por realidade. Essa concepção de objetivação do real e de ator social constitui a base do caminho perseguido para a explorara questão da pesquisa (Políticas de AB (SUS), no terreno da ESF, destinadas às pessoas idosas apresentam-se como representações reconhecidas em suas experiências e vivências nas questões e problemas de saúde?).

A ESF foi concebida no SUS como a principal porta de entrada dos serviços de saúde. Propõe-se a desenvolver por meio de uma equipe multiprofissional ações interdisciplinares voltadas, inclusive, à promoção da autonomia e da independência de pessoas idosas (BRASIL, 2011). Como inclusive recomenda o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2013). Concebem-se, em geral, a autonomia como a capacidade individual de decisão e comando sobre as próprias ações (PITANO; GHIGGI, 2009; MOARES, 2012), mesmo que inclua o auxílio de outros (não seria esta a ressalva para independência). Assim, na condição de fragilização e perdas que acometem e comprometem estados de saúde na velhice, emerge a necessidade de elaborarem-se políticas específicas para essa população com o objetivo de recuperar e promover ações nesse sentido, com vistas à qualidade de vida.

Loch-Neckel et al. (2009) destacam que em todos os níveis de atenção à saúde percebe-se a necessidade do trabalho interdisciplinar. Porque a partir deste é possível chegar a uma abordagem mais integral dos fenômenos que interferem na saúde do indivíduo e da coletividade. Então, compreender como: os atores sociais pensam o mundo a sua volta, atribuem e são atribuídos significados na vida cotidiana, e agem, possibilitará a produção de certo conhecimento sobre a realidade da saúde do idoso na AB e melhor adequação das ações da ESF. Até porque a Política Nacional de Atenção Básica (MS/PNAB) preconiza um conjunto de ações de saúde desenvolvidas com alto grau de descentralização e capilaridade, próxima dos ambientes de convívio diário das pessoas (BRASIL, 2012). Pressupõe-se, assim, que as representações sociais objeto deste estudo poderão contribuir para um agir ativo ante as questões de saúde no cotidiano dos serviços, considerando o protagonismo da pessoa idosa em defesa de sua saúde.

Considerando que o recorte etário que inclui as pessoas idosas é marcado pelo ideário de depreciações e perdas progressivas (BRASIL, 2011) faz-se pertinente a preocupação que deve ter o SUS com o

planejamento das ações que promovam e/ou minimizem os efeitos reais e imaginados do envelhecimento associados à saúde⁵⁴.

É com esse entendimento que a discussão sobre evidências de ausência ou incentivo à promoção da autonomia e da independência no campo da AB à saúde do idoso, se insere e se dissemina no SUS. Assim, anuncia a perspectiva interdisciplinar para desenvolver políticas atentas às necessidades dos usuários na ESF. A princípio, essas seriam investidas pautadas em intervenções baseadas em conhecimentos de especializados de áreas médicas diversas. Porém, o diálogo interdisciplinar em uma ESF e a sua mediação junto aos usuários requer entendimentos entre os atores (trabalhadores da AB/ESF e usuários idosos) sobre a percepção de ambos a respeito das ações, das experiências e das vivências de problemas e questões de saúde, na comunidade da área adstrita da USF. Nesse jogo de relações assimétricas cotidianas, buscam-se compreender as representações nas quais os atores (pessoa idosa/profissional) estão representados como os agentes de ações reciprocamente direcionadas. Esse espaço para a consideração dos sujeitos idosos se mostra tanto mais significativo porquanto uma finalidade vital da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, e das demais políticas voltadas para essa categoria, vem ser a recuperação e a promoção da autonomia e da independência. De outra forma, as ações de uma ESF não prescindem da consideração de aspectos emocionais e intersubjetivos, sejam eles de ordens individual e/ou coletiva.

O que segue apresenta os subsídios teórico se os caminhos metodológicos da investigação para, em seguida, expor resultados e conclusões (inconclusas) momento em que se sublinham traços das representações sociais do(a)s idos(a)os sobre as práticas desenvolvidas por profissionais da ESF pesquisada. Focalizam-se, então, um conjunto de representações sociais das positivities (ou não) que tornam reais as propostas de recuperação e promoção da autonomia e da independência de idosos na indicando, igualmente, silenciamentos e conflitos que, inclusive, permitem a visibilidade dos propósitos do SUS/ESF.

2 METODOLOGIA

Na perspectiva teórica da Representação Social, a sistematização metodológica seguiu o princípio da prática da Análise de Conteúdo de um discurso em que o componente mínimo de quaisquer comunicações estudadas é a frase (proposições, enunciados, sequências) (BARDIN, 1977). Nessa forma de análise da enunciação a ênfase incide no trabalho das sequências discursivas. Com Bardin, as condições e a organização de uma análise de enunciação incorporam três momentos: o *corpus*, a análise temática e a análise da enunciação. O *corpus* desta pesquisa compôs-se de entrevistas não diretivas individuais e coletivas (grupo focal - GF); a análise temática recortou “o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projetada sobre os conteúdos” (p.175); a análise da enunciação fez-se pelo estudo do “caso” de cada entrevista em si mesma, considerada como uma totalidade organizada e singular. Cuidou-se para que antes do estudo formal do discurso a enunciação fosse apenas descrita.

A pesquisa foi desenvolvida com idosos “residentes” (IBGE, 2010) no bairro João de Deus e em áreas de assentamentos Mandacaru e Água Viva, situados no município de Petrolina/PE. O município situa-se na Mesorregião do Vale do São Francisco, contando com uma população aproximada a 20.313 idosos, em que 76,6% localizam-se em área urbana e 23,4% em áreas rurais (IBGE, 2010). Nas zonas dos assentamentos pesquisados o total de idosos soma 935 indivíduos. Os dados sinalizam a menor representatividade de idosos no ambiente urbano (3,9) em face da média da população idosa rural (5,8).

Os participantes foram escolhidos pela técnica de saturação “bola de neve” (BALDIN, 1977; MUNHOZ, 2011; FONTANELLA et al., 2008), partindo-se de indicações de profissionais das ESF obteve-se a definição do ponto de saturação em 57 idoso(a)s, que participaram de entrevistas individuais. A pesquisa abrangeu 88 participantes (29 homens e 59 mulheres) porque 31 idosos compuseram os quatro GF (02 no bairro e 02 nos assentamentos). Do universo de idosos 46 eram de área urbana (31 mulheres e 15 homens) e 42 (28 mulheres e 14 homens) de áreas de assentamento rural. Observou-se uma tendência à uniformidade de diferentes faixas de idosos entre o bairro João de Deus e o assentamento Água Viva. Mesmo assim, prevalecem os septuagenários e octogenários na área Mandacaru.

⁵⁴0 Decreto-Lei 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que dá prioridade de atendimento a pessoas com mobilidade reduzida, nela compreendida a pessoa idosa, e a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais para a promoção da acessibilidade, manifestam aquela preocupação. O Pacto pela Vida (Portaria nº 399/2006) é um Programa que, teoricamente, indica a preocupação dos gestores do SUS com as necessidades de saúde d(a)o idos(a)o, propõe dirimir os danos e as perdas acumuladas atribuídas à velhice.

2.1 DESCRIÇÃO TEMÁTICA

Tendo em vista o objeto de estudo da pesquisa –as representações sociais de idosos sobre as ações desenvolvidas pelos profissionais das ESF para a promoção e a recuperação da autonomia e da independência desses usuários -, adianta-se a organização da descrição das comunicações que emergiram do conteúdo das mensagens (análise temática). Entre elas destacam-se as categorias: 1) atendimento dificultoso; 2) sistema de fichas; 3) lugar de atender à doença; 4) exames demorados 5) ausência de escuta; 6) desrespeito; 7) local de pegar o remédio. A estas sobressaem-se mais duas categorias de análise temática sobrepostas às representações dos idosos residentes em assentamentos rurais: 1. Distância do lugar de convívio diário; 2. Lugar onde se vivencia a “pior idade”.

Essas categorias discursivas são discutidas conforme a perspectiva teórica da representação social das experiências e das práticas dos sujeitos idosos, momento em que se busca identificar a construção operada pelo sujeito sobre o objeto, compreendendo-se os conteúdos que surgem como estranhos a esse sujeito (objetivação) e a sua transformação para aquilo que lhe é próprio (ancoragem). Assim, Moscovici (2013) nos leva a entender a objetivação como a transformação do abstrato em algo perto do concreto, a transferência do que permanecia na mente do indivíduo para algo que exista no mundo real. E, a ancoragem se caracteriza pelo processo de nomeação das coisas. As que não são possíveis uma classificação ou não possuem nomes, são classificadas como estranhas, não obstante possam ser ameaçadoras.

Particularmente, o texto explora a objetivação e a ancoragem das representações enunciadas nas duas categorias de análise temáticas: O “sistema de fichas”, onde conteúdos de importância da ‘amizade’ no funcionamento do sistema de fichas e nos serviços da ESF são relevantes; e o “atendimento dificultoso”, pela mediação do ACS ao acesso aos serviços em virtude das dificuldades de atendimento.

Essa leitura tem em vista a reconstrução representacional da realidade por meio discursivo (dialogicidade), característico das relações sociais (ABRIC, 1998; JODELET, 2005). Dispostas nas Figuras (01 e 02) as diferenciações das ancoragens, são iluminadas pelos conceitos de objetivação e ancoragem (MOSCOVICI, 2015) e visam às nomeações inerentes às enunciações conforme o lugar de residência dos atores. Ou seja, trata-se de transformar algo estranho e perturbador em algo que se pensa ser apropriado, assim ancorar seria a classificação e a nomeação de alguma coisa. A figuração das grelhas de ancoragem para a representação das diferenciações entre as diversas experiências cotidianas de idosos, historicamente situadas, nos ambientes “urbano” e “rural” das ESF.

As Figuras 01 e 02 descrevem a representação social de idosos sobre as políticas do SUS e as ações e práticas desenvolvidas pelos profissionais de saúde na AB referentes ao idoso. Dessa intrínseca relação entre sujeito e o objeto, surgem às representações sociais dispostas na parte externa das figuras citadas. As grelhas estão figuradas em círculos apenas para efeito de apresentação, porém os campos dos círculos são abertos ou porosos.

A representação dessa realidade sinaliza para algum estranhamento das ações e práticas favoráveis à autonomia e independência, fazendo emergir a objetivação do mundo desses atores sociais, ancorando essas ideias ou imagens “estranhas” em algo conhecido, identificável. Ou seja, em categorias comuns do convívio cotidiano do idoso no cuidado da saúde básica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse discurso sobre a AB focaliza o propósito de desenvolver ações voltadas à promoção e à proteção da saúde e à prevenção de agravos aos idosos. Não obstante, aponta os sentidos para a representação das ações e do trabalho dos profissionais nesses serviços concentrados no paradigma do cuidado com a doença. Ademais, realizado em um ambiente de Atenção fragilizado e insuficiente. A principal enunciação relacionada a esta situação se ancora em comunicações sobre o que é nomeado, reconhecido e denunciado ‘sistema de fichas’. O sistema proposto para organizar a realização dos atendimentos médicos na AB/ESF. A questão da negativa construção da realidade desse sistema está em que não consegue responder às necessidades, a procura dos serviços, e às demandas dos usuários idosos, em parte ou no todo, satisfatoriamente.

A representação do ancoradouro ‘sistema de fichas’ indica os sentidos que o qualifica, fortalecendo ou enfraquecendo a autonomia ou a independência do idoso no campo da saúde perpassando as categorias:

a) Atendimento prioritário (1) (desrespeito, incertezas);

- b) Precariedade do sistema de atendimento por fichas (2) (intenso esforço e incertezas para conseguir a ficha, adiamentos, esperas, reduzido número para a demanda do serviço);
- c) Avaliação funcional do profissional (3) no sistema de fichas (identificação da comunidade com a enfermeira, associação do baixo número de fichas/número de médicos);
- d) “Postinho”, metáfora de ESF em equivalência ao sistema de atendimento de fichas. O que, por sua vez, representa a AB em processos de uniformização dos problemas nas ESF (dificuldade de acesso às consultas, negatividade da assincronia entre a necessidade e serviço), dificuldade/difícil/difícultoso (4).

Enunciados que expressam algumas dessas comunicações podem ser reproduzidos:

O atendimento (1) tem momento que é bom, mas, tem momento que é crítico porque quando (...) chega nos idosos não temos prioridade. Deveria, assim... no momento que a gente necessitasse do atendimento (1) não ter que madrugar pra pegar uma ficha (2) (Idosa 26, 68 anos, ZU).

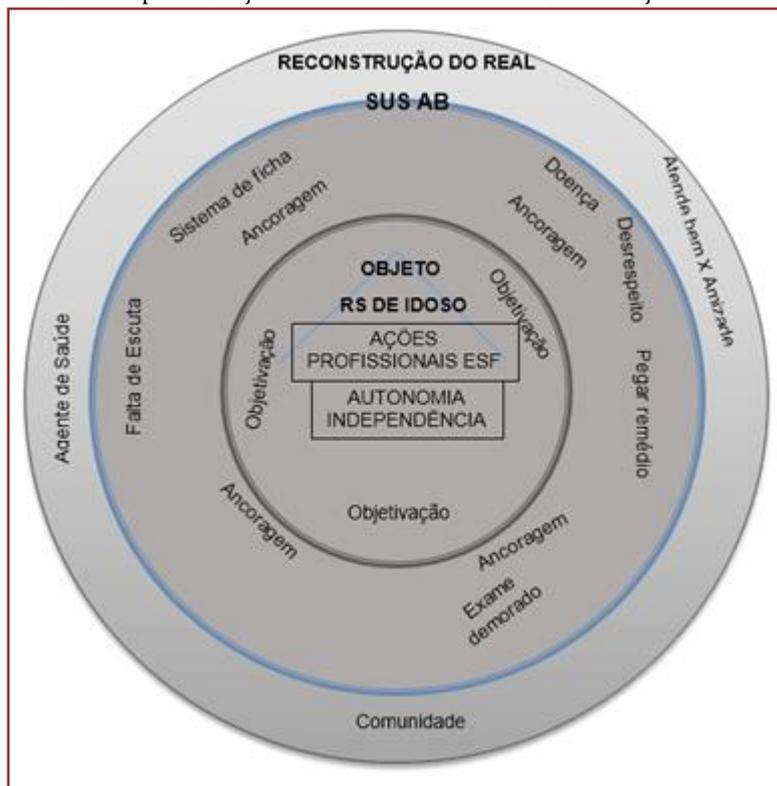
No interior do sistema de ficha, a enfermeira do bairro sinaliza para alguma no conflito no sistema de ficha. [...] *E as vezes ainda não consegue uma ficha (2) pra se consultar, é pouca ficha (2) pra muita gente. Mas... a enfermeira (3) é muito boa (nomeia a enfermeira), que é a enfermeira (3) aqui do bairro (Idosa 26, 68 anos, ZU).*

Esse sistema se sobrepõe ao da necessidade do idoso. *Pra médico (3) eu acho que só é dez fichas (2) pra o dia todo, e tem vez que a gente chega e está muito necessitada do atendimento (1) e tem que dar uma ficha (2) pra ir para outro hospital/ e como é dois médico (3) deveria ser mais fichas(2) porque é muita gente aqui e, as vezes, dá duas três viagem e não consegue (2). E a ficha (2) é pra ser atendida (1) no outro dia (Idosa 26, 68 anos, ZU).*

Enunciados que expressam algumas dessas comunicações podem ser reproduzidos:

O atendimento (1) tem momento que é bom, mas, tem momento que é crítico porque quando (...) chega nos idosos não temos prioridade. Deveria, assim... no momento que a gente necessitasse do atendimento (1) não ter que madrugar pra pegar uma ficha (2) (Idosa 26, 68 anos, ZU).

Figura 1: Grelha da representação do idoso do bairro sobre a atenção à saúde básica na ESF



Fonte: Dados coletados na pesquisa, abril-junho/2016.

difícultosa do atendimento (1) distante (5);

h) A lei (6) e a luta por direito (7), mediador na problemática distância (5).

E) distância do local de residência para o postinho/esf e a mediação para a ficha.

Com intermediação do ACS, a distância torna-se um fator menos problemático, pois facilita o acesso ao postinho. Nesse contexto, a posição do ACS – no leque das representações sociais – tem visibilidade como intermediadora ora reconhecida facilitadora ora inibidora do acesso ao serviço.

Enunciados:

A informação que nós têm lá no postinho é que nós só é pra ir lá (5) com a ordem da agente de saúde (10). Tem que ela escrever nem que seja num pedaço de papel e mandar/ se- não é atendida (1)” (Idosa 4, 70 anos ZR), (Inibidor) Pra consultar tem que o agente (10) agendar, ai a gente precisando hoje tem que esperar pelo agendamento. Se for sem ele (10) ter agendado não atende (1) (idosa 6, 70 anos, ZR).

Diferentemente da zona urbana, na qual o conteúdo das mensagens revela o profissional enfermeiro como um mediador da acessibilidade ao serviço, nos assentamentos, no recorte das comunicações, este atendimento assemelha-se ao do médico:

Já o atendimento(1) do postinho da roça é mais fraco/ que aqui, não tem enfermeiro (3), não tem médico (3), nada. Eu já morei lá (5) e sei (Idoso 1, 68 anos ZU).

Assim, a análise do coletivo indica que – nos assentamentos – à semelhança do sistema de fichas, sinaliza o problema da negatividade da distância do postinho, potencializado a representatividade dos conteúdos relativos a “atendimento difícil”.

Assim, a falta de atendimento às pessoas idosas tem representações ancoradas no usual ‘sistema de fichas’, e é potencializada pela distância do postinho/ESF do local de residência. Perseguindo-se a indicação dos sentidos a distância do trajeto à Unidade de atendimento no ambiente rural, repousa ancorando negatividade ao acesso/acessibilidade ao cuidado médico: *O posto pra nós aqui do assentamento devia pelo ter um dia específico, porque imagine nessa distância (5), um médico (3) só, é pouca ficha (2) pra atender (1) a gente e o povo de lá (5) do N4. Ai sai daqui chega lá (5) não consegue ficha (2), não é atendido (1) (Idoso 5, 77 anos, GF, ZR).*

Os diálogos nos grupos focais produzem condições para reflexões que tendem a favorecer comportamentos mais autônomos e questionadores no conjunto dos grupos, construindo assim, uma representação coletiva no ancoradouro ‘distância’ versus ou em face ao sistema de fichas:

E completando o que eles falaram, ... não é que a gente não seja atendido (1) é que é pouca ficha (2) porque só é um médico (3), aí demora muito a ser atendido(1) a dificuldade(4) é essa, é que a gente sai de tão longe (5) pra não ser atendido(2) (Idoso 4, 72 anos GF).

F) Dificuldade De Acesso Ao Transporte Para Deslocamentos Aos Serviços De Saúde

A construção coletiva dos idosos assentados no meio rural para a ancoragem no transporte tem direta relação com a questão da distância aos serviços. As dificuldades de transporte revelam-se, então, um problema na AB classificado por “atendimento difícil”.

(...) no N-4, está sendo difícil (4) porque é longe (5). Transporte aqui é diferente da cidade, aqui é difícil (4). Só tem passagem daqui pra lá (5) a volta não tem e pra vir a pé é difícil (4) (Idosa 8, 60 anos, GF, ZR).

G) Participação Na Associação, E Representação Do Signo (Mediação) Na Real Dificuldade De Atendimentos

A participação de idosos na Associação de Moradores do lugar representa uma eminência da luta por direitos, indicando possibilidades de mediação positiva de conflitos para a resolução de problemas cotidianos de saúde nos assentamentos.

Quando eu fui presidente da associação eu lutei muito pra trazer um postinho pra cá, consegui até o terreno, mas, a Secretária de Saúde disse que o Postinho lá (5) do N-4 era muito próximo e não precisaria de outro (Idoso 5, 77 anos, GF, ZR).

É nesse sentido que Cavalcante e Nogueira (2008) reconhecem a luta de sujeitos de assentamentos rurais como um movimento social legítimo. No entanto, as representações desses atores idosos apontam para a desconsideração, o silenciamento, das reivindicações por melhores condições de assistência na ESF. Não obstante, por meio da dialogicidade, afeita a interação coletiva, buscam-se por essa via associativa o exercício da autonomia e a independência no cotidiano da saúde (PITANO; GHIGGI, 2009).

A evidente modernização do ambiente rural de Petrolina, por meio do avanço da tecnologia e do crescimento econômico (SABOURIN, 2001; WANDERLEY, 2011; VIEIRA, 2015), vem contribuindo para estreitar limites entre o urbano e o rural. Porém, ainda é notória, no campo da saúde, as reclamações e as demandas às esferas estadual e municipal, em torno das consequências associadas às distâncias do postinho para os assentamentos. Isso se ancora, negativamente no cotidiano da saúde básica, nas representações do sistema de fichas e das condições de acesso/acessibilidade aos serviços. Nesse sentido é que Beltrame (2012), diz que as melhores condições de acessibilidade são bem mais visíveis no meio urbano (BELTRAME, 2012).

H) A Lei E A Luta Por Direitos: Mediador Na Problemática Relação Entre A Distância E O Atendimento Dificultoso

No cotidiano rural da ESF a ancoragem de comunicações sobre a problemática ‘sistema de fichas’, também reafirma a posição de atores idosos nesse contexto de acontecimentos, no qual o conflito não se exime. Esse sentimento, por seu turno, na reconstrução do real, instiga à reflexão do ator usuário idoso (sujeito) sobre sua ação, atitude, e comportamento ante seus direitos no campo da saúde. Assim, as representações fazem emergir, também, o “fazer valer o direito” do idoso para a ancoragem, frente às dificuldades de atendimento apresentando-o como signo: *“A lei (6) era para garantir os direitos (7) da pessoa/... daqui a distância (5) do posto é muita/, ai se as leis (6) garantisse o direito (7) do atendimento (1) na urgência seria muito bom, principalmente quando se mora só”* (Idosa 9, 66 anos ZR).

Quando idosos da zona rural comparam o atendimento antes e depois da Lei que dá prioridade ao idoso, as políticas públicas de saúde do idoso (SUS) positivam a mediação, facilitando condições para o atendimento (ancora).

O atendimento (1) não é bom, mas antes era pior, hoje tem a política..., as leis (6) do idoso para garantir os direitos (7) dele. Antes o idoso não tinha vez. Hoje temos a Lei (6) que garante os direitos (7), hoje a gente pode cobrar (Idoso 6, 65 anos, ZR).

A fé constitui talvez, o derradeiro ancoradouro na mediação esperançosa para romper as dificuldades ao atendimento das necessidades de Atenção à saúde do idoso (a).

No conjunto das enunciações dos idosos, participantes da pesquisa, que envolve – inclusive – o sistema de fichas, emerge outra âncora estruturante das representações do idoso sobre sua saúde e a ESF: a amizade (8). A “amizade”, assim como o direito de ser atendido na necessidade ou urgência do socorro, constituem meios para efetivação do direito a esse atendimento prioritário. Pode-se, então destacar aspectos (unidades) desse processo de reconstrução do real para a mediação de conflitos. O que segue descreve o sentido nos quais a amizade possui sua ancoragem:

- a) Desrespeito às leis (6) do idoso [amizade (8), mediação no sistema];
- b) Amizade (8) (valor representativo no cumprimento da lei);
- d) Ausência de amizade [marca a “pior idade” (9)];
- e) “Pior idade” (9) equivalente à ausência de amizade (signo do atendimento dificultoso no sistema de fichas);

f) Posição ACS (10) e da Carteira do idoso (11) [mediação da “Pior idade” (9)].

Enunciados:

A) Desrespeito Às Leis Do Idoso, A Amizade Como Mediação No Sistema

Eu acho certo a gente ser bem atendido(1) (...) E, com isso de ser obrigatório [lei](6), facilita, a gente tem mais direito (7) até na hora de cobrar/. Mas..., se você tem amizade (8) lá dentro, isso ajuda porque apesar da lei (6) poucas pessoas atendem (1). (Idosa 26, 68 anos ZU).

B) Amizade (8) Um Valor Representativo No Cumprimento Da Lei

Amizade, além de favorecer a garantia dos direitos expressos na lei, sinaliza, também, para um mediador, que facilita o acesso aos serviços: *“Hoje só é atendido (1) quem tem uma pechada (8) [uso da amizade para facilitar um acesso] lá (5) dentro, isso em todo canto, num banco, num hospital no transporte.”* (Idoso 5, 74 anos, ZR). O acesso se limita às fronteiras da amizade. *“O exame demora, mas a consulta eu vou lá (6) e agendo, se tiver a prioridade por causa da idade eles me colocam, mas é, também, por conhecimento [amizade] (8), ela me conhece bem” (8)* (Idosa 4, 70 anos, ZR).

C) A negativa da amizade, marca na velhice a “pior idade”

Quando discutido coletivamente (GF), o ideário do ‘sistema de fichas’ da AB/ESF sinaliza para a **amizade** como inibidor, que fortalece o atendimento dificultoso, quando essa não se vincula ao meio social do idoso.

Os funcionárias do postinho atende (1) mal. Não sabe tratar o idoso. Atende, mas..., se chegar gente da Associação ela deixa de botar eu pra botar o da Associação, que tem amizade (8), como eu vi o mês passado ... deixa de atender (1) os idosos primeiro pra atender (1) os novinho que têm amizade (8). (Idosa 12, 79 anos GF, ZR).

D) “P(R)ioridade” Signo Do Atendimento Dificultoso No Sistema De Fichas

A negativa da amizade – pior idade – ancora-se no atendimento dificultoso para o direito à prioridade[p(r)ioridade] do idos(a)o no acesso ao postinho/ESF. *“O atendimento (1) no postinho é dificultoso (4)... O que vejo falar muito em prioridade do idoso, mais, eu digo o contrário: o idoso tem é a ‘pior idade’ (9). Porque é mal atendido (1) em tudo! Hoje, só é atendido (1) quem tem uma ‘amizade’ (8) lá dentro...”* (Idoso 5, 74 anos ZR).

E) Posição do agente de saúde e a carteira do idoso na mediação da “pior idade”

Atente-se que na discussão coletiva ‘pior idade’ (9) oferece visibilidade positiva pela representação do direito ao atendimento prioritário ao idoso. Agora, apoiada no cuidado do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e na “Carteira do idoso”, dois signos que ampliam a acessibilidade discursiva dos serviços e do atendimento, questionando a realidade da “pior idade”. *“Eu sou um pouco idoso, (...) 72 anos, mas não concordo com essa de ‘pior idade’(9). A gente tem prioridade porque a nossa Agente de Saúde (10) sempre dá um jeito pra cuidar da gente, e temos a Carteira (11) também, que dá à gente o direito (8) de viajar por todo Brasil”* (Idoso 11, 72 anos, GF, ZR).

Ante o exposto, observa-se porque Moscovici (2015) se refere à *amizade* como uma categoria que torna-em modos gerais – uma maior acessibilidade dos sujeitos aos serviços. Assim, a amizade por sua vez, desempenha papel importante na estabilização das representações que fundamentam as relações na experiência da vida social. Nesse sentido, o “sistema de fichas”, a ESF (AB), o “postinho”, a “distância da ESF”, a necessidade da insistência para o atendimento, a assimetria entre o tempo da urgência da necessidade e o atendimento, aparecem tendentes às negatividades na reconstrução do real representativo da autonomia da pessoa idosa.

É em meio a esse cenário de reconstruções e representações do real que os signos *amizade*, o direito e a lei, a fé, entre outros – visivelmente – constroem as representações de lugares de sujeitos idosos tendentes

à estabilização na luta pela (re) organização das relações no campo da saúde (SOUZA; PEIXOTO; MACEDO, 2011).

4 À GUIA DE CONCLUSÕES

A consideração do velho e da velhice como signo de doença exige decisões sobre os efeitos dessa imagem de representação social da pessoa idosa. Assim, a escolha de idosos pela moradia – no meio urbano – vincula-se muito à idealização da proximidade do acesso aos equipamentos e aos serviços de saúde, o que lhes confere melhores condições para o exercício da autonomia.

A prioridade do atendimento tem – na *amizade* – a âncora estruturante desse discurso sobre a saúde nessa idade, inclusive como viés da necessidade da instituição da representação da categoria idoso (sindicato rural), um signo mediador facilitador vinculado à amizade.

Em meio às referências do cenário descrito das RS, atores idosos, por intermédio de seus conhecimentos e vivências, identificam novas formas de modelagem ancoradas na *amizade* e em fazer entender e valer o *direito* do idoso, facilitando a compreensão que a *amizade* é uma forma de “subjativação coletiva” (Foucault) que intermedeia as relações, buscando atender aos objetivos individuais e coletivos (SOUZA; PEIXOTO; MACEDO, 2011).

Neste texto, esse signo emerge como ancoragem na (re) modelação do cenário de “mau atendimento” e/ou “atendimento dificultoso” a “pior idade” na ESF, tendo suas implicações nos sentimentos de confiança na *amizade* e de (in) justiça no movimento de enunciações discursivas referentes à aplicação da lei.

As representações dos idosos a respeito da assistência sinalizam para aspectos do não (re) conhecimento preconizado pelas políticas de saúde do idoso relativas às ações de promoção, prevenção que objetivem manter/recuperar a autonomia e independências das pessoas e da coletividade. Essas representatividades que – às vezes – apresentam-se estranhas ao convívio cotidiano do idoso(a), mostram-se reais em situações de procura na eminência ou urgência da necessidade do serviço. Dificilmente se é atendido na procura de marcações e no serviço de consulta e exames; trata-se de um espaço de saúde (AB) caracterizado por um atendimento crítico e dificultoso, por consultas e exames demorados, pela Atenção à saúde orientada pelo sistema de fichas e a recorrência à amizade. São reconstruções de uma realidade negligente aos signos da saúde mobilizados no sentido da autonomia e da independência de idosos na promoção da saúde.

O signo *autonomia* caracterizado pela capacidade individual de decisão e comando sobre as próprias ações (PITANO; GHIGGI, 2009; MOARES, 2012) é vislumbrado no diálogo dos atores com destaque na exigência de cumprimento de direitos à saúde. Percebe-se que a organização e a participação social são importantes para a conquista dos direitos e das condições para o protagonismo do idoso, tendo-se a maior consciência desse valor para o empoderamento no campo da saúde, entre os idosos residentes em assentamentos. É importante investigar a organização da categoria idosa em ambiente urbano e buscar fortalecer essa tendência encontrada nos assentamentos. Entende-se que a reconstrução do real apresentada poderá subsidiar discussões no campo das políticas para melhor atender a demandas de atores sociais idosos.

REFERÊNCIAS

- 1] Abric, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, A. S. P.; Oliveira, D. C. (Org.). Estudos interdisciplinares em representações sociais. Goiânia: AB Ed., 1998.
- 2] Baldin, N.; Munhoz, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. I Seminário Internacional de Representações Sociais. Curitiba, 2011.
- 3] Bardin, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- 4] Beltrame, Vilma et al. Qualidade de vida de idosos da área urbana e rural do município de Concórdia, SC. Rev. bras. geriatr. gerontol., Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 223-232, 2012 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232012000200005&lng=pt&nrm=iso>. Em 24 fev. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-98232012000200005>.
- 5] Brasil. Ministério da Justiça. LEI Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- 6] Brasil. Ministério da Justiça. Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
- 7] Brasil. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: 2006.

- 8] Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico, 2010. Conceitos e Definições, 2010.
- 9] Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Brasília, 2011.
- 10] Brasil. Ministério da Saúde Política Nacional de Atenção Básica Brasília, 2012.
- 11] Carneiro, Laf; et al. Instituto de Estudos de Saúde Suplementar. Envelhecimento populacional e os desafios para o sistema de saúde brasileiro, [recurso eletrônico]. Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, São Paulo: IESS [org], 2013.
- 12] Costa, Maria Fernanda Baeta Neta Alonso da. Atenção integral à saúde do idoso na saúde primária: os sistemas brasileiro e espanhol – Tese doutorado – Escola de Enfermagem. USP. São Paulo, 2009.
- 13] Jodelet Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. As representações sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- 14] Jodelet, Denise. Loucura das representações sociais. Prefácio de Serge Moscovicci. Tradução Lucy Magalhães. Petrópolis. RJ: Vozes, 2005.
- 15] Loch-Neckel, Gecioni, et al. Desafios para a ação interdisciplinar na atenção básica: implicações relativas à composição das equipes de saúde da família. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, Outubro. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000800019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de agosto de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000800019>.
- 16] Moraes, EM. Atenção à saúde do Idoso: aspectos conceituais. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.
- 17] Moscovicci, Serge. Representações sociais: investigação em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 11. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- 18] Pitano, SC; Ghiggi, G. Autoridade e Liberdade na Práxis Educativa Paulo Freire e o Conceito de Autonomia, Saberes, Natal – RN, v. 2, n.3, dez 2009.
- 19] Sabourin, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. Estudos Sociedade e Agricultura, p. 37-61, 2001. Revista semestral de ciências sociais.
- 20] Souza, M^a. Antonieta Albuquerque de; Peixoto, Marlene Leandro dos Santos; MACEDO, Aldiane Gomes de. Idosos mediadores do cuidado de si: resistência e subjetivação em redes de interação no cuidado da saúde. In: PINHEIRO, Roseni; MARTINS, Paulo Henrique (Orgs.). Usuários, redes sociais, mediações e integralidade em saúde. Rio de Janeiro/Recife: CEPESC-IMS/UERJ-EDITORA DA UFPE-ABRASCO, 2011a, p.161-176.
- 21] Vieira, Jéssica da Silva. As transformações do mundo real: entre o tradicional e o moderno. Revista do programa de pós-graduação em ciências sociais da UFRN. Natal-RN, n.16, p. 296-306.jan. /jun. de 2015.
- 22] Wanderley, M. N. B. A sociologia do mundo rural e as questões da Sociedade no Brasil Contemporâneo. Rurais, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2011.

Capítulo 8

Tensões e disputas na construção do ofício de mediador judicial: O exemplo do TJ-RJ

Cristiana Vianna Veras

Roberto Fragale Filho

Resumo: Conquanto a mediação não seja uma novidade, quando apropriada profissionalmente no campo do direito, ela produz impacto em diferentes áreas. Se, por um lado, sua introdução no âmbito do judiciário parece implicar em uma reorganização de um espaço territorial bem delimitado por seus ocupantes, por outro lado, ela reproduz uma lógica de organização que precisa legitimar a atuação desses novos profissionais à luz e semelhança daqueles que ali já se encontram. Ou seja, o exercício do ofício do mediador depende de sua legitimidade no campo de trabalho e, ao que parece, depende de regulação formal, do reconhecimento de sua capacitação e certificação. Afinal, cumpre estabelecer quem pode ser mediador e qual a formação exigida. Nesse sentido, vislumbramos de imediato os efeitos regulatórios nas diversas iniciativas normativas de definição dessa nova figura, de suas atribuições e de suas competências particulares e que, justamente por isso, acarretam fortes tensões e sensíveis disputas de poder em território já dominado por outros profissionais. Trata-se, portanto, de inserir um “novo” ator profissional em um campo já ocupado por outros atores, o que gera inevitáveis competições interprofissionais e intraprofissionais. Relatar e examinar como este processo vem ocorrendo no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Juíza Eduarda Monteiro de Castro Souza Campos do Tribunal de Justiça da Capital do Rio de Janeiro, assumido como um espaço exemplar desse processo é o objetivo deste artigo.

1. INTRODUÇÃO

A existência de diferentes profissionais (advogados, juízes, promotores, peritos, contadores etc.) no campo do direito é fruto do processo de institucionalização e burocratização da função jurídica nas sociedades modernas. Tal existência é perpassada por diversos atritos gerados no desempenho da atividade de cada um desses profissionais constituídos nesse processo de burocratização interna do trabalho jurídico.⁵⁵ No entanto, a função de cada profissional foi historicamente construída e delineada e os terrenos de atuação são bem definidos. Assim, o advogado deve patrocinar a causa, defendendo os interesses de seu cliente. O juiz deve julgar a causa. O promotor fiscaliza a aplicação da lei. Apesar das tensões, esses atores coexistem no campo. A atuação de diferentes profissionais no processo de resolução de conflitos não é, portanto, uma novidade.

A implantação da mediação no âmbito do poder judiciário com a Resolução CNJ 125/2010, que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, ressaltando os denominados meios consensuais que incentivam a autocomposição de litígios e a pacificação social, inseriu o mediador no universo dos operadores do direito e esta novidade gera uma tensão no campo. Com a entrada desse novo ator são necessárias novas configurações e a estrutura de funcionamento no campo se modifica. Alterando antigas composições, nas quais as funções já estão consolidadas, a mediação reconfigura as interações entre diferentes atores do universo jurídico sendo potencialmente geradora de transformações e de novos tipos de concorrência entre estes. Relatar e examinar como este processo vem ocorrendo no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Juíza Eduarda Monteiro de Castro Souza Campos do Tribunal de Justiça da Capital do Rio de Janeiro (Cejusc do TJRJ)⁵⁶, assumido como um espaço exemplar desse processo é o objetivo deste artigo.

Nossa inserção no campo específico de pesquisa - Cejusc do TJRJ - se faz a partir de diferentes perspectivas, como mediadores judiciais e pesquisadores, de modo que nosso envolvimento com as atividades de mediação ocorre em diversas esferas de atuação. Participamos do curso de capacitação em mediação realizado pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ) em parceria com o TJRJ no ano de 2012. Durante os anos de 2014 e 2015 presenciamos diversas reuniões e palestras organizadas pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), bem como realizamos e observamos muitas mediações judiciais no Cejusc do TJRJ. De janeiro a maio de 2015, foram realizadas cinco entrevistas formais com mediadores do Cejusc do TJRJ, um juiz de direito integrante do Movimento pela Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), uma juíza desembargadora do TJRJ. Também houve muitas conversas informais com advogados, mediadores e funcionários do Cejusc do TJRJ durante a vivência no campo de pesquisa.

Em um primeiro momento, trataremos da abordagem normativa sobre a formação do mediador judicial e como conseguir o certificado, dois textos legais em vigor (Resolução CNJ 125/2010 e Portaria nº 1/2014 do Nupemec do TJRJ). Em seguida, apresentaremos o perfil dos mediadores judiciais atuantes no campo de pesquisa escolhido. Em um terceiro momento, trazemos algumas reflexões e relatos de experiências sobre o impacto da inserção de um novo ator (mediador) no universo jurídico, que gera tensões e disputas. Buscamos também revelar os embates e debates percebidos a partir de uma vivência nas atividades desenvolvidas no referido centro, dialogando com os discursos dos próprios mediadores, além de magistrados e advogados.

2. A FORMAÇÃO DO MEDIADOR JUDICIAL

De acordo com a Resolução CNJ 125/2010, compete ao Conselho Nacional de Justiça desenvolver conteúdo programático mínimo e ações voltadas à capacitação em métodos consensuais de resolução de conflitos

⁵⁵ Para maiores detalhes sobre a institucionalização da função jurídica (externa: separação do direito das demais funções sociais tais como moral, religiosidade, amizade etc. e interna: especialização das atividades no direito tais como julgar, defender, acusar etc.) e a burocratização do trabalho jurídico nos remetemos à obra: SANTOS, Boaventura de Souza. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Ed. Sérgio Fabris, 1988.

⁵⁶ Este centro judiciário de mediação está localizado no 1º pavimento do lâmina V do TJRJ, na Rua Beco da Música 121, Centro, Rio de Janeiro/RJ. As atividades deste centro tiveram início no começo do ano de 2014, porém, a inauguração do espaço foi realizada pela presidente do TJRJ, desembargadora Leila Mariano, no dia 23.07.14. Cf. matéria sobre o evento em <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/home/-/noticias/visualizar/175003> (consultado a 02.05.15).

para mediadores (artigo 5º, II), bem como regulamentar em código de ética a atuação de mediadores (artigo 5º, IV). Os Tribunais devem criar o Nupemec, compostos por magistrados aposentados ou não e servidores, que têm por atribuição promover a formação, capacitação e treinamento permanente dos mediadores nos métodos consensuais de resolução de conflitos (artigo 7º, V).

A Resolução TJ/OE/RJ nº 16/2014, que regulamenta o plano estadual de autocomposição e o funcionamento do Nupemec e revoga as disposições das Resoluções TJ/OE nº 12/2009 e 23/2011, estabelece expressamente a competência do Nupemec para propor à ESAJ a abertura de turmas de capacitação para atender às necessidades básicas dos Cejucs, bem como apresentar a grade curricular dos cursos. Dentre os cursos previstos, estão os de capacitação básica em métodos consensuais de solução de conflitos (inciso I), capacitação contínua para mediadores e conciliadores judiciais (inciso II) e capacitação em métodos consensuais de solução de conflitos para atender projetos especiais desenvolvidos pelo Nupemec (inciso IV).

Além desses cursos judiciais, existem diversas instituições que tratam de capacitação do mediador e da questão ética inerente à atividade, como por exemplo, Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA), Fórum Nacional de Mediação (FONAME), MEDIARE, Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM). No entanto, nem todas são conveniadas com os Tribunais de Justiça, de modo que divergindo o conteúdo programático desses cursos com o do ministrado pelo Tribunal de Justiça, os mediadores podem ser submetidos a testes teóricos e práticos e, quando necessário, ao curso de formação de mediadores do Tribunal, caso desejem se inscrever nos quadros de mediadores judiciais (artigo 21, § único da Resolução TJ/OE/RJ nº16/2014).

O juiz entrevistado entende que a formação permanente do mediador é indispensável para a criação de um mercado de trabalho que atenda a oferta de mediadores. É necessária a existência de bons e competentes profissionais no mercado para que a demanda por serviços de mediação comece a surgir, pois há uma crescente oferta de mediadores, mas não há casos para mediar.⁵⁷ Na sua visão, ninguém se torna um bom mediador simplesmente porque fez um bom curso de capacitação. Em suas palavras:

“E é um negócio muito, muito curioso, e é algo, é a minha percepção, muito da cultura do brasileiro, nos Estados Unidos quando eu fiz o curso de mediação, meu primeiro curso, estava muito claro, assim, ninguém tem que sair do primeiro curso de mediação como um mediador de grande experiência, não. Estou como um mediador recém-egresso de um treinamento. Mas só isso. Não preciso mostrar ou provar que sou algo que não sou. Sou um mediador em formação, só isso. No Brasil, a minha experiência foi muito espantosa de ver as pessoas querendo um papel, as pessoas querendo o papel, que é um certificado como se ele demonstrasse sapiência, experiência, habilidade ou como se o certificado permitisse que a pessoa pudesse fazer algo que sem ele não poderia. O que também não é verdade. Até agora não. Com o novo Código de Processo Civil vai mudar um pouquinho. E eu vi situações que uma escola judicial deu um treinamento de 360hs de mediação, que era uma especialização em mediação, e dessas 360hs não teve nenhum exercício simulado, não tinha estudo de casos, tinham muitas discussões teóricas, e diante dessas discussões teóricas, me narrou, a pessoa falou, olha, eu tive 15 aulas diferentes falando sobre a diferença entre mediação e conciliação. 15 aulas diferentes de 4hs de duração cada uma. Foram 60hs e sem exemplo prático e no final saem como especialistas em mediação, então, é um problema. Então, você vê o quanto isso é cultura, principalmente no nosso modelo coimbrão como se fala, que é a aula expositiva, uma visão de subordinação hierárquica muito forte nos meios acadêmicos, então, estamos começando uma linha de mediação, normalmente é um professor titular da faculdade que vai adotar e vai construir o que é aquilo e depois passa e as pessoas devem seguir. Esse foi um problema que a gente teve e até hoje vai ter certamente com o novo Código de Processo Civil. A ideia de que a mediação tem que ter uma pessoa que sabe transformar um bate boca em um bate papo, com grau de pragmatismo elevadíssimo. Precisa saber colocar as

⁵⁷ Uma mediadora entrevistada relatou que quando o Mediare foi fundado, em 1998, a ideia era oferecer serviços de mediação, mas não havia serviços a serem prestados simplesmente porque não havia demanda. A demanda era, e permanece nos dias atuais, por informação. Assim, o Mediare passou a oferecer anualmente uma turma de formação.

“pessoas para conversarem e se entenderem, não é muito o nosso perfil, não é muito da nossa cultura.”

3.A CERTIFICAÇÃO DO MEDIADOR JUDICIAL

Em novembro de 2014, os mediadores do CENTRO do TJRJ receberam um e-mail com a Portaria 1/2014 do Nupemec, publicada no Diário de Justiça do Rio de Janeiro, que estabelece critérios sobre a certificação do mediador judicial. No quadro de cortiça preso na parede das instalações do Cejusc do TJRJ foi colocado um aviso da desembargadora presidente do Nupemec com a seguinte informação:

“informamos a todos os mediadores voluntários vinculados aos CEJUSCs do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que está aberto o prazo para requerimento de Certificação de Mediador Judicial, encerrando-se no dia 10/12/2014. Os requerimentos devem ser apresentados nos CEJUSCs aos quais os mediadores se encontram vinculados, observando-se a Portaria 01/2014”.

A notícia de que haveria certificação dos mediadores judiciais causou grande alvoroço entre os mediadores, pois estava aberta uma oportunidade para diversos mediadores tornarem-se legítimos “mediadores judiciais”. Muitos mediadores estavam ansiosos por essa certificação, pois a última oportunidade de se obter o certificado foi no ano de 2012. De imediato, surgiu uma insatisfação com relação ao prazo para apresentação da documentação necessária, que era muito apertado. A portaria é de 11/11/2014 e o prazo para requerimento se encerrava no dia 10/12/2014. Houve quem cogitasse ajuizar ações judiciais para ter seu direito de se tornar mediador judicial certificado.

Em meio a tamanho entusiasmo e alvoroço, nossa atenção se voltou para o impacto dessa novidade e suas implicações no campo de pesquisa de modo que buscamos analisar e compreender o sentido e significado da certificação judicial para os mediadores, muitos dos quais já atuantes. Algumas indagações surgiram de imediato: o que muda efetivamente com essa certificação? É uma forma de sinalizar a profissionalização da mediação e, com isso, uma possível remuneração? É um controle dos mediadores no sentido de saber quem são essas pessoas? É uma maneira de selecionar os mediadores?

Importante notar que a questão da remuneração do mediador judicial está intrinsecamente ligada à questão da profissionalização da atividade do mediador.⁵⁸ Há um consenso no sentido de que a profissionalização do mediador é requisito para que a atividade de mediador venha a ter contrapartida monetária. Nesse sentido, a desembargadora do TJRJ deixou claro seu entendimento sobre a possibilidade de o juiz indicar mediador particular, ou seja, não voluntário. Antes, é necessário que a atividade “deixe de ser amadora e passe a ser profissional”. Em outras palavras, é preciso que a atividade de mediador seja regulada por lei, tornando-se uma profissão, com a formação de profissionais competentes, para que possa ser remunerada e os juízes possam indicar mediadores particulares. E mais, no âmbito do poder público, o ingresso do mediador deverá ser por meio de concurso público, como as demais carreiras jurídicas.

A leitura do regulamento legal sobre a certificação nos apresenta algumas pistas de análise sobre as intenções e os objetivos dessa iniciativa. De acordo com a Portaria 1/2014 do Nupemec, o processo de certificação será instaurado anualmente no mês de novembro (art. 1º), sendo que a primeira certificação terá validade de um ano e poderá ser revalidada por mais um ano, caso o candidato não reúna os requisitos necessários para a certificação sênior (art. 2º).

Para obtenção da primeira certificação o candidato deverá comprovar cento e cinquenta horas de atividade voluntária nos Cejuscs, sendo que noventa horas em atividade de mediação, e as demais podem ser divididas em atividades complementares. Assim, o mediador deverá ter noventa horas de mediação e pode ter até trinta horas de participação em mutirões, até dez horas de participação em pré-mediações e oficinas de parentalidade, e até dez horas de participação em cursos, treinamentos e eventos de mediação. São necessárias também pelo menos dez horas em atividade de supervisão. As horas são comprovadas mediante certidão fornecida pelo juiz coordenador (art. 3º). Além disso, o requerimento deverá ser instruído com o certificado de conclusão de curso superior, certificado de conclusão do curso básico de mediação ministrado no TJRJ ou por entidade reconhecida pelo Nupemec, certidões de antecedentes cíveis e criminais, certidão do juiz coordenador do Cejusc ao qual o mediador está vinculado, contendo o número de horas de mediação prestadas, bem como avaliação quanto à assiduidade, pontualidade e comprometimento na prestação voluntária, cópias da carteira de identidade, do cadastro de pessoa física, do título de eleitor e do comprovante de endereço (art. 4º). A certificação como mediador sênior tem

⁵⁸ Nesse sentido, uma mediadora confidenciou que não gosta de revelar (quando indagada pelas partes) que o trabalho do mediador no TJRJ é voluntário, pois acha que este fato desabona o mediador e a própria atividade desenvolvida.

validade de cinco anos e só pode ser emitida quando o mediador completar trezentas horas de mediação (art. 5º). A renovação da certificação sênior deve ser feita a cada cinco anos e deverá haver comprovação de vinculação ativa a um dos Cejuscs do TJRJ, comprovação de quarenta horas de capacitação contínua e comprovação de estar inserido em atividade de supervisão (art. 6º). Por fim, os supervisores nomeados e em atividade receberão certificação sênior.

De imediato, é possível perceber uma iniciativa do Nupemec de regulamentar a atividade do mediador dos diferentes Cejuscs do TJRJ que, por um lado, passa a exigir do mediador judicial certificado uma quantidade de tarefas e atividades (horas de mediação, supervisão etc) e, por outro lado, reconhece a atividade por meio de certificação “oficial”. Assim, na esfera de atuação do mediador, passamos a ter diferentes “níveis” de mediadores: mediador sem certificado, mediador com certificado e mediador sênior. As atividades exigidas de cada um deles são diferentes, mas todas tem em comum a necessidade de dedicação de horas de atividade de mediação ao Cejusc ao qual o mediador está vinculado.

A primeira certificação tem validade por um ano e pode ser revalidada por mais um ano, caso o mediador não alcance às trezentas horas de mediação necessárias para a certificação sênior. A certificação do mediador sênior tem validade por cinco anos e deve ser renovada a cada cinco anos. Para tanto, o mediador sênior deverá estar atuando em um Cejusc, ter realizado quarenta horas de capacitação contínua, além das atividades de supervisões. Nota-se que não há um título definitivo no sentido de o mediador não precisar mais revalidar sua certificação. Mesmo para o mediador sênior, que deseje continuar nesse “nível”, deverá comprovar o desenvolvimento de diversas atividades junto ao Cejusc. Dessa forma, é plausível sustentar que uma das possíveis funções (e efeitos) da certificação no âmbito das variáveis de sentidos/significados por ela materializada no processo da sua normatização é atender ao interesse e à necessidade do TJRJ de ter mediadores dispostos a atuar nos processos judiciais encaminhados ao centro.

De acordo com o discurso de alguns atores do campo, a certificação também tem sido percebida como uma forma eficaz de manter a qualidade do trabalho desenvolvido, pois exige que o mediador participe efetivamente de atividades relacionadas à mediação, inclusive com supervisão de mediadores mais experientes, além de ser um meio de controle dos mediadores no sentido de saber quem são eles. Esse controle se justifica, segundo informações obtidas em conversas informais, porque há relatos de casos de atuação de mediadores que não possuem conduta e trajetória pessoal condizente com as exigências do poder judiciário. Por essa razão, foram exigidas as certidões de antecedentes criminais e cíveis do mediador.

Outra dificuldade que o CENTRO do TJRJ vinha experimentando ao longo do ano de 2014, e parece ter sido observada pela referida Portaria, diz respeito às atividades de supervisão. Pelo que foi relatado ao longo das conversas informais e entrevistas, as supervisões existiam no início das atividades de mediação no TJRJ,⁵⁹ quando poucos casos eram encaminhados para a mediação. Na medida em que o volume de processos enviados para a mediação aumentou, em razão do número reduzido de mediadores experientes, foi necessário suspender as supervisões, para que os supervisores mediassem nos processos. No entanto, com a expansão dos cursos de capacitação oferecidos pelo CNJ, ENAM e instituições particulares, ao mesmo tempo em que houve uma oferta de mediadores ansiosos por praticar a mediação, surgiu a necessidade de acompanhar o trabalho deles e dar suporte aos mediadores que iniciavam sua prática. Nesse sentido, a Portaria mencionada vem ao encontro das necessidades do Cejusc do TJRJ, pois institui a figura do mediador sênior com atribuição e competência para as atividades de supervisão.

A Portaria estabelece a necessidade de o mediador apresentar o certificado de conclusão de curso superior. Essa exigência afasta a possibilidade de diversas pessoas, cujo conhecimento e competência não podem ser atestados por meio de diploma de terceiro grau, atuarem como mediadores nos Cejuscs.

⁵⁹ Antes mesmo da Resolução CNJ 125/2010, mediação já era praticada no TJRJ. O Ato Executivo nº 555/2009 do presidente do TJRJ instalou o então chamado Centro de Mediação do Fórum Central da Comarca da Capital (artigo 1º), e a atividade do mediador no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro era regulamentada pela Resolução do TJ/OE/RJ N° 19/2009.

A constatação de que a certificação do mediador era algo desejado pelos mediadores também foi percebida por outros pesquisadores que se voltaram para a pesquisa no Cejusc do TJRJ. Klever Filpo⁶⁰ percebeu não apenas que a certificação era ansiada pelos mediadores, mas também a existência de uma expectativa de que com a certificação haveria possibilidade de remuneração, sendo que o próprio tribunal alimentava essa expectativa. Percebeu também que os mediadores buscavam se comportar e se vestir de acordo com os hábitos e vestimentas próprios do ambiente judicial:

“Ou seja, profissionais oriundos de outras áreas do saber, mas que, estando inseridos neste ambiente, assimilaram o comportamento típico e os seus usos e costumes tradicionais. Tudo indicando a existência de uma grande expectativa entre esses voluntários, no sentido de que o ofício de mediador poderá vir a ser, em breve, uma carreira remunerada. No desenrolar da etnografia percebi que o Tribunal alimenta essa expectativa veiculando notícias sobre uma futura “certificação”, que é entendida pelos mediadores como a porta de ingresso nessa carreira.

Funciona assim: os mediadores que concluem o curso necessitam cumprir uma carga horária de atividades práticas nos centros de mediação. A explicação que circula no campo é de que, enquanto isso não acontece, os mesmos não podem ser “certificados”. Por outro lado, embora isso não esteja formalizado, isto é, embora não exista uma regra clara a respeito, os mediadores supõem que, ao serem certificados, passarão a receber uma contrapartida financeira pelo trabalho realizado, naturalmente organizados em uma carreira. Mas essa expectativa não se concretiza jamais. Agora mesmo está publicada na página eletrônica do Tribunal, no caminho “mediação”, “espaço do mediador”, acesso em 03 de dezembro de 2013, uma nota de esclarecimento assinada pela Desembargadora Marilene Melo Alves, tratando, dentre outros, do assunto “certificação”, cujo teor reproduzo abaixo:

4.A CERTIFICAÇÃO

A regulamentação final do procedimento de certificação, pelo Tribunal de Justiça, dos mediadores que aqui prestam seus relevantes serviços está em vias de conclusão. Alguns esclarecimentos, todavia, sobre este tema são devidos aos nossos valorosos colaboradores. A mediação é, antes de tudo, uma prática e, como tal, seu conhecimento e perfeita apreensão se empreende não só com aprendizado teórico, mas, principalmente, através e no exercício da mediação propriamente dita. Está previsto na Resolução nº 19/2009 do Egrégio Órgão Especial do TJRJ, que - entre outros requisitos para a certificação - é necessária a comprovação de 150 horas de efetivo exercício da Mediação. Vigora, até aqui, na comissão responsável pela regulamentação do processo de certificação, o entendimento de que também podem ser contadas como horas de prática, aquelas despendidas nas supervisões, desde que até 20% das horas previstas na Resolução nº 19/2009. E, ao serem examinados os requerimentos de certificação, foi constatado que apenas um reduzidíssimo número de mediadores estaria apto a cumprir com este requisito, exatamente como previsto na Resolução em causa. Reconhece-se que não se pode imputar ao próprio mediador a responsabilidade pelo não preenchimento deste requisito, eis que em muitos casos faltou oportunidade para que o aprendizado fosse posto em prática. Diante da constatação desse óbice, para estrita observância dos critérios paridade e isonomia, entendeu-se ser mais razoável reunir um número substancial de mediadores integralmente aptos, para só então formalizar-se a certificação. Entrementes, importantes providências, como a ampliação do campo de atuação dos mediadores para a área dos JECRINs e dos Juízos Cíveis, estão sendo tomadas para que o devido aproveitamento dos valiosos recursos humanos, postos à disposição do Tribunal de Justiça pelo

⁶⁰ FILPO, Klever Paulo Leal. *Dilemas da mediação de conflitos no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro* (tese). Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: 2014.

programa de Mediação, não padeça solução de continuidade. Roga-se, assim, aos mediadores que prossigam coligindo os elementos necessários à comprovação de seu tempo de prática, preservando na elaboração, de relatórios que podem ter formulação sintética, mas persistem sendo indispensáveis.”

A sinalização de certificação já existia no ano de 2013, conforme demonstra a pesquisa realizada por Klever Filpo, sendo que no final do ano de 2014 foi editada a Portaria nº1/2014 do Nupemec. O momento coincide com a intensificação das atividades do Cejusc do TJRJ e da aprovação do novo Código de Processo Civil, que estabelece a mediação judicial no ordenamento jurídico brasileiro. Cumpre constatar, portanto, que há um movimento no qual as sinalizações e anúncios institucionais sobre a implantação e regulação da mediação no TJRJ vêm se concretizando, e isto talvez possa alimentar a motivação e o interesse dos diversos atores envolvidos com a mediação.

5. QUEM SÃO OS MEDIADORES DO CEJUSC DO TJRJ?

A mediação no Cejusc do TJRJ é realizada por mediadores voluntários. Isto significa dizer que não há remuneração pela atividade de mediador e a maioria dos mediadores tem a sua subsistência material garantida decorrente de atividade diversa da de mediador judicial. Talvez isso explique a pouca existência de jovens recém-formados e a predominância de mediadores adultos. Não que isto seja, por si só, algo negativo. Até mesmo o contrário. O juiz entrevistado, por exemplo, entende que a mediação é uma segunda profissão e deve ser exercida por pessoas mais experientes. Com base em sua experiência nos Estados Unidos, o entrevistado conclui que:

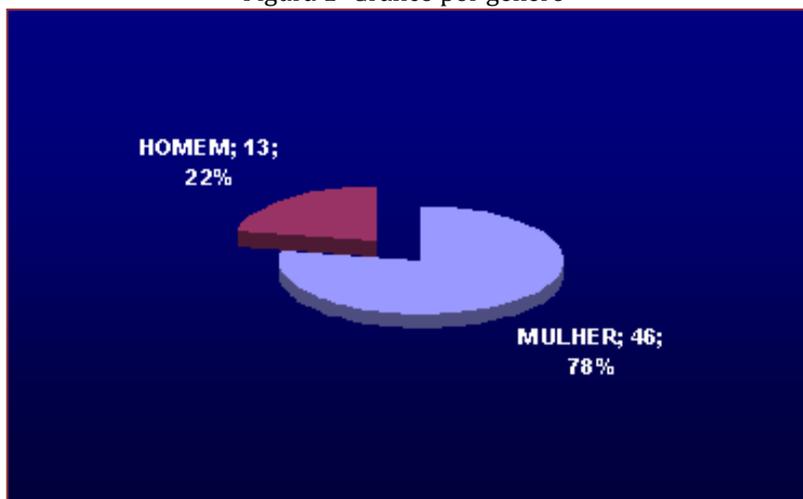
“Era assim que é a formação e a proposta é que no final da clinica de mediação eu não sou um mediador, eu sou um mediador em formação, estou me formando, então quando eu voltei naturalmente queria muito continuar a mediar, sabendo que eu fiz uma clinica de mediação, eu não sou um super mediador, um mediador formado em Columbia, não existe isso, estava muito claro, demora muito para ser mediador, os caras muitos bons, como o pessoal de Pepperdine mesmo fala, ou são de cabelo branco ou sem cabelo. Esta senioridade que permite isso.”

Quando indagado sobre a mediação ser uma nova profissão, esse mesmo juiz afirma seu entendimento:

“Este artigo que eu me referi para você, *Making Peace, Making Money*, que é o *Pacificar e Prosperar* da Urska Velikonja, ele fala o seguinte, nunca é a primeira profissão, mediação é a segunda profissão, e aí por 20 anos, e lá no final se torna a primeira profissão. Os grandes mediadores internacionais todos tem cabelo branco. Não tem nenhum garoto mediando, todos já tem um histórico profissional, uma bagagem consolidada e esse é o histórico, o currículo que a pessoa tem. Então acaba ajudando muito tranquilizar os próprios advogados que indicam. Porque é diferente da ideia do juiz que está sendo escolhido por distribuição, é aleatório, na arbitragem os dois juntos tem que escolher, então para o advogado vem uma pressão muito grande, e se eu escolher errado? E se eu perder? Pode parecer que perdeu porque escolheu errado. E aqui na mediação, no próprio Código de Processo Civil, já está sinalizando a distribuição aleatória, de verdade, se isso acontecer, a tendência é virar uma semi conciliação. A pessoa tem que ter confiança no mediador.”

Consultando as pastas físicas⁶¹ do arquivo dos mediadores no Cejusc do TJRJ, constatamos o cadastro de cinquenta e nove mediadores. Nesse universo, quarenta e seis (46) são mulheres e treze (13) são homens.

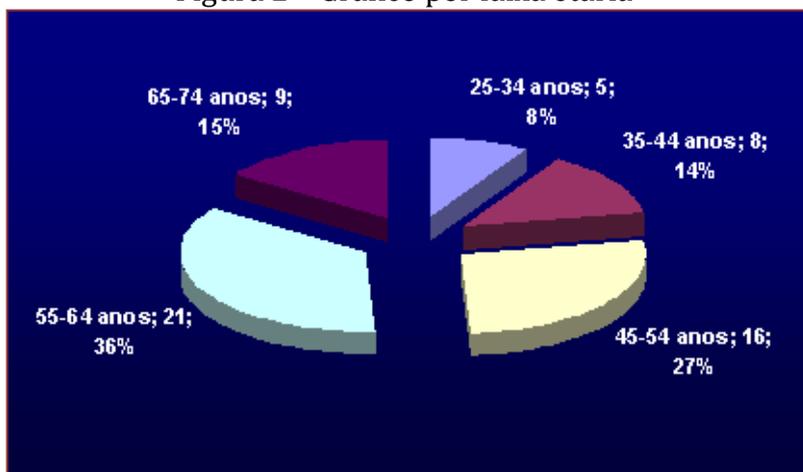
Figura 1- Gráfico por gênero



Com relação à faixa etária, temos a maior concentração de mediadores na faixa de idade entre 50 e 59 anos, totalizando 24 mediadores do universo de 59 mediadores com pasta física no arquivo do Cejusc do TJRJ, sendo que quinze estão entre 55 e 59 anos.

Dividindo o corpo de mediadores por faixas etárias de dez anos, entre 65 e 74 anos de idade há nove mediadores. Entre 55 e 64 anos, são 21. Em seguida, temos dezesseis mediadores entre 45 e 54 anos. Na faixa entre 35 e 44 são oito mediadores e, entre 25 e 34 anos, são somente cinco mediadores.

Figura 2 – Gráfico por faixa etária



⁶¹ No início de 2014, as pastas dos mediadores eram virtuais. Os documentos eram digitalizados e armazenados no sistema. Em 2015, os documentos foram impressos e o Cejusc do TJRJ passou a organizar as pastas em arquivos físicos, pois, segundo informações colhidas no local, o sistema de informática disponibilizado para o Cejusc do TJRJ não tem como armazenar digitalmente todas as pastas. Além disso, com a regulação da certificação, é necessário um controle sistemático das atividades desenvolvidas pelos mediadores, e os relatórios delas devem constar na pasta de cada mediador.

De acordo com a separação por faixa etária (figura 2), 63% do corpo de mediadores estão na faixa entre 45 e 64 anos de idade. 22% têm entre 25 e 44 anos de idade. 15% estão com idades entre 65 e 74. Esse cenário sugere que a maior parte dos mediadores voluntários do Cejusc do TJRJ são pessoas que já possuem alguma experiência profissional. Os mediadores que estão na faixa de idade de maior concentração podem ser divididos em dois grupos: 1) aqueles que já se aposentaram ou estão prestes a se aposentar; 2) aqueles que já têm experiência e trajetória profissional, mas estão buscando novos conhecimentos para aprimorar e expandir o trabalho que desenvolvem e, quem sabe, iniciar uma nova atividade profissional. São pessoas que têm alguma estabilidade financeira.

Como é exigida formação superior, todos têm diploma de terceiro grau. 39 são formados em direito, quinze em psicologia, três em serviço social, três em administração, um em educação física, um em artes cênicas. Alguns deles têm mais de uma graduação: dois são formados em direito e matemática, dois em direito e administração, um em direito e psicologia, um em filosofia e direito, um em direito e comunicação social, um em pedagogia e psicologia, um em direito e ciências contábeis e um em direito e letras.

Dividindo o corpo de mediadores entre os que têm dupla formação e os que têm formação única, revela-se um cenário no qual 17% têm mais de uma formação e 83% têm uma única formação que, em sua maioria, é em direito. As duplas formações incluem majoritariamente a graduação em direito. Apenas um único mediador tem dupla formação fora do campo do direito.

Figura 1 – Gráfico por quantidade de formação

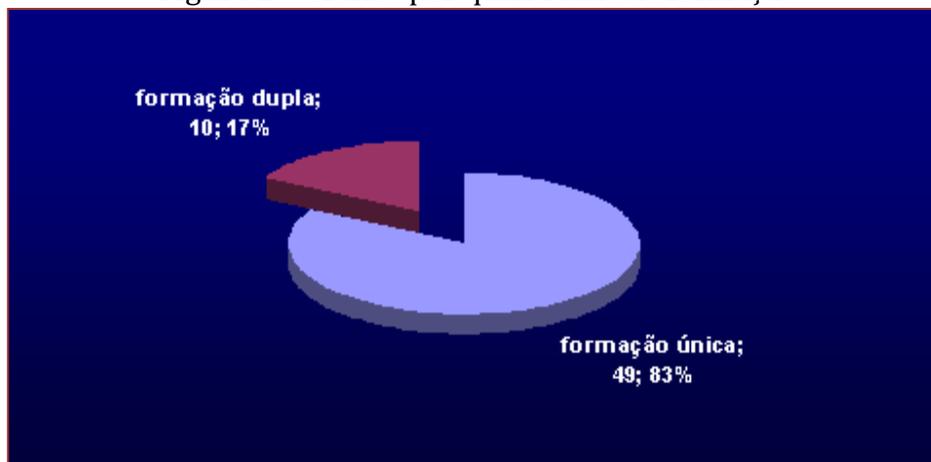


Figura 2 – Gráfico por formação jurídica e não jurídica



Os dados cadastrais dos mediadores inscritos no Cejusc do TJRJ revelam um perfil de mediador majoritariamente feminino, adulto, com formação profissional na área do direito e/ou da psicologia.

Em conversas informais, foi possível perceber que a maior parte do grupo de mediadores tem a expectativa de um dia vir a exercer a atividade de mediador de forma remunerada, mas esse não é o motivo principal pelo qual os mediadores se dedicam à atividade do Cejusc do TJRJ. Quase todos com quem conversamos mencionam a oportunidade de estar praticando as técnicas e instrumentos da mediação, que podem ser aplicadas na vida cotidiana de cada um. Há, portanto, um investimento pessoal cujo retorno se dá pela via do aprendizado e da prática. Assim, por exemplo, uma mediadora em formação disse não acreditar que a mediação judicial do Cejusc do TJRJ vai ser remunerada no curto prazo, mas acredita que “o certificado de mediador judicial agrega valor”. Para ela, ser voluntária no Cejusc do TJRJ é uma “possibilidade de ter contato com as questões familiares e isto é importante”, pois ela é aposentada, mas gostaria de trabalhar como psicóloga, e “os recursos e técnicas de mediação são importante”.

6. MAGISTRADOS, ADVOGADOS E MEDIADORES: TENSÕES E DISPUTAS NO CAMPO DE ATUAÇÃO

Psicólogos, peritos e assistentes sociais atuam no universo jurídico. Porém, a atuação desses profissionais sempre foi complementar e acessória à do juiz e do advogado. Esses atores ajudam o advogado a comprovar suas alegações e o juiz a tomar uma decisão. Como mediadores esses profissionais assumem uma nova função no processo de resolução de conflitos. Se por um lado, os mediadores podem ser percebidos como profissionais que ajudam o juiz e o advogado, tendo em vista ser a mediação uma forma de diminuir a quantidade de processos judiciais, contribuindo para um judiciário mais rápido, também podem representar uma “ameaça”.

Nesse sentido, em reunião realizada pela direção do Cejusc do TJRJ, os mediadores presentes foram alertados sobre o cuidado que devem ter ao atribuir à mediação o caminho mais adequado para a solução dos conflitos, pois muitos juízes não entendem dessa forma. Esse incômodo pode ser compreendido, por exemplo, quando os juízes, a despeito da legalidade do acordo realizado na mediação, não homologam o que as partes decidiram no processo de mediação, e preferem dar outro encaminhamento ao processo.⁶²

A resistência à introdução de novos atores no campo jurídico também pode ser interpretada quando se sugere que os juízes aposentados sejam convidados a atuar como mediadores nos centros judiciários de solução de conflitos e cidadania. Embora essa sugestão seja apresentada como uma possibilidade de solução para o problema de recrutamento e formação de mediadores, não deixa de ser uma forma de destinar aos antigos operadores do direito, esse novo espaço, criado e pensado para a mediação. Em palestra proferida no dia 26 de novembro de 2014, no Fórum Global Mediation Rio, evento de conferências, painéis, debates sobre mediação, realizada no TJRJ, a desembargadora presidente do TJRJ manifestou seu entendimento sobre esse assunto:

(7:58) Mas os mediadores, como selecionar? Como formar? Hoje nós funcionamos com voluntários, tanto os servidores voluntários, logicamente pela participação vão ter uma compensação de horário na sua atividade fim e normalmente essa atividade é de psicólogo e de assistente social, que é uma área muito carente, que atende aqui a infância e juventude, a vara de execuções e onde nós temos muitas carências, ou seja, a gente despe um santo para vestir o outro e isso não é o ideal. A des. Marilene havia iniciado a formação de

⁶² Uma mediadora relatou uma experiência que a deixou muito chateada. Tinha participado de um processo de mediação que era sobre um divórcio litigioso com criança envolvida. Depois de muitas sessões, foi possível construir um acordo que abrangia questões de guarda e de visitação, e estabelecia pensão alimentícia. Ao final do processo de mediação, as partes pareciam satisfeitas com o resultado. No entanto, alguns meses após o término, a mediadora foi procurada por uma das partes, que estava bastante chateada, porque o juiz não havia homologado o acordo feito na mediação. Diante disso, ela buscou saber o que tinha acontecido. O juiz entendeu que não podia homologar o acordo sem antes ouvir as partes. Assim, foi marcada uma audiência de ratificação para confirmar a vontade das partes com relação ao que foi estabelecido na mediação, e nela o juiz não sentiu das partes segurança e firmeza bastantes para que pudesse homologar o acordo. Assim, ele entendeu que o melhor a fazer seria seguir os trâmites tradicionais, solicitando estudos psicológicos e de assistência social. Para a mediadora, houve uma total desconsideração e desrespeito com o trabalho desenvolvido no centro de mediação, com as mediadoras e com as próprias partes. Ela reconhece o fato de que uma das partes era um pouco instável e que na audiência de ratificação ela podia não ter sido muito afirmativa, mas na sua perspectiva o acordo tinha sido construído pelas partes, após diversas sessões de mediação, e deveria ser respeitado.

voluntários externos. Isso foi feito até antes da des. Marilene por uma ação do CNJ vinculado inclusive ao Banco Mundial, isso era financiado através do Ministério de Justiça pelo Banco Mundial, nós chegamos a formar 800 voluntários, só que eram formados indistintamente, pessoas que depois nunca mais voltaram e nós nunca mais conseguimos fazer com que elas funcionassem. A dra. Marilene conseguiu que pelo menos 200 nós tivéssemos como participantes e agora a des. Jaqueline fez um trabalho de depuração desse universo, inclusive colocando para eles que se eles foram custeados por verba pública, eles tinham que dar uma compensação e a compensação era justamente participando efetivamente e obrigatoriamente das ações de mediação. Isso acabou resultando em um universo maior, mas que ainda é muito deficiente, e então uma das questões que eu já estava me adiantando para a dra. Ana Basílio, porque com a vigência da lei, nós vamos precisar ter um reforço nisso, que as nossas dificuldades para profissionalizar o mediador ou criar alguma compensação como se faz com o juiz leigo é complicada em função do orçamento de 2015, que não atende sequer os compromissos já existentes em função de uma política que foi utilizada, e que nós estamos buscando junto à assembléia legislativa e à secretaria de fazenda superar. Nós tivemos aqui na semana passada a ministra da Corte Suprema da Espanha dra. Lourdes e com todo o brilhantismo da sua palestra ela nos alertou para uma coisa muito importante. Não queiram que a mediação seja a solução de todos os problemas, não queiram que os cem milhões de processos do Brasil ou os dez milhões de processos do Rio de Janeiro sejam resolvidos pela mediação. Nós não podemos fazer com a mediação o que fizemos com a conciliação no início dos juizados especiais, achando que ela seria a salvadora do mundo. Hoje os nossos índices de conciliação a não ser fora da semana de conciliação ainda estão muito precários e a gente acaba se frustrando com o sistema enquanto que nós é que temos que usar o sistema de uma forma efetiva. Como? Discutindo soluções e eu acho que aqui é o lugar. Como que vai se fazer isso, ter mediadores a disposição sem poder pagá-los muitas vezes uma ajuda de custo insignificante? Como vamos ter conciliadores à disposição? Essa ideia do magistrado aposentado me parece muito feliz e nós temos alguns casos, mas alguns casos ainda incipientes. Se criar isso como uma política. Também se disse que nós reclamamos da quantidade de processos, da quantidade de trabalho, mas quando estamos perto da aposentadoria, e esse é o caso do des. Roberto Guimarães e vai ser o meu caso o ano que vem, a gente começa a se preocupar o que que eu vou fazer, talvez nós ampliarmos esses convites, nós fazermos isso de uma forma mais afetiva e efetiva, vamos trazer para nosso meio colegas com experiência bastante grande.” (palestra gravada pelos autores)

Apesar de atualmente a maioria dos mediadores constantes no cadastro do Cejusc do TJRJ ter formação jurídica, não foram poucas as vezes que presenciamos atitudes e falas de descontentamento dos advogados com relação ao processo de mediação. Nesse sentido, vale a pena narrar um episódio ocorrido em uma sessão de mediação que amplia as perspectivas dessa tensão para além da concorrência profissional.

O caso era sobre ação judicial para cobrança de diferenças de valores de DPVAT. No início da sessão, quando estávamos explicando o processo de mediação, o advogado da parte autora nos interrompeu e indagou se sabíamos do que se tratava, pois diante da ausência do perito na sala, não haveria possibilidade de acordo. Como havia o assistente do perito, insistimos que podíamos conversar e chegar a um valor. No entanto, os advogados presentes (do autor e da ré) informaram que não seria possível, pois quem diz o grau de lesão é o perito. Indagamos aos advogados se eles já tinham participado de uma mediação, e o advogado da parte autora muito rápida e explicitamente disse: “não gosto de mediação. Este centro de mediação não é uma boa coisa para os advogados. O que eles vão fazer?”. Diante da sinceridade daquele advogado, e com o intuito de explorar essa questão para melhor compreendê-la, indagamos se a insatisfação dele era com o trabalho desenvolvido no Cejusc do TJRJ. Ele esclareceu que a mediação era muito boa para a parte, e por isso ele estava ali, participando. Reconhecia que a iniciativa trazia benefícios para a parte, pois com aquela sessão sua cliente poderia receber logo o valor que lhe era devido. Porém, este novo procedimento estava causando muitos prejuízos a ele como advogado uma vez que não havia

honorários de sucumbência. Para que tivéssemos uma noção do prejuízo que estava experimentando por causa do centro de mediação, ele explicou que em média receberia mil reais de honorários de sucumbência por ação e que no escritório dele havia umas quatrocentas ações.

Na verdade, depois de assistirmos algumas sessões sobre DPVAT, ficou claro que nesses casos não há mediação, mas uma simplificação do procedimento judicial. A perícia é feita na sala de mediação e o perito avalia o grau da lesão atribuindo um percentual, como por exemplo, 75% por cento de lesão no membro superior esquerdo.⁶³ Essa porcentagem corresponderá a um valor a ser indenizado que já está previsto na tabela por eles utilizada. Se a parte estiver de acordo, está resolvido, e em trinta dias ela recebe. Se ela não estiver, o processo volta para o juiz e, segundo os advogados com que conversamos depois da sessão, demora muito, pois os autos irão para o perito, e as partes vão se manifestar sobre a perícia. O procedimento judicial leva bastante tempo. Em geral, vale mais a pena aceitar o que for oferecido na mediação. A diferença para o mutirão de conciliação é que nele há previsão de honorários sucumbenciais, e na mediação não, e por isso a fala do advogado de que “esse centro não é uma coisa boa para advogados”.

Uma tensão entre advogado e mediador no sentido deste último representar uma “ameaça” ao campo profissional daquele, ou seja, do advogado achar que o mediador vai disputar o mesmo nicho de mercado já era esperado, pois os advogados não são indispensáveis no processo de mediação. Da mesma forma, conflito entre o interesse da parte e do advogado na realização de acordo também não é uma novidade, pois muitas vezes os advogados não incentivam um acordo na audiência de conciliação por entenderem que os valores indenizatórios podem ser fixados pelo juiz em patamar mais elevado do ofertado pelo réu. No entanto, como no caso relatado, a mediação pode criar tensões entre os atores do campo que resultam não da concorrência profissional, mas dos procedimentos inerentes a cada meio de resolução adotado. Na conciliação, os advogados têm seus interesses atendidos e satisfeitos, pois conseguem resolver o problema com rapidez sem, contudo, abrir mão de seus honorários sucumbenciais. Na mediação, os interesses materiais do advogado não estão na pauta e, por isso, podem gerar tensões e resistências.

De fato, a maior parte dos discursos e das posições que dão sentido e significado à mediação não está preocupada com os interesses do advogado, mas com os das partes. O objetivo primordial da mediação, que emerge desses discursos e posições, é dar vozes às partes, empoderá-las para que possam em conjunto criar soluções de benefícios mútuos. Nesse processo, o advogado deixa de ser liderança para assumir função acessória.

Desde o início do movimento de implantação da mediação no poder judiciário, a figura do advogado no processo de mediação gera tensões e sentimentos contraditórios. Nesse sentido, uma mediadora antiga, que participou das primeiras mediações no âmbito do poder judiciário do Rio de Janeiro, quando indagada sobre como era vista a presença do advogado no início do processo de implantação da mediação no TJRJ, relata que:

“O advogado sempre bem quisto, sempre teve lugar a ele na mesa, mas nós mediadores que achávamos um saco a presença do advogado e não gostava de dar a palavra para o advogado, porque não tinham experiência e era importantíssimo explicar que o lugar aqui é um lugar diferenciado. Então lá na audiência, é você que fala, aqui quem fala é o seu cliente e a gente precisa muito da sua presença e do seu estímulo, mas quando a gente solicitar, tá ok?”

- e isso era bem recebido? (pergunta feita à mediadora)

Não, eles não gostavam muito, perdiam a potência, tinham essa sensação e aí a gente teve que começar a incorporar de uma outra maneira. Dizer essa mesma coisa de uma outra forma, mais delicada, sentar com eles, eu já fiz mediação que eu sentei com os advogados sozinhos primeiro, era tão complicado, que eu precisei sentar com eles, para sensibilizá-los, para depois as partes virem junto com eles e eles se comportarem de uma maneira colaborativa. Porque eles começaram a litigar dentro da sessão e eu precisei fazer uma sessão com eles primeiro. E funcionou.”

⁶³ A parte não consegue levantar totalmente o braço esquerdo.

Atualmente já existe um movimento que visa sensibilizar o advogado a participar do processo de mediação, auxiliando seu cliente.⁶⁴ No entanto, parece que essa incorporação do advogado passa não apenas pela disseminação dos benefícios da mediação como uma forma de resolução de conflitos, mas também por pensar as questões materiais, como a dos honorários advocatícios.

Um dos juízes que entrevistamos entende que a institucionalização da mediação no âmbito do poder judiciário só vem acontecendo porque os magistrados toparam e que foi preciso um longo período de transição para que a ideia de mediação fosse aceita nas diferentes instâncias judiciais. Na entrevista, ele relata que houve uma resistência inicial dos magistrados em reconhecer a existência da mediação judicial e de aderir à ideia porque as regras do jogo estavam mudando e a avaliação do desempenho do juiz precisa ser em razão da sua função. Se o juiz é um prolator de sentença, pode ser cobrado em números de sentença, mas se é um solucionador, esta aferição está contraditória. Seu entendimento é no sentido de que ao magistrado cabe o papel de gestor da mediação no sentido de acompanhar o desenvolvimento da mediação, de supervisionar a mediação para saber se as partes estão sendo bem atendidas, se o processo de mediação está acontecendo nos moldes e de acordo com o que se espera dele etc. Dessa forma, não é enviar o processo ao centro de mediação e simplesmente aguardar o retorno. Deve haver um controle, feito por formulários ao final do processo de mediação, de modo que o juiz tenha conhecimento das práticas de mediação.

As assimilações e o exercício dessas novas funções não ocorrem necessariamente de forma correlata no campo. Nesse novo cenário, é possível constatar que advogados e juízes têm reações e práticas diversas. Há juízes que aderem à causa da mediação e encaminham seus processos para o centro de mediação e juízes que mantêm o mesmo padrão de funcionamento. Há advogados simpatizantes com a mediação, que buscam participar do processo, e há advogados que acreditam que a implantação da mediação diminui o campo de atuação profissional do advogado.

Independentemente da postura de cada um desses atores, é inegável que a mediação é um novo elemento no campo do direito, exercida no ambiente judicial, e por isto impacta o *modus operandi* de cada um dos atores do universo jurídico. O desafio e as tensões parecem estar nessa necessidade de reorganização de funções e papéis dos atores do universo jurídico no processo de resolução de conflitos.

7.CONCLUSÃO: MEDIAÇÃO - UMA NOVA PROFISSÃO?

Na esteira da expectativa de que a certificação do mediador judicial pelo TJRJ representa uma possibilidade de remuneração pela atividade desenvolvida, a regulamentação da mediação por lei também é interpretada por seus praticantes como algo “natural” que transforma a atividade da mediação em uma profissão, legalmente reconhecida, e com isso cresce a possibilidade de se tornar uma atividade remunerada.

Se para boa parte dos mediadores entrevistados a regulação da mediação por lei federal representa a profissionalização e o reconhecimento da atividade, que pode incentivar uma mudança de cultura no que diz respeito à possibilidade de resolução de conflitos por outros meios além da ação judicial, e isso significa a criação de um novo mercado de trabalho, para outros mediadores, a regulação engessa e enquadra a prática da mediação, retirando dela seus atributos principais, como, por exemplo, a liberdade do mediador na condução do processo.

Os mediadores que apoiam e anseiam pela profissionalização da mediação são os que de alguma forma mantêm relação com as atividades de mediação judicial, desenvolvidas no Cejusc do TJRJ, enquanto aqueles que defendem a desnecessidade da regulação estão mais interessados na mediação comunitária e/ou na discussão acadêmica. Essa observação remete novamente à hipótese inicial de que a mediação em contato com o universo judicial tende a repetir padrões de comportamento e rituais de procedimento que refletem as práticas judiciais. No universo jurídico das práticas de mediação, a lei representa o reconhecimento e a profissionalização da mediação, apesar de inexistir indícios concretos de que a mediação pode se tornar uma carreira promissora.

⁶⁴ O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil vem incentivando a adoção dos meios consensuais de resolução de conflito e, no final do ano de 2014, em parceria com o Ministério da Justiça, publicou o “Manual de Mediação de Conflitos para Advogados, escrito por advogados”. A apresentação do referido Manual é de autoria do secretário de reforma do judiciário e sinaliza uma nova função do advogado com as possibilidades de atuação do advogado por meio da utilização dos métodos consensuais de resolução de conflitos. Disponível em <http://s.conjur.com.br/dl/manual-mediacao-advogados-enam.pdf> (consultado em 05.05.2015).

No Brasil, a crescente demanda pelos cursos de mediação pode ser explicada justamente pelo movimento de sua regulamentação, que se iniciou com a Resolução CNJ 125/2010, mas vem sendo estimulada com a discussão sobre os diversos projetos de lei. Esses debates normativos, que culminaram com a promulgação do novo Código de Processo Civil, são interpretados pelos mediadores do Cejusc do TJRJ como uma demonstração de que a mediação “veio para ficar” e que o futuro é promissor.

Uma entrevistada relatou que fundou um instituto há mais de duas décadas cujo objetivo era prestação de serviços de mediação, e não a docência, mas não havia “serviços a serem prestados porque não havia demanda e a demanda começou a ser de informação”. Então, aliando seu desejo de trabalhar com mediação e sua experiência em docência, começou a oferecer, desde 1998, curso anual de capacitação em mediação. Até os dias de hoje somente durante três anos não houve curso porque não houve *quorum*. Esse ano de 2015, pela primeira vez, o curso vai acontecer duas vezes porque a demanda foi muito grande. Ela acredita que o Judiciário deu um forte impulso no Rio de Janeiro, com os núcleos de mediação, e que toda a discussão do novo Código de Processo Civil e o projeto de lei também deu um impulso maior, o que explica a prevalência de advogados nas turmas dos cursos desse ano. Nas suas palavras:

“E uma coisa que corrobora pra isso é o fato de eu ter prevalência de advogados esse ano. As turmas são sempre multidisciplinares, mas agora o mais interessante do que isso é que antes eram advogados de família e depois foi família e corporativo, e agora tem TI, urbanismo, construção civil, e é a primeira vez que dentro da advocacia há uma diversidade grande de áreas de atuação e começou esse ano porque eu sempre faço uma entrevista prévia à participação no curso, escritório de advocacia que querem ter no seu portfolio para oferecer para seus clientes mediadores, vai ter uma sala, não sei como eles vão se organizar, mas eles querem oferecer esse serviço”.

Apesar do inegável esforço legislativo e judiciário brasileiro de incentivar a resolução de conflitos por meios autocompositivos, como a mediação e conciliação, não é possível dizer que há de fato sinais concretos de que o mediador conseguirá fazer do ofício de mediador sua principal atividade profissional. Nesse sentido, pesquisa empírica realizada nos Estados Unidos demonstrou que, a despeito do enorme interesse despertado pela mediação naquele país, pouquíssimos são os mediadores que conseguem ter a mediação como atividade principal.⁶⁵

A maior parte de mediadores judiciais do Cejusc do TJRJ tem mais de quarenta e cinco anos de idade, e nenhum deles vive somente da prática da mediação. A maioria deles se dedica à mediação em tempo parcial, conciliando-a com outras atividades, e quando a mediação é a sua atividade principal, os mediadores são aposentados. Todos parecem vivenciar a prática da mediação de forma prazerosa e estão motivados a continuar o caminho de modo que um dia possam viver dessa atividade. Há, portanto, um otimismo compartilhado pelas pessoas que estão envolvidas com a mediação. Dessa forma, parece razoável sustentar, pelos diferentes desenvolvimentos e observações feitas anteriormente, que um certo sentimento de corpo profissional, delimitando um nós e um eles dentro do campo profissional de atividades jurídicas, parece estar em gestação, concomitantemente com regulamentações e práticas que reconfiguram, a partir de uma nova atividade emergente nesse campo profissional de atividades jurídicas, as disputas *inter* e *intra* profissionais do direito.

⁶⁵ Urska Velikonja relata que, no ano de 1999, um estudioso renomado realizou uma pesquisa para avaliar os métodos alternativos de resolução de conflitos (RAD's) nos Estados Unidos, na qual foi constatado que apesar do progresso surpreendente, ainda há um longo caminho a percorrer. A preocupação maior voltou-se para as questões profissionais da mediação em longo prazo. Apesar de haver uma oferta ampla de pessoas treinadas, não havia retribuição pecuniária suficiente para o trabalho. A pesquisa se deparou com a existência de inúmeros cursos de mediação, mas com pouquíssimas oportunidades de trabalho. Assim, a maioria das pessoas era aconselhada a prosseguir com a sua atividade profissional, dedicando-se à mediação período parcial do dia ou realizando trabalhos voluntários nos finais de semana. Dessa forma, a maioria dos mediadores está na faixa dos cinquenta anos ou mais. VELIKONJA, Urska, “Making Peace and Making Money: Economic Analysis of the Market for Mediators in Private Practice”, *Albany Law Review*, v. 72, p. 257. Disponível também no <http://www.mediate.com/articles/Velikonja1.cfm>, consultado dia 05.05.15.

REFERÊNCIAS

- 1] Azevedo, André Gomma de (2009). "Fatores de efetividade de processos de resolução de disputas: uma análise sob a perspectiva construtivista" in: Casella, Paulo Borba e Souza, Luciane. *Mediação de conflitos*. Belo Horizonte: Fórum, 17 - 38.
- 2] Azevedo, André Gomma de (org) (2013). *Manual de Mediação Judicial*. 4a ed. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- 3] Baptista, Bárbara Gomes Lupetti (2013). "Mediação e conciliação no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: a tensão entre novos discursos e velhas práticas" in: MELLO, Kátia Sento Sé et al (orgs). *Sensibilidades jurídicas e sentidos de justiça na contemporaneidade*. Niterói: Editora da UFF, 2013, 141-162.
- 4] Bonelli, Maria da Glória (1998). "A competição profissional no mundo do Direito. Tempo Social". *Revista Social*. São Paulo: USP, 10 (1), 185-214, maio.
- 5] Bush, Robert Baruch e FOLGER, Joseph (2006). *La promesa de mediación*. [1ª ed]. Buenos Aires: Granica.
- 6] Escola Nacional De Mediação e Conciliação (org) (2014). *Manual de Mediação de Conflitos para Advogados, escrito por advogados*. Disponível em <http://s.conjur.com.br/dl/manual-mediacao-advogados-enam.pdf> (consultado em 05.05.2015).
- 7] Filpo, Klever Paulo Leal (2014). *Dilemas da mediação de conflitos no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro* (tese). Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro.
- 8] Fisher, Roger, Ury, William e PATTON, Bruce (2005). *Como chegar ao sim* (trad. Vera Ribeiro e Ana Borges) [2ª ed]. RJ: Imago.
- 9] Fragale Filho, Roberto (2005). *Quando a empiria é necessária? Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI*. Florianópolis (SC): Fundação Boiteux, 323-334.
- 10] Santos, Boaventura de Souza (1988). *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Ed. Sérgio Fabris.
- 11] Velikonja, Urska (2009). "Making Peace and Making Money: Economic Analysis of the Market for Mediators in Private Practice", *Albany Law Review*, v. 72, p. 257.
- 12] Warat, Luis Alberto (2004). *Surfando na pororoca: o ofício do mediador*. Florianópolis: Fundação Boiteux..

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=156> . Consultado a 24.05.2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Resolução TJ/OE/RJ nº 19, de 17 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a regulamentação da atividade de Mediação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/mediacao1> . Consultado a 24.05.2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ato Executivo TJRJ nº 555/2009. Instala o Centro de Mediação do Fórum Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/mediacao1> . Consultado a 24.05.2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Resolução TJ/OE/RJ nº 16, de 30 de junho de 2014. Regulamenta o Plano Estadual de Autocomposição e o funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC e revoga as disposições das Resoluções TJ/OE nº 19/2009 e 23/2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Portaria nº 1, de 11 novembro 2014 do NUPEMEC. Estabelece critérios para a certificação do mediador judicial. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/80126567/djrj-i-administrativo-14-11-2014-pg-38> . Consultado a 24.05.2015.

Capítulo 9

Direitos humanos, direitos dos animais e consumo de carne

Irme Salete Bonamigo

Arlene Renk

Clovis Dorigon

Resumo: A preocupação com o bem-estar animal é incorporada à agenda junto com a ampliação da noção de qualidade de carne, no momento que seu consumo é questionado por consumidores. A incorporação dos direitos dos animais aos sistemas de produção passa a ser um novo critério a definir a qualidade da carne, numa extensão da crítica ambiental. Pesquisa realizada em 2014, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), analisa como exigências sanitárias, ambientais e de bem-estar animal dos mercados mundializados transformam-se em normas, regulamentos e recomendações por meio de decretos, instruções normativas, manuais e cartilhas que chegam até os agricultores por meio de orientações, palestras e reuniões de agroindústrias e de empresas estatais. Essas exigências rebatem nos agricultores: demandam controle e tecnologização de equipamentos que automatizam a alimentação, a climatização e a iluminação; geram maior intensividade no trabalho e limitações nas atividades de lazer; produzem impacto sobre investimento e renda. Frente às assimetrias presentes entre agricultores familiares e agroindústrias, tais custos recaem sobre os produtores, os quais começam a se organizar para reivindicar direitos em relação ao trabalho e bem-estar. Este texto analisa a problemática exposta, as mudanças e tensões geradas entre produtores rurais e agroindústrias, buscando tangenciar dualismos entre direitos dos animais e direitos dos agricultores familiares.

1. INTRODUÇÃO

O consumo de carne é influenciado por diversos fatores e há uma variação expressiva entre as distintas regiões do mundo, com diferentes culturas, tradições e configurações econômicas. Por ser um alimento relativamente caro, a renda dos consumidores tem grande influência em seu consumo. O crescimento econômico e o aumento da população urbana da última década fomentaram o consumo *per capita* nos países em desenvolvimento, enquanto que nos países ricos já se atingiu níveis de saturação (OCDE/FAO, 2014).

O Brasil lidera as exportações mundiais de carnes, constituindo-se como grande fornecedor global de proteínas de origem animal. No país, a região sul se sobressai na produção de carnes, abrigando algumas das principais empresas produtoras de proteína animal do mundo. Dentre as regiões brasileiras, a do oeste catarinense destaca-se na produção dessas *commodities*.

Nesse cenário emergem movimentos sociais que questionam a produção, consumo e qualidade da carne, reivindicam defesa e proteção aos direitos dos animais, sendo estes incorporados aos sistemas de produção como novo critério a definir a qualidade da carne, numa extensão da crítica ambiental. Essas exigências sanitárias, ambientais e de bem-estar animal dos mercados mundializados transformam-se em normas e padrões que rebatem no cotidiano de trabalho dos produtores, pois demandam cuidados redobrados para habilitar produtor e produtos como aceitáveis.

O presente trabalho discute o tema direitos humanos, direitos dos animais e consumo de carne, com base na pesquisa “Bem-estar animal e qualidade de vida dos agricultores familiares do oeste de Santa Catarina”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), vinculada aos programas de mestrado em Ciências Ambientais e em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó.

Imprimindo-se ao trabalho um caráter processual, inicialmente foi feito o levantamento e organização dos documentos disponibilizados pelos diferentes órgãos a respeito de bem-estar animal: empresas, órgãos governamentais, do terceiro setor e do campo acadêmico. Inserem-se aqui materiais de divulgação, artigos publicados e/ou publicizados em eventos, observando circuitos, fontes de financiamento, público destinatário, enfim, como se organiza o campo do bem-estar animal. Concomitante foi realizada a compilação e interpretação das diferentes legislações acerca do bem-estar animal, observando contexto do surgimento, repercussão e aplicabilidade, cruzando os materiais com os documentos disponibilizados ao público.

Também foram realizadas visitas em propriedades de avicultores integrados a agroindústrias locais para a realização de observação e entrevista relacionadas a como foram introduzidos os preceitos do bem-estar animal nas propriedades, as relações com os técnicos das agroindústrias e dos órgãos estatais e as implicações decorrentes no cotidiano de seu trabalho. A pesquisa foi realizada na Mesorregião Oeste Catarinense, com 48 famílias de agricultores dos municípios de Chapecó, Guatambú, Planalto Alegre, Xaxim, Arvoredo, Seara, Coronel Freitas, Pinhalzinho e Nova Erechim. As famílias são produtoras de aves, e/ou suínos via sistema de contratos de integração com indústrias agroalimentares, as quais fornecem as matrizes, a alimentação, a medicação, a assistência técnica e garante a compra dos animais, cabendo aos agricultores os investimentos nas instalações e equipamentos e a mão-de-obra demandada pela criação. Muitas destas famílias são também produtoras de leite.

O processo de desenvolvimento da pesquisa, o contato com os agricultores, o estudo da legislação e textos científicos nos desafiaram a tecer análises preliminares que articulam a discussão sobre direitos humanos, direitos dos animais e consumo de carne.

2. CONSUMO DE CARNE NO MUNDO

Atualmente o consumo e a qualidade da carne estão em questão, sobretudo nos países desenvolvidos. À frente destes questionamentos situam-se os movimentos sociais preocupados com a questão da sustentabilidade da produção de alimentos e de defesa e proteção aos direitos dos animais. Mas, quais são as perspectivas do consumo de carne nos próximos anos, em nível mundial? Qual a dimensão das preocupações ambientais e de bem-estar animal no consumo de carne? Para a compreensão de suas tendências, recorreremos ao relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (OCDE/FAO, 2014).

Segundo a OCDE/FAO (2014), para os próximos dez anos (2014-2023), a produção mundial de carnes deverá aumentar em 19%. Deste incremento na produção global, 78% ocorrerão em países em

desenvolvimento. A produção global de carne deverá ter aumento de 1,6% ao ano durante a próxima década, abaixo dos 2,3% anuais dos últimos dez anos. A maior demanda será por carnes de aves, que representará quase a metade do aumento da produção global de carnes na década 2014/2023.

Em relação à dinâmica da produção, apesar da queda dos preços das rações, o relatório da OCDE/FAO (2014) estima que a produção e os custos se ampliarão devido ao aumento dos preços de outros insumos, como aqueles associados às regulações mais rigorosas das exigências ambientais, do bem-estar e a saúde dos animais, além daqueles relacionados à água e a mão de obra.

Assim, segundo o Relatório OCDE/FAO (2014), as regulações e preocupações ambientais continuarão a afetar a produção de carnes. Influenciarão na localização da produção (regiões, países), nas exigências específicas relacionadas à estabulação, ao manejo dos dejetos, dentre outros. Para atender o aumento global de consumo de carnes, leite e ovos, haverá necessidade de aumentar a criação de animais de granja e, conseqüentemente, as pressões ambientais e preocupações com a saúde e o bem-estar dos animais também aumentarão.

Portanto, embora a produção animal continue vital para a nutrição e segurança alimentar mundial, geração de renda e subsistência de um bilhão de pessoas e resulte em produtos e serviços importantes, o setor enfrenta desafios sem precedentes. A OCDE/ONU (2014) estima que em 2050 a demanda por produtos pecuários crescerá em 70%, devido ao aumento da população, da riqueza e da urbanização. Esse crescimento da demanda coincide com as preocupações crescentes relacionadas à escassez de recursos, com as mudanças climáticas e a necessidade de um desenvolvimento mais equitativo.

Segundo a OCDE/ONU (2014), tendo em vista que os desafios para a produção animal apenas podem ser enfrentados mediante a ação negociada e coletiva, as partes interessadas formaram uma aliança para elaborar um “Programa Mundial para a Pecuária Sustentável”⁶⁶. Para a OCDE/FAO (2014), o programa é uma associação de múltiplos atores comprometidos com o desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é “catalisar e guiar a melhora contínua das práticas do setor pecuário para um uso mais eficiente, seguro e responsável dos recursos naturais” (OCDE/FAO, 2014, p. 198)⁶⁷.

Quanto a perspectiva mundial, as projeções de OCDE/FAO (2014) apontam para um consumo *per capita*/ano 36,3 kg de carne em 2023, com um incremento de 2,4 kg em relação ao ano base de 2014. Deste percentual, segundo estimativas do Relatório, mais da metade será consumido nos países asiáticos, em especial na China. A Índia, maior país vegetariano do mundo, embora o consumo de carne cresça rapidamente (70% na última década), a estimativa para 2023 situa-se abaixo de 5 kg *per capita*/ano.

Já o crescimento do consumo nos países desenvolvidos será mais lento que nos países em desenvolvimento. Entretanto, em termos absolutos, o consumo nestes últimos ainda será quase o dobro (69 kg *per capita*/ano) em relação aos países em desenvolvimento, o que apontaria a saturação do consumo de carnes nestes países. Assim, há uma tendência de diminuição no consumo de carnes nos países ricos, nos quais o consumo *per capita* já é alta. Os países em desenvolvimento devem contribuir com 83% do consumo adicional de carne a ser consumida em 2023, comparado a 2014.

Em relação ao consumo agregado mundial de carnes, esta tende a continuar a crescer nos países em desenvolvimento, especialmente a carne de aves, pois é a mais barata e mais acessível e está isenta de condicionantes culturais quando comparada às demais. Além disso, por ser uma carne mais magra, atrai também consumidores com maior renda.

3.A PRODUÇÃO DE CARNES DO BRASIL NO CENÁRIO MUNDIAL

O Brasil ingressa no século XXI como com um impressionante desempenho nos mercados globais de produtos agroalimentares. Segundo relatório da FAO⁶⁸, o país ocupa o primeiro lugar nas exportações mundiais de vários produtos agrícolas: primeiro exportador mundial em açúcar, em carne bovina, em carne de frango, café, suco de laranja, tabaco e etanol. Também é vice-líder na soja e milho e está na quarta posição em exportação de carne suína. Em pouco mais de duas décadas, o Brasil mais que dobrou a produção de grãos e de carne bovina e quadruplicou a produção de aves.

⁶⁶ Disponível em: www.livestockdialogue.org.

⁶⁷ Tradução nossa.

⁶⁸ Disponível em <http://www.fao.org/docrep/013/i2050f/i2050f00.htm>. Acesso em 01 de jun. 2015.

Entretanto, o desempenho brasileiro nos mercados mundiais agroalimentares - e de agrocombustíveis -, não pode ser avaliado unicamente a partir dos indicadores de especialização internacional, mas também é fundada nas repercussões das implantações das firmas multinacionais estrangeiras no território brasileiro, e mais recentemente, na formação de grandes grupos brasileiros de dimensão mundial, em especial no setor de carnes, com expressivo apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiando fusões e aquisições. A emergência destes grandes grupos agroindustriais, por sua vez, está relacionada a um processo mais amplo de reestruturação de firmas multinacionais do setor agroalimentar ocorrido nos últimos vinte anos.

Assim, na divisão internacional das grandes cadeias de valor, o Brasil lidera as exportações mundiais de carnes e parece ter aceito o papel de grande fornecedor global de proteínas de origem animal. Tal divisão geográfica ocorre também no interior do próprio país. Atualmente a região sul do Brasil é a que se destaca na produção de carnes e abriga algumas das principais empresas produtoras de proteína animal do mundo, dentre as quais se destacam a BRF (empresa originada a partir da fusão entre Sadia e Perdigão) e a JBS.

4. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA PREOCUPAÇÃO COM O BEM-ESTAR ANIMAL

Os movimentos de defesa do bem-estar dos animais emergiram em resposta a crescente industrialização do sistema agroalimentar, representada na criação animal, principalmente, pelo confinamento intensivo de suínos e aves, e práticas de manejo animal centradas na eficiência econômica (HÖTZEL: MACHADO FILHO, 2004, p. 11). As categorias de uso para o objeto em questão situam o lugar no campo das disputas: de *commodity* de proteína animal, senciente a animal, animal não humano.

Para o bem-estar animal, as páginas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) centram-se no que é considerado academicamente sancionado. Ao buscar apoio para a definição para o bem-estar animal, recorre a Broom (1986), "buscando a praticidade para avaliação de sistemas produtivos, podemos aplicar este conceito entendendo o bem-estar como o grau de dificuldade que um animal enfrenta (e demonstra) para viver onde está" (MAPA, s/d).⁶⁹

Ato contínuo, recorre a Brambell (1965) que formulou as cinco liberdades, reconhecidas como utópicas, mas passíveis de servirem como diretrizes para avaliação das práticas de manejo. São elas: 1) livres de fome e sede; 2) livres de desconforto; 3) livres de dor, ferimentos e doenças; 4) livres de medo e angústia; 5) livres para expressar seu comportamento natural⁷⁰.

O bem-estar animal, ou animal não-humano como preferem alguns, encontra visibilidade e reconhecimento acadêmico. Um deles é a inclusão como disciplina de Bem-Estar Animal (BEA) em diversos cursos de Medicina Veterinária e o esforço feito para a inclusão em âmbito nacional e internacional para fomentar o posicionamento do profissional nas questões de bem-estar animal (MOLENTO, 2008). Autores como Molento (2008) passam a designar como Ciência do Bem-Estar Animal. Reconhece que no campo a produção dos animais ocorre de maneira rápida, ao contrário de outras, a exemplo dos caninos. Outro fato que marca a relevância foi o lançamento, em 2008, da Revista Brasileira de Direito Animal, de Salvador (BA), do Instituto de Abolicionismo de Animais, pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O filósofo Peter Singer, em *A Libertação dos Animais*, primeira edição de 1975, vale-se da categoria senciência, ou seja, os animais, tais quais os humanos, são dotados de sentimentos tais como o medo, ansiedade. Sensibilidade é o parâmetro para a defesa da igualdade. O autor seria herdeiro do movimento encabeçado por Richard Ryder, na década de 1970, em Oxford, nominado especismo, isto é, a crítica contra os costumes que submetem os animais aos interesses humanos. Origina-se daí a expressão em voga de "vítimas da ciência" (FELIPE, 2009, p. 25). Movimentos de defesa dos direitos dos animais bebem nessa fonte. Singer aborda o especismo como a divisão de separações entre as ações humanas indiferentes ao sofrimento animal, das ações humanas favoráveis ao fim da violência contra animais e contra seres humanos em todo o planeta. Sua postura tem sido em favor da libertação dos animais e da expansão da igualdade (SINGER, 1989). Essa postura, por sua vez, encontra eco em movimentos libertários. Uma das formas tem sido a nomeação de oposição entre animais humanos e animais não-humanos.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/animal/bem-estar-animal/conceitos-e-metodos>.

⁷⁰ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/animal/bem-estar-animal/conceitos-e-metodos>.

A oposição entre humanos e animais não-humanos sencientes recebe críticas de Vernal (2011), por entender que se trata de uma “imposição antropocêntrica.”

La oposición es claramente antropocéntrica, y su uso establece una distinción que para una mayoría parece natural, tal vez por ser frecuente, pero que es artificial y que tiene consecuencias jurídicas, éticas y alimenticias, entre otras. ¿Sería razonable hablar de una dicotomía gorila/animal no gorila? (VERNAL, 2011, p, 66).

A respeito da proteção dos humanos aos animais, outorgando-lhes direitos (DESCOLA, 1998), consistiria em estender princípios jurídicos que regem humanos, sem colocar em causa a separação entre natureza e sociedade. Lembra que a sociedade é fonte do direito, administrada pelos humanos. Lembra também do antropocentrismo e suas marcas das diversas faces do mundo, bem como das relações dos humanos para com os animais. Há aqueles próximos e há aqueles desprezados.

5.MOVIMENTOS SOCIAIS E O BEM-ESTAR ANIMAL

Para Wilkinson (2006), a presença global das empresas transnacionais do setor agroalimentar assegura que o local seja simultaneamente global. A mudança de nível das regulações que se estenderam do plano nacional para o global, quer seja via Organização Mundial do Comércio (OMC) ou pela emergência de negociações de redes de governança globais, confirmariam o significado global das ações locais. Assim, os movimentos sociais e de Organizações Não Governamentais (ONGs) têm influência crescente e passam a definir o conjunto de valores que orientam a produção e consumo.

Dentre as ONGs mais influentes em relação à proteção aos direitos dos animais, está a *World Animal Protection*, que até 2014, denominava-se *World Society for the Protection of Animals (WSPA)*. Atua junto à Comunidade Europeia desde os anos 1980, tendo adquirido *status* consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1981 e em 1990 passou a ter representação na Comissão Europeia. A *World Animal Protection* é atualmente a única organização dedicada ao bem-estar com interlocução junto à ONU (*WORLD ANIMAL PROTECTION*, 2015).

No Brasil, a *World Animal Protection* começou a atuar em 1989, quando apoiou organizações de Santa Catarina na luta contra a Farra do Boi e divulgou internacionalmente a prática como cruel. Em relação aos animais de produção a *World Animal Protection*, dentre outras ações, defende o abate humanitário, que visa garantir o bem-estar dos animais desde o embarque na propriedade rural até o abate no frigorífico. Tem atuação também na promoção do bem-estar dos animais, visando “uma criação mais saudável e humanitária para melhorar o bem-estar dos animais de produção e promover campanhas para mudar os modelos que causam sofrimento desnecessário”.⁷¹

Em novembro de 2014, a *World Animal Protection* e a BRF assinaram uma carta de intenções na qual a gigante brasileira do setor de carnes de aves e suínos compromete-se em adotar práticas visando o bem-estar animal (FOLHA DE SÃO PAULO, 21 dez. de 2014). Dentre as medidas acordadas está a substituição, num prazo de até 12 anos, do confinamento em gaiolas parideiras individuais nas quais as porcas em gestação e em lactação ficam presas (e cujas dimensões em média são de 2,2 m de comprimento por 60 cm de largura), adotando-se as baias coletivas para os animais.

A Nestlé também assinou acordo com a ONG para a promoção do bem-estar animal, comprometendo-se a adotar normas mais rigorosas para a proteção dos animais nas propriedades rurais que fornecem matéria prima à empresa. A Nestlé concordou, por exemplo, em ampliar os espaços nas criações de suínos e vacas leiteiras para que “possam expressar seus comportamentos naturais”.

Já a gestora das franquias da rede McDonald’s na América Latina e Caribe se comprometeu, até 2016, a apresentar projetos de seus fornecedores de carne suína para também substituir as celas parideiras por baias coletivas (PEDRINI, 2014).

Numa perspectiva de crítica mais ampla, na qual estabelece relações entre o bem-estar animal e o produtivismo, situam-se movimentos sociais como o *Slow Food*. Reúne consumidores, produtores, cientistas e profissionais relacionados à gastronomia e defende outra forma de produzir e consumir buscando a redescoberta dos saberes e sabores da cozinha regional e em oposição aos alimentos produzidos em grande escala. O *Slow Food* associa assim a gastronomia, política, agricultura e meio

⁷¹ Disponível em: <http://www.worldanimalprotection.org.br/nossotrabalho/animaisproducao/>

ambiente, tornando-se um importante ator internacional nas discussões relacionadas à agricultura e à ecologia. Localmente o movimento está organizado em suas células de associados - os *convivia* -, e atua junto a instituições internacionais como a FAO.

Em 2013, o *Slow Food* tornou oficial sua posição sobre o bem-estar animal (SLOW FOOD, 2013). Em seu documento, o *Slow Food* remete o tema ao Tratado de Lisboa, assinado em 2007, assinado pelos países membros da União Europeia no qual reconheceu oficialmente os animais como seres sensíveis e exigindo que os Estados-membros adotem políticas de bem-estar animal:

O bem-estar animal foi, assim, comparado a outros princípios éticos, com a igualdade de gênero, proteção social, defesa da saúde humana, desenvolvimento sustentável e defesa dos consumidores. Mas apesar de grande avanço, o bem-estar dos animais de criação é, muitas vezes, negligenciado. (SLOW FOOD, 2013, p. 5).

O *Slow Food* busca relacionar as preocupações do bem-estar animal com a sustentabilidade e com a defesa dos pequenos criadores:

A pecuária industrial ameaça a sustentabilidade ambiental, a saúde humana e a sobrevivência econômica dos pequenos agricultores e das comunidades rurais. O aumento constante dos produtos de origem animal exige que se enfrentem estas questões, para defender a saúde humana, promover uma maior sustentabilidade ambiental e permitir que pequenos agricultores continuem trabalhando, respeitando o bem-estar animal. [...] O bem-estar animal é uma condição fundamental para estas comunidades, pois a segurança alimentar está ligada à saúde e à produtividade dos animais que, por sua vez, dependem dos cuidados que recebem. (SLOW FOOD, 2013, p. 3).

O documento do *Slow Food* relaciona também o bem-estar animal à qualidade alimentar e à saúde do consumidor, argumentando que a criação em escala industrial, afastados de seu ambiente natural, confinados em pequenos espaços, mutilados, alimentados com ração e transportados a grandes distâncias gera estresse e torna os animais mais vulneráveis a doenças, exigindo grandes quantidades de antibióticos, substâncias potencialmente prejudiciais à saúde dos consumidores. Assim, segundo o *Slow Food*, o bem-estar animal tem uma importância crescente entre os consumidores, que cada vez mais querem saber de onde vêm os alimentos que compram e se são alimentos seguros para sua saúde (SLOW FOOD, 2013).

Desse modo, o *Slow Food* relaciona o bem-estar animal à necessidade de se repensar o sistema agroalimentar de forma mais ampla, defendendo a produção local de alimentos e de animais e a permanência de pequenos abatedouros territorialmente distribuídos e próximos à produção da matéria prima, evitando assim longas viagens dos animais e o estresse, que resultam em comprometimento da qualidade da carne e da produtividade.

6. NORMAS E PADRÕES DO BEM-ESTAR ANIMAL

Ao repertoriar os procedimentos que instituíram o bem-estar animal e o abate humanitário, historicamente, somos remetidos ao Decreto N. 24.645, de 10 de julho de 1934. Trata-se de documento precursor das medidas de proteção aos animais no Brasil. Nos anos mais recentes, encontramos a Normativa n. 3, de 17 de janeiro de 2000, do Ministério de Agricultura e Abastecimento (MAPA), que padroniza os métodos de insensibilização de animais de açougue e aves domésticas. É acompanhado de Regulamento Técnico de Insensibilização de Abate de Animais em Açougues.

Há também o Termo de cooperação técnica entre MAPA e *World Animal Protection* para capacitar médicos veterinários que atuem no Serviço de Inspeção Federal (SIF), nas ações ligadas ao Bem-Estar Animal e ao Abate Humanitário, para compatibilizar a legislação brasileira às normas da OIE (Organização Mundial para Saúde Animal), no pré-abate e no abate e do documento Boas Práticas de Manejo. Em decorrência da Normativa anterior, a União Brasileira de Avicultura (UBA), cuja atuação está voltada à busca de sanidade, qualidade e legislação que assegurem o pleno e contínuo desenvolvimento do setor, formulou os Protocolos de Bem-Estar para Frangos e Perus, de junho de 2008, tomando como base documentos similares de outros países, a exemplo do Comitê Interamericano de Sanidade Avícola da OIE (CISA). Analisamos a Instrução Normativa nº. 3 de 17 de janeiro de 2000, da DSA/MAPA, que trata do

Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário, atendendo as exigências da Diretiva 2007/43/CE do Conselho da União Europeia.

Há a Norma Técnica de Produção Integrada de Frango, de 2005, elaborada pela União Brasileira de Avicultura (UBA) e da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), empresas privadas, associações estaduais de avicultura, universidades, Embrapa e a *World Animal Protection*. E, finalmente, a Instrução Normativa 56, de 06 de novembro de 2008, que estabelece procedimentos para registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais.

Nos campos governamental e econômico inserem-se as ações de “boas práticas” e os protocolos de bem estar animal. No que diz respeito às boas práticas, o MAPA, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e ONGs elaboram cartilhas e organizam cursos de capacitação aos produtores. Tome-se como exemplo a “Cartilha de Boas Práticas Agrícolas para Agricultura Familiar” emanada da FAO, voltada aos agricultores familiares, na qual, além de outros conteúdos educativos, há páginas destinadas ao bem-estar animal, de higiene com pretensão de ter um caráter “civilizatório”, a exemplo das atividades da Extensão Rural, levando aos agricultores os modelos de como agir nas atividades do mundo rural. Em fevereiro de 2010, a FAO publicou no Brasil o “Manual de Capacitação para Implementação de Boas Práticas de Bem-Estar Animal”. Neste caso, o foco centra-se na agricultura familiar.

Em novembro de 2008, entrou em vigor a Instrução Normativa estabelecendo procedimentos gerais de Recomendação de Boas Práticas de Bem-Estar para animais de Produção e de Interesse Econômico (REBEM), que enfoca a produção e o transporte, para todo o setor produtivo do país, e evitar restrições e sanções dos mercados mais exigentes. Resultou dessa ação normativa a confecção de cartilhas e desenvolvimento de pesquisas, com destinação de verbas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para realizar pesquisas nessa esfera.

O governo brasileiro comprometeu-se em implantar as Boas Práticas no Abate Humanitário nos frigoríficos registrados no Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal (DIPOA), por meio de inspetores veterinários treinados do Serviço de Inspeção Federal. Comprometeu-se, igualmente, com a implementação das Boas Práticas de Bem-Estar Animal e Abate Humanitário.

7.DIREITOS HUMANOS E BEM-ESTAR / MAL-ESTAR DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Nas discussões sobre bem-estar animal chama a atenção a pouca preocupação com o bem-estar / mal-estar dos produtores rurais. Neste tópico, centraremos as análises nos humanos que criam os animais, os quais estão subordinados às grandes agroindústrias, que por sua vez buscam atender as pressões dos consumidores pelo bem-estar animal. Iniciamos pela análise de algumas referências que pautam a defesa do bem-estar humano.

Do ponto de vista da agricultura, as boas condições de saúde, sejam elas consideradas ausência de enfermidades, ou no conceito ampliado, como se verá abaixo, foram indispensáveis para a reprodução social dos agricultores. Problemas de saúde são recorrentes nas narrativas dos agricultores como causas de descenso econômico familiar.

Repertoriando a Conferência de Alma-Ata ou Conferência Internacional Sobre Cuidados Primários de Saúde, em setembro de 1978, observa-se um divisor de águas, ao considerar saúde um estado de

completo bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade - é um direito humano fundamental, e que a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de muitos outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde. (DECLARAÇÃO DE ALMA-ATA, 1978).

Do conceito ampliado de saúde da Conferência Alma-Ata, o passo seguinte foi a Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, em novembro de 1986, que reconheceu como condições e recursos fundamentais para a saúde: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (CARTA DE OTTAWA, 1986).

Os documentos subsequentes tornam mais estreita a relação entre direitos humanos e saúde. No campo acadêmico, as publicações são reconhecidas. No caso brasileiro tiveram visibilidade o periódico Saúde e Direitos Humanos, parceria do Ministério da Saúde e Fundação Oswaldo Cruz.

A Declaração dos Direitos Humanos, publicada em 1948, é um ideal a ser alcançado e sempre invocado nas legislações e nas situações de desconforto. A Constituição Brasileira abre espaços para a implementação dos direitos das diferentes gerações, tais como aqueles da quarta geração, os chamados direito a uma vida saudável, em harmonia com natureza; princípios ambientais e de desenvolvimento sustentável: direito à vida das gerações futuras; desenvolvimento sustentável.

Amarra-se aqui a relação estabelecida com a categoria trabalho, realizado pelos agricultores em atividade familiar, responsáveis pelo bem-estar de aves e suínos, no caso em estudo. Há décadas o Brasil ratificou convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que dita os preceitos gerais das condições dignas para o trabalho decente. No caso da agricultura, e em especial dos pequenos proprietários, encontram-se estes em situação anômala (GRIGNON, 1975). De um lado, são os proprietários dos meios de produção e responsáveis pela reposição quando da depreciação; de outro lado, raras vezes recorrem ao trabalho assalariado. Valem-se do trabalho familiar e levam à intensividade do trabalho, autoexploração desse para efetuar as tarefas rotineiras e não tão rotineiras.

Se é constitutivo do pequeno proprietário a "anomalia", também o é a relação com a agroindústria integradora, embora a Justiça Trabalhista não reconheça vínculos de trabalho entre as partes. As atividades da integração supõem a subalternização à empresa integradora, na qual o técnico desta, que atua como mediador, apresenta as normas e as cobra. As exigências são computadas em macros e micros poderes. Dizem respeito ao receituário de como atender os animais, a alimentação, ventilação, higiene, mas estende-se ao redor da casa, ao cerceamento de outros animais, talvez menos animais, como cães, gatos, pássaros e aves domésticas (galinhas caipiras, patos, marrecos) que circulem nas proximidades do estabelecimento agrícola. São repreendidos a não permitir tal fato.

Os integrados, para cumprir as normas e padrões requeridos pelo bem-estar animal, necessitam automatizar os equipamentos quanto à climatização (aquecimento, resfriamento, ventilação, nebulização), iluminação, alimentação e água de qualidade. No entanto, a inserção da automatização não dispensa a presença dos agricultores, pois há a necessidade de vigiar se o dispositivo tecnológico está funcionando, como descrito pelos entrevistados. No caso do aquecimento, a necessidade é de manter o fogo aceso:

Hoje na verdade o aquecimento é automático, pois quando o aviário chega à temperatura que é exigida, ele para automaticamente. Mas, você tem que estar presente, para jogar lenha, porque se não tiver fogo ele [aquecedor] vai jogar ar frio, daí é pior ainda, além de não aquecer ele vai esfriar o ambiente. Então foi investido ali para inverno. E para verão foi investido em ventilação. (Família G).

A forma de controle da temperatura, no caso de família AC, acontece por meio de um sensor que aciona um alarme que chama o agricultor para abastecer a fornalha:

Tem um sensor dentro do aviário, chegou 32 graus ele desliga. Ele vai ligar, quando tu programa um grau a menos. Baixou 31 liga, bateu 32 desliga. Então, isso vai acontecer até a hora que a fornalha tiver lenha dentro. Se começar a baixar mais a temperatura começa a berrar o alarme [...] porque alguém tem que ir lá, alguém, abastecer a fornalha [...] no inverno, de uma em uma hora, tu tem que ir lá abastecer o bicho. (Família AC).

Segundo a família G, a automatização dos comedouros também não dispensa a presença humana, demandando vigilância do no aviário 24 horas: "nos comedouros automáticos eles comem e depois você tem que ir lá encher os pratinhos novamente".

Assim, a extenuante liminaridade das demandas empresariais em relação aos agricultores para a tecnologia da agricultura, não diminuem o trabalho. O padrão imposto recai nos trabalhadores exigindo-lhes atenção redobrada para atender os preceitos do bem-estar animal. Nessas exigências crescentes não são computadas as sobrecargas e o trabalho mental que solapam a vida cotidiana e comunitária dos agricultores, isolando-os, de certa forma, das relações comunitárias.

Além disso, todos esses dispositivos para funcionar demandam energia elétrica e os agricultores vivem aos sobressaltos com queda de eletricidade que pode causar problemas nos lotes de ave e a morte destas, o que representa a perda do trabalho investido e desconto no lote final. No verão de 2014 houve diversas quedas de energia elétrica o que ocasionou mortes de parte de lotes de aves. Agricultores, prevendo responsabilidades ou a busca de indenização registraram Boletins de Ocorrência. Intempéries também podem afetar os estabelecimentos rurais e causar ansiedade e preocupações em não conseguirem responder aos compromissos já assumidos.

Os momentos cruciais como a crise da Diplomata, empresa integradora que atendia o oeste de Santa Catarina e o sudoeste paranaense, quando deixou de entregar ração, nos aviários, as aves praticavam o canibalismo por falta de alimento. Gerou-se situação extrema. De um lado, poderiam ser acusados de mau trato aos animais; de outro lado, era a interrupção de crescimento do lote de aves. Alguns agricultores registraram Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia.

Por meio das entrevistas foi possível apreender como acontece o processo de composição de um trabalho intensivo no cotidiano dos agricultores. Grande parte das famílias pesquisadas são compostas pelo casal e, dificilmente, por algum filho. Um dos casais relata que sua labuta inicia às 5h30. Por enquanto, ainda tomam chimarrão, depois o café. Vai para o estábulo, tira o leite. Passa no chiqueiro, atende aos animais. Lá pelas 8 horas vai para o aviário. Há uma variabilidade dos cuidados dependendo da fase que se encontra a criação: "Quando os franguinhos estão mais velhinhos não tem muito serviço". Quando são pequenos, vai até umas 11h00 mais ou menos. Faz um serviço, faz outro. Tem que alimentar, aquecer".

Outro casal narra que acorda às 6h00 e vai tirar o leite. Depois, o marido vai atrás de piquete. A esposa vai para o aviário e depois ele já fica na roça. "No inverno, quando está muito frio, ele pousa lá (no aviário), porque eu sofro de enxaqueca e não consigo ficar, é bem complicado". Às 16h a esposa entra no aviário, "coloco lenha nas campanas [campânulas para aquecimento das aves], vejo a temperatura. Aí, depois, eu faço as minhas correrias, vejo o leite, ajudo o marido". Em seguida, "jantamos e vamos *no* aviário. Se está frio ele fica e eu volto. E se está normal a gente reveza, pra não ficar pesado. As campanas são aqueles latões de óleo e é pesado. Daí a gente se ajuda."

Quem fica no aviário de madrugada? "Nós vamos juntos [no aviário], lá por umas 11 da noite até meia noite. Aí, damos uma ajeitadinha. De madrugada é ele." Outro casal conta que "de madrugada, às vezes, bota o alarme do lado. O celular que toca o alarme. Tem que sair rolando da cama. Às vezes de duas em duas horas. Isso acontece [...] porque eu não tenho um lugarzinho para dormir ali perto dos aviários. Agora vou fazer um lugarzinho. Fica um pouco mais fácil." O agricultor considera mais fácil dormir perto do aviário pois, no momento da entrevista precisava sair da cama e caminhar quase 100 metros para chegar no aviário. "Daí vai num aviário, aí vai no outro aviário. Fica longe. Se tem um lugarzinho mais perto das fornalhas, tu caminha menos de noite. Até por questão chuva, cerração e umidade."

Outro agricultor entrevistado relata que "eu sempre durmo no aviário. No inverno tem que ir umas duas vezes verificar o aviário. Daí não compensa dormir em casa. Faz calor lá dentro, mas quando sai tá frio. Aí não dá. [...] tenho um colchão lá".

Essa demanda de cuidados faz com que agricultores associem aviário com prisão: "Hoje a gente fica muito preso. Ter aviário é como uma prisão. É uma cadeia, 24 horas na cadeia" (Família F)." "Nossa! Quem resolve colocar um aviário acaba colocando uma cadeia, essa é a verdade" (Família G).

Desse modo, podemos analisar que a implantação da agroindústria e da integração vertical, e os cuidados com o bem-estar animal, criam um disciplinamento à família do agricultor, exigindo-lhe disposição integral. As exigências nas atividades da avicultura e suinocultura levam à impossibilidade real de comparecer às missas, reuniões de famílias, atividades de lazer nos fins de semana e participação em atividades sociais. "Não se tem sábado, não se tem domingo, não se tem horário para nada, se fosse analisar" (Família H).

A família integrada vive num processo extenuante de liminaridade. Luta para manter-se dentro, face ao investimento já realizado na propriedade e por não ter, a curto prazo, outro investimento na agricultura. Esse jogo é jogado com frequência pelos técnicos das agroindústrias, a quem cabe papel importante na manutenção ou exclusão dos produtores do sistema de integração.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do crescimento de movimentos críticos ao consumo de carne, principalmente nos países desenvolvidos, as projeções para os próximos 10 anos da OCDE/FAO apontam para o crescimento de produção de carne, especialmente nos países em desenvolvimento. Países como a Índia, símbolo mundial do vegetarianismo, presenciou um aumento de 70% no consumo de carne. Tal aumento de consumo está associado ao aumento de renda nos países em desenvolvimento e a urbanização. Mesmo para os países desenvolvidos, as projeções não apontam redução de consumo nestes países na próxima década, mas apenas a estabilização em valores que ainda representarão o dobro do restante do planeta.

O aumento da demanda de carnes impõe desafios aos países produtores. Dentre eles, questões ambientais ganham destaque. É neste contexto que o tema do bem-estar animal ganha expressão, sobretudo porque está associado à sustentabilidade de sistemas de criação intensivos.

Tal discussão ganha relevância em estados como Santa Catarina, o qual abriga as principais empresas líderes do setor e exporta seu modelo de contratos de integração entre indústria e produtores rurais para outros países do mundo. Nos últimos anos, tais contratos impostos pelas agroindústrias aos produtores rurais passam a incorporar preocupações com bem-estar animal. Essas exigências relacionadas ao bem-estar animal rebatem nos produtores rurais, implicando aumento de custos pela necessidade de novos investimentos em instalações e equipamentos, geram maior intensividade no trabalho e limitações nas atividades de lazer.

As mudanças introduzidas na agricultura, principalmente na avicultura e suinocultura, com padrão crescente de exigências, invade a vida dos agricultores e rouba-lhes também o espaço de lazer, os momentos e a rede de sociabilidade, confinando-os na propriedade e com olhos e atenção voltados à criação dos animais. Nos raros encontros entre vizinhos os temas de conversa giram em torno das exigências da integradora e dos padrões impostos. Tornaram-se cativos dos animais.

Assim, o bem-estar animal apresenta um paradoxo: ao mesmo tempo que se busca atribuir direito aos animais, os custos e a pressão por aumento dos cuidados com as criações para atender a tais direitos recaem apenas sobre os produtores rurais, elo da cadeia produtiva de maior fragilidade, aprofundando assim as assimetrias nos contratos de integração estabelecidos entre indústria e produtores rurais.

REFERÊNCIAS

- 1] Broom, Donald M.; Molento, Carla Forte Maiolino. Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas - revisão (animal welfare: concept and related issues–review). *Archives of Veterinary Science* v. 9, n. 2, p.1-11, 2004.
- 2] Declaração de Alma-Ata. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf>. Acesso em: 27 maio 2015.
- 3] Descola, Philippe. Estrutura ou sentimento. A relação com o animal na Amazônia. *Mana*, 4(1), 1998.
- 4] Fao. La situation mondiale de l'alimentation et de l'agriculture 2010-2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/i2050f/i2050f00.htm>. Acesso em: 01 de jun. 2015.
- 5] Felipe, Sonia T. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo. *Revista Páginas de Filosofia*, n. 01, 2009.
- 6] Grignon, Claude. L'enseignement agricole et la domination symbolique de la paysannerie. Etude comparée des modes de domination. *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, janeiro, vol.1, p 75-97, 1975.
- 7] Hotzel, Maria José; Machado Filho, Luiz Carlos Pinheiro. Bem-estar animal na agricultura do século XXI. *Revista de etologia* [online]. 2004, vol.6, n.1, p. 3-5. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1517-28052004000100001&script=sci_arttext. Acesso em: 30 maio 2015.
- 8] Molento, Carla Forte Maiolino. Ensino de bem-estar animal nos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia. *Anais do I Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal*, Recife-PE, abril de 2008.
- 9] Oecd/Fao (2014), Oede-Fao. *Perspectivas Agrícolas 2014*, OECD Publishing. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2014-es Acesso em: 02 mar. 2015.
- 10] Pedrini, João alberto. Bem-estar dos animais entra na mira de gigantes da alimentação. In: *Folha de São Paulo* 21/12/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1565377-bem-estar-dos-animais-entra-na-mira-de-gigantes-da-alimentacao.shtml>. Acesso em: 30 maio 2015.
- 11] Slow Food. O bem-estar animal segundo o Slow Food. Documento de posição oficial. Slow Food, 2013. Disponível em: http://www.slowfood.com/slowlife/filemanager/position_docs/portoghese.pdf. Acesso em: 01 mai. 2015.
- 12] Singer, Peter. *Libertação Animal*. São Paulo: Lugano, 1990.
- 13] Vernal, Javier. *Continuidades animais. Argumentos contra a dicotomia humano e animal não humano*. *Interthesis*. vol.8, n.1, 2011.
- 14] Wilkinson, J. *The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors*. Rio de Janeiro, 2006. Mimeo.

15] _____. The embedding of markets and networks in global social movements. *Gastronomic Sciences. Journal of the Slow Food Movement*. Bra (Itália): Slow food, 2007.

16] World Animal Protection. Nosso trabalho. Disponível em: <http://www.worldanimalprotection.org.br/nossotrabalho/> Acesso em: 01 jun. 2015.

Capítulo 10

Contradições entre o aspecto positivo e negativo das inovações técnicas em O Capital

Tarcísio Fagner Aleixo Farias

Resumo: O presente artigo discute as reflexões de Marx acerca das consequências humanas e sociais das inovações técnicas. Para perceber as contradições entre os aspectos positivos e negativos das inovações acompanho de perto as observações históricas do desenvolvimento capitalista da divisão do trabalho realizada em *O Capital*, bem como as reflexões filosóficas feitas em *O Capital* e *Grundrisse*. Concluo que em Marx as tecnologias não são um mal em si, ao contrário, representa uma vitória da humanidade sobre as forças da natureza, diminui-se o tempo de trabalho necessário e permite aos homens desenvolverem atividades que vão além das necessidades, ou seja, amplia-se a o “tempo livre”. Se os efeitos históricos dessas inovações são nocivos ao homem, isso se deve não a técnica mas ao domínio do capital sobre o trabalho, apropriando-se dos ganhos de produtividade sem reduzir o tempo de trabalho dos indivíduos.

1. INTRODUÇÃO

As implicações humanas das inovações tecnológicas ganham cada vez mais relevância na obra de Marx, em suas obras de maturidade ele pode perceber uma viva contradição entre os potenciais crescentes de libertação e o aumento da alienação e perda de autonomia por parte dos trabalhadores. Essa contradição exprime a contradição entre forças produtivas e as relações de produção nos permitem perceber os aspectos sociais que inviabilizam um desenvolvimento mais completo da humanidade.

Primeiro vamos observar, com base no livro I de *O Capital*, o processo de apropriação capitalista da divisão do trabalho, com o intuito de perceber como, gradativamente, a classe dos capitalistas impulsiona e se apropria da força social criada pelo trabalho coletivo, aumentando ainda mais o seu poder sobre os trabalhadores.

1.1. DIVISÃO CAPITALISTA DO TRABALHO E CONSEQUÊNCIAS HUMANAS

Marx observa o desenvolvimento histórico da divisão capitalista do trabalho como um processo gradativo que se inicia com a cooperação simples, passa pela manufatura e se completa com a indústria e a maquinaria. Esse desenvolvimento se dá ao longo do tempo e não impede, o que a existência simultânea dessas três formas num dado período histórico.

1.2. COOPERAÇÃO

O pressuposto básico para o início da produção capitalista é um elemento quantitativo, a reunião de “um número considerável de trabalhadores”, num mesmo local, sob a tutela de um mesmo proprietário de dinheiro (MARX, 1985a, p. 370). A princípio, a cooperação só se diferenciava do artesanato das corporações pelo número de trabalhadores empregados num só local. A força de trabalho eleva a sua produtividade pelo simples fato de estar reunida. Não é a força produtiva de cada indivíduo que se eleva, mas se cria uma nova força resultante da sua união, a força coletiva de trabalho (MARX, 1985a, p. 374-375).

Com a introdução da cooperação nas condições de mercado, e o ganho produtivo que isso ocasiona, a cooperação passa a ser um imperativo geral da produção e, com ela, o domínio do capital sobre o processo de trabalho (MARX, 1985a, p. 379). Essa forma de produzir se torna gradativamente hegemônica. O comando do capitalista e a rede de hierarquias que o acompanha tornam-se tão indispensável quanto o comando de um general no exército. Tal comando se deve também a uma necessidade técnica, pois “todo trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala, exige com maior ou menor intensidade uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo” (MARX, 1985a, p. 379-380).

Marx observa que a cooperação dos indivíduos de acordo com um plano é capaz de transpor os limites individuais desenvolvendo as capacidades da espécie humana (MARX, 1985a, p. 378), neste sentido a inovação oriunda da organização do trabalho coletivo seria positivo para a humanidade. Todavia, no contexto histórico em que se desenvolveu, a força coletiva do trabalho, oriunda da reunião de trabalhadores, será apropriada por aqueles que comandam a conexão entre as funções exercidas pelos trabalhadores. Essa conexão é realizada não pelos trabalhadores, mas pelo capitalista.

A conexão entre as funções que exercem e a unidade que formam no organismo produtivo está fora deles, no capital que os põe juntos e os mantém juntos. A conexão entre os seus trabalhos aparece-lhes idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados (MARX, 1985a, p. 380).

Assim, a atividade dos trabalhadores fica subordinada a uma vontade alheia. Aquilo que potencialmente é algo positivo e libertador aparece na história como um elemento de subordinação dos trabalhadores a um poder estranho⁷². Os trabalhadores não cooperam em livre acordo entre eles, cada trabalhador só possui

⁷² A exploração do trabalho não é inerente à cooperação como bem aponta David Harvey: “Marx não lança uma luz inerentemente negativa nem sobre a cooperação nem sobre a divisão do trabalho. Ele as vê como potencialmente criativas, benéficas e gratificantes para o trabalhador. A cooperação e a divisão bem organizada do trabalho são capacidades humanas esplêndidas, que incrementam nossos poderes coletivos. O socialismo e o comunismo teriam

acordo com o capitalista e este é quem combina a força de trabalho deles (MARX, 1985a, p. 382). Ao vender sua força de trabalho, o trabalhador privou-se de todo fruto do seu trabalho. A atividade, assim como o produto, se torna propriedade do capital.

Essa subordinação do trabalho ao capital ocorre no momento da venda, afinal, aquele que vende a força de trabalho não tem mais direito aos seus frutos. O valor dessa força de trabalho não aumenta com o aumento de produtividade gerada pela combinação dos trabalhos, ela é paga individualmente:

Ao vender seu trabalho ao capitalista, o trabalhador adquire um direito somente sobre o preço do trabalho, não sobre o produto desse trabalho nem sobre o valor que esse trabalho adicionou ao produto. 'Vender o trabalho = renúncia a todos os frutos do trabalho'. Portanto, todos os progressos da civilização ou, em outras palavras, todo aumento das forças produtivas sociais, se se quiser, das forças produtivas do próprio trabalho – tal como resultam da ciência, das invenções, da divisão e combinação do trabalho, do aperfeiçoamento dos meios de comunicação, da criação do mercado mundial, da maquinaria etc. –, não enriquecem o trabalhador, mas o capital; em consequência, só ampliam o poder que domina o trabalho; só multiplicam a força produtiva do capital (MARX, 2011, p. 241).

Na troca aparentemente igual entre o proprietário e o trabalhador, o segundo recebe apenas o valor da sua força de trabalho individual, que não é igual àquilo que sua força produz. Na cooperação não há ainda a apropriação por parte do capitalista das bases técnicas do trabalho, o trabalho é ainda artesanal e os trabalhadores possuem o conhecimento necessário para produzir os objetos. Todavia, a partir do momento em que reúne os trabalhadores através da compra da força de trabalho, a cooperação cria as condições para o desenvolvimento da manufatura.

1.3.MANUFATURA

Nas condições modernas, o capitalista e o trabalhador se encontram no mercado como sujeitos aparentemente iguais, não há, como no escravismo, uma dominação pela força, na qual a pessoa do trabalhador pertence ao senhor. Aqui o trabalhador é “livre”, entre aspas porque as condições de trabalho estão postas, separadas do trabalhador e pertencentes ao capital (MARX, 2011, p. 490). Esse trabalhador, desprovido dos meios de produção e disposto a trabalhar para sobreviver, foi o pressuposto necessário ao surgimento das manufaturas.

A manufatura insere a divisão cada vez mais especializada do trabalho, cada trabalhador passa a executar apenas uma ação, correspondente a uma ínfima etapa na produção de uma mercadoria. A contínua repetição de uma simples atividade produz imensos ganhos produtivos para o capital, ao passo que para o trabalhador “destrói o impulso e a expansão das forças anímicas que se recuperam e se estimulam com a mudança de atividade” (MARX, 1985a, p. 391).

Assim os trabalhadores se transformam em simples engrenagens de um processo produtivo que lhes é estranho. A diferença da cooperação simples para a manufatura é que a primeira não modifica significativamente a forma de trabalho, ao passo que a segunda revoluciona inteiramente o trabalho dos indivíduos, tornando-o repetitivo e mutilado:

Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial, tornando-se, assim, realidade a fábula absurda de Menenius Agrippa que representa um ser humano como simples fragmento do seu próprio corpo. Originalmente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital por faltarem os meios para produzir uma mercadoria. Agora, sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital (MARX, 1985a, p. 412-413).

presumivelmente grande necessidade delas. O que Marx tenta mostrar é como essas potencialidades positivas são apropriadas pelo capital para seu benefício particular e transformadas em algo negativo para o trabalhador” (HARVEY, 2013, p. 171).

Embora desenvolva uma grande produtividade, a manufatura torna o trabalho ainda mais penoso. Esse tipo de trabalho limita e aborta o potencial criativo dos indivíduos. Não traz felicidade, traz martírio.

Por outro lado, se os trabalhadores precisavam vender sua força de trabalho porque já não tinham a posse dos meios de produção, a partir das transformações oriundas da manufatura, os trabalhadores perdem também a habilidade de produzir. Sua força de trabalho só se torna produtiva dentro de um mecanismo preestabelecido, no qual ele é adestrado a realizar uma determinada tarefa. Dessa maneira, ele perde tanto os meios de produção como o conhecimento prático para fazer os produtos, que ainda possuíam na cooperação, tornando-se ainda mais dependentes do poder externo.

Tal situação deixa os trabalhadores humanamente piores que os selvagens e os camponeses medievais, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas faculdades anímicas:

O camponês e o artesão independentes desenvolvem, embora modestamente, os conhecimentos, a sagacidade e a vontade, como o selvagem que exerce as artes de guerra apurando sua astúcia pessoal. No período manufatureiro, essas faculdades passam a ser exigidas apenas pela oficina do capital em seu conjunto. As forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo que não se enquadre na sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles (MARX, 1985a, p. 413-414).

Os capitalistas se apropriam tanto dos meios de produção como do conhecimento, pois eles também podem comprar dos executivos e técnicos de toda espécie. Cada profissão na divisão social do trabalho só é produtiva quando se conecta com essa força de trabalho social que pertence aos capitalistas.

O trabalho vivo é a força vital presente em cada indivíduo que é vivo e presente, enquanto que o trabalho morto são as condições materiais e intelectuais de trabalho que só existem por serem produtos de trabalhos anteriores, ou seja, é trabalho objetivado. No capitalismo, o trabalho morto aparece como capital e pertence ao capitalista na medida em que este utilizou o trabalho vivo que comprou e apropriou-se de seu resultado; ao passo que o dono do trabalho vivo, quando se está completamente separado do trabalho morto, recebe apenas o equivalente à manutenção dessa força viva de trabalho.

Na manufatura ainda não ocorre a submissão total da força de trabalho ao capital, haja vista que a força motriz do sistema de trabalho ainda pertence aos trabalhadores, e são eles que manipulam os instrumentos de tal forma que a qualidade dos produtos depende da sua habilidade. A submissão da força de trabalho ao capital só se completa na indústria e maquinaria.

1.4.INDÚSTRIA E MAQUINARIA

A manufatura antecipa e cria as condições da indústria. A característica da produção industrial foi basicamente a introdução das máquinas, a princípios movidas a carvão mineral e depois diversificando as fontes de energia. A indústria substitui o mecanismo vivo da divisão do trabalho típica da manufatura por um mecanismo morto, automático, que impõe o ritmo de atividades que os trabalhadores devem acompanhar.

A medida em que a indústria concentra o saber fazer a um mecanismo morto, aumenta o poder do capital sobre o trabalhador. “O princípio desenvolvido do capital é justamente tornar supérflua a habilidade particular e tornar supérfluo o trabalho manual, o trabalho físico imediato em geral, seja como trabalho especializado, seja como esforço muscular; melhor dizendo, consiste em colocar a perícia nas forças mortas da natureza” (MARX, 2011, p. 488). O artesão detinha não só os meios e instrumentos para produzir como também a habilidade. O desenvolvimento da produção burguesa retira ambos das mãos dos produtores diretos e os coloca nas forças mortas do capital.

Nessas condições, a natureza e o ritmo da atividade passam a ser elaborados pela direção, com base em mecanismos automáticos, conferindo ainda mais poder aos proprietários:

O instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente da ciência. Na manufatura, a organização do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhos parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção (MARX, 1985a, p. 439-440).

Na indústria, o homem aprende a transformar o trabalho morto em força motriz para controlar o trabalho vivo (MARX, 1985a, p. 442). A introdução das máquinas possui, além de uma motivação econômica de aumentar a produtividade, uma motivação política, que é diminuir o poder de contestação dos trabalhadores e superar os limites biológicos do trabalho (MARX, 1985a, p. 460).

A simplificação do trabalho e o aumento da produtividade causado pela introdução das máquinas jogam no desemprego inúmeros trabalhadores e torna contratável outros tantos. Em tese, produz uma população excedente de trabalhadores. Essa população excedente, por sua vez, faz pressão para que os que estão empregados ultrapassem os limites normais da jornada de trabalho. Tal situação revela o paradoxo da produção burguesa, o fato de a tecnologia, meio mais poderoso de encurtar o tempo de trabalho, ser na prática o meio usado pelos capitalistas para “transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir o seu valor” (MARX, 1985a, p. 465).

Existe um processo de separação radical do trabalhador, não apenas dos meios e instrumentos de produção, mas da habilidade mesma de fazer determinado objeto. A habilidade necessária desenvolvida pelo artesão conferia um melhor desenvolvimento das suas capacidades humanas, bem como uma relação mais completa do trabalhador com o produto do seu trabalho. A manufatura já retira esse saber fazer ao tempo em que divide as suas ações em partes ínfimas de um mecanismo social comandado pelo capitalista. A indústria intensifica essa separação na medida em que transfere a força motriz para um sistema automático, não vivo:

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um organismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles (MARX, 1985a, p. 483).

As máquinas invertem a relação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho, o artesão é o sujeito da relação e o instrumento o objeto sob o qual o trabalhador exerce a sua habilidade. Com o advento da máquina automática, o instrumento torna-se quase o sujeito da relação, e o trabalhador passa a ser o objeto, servindo apenas para observar e garantir o funcionamento adequado da máquina³.

Na realidade, o verdadeiro sujeito dessa relação residirá no trabalho intelectual, que concentra toda a ciência do mecanismo. Essas forças sociais intelectuais se concentram no

capital, e como tal pertencem ao capitalista, possuidor do dinheiro. À medida que o processo de trabalho foi apropriado pelo capitalista, o trabalhador se tornou supérfluo e, portanto, substituível, diminuindo assim o seu valor. “O saber aparece na maquinaria como algo estranho, externo ao trabalhador; e o trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado que atua autonomamente” (MARX, 2011, p. 582).

³ Não é como no instrumento, que o trabalhador anima como um órgão com sua própria habilidade e atividade e cujo manejo, em consequência, dependia de sua virtuosidade. Ao contrário, a própria máquina, que para o trabalhador possui destreza e força, é o virtuoso que possui sua própria alma nas leis mecânicas que nela atuam e que para o seu contínuo automovimento consome carvão, óleo etc. (materiais instrumentais), da mesma maneira que o trabalhador consome alimentos. A atividade do trabalhador, limitada à mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso (MARX, 2011, p. 580-581).

Os avanços tecnológicos que em si mesmo representariam um bem à humanidade, ao reduzir o tempo de trabalho e facilitar sua execução, resulta no oposto graças à aplicação capitalista. De acordo com Marx:

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho, facilita o trabalho, é uma vitória do homem sobre as forças naturais, aumenta a riqueza dos que realmente produzem, mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (MARX, 1985a, p. 506).

As razões dessa evidente contradição se encontram numa forma de organização social historicamente determinada, na qual os homens estão entregues a forças sociais estranhas, sobretudo à combinação de propriedade privada e leis da concorrência e sua “mão invisível”. Esse modo de produção historicamente determinado produz essa contradição até o limite em que os produtores diretos estão completamente separados das condições de trabalho.

Nos textos de crítica à economia política, a intenção de Marx foi mostrar as consequências da ação de determinadas forças econômicas do mundo moderno, como mercadoria, dinheiro, capital, concorrência, etc. sobre os indivíduos vivos. Assim ele permite aos homens o conhecimento necessário para que um dia possam assumir o controle dessas forças, estabelecendo uma ordem social que, ao contrário da ordem burguesa, governada por poderes estranhos e desumanos, seja governada de maneira racional e coletiva. Marx acredita que os homens são capazes de colocar os poderes sociais, a ciência e a tecnologia a serviço da liberdade e da realização humana.

2. TRABALHO, TÉCNICA E LIBERDADE NOS ESTUDOS DE ECONOMIA POLÍTICA

No presente item, observo como Marx fundamenta a relação entre trabalho, técnica e liberdade nos seus estudos de economia política. Para esse estudo, são fundamentais os cadernos preparatórios para *O Capital*, denominados *Grundrisse*, bem como algumas passagens de *O Capital*, livro I. Início com reflexões sobre a história da produtividade humana, na qual Marx pensa a humanidade com base em três estágios, sendo o terceiro e último aquele em que se realiza o reino da liberdade, na tentativa de entender em que sentido Marx pensa o trabalho livre. Posteriormente, trago à tona a reflexão sobre o papel contraditório da maquinaria no processo de libertação.

Refletir sobre qual o sentido do trabalho livre podemos avaliar em que medida os progressos técnicos implantado no capitalismo são contraditórios. As inovações técnicas não são em si mesmo negativo para os trabalhadores. As consequências negativas da tecnologia se dão por conta das relações sociais em que estão inseridas. Qual o papel das inovações técnicas para libertação do homem? Em que sentido o trabalho pode ser visto como atividade livre?

2.1.A TEORIA DOS TRÊS ESTÁGIOS DA PRODUÇÃO HUMANA

Em *Grundrisse*, Marx classifica a história em três grandes estágios da produtividade humana. A perspectiva aqui apontada não classifica a história por modos de produção (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e comunismo), mas pela característica pela qual a produtividade humana é determinada: 1) Relações de dependência pessoal; 2) “Interdependência pessoal fundada sobre uma dependência *coisal*”; 3) A “livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva” (MARX, 2011, p. 106).

A primeira forma na qual se desenvolve a atividade humana abrange as sociedades pré-capitalistas. Nessas sociedades o desenvolvimento da produtividade ocorre de maneira lenta e gradual, as comunidades humanas ocupam pontos isolados do planeta e o trabalho se realiza nas condições de dependência pessoal. Os indivíduos são de tal maneira presos à comunidade que não há nem mesmo a ideia de uma individualidade independente. O sentido de comunidade, família ou ordem prevalecem sobre o sentido de individualidade.

O segundo estágio é exclusivo do modo de produção capitalista e se distingue de todos os modos de produção anteriores quando inaugura a era da independência e da universalidade, ainda fundada na dependência *coisal*, ou seja, no estranhamento. Desenvolvem-se aqui as potências produtivas universais e a humanidade passa a habitar o planeta inteiro. O crescimento da produtividade é característica inerente a esse segundo estágio, todavia esse desenvolvimento se dá à revelia da autonomia dos trabalhadores.

Em superando o modo de produção capitalista, passamos para o terceiro estágio, baseado no desenvolvimento da “livre individualidade”, que só pode ocorrer quando a produção for subordinada a toda a sociedade. O terceiro estágio é o comunismo ou o “reino da liberdade”, que requer a combinação de uma produção socialmente regulada e garantia da liberdade e do desenvolvimento universal das capacidades dos indivíduos.

O que Marx entende por desenvolvimento universal dos indivíduos? E a subordinação da produtividade coletiva ao poder social? Como conceber tal estágio se ele ainda não existiu? Qual o papel da técnica? Em *Grundrisse* encontramos algumas pistas quando o autor pensa na relação entre o homem e a propriedade, observando a maneira peculiar com que os homens das comunidades primitivas se relacionam com a terra e qual o sentido de propriedade nessas condições:

A terra é o grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material do trabalho, bem como a sede, a base da comunidade. Eles se relacionam com terra, ingenuamente, como propriedade da comunidade, e da comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente como parte, como membro dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como proprietário ou possuidor. A apropriação real pelo processo de trabalho se realiza sob esses pressupostos, que não são eles mesmos produtos do trabalho, mas aparecem como seus pressupostos naturais ou divinos (MARX, 2011, p. 389).

Os homens das comunidades primitivas se relacionam com os meios, bem como com os resultados do trabalho, de maneira distinta do homem moderno. A propriedade é coletiva, embora seja determinada de forma limitada e sobrenatural. Nessa relação o fundamental é perceber como se dá a relação de metabolismo entre homem e a natureza e a relação entre os homens. Avaliar o grau de emancipação humana leva em conta não apenas o progresso técnico, mas o tipo de relação de propriedade.

Observando que a finalidade do trabalho é satisfazer as necessidades da comunidade, Marx entende que, apesar do seu caráter limitado, a relação homem-natureza dos povos primitivos é qualitativamente superior à relação moderna: “a antiga visão, em que o ser humano aparece como a finalidade da produção, por estreita que seja a sua determinação nacional, religiosa ou política, mostra ser bem superior ao mundo moderno, em que a produção aparece como a finalidade do ser humano e a riqueza, como finalidade da produção” (MARX, 2011, p. 399). A superioridade dos povos comunitários reside no fato de ser o homem a finalidade da produção, ao passo que na sociedade capitalista a produção é um fim em si mesmo.

O individualismo e as dominações de classe estão diretamente relacionadas à introdução das relações de troca, que a princípio se davam entre as tribos. Nas sociedades antigas, o trabalho era realizado no intuito de produzir determinados valores de uso, para satisfação direta da comunidade. Na sociedade moderna, o trabalho visa à produção de valor de troca.

As revoluções burguesas estão diretamente relacionadas à intensificação do comércio e radicalizam o processo ao transformar a própria força de trabalho em mercadoria. Retirando os meios de produção dos produtores diretos, o capital, força social concentrada através do comércio (relações de troca), amplia-se progressivamente e se expande pelo mundo.

O capitalismo é visto historicamente como o último estágio estranhado da humanidade, no qual reina o poder ilimitado das coisas. Nesse mais alto grau de estranhamento se gera contraditoriamente as condições materiais do “desenvolvimento total, universal das forças produtivas individuais”, terceiro estágio da humanidade o da “livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social” (MARX, 2011, p. 106).

O “desenvolvimento total, universal, das forças produtivas individuais” corresponde a um estágio em que as forças produtivas altamente desenvolvidas tornam-se propriedade coletiva e permitem aos homens desenvolver livremente as suas aptidões, passando de uma atividade a outra sem ficar subsumido a uma forma determinada de trabalho. Qual o papel da maquinaria na emancipação humana?

2.2.A MAQUINARIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA

O capitalismo é revolucionário na medida em que cria as bases materiais que permitem a diminuição do trabalho necessário. Marx parte do reconhecimento do caráter processual e dialético da realidade social: “a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processo de transformação” (MARX, 1985a, p. 7). Assim, ele confronta esse movimento de

transformação constante com as teses que tentam naturalizar determinados contextos específicos e demonstra, ao longo da obra, como o próprio capitalismo cria as condições para a passagem para outro modo de produção.

Os capitalistas são assim a alavanca para um desenvolvimento humano, embora com todas as atrocidades que o acompanham. Por isso a burguesia é considerada uma classe revolucionária⁷³. Como então o desenvolvimento capitalista cria as condições materiais da libertação efetiva dos homens? Na medida em que criam os meios tecnológicos capazes de diminuir a quantidade de trabalho necessário.

Para Marx o caráter positivo ou negativo de um meio de produção, como a maquiaria, depende do seu uso. Não há uma essência dos meios de produção, pois é a sociedade que determina seu uso:

A maquiaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho, facilita o trabalho, é uma vitória do homem sobre as forças naturais, aumenta a riqueza dos que realmente produzem, mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores” (MARX, 1985a, p. 506).

As máquinas e os meios de produção em geral podem servir tanto à dominação quanto à libertação, a depender da forma de organização da sociedade. Por isso o comunismo, tal como Marx o entende, não destrói, mas se apropria dos meios de produção burgueses: “Do fato de que a maquiaria seja a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo não se segue de maneira nenhuma que a subsunção à relação social do capital seja a melhor e mais adequada relação social de produção para a aplicação da maquiaria” (MARX, 2011, p. 583).

Marx nos permite observar os elementos que podem servir aos propósitos da liberdade separando os elementos de dominação dos elementos puramente técnicos, as forças produtivas das relações de produção. As máquinas enquanto forças produtivas podem servir tanto para determinadas classes dominantes como para os indivíduos livremente associados. Isso depende da formação social em questão.

Os meios de produção desenvolvidos no capitalismo criam a possibilidade de libertação, ao passo em que diminuem gradativamente a necessidade do trabalho manual. Nesse sentido, a tecnologia e a maquiaria possuem grande potencial a ser aproveitado para libertar os homens do trabalho alienado, embora, elas tenham se desenvolvido à custa da autonomia dos trabalhadores.

Marx acredita que o imenso desenvolvimento da maquiaria modifica a relação entre o trabalhador e o trabalho, os instrumentos deixam de ser acessórios que facilitam o trabalho para ser o próprio mecanismo de produção ao qual o homem apenas acompanha⁵, modificando, assim, o fundamento no qual se baseia a produção de riquezas, que deixa de ser o trabalho imediato e passa a ser o mecanismo automático (MARX, 2011, p. 588). Esse processo cria as bases para um novo salto qualitativo para a humanidade, pois:⁵ “Não é mais o trabalhador que interpõe um objeto natural modificado como elo mediador entre o objeto e si mesmo; ao contrário, ele interpõe o processo natural, que ele converte em um processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, da qual se assenhora. Ele se coloca ao lado do processo de produção, em lugar de ser o seu agente principal” (MARX, 2011, p. 588).

Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e da contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução de trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles (MARX, 2011, p. 588).

⁷³ O capitalista só possui um valor perante a história e o direito histórico à existência, enquanto funciona personificado o capital. Sua própria necessidade transitória, nessas condições, está ligada à necessidade transitória do modo capitalista de produção. Mas, ao personificar o capital, o que o impele não são os valores de uso de sua fruição e sim o valor de troca e sua ampliação. Fanático da expansão do valor, compele impiedosamente a humanidade a produzir por produzir, a desenvolver as forças produtivas sociais e a criar as condições materiais de produção, que são os únicos fatores capazes de construir a base real de uma forma social superior, tendo por princípio fundamental o desenvolvimento livre e integral de cada indivíduo” (MARX, 1985a, p. 688).

O reino da liberdade é, portanto, uma sociedade do tempo liberado. O capitalismo já libera o tempo de trabalho necessário, não em benefício do trabalhador, mas da ampliação da mais-valia. No comunismo o tempo de trabalho necessário é diminuído em benefício do tempo livre, correspondendo à formação artística e científica dos indivíduos. “Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível” (MARX, 2011, p. 590-591).

Para manifestar verdadeiramente o seu potencial libertário as inovações tecnológicas devem ser pensadas num contexto em que elas de fato sirvam à sociedade. Enquanto vivermos sob as leis coercitivas do mercado e do capital, os avanços tecnológicos não resultam diretamente em emancipação dos indivíduos, ao contrário, geram excesso de trabalho para uns e desemprego para outros. Quando a maquinaria estiver a serviço dos indivíduos livremente associados, ela proporcionará a diminuição do tempo de trabalho necessário, liberando mais tempo para os homens cultivarem suas faculdades em outras atividades, como arte, esporte e ciência.

Com os instrumentos os homens desenvolvem as suas faculdades e se emancipam cada vez mais das necessidades, na medida em que podem regular as forças naturais. A causa do estranhamento não é a técnica em si, mas as relações sociais às quais os homens estão submetidos uns aos outros e todos ao poder coercitivo das relações sociais externas e estranhas, mercado e propriedade privada. Considerar as tecnologias como algo inerentemente oposta à liberdade pode nos levar à naturalização de um fenômeno histórico, circunscrito a determinados tipos de sociedade que têm seu início e fim.

REFERÊNCIAS

- [1] Antunes, Ricardo. os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- [2] . Adeus ao trabalho? : Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- [3] Arendt, Hannah: A condição humana. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1999.
- [4] Astrada, Carlos. Trabalho e Alienação: na “Fenomenologia” e nos “Manuscritos”.
- [5] São Paulo: Paz e Terra, 1968.
- [6] Bloch, Ernst: O Princípio Esperança (Vol. I). Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2005.
- [7] Bottomore, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. CARMO, Paulo Sérgio do. A ideologia do trabalho. São Paulo: Moderna, 1992.
- [8] Collin, Denis. Compreender Marx. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.
- [9] Cotrim, Ivan. Karl Marx: A determinação Ontonegativa Originária do Valor. São Paulo: Alameda, 2011.
- [10] Engels, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- [11] . A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo, Expressão Popular, 2010b.
- [12] . “Esboço de uma Crítica da Economia Política”. In: Paulo Neto, José (org.) Política. São Paulo: Ática, 1981.
- [13] Farias, Tarcísio. Dialética do Trabalho e Libertação Humana na Teoria Social de Karl Marx. Tese de Doutorado defendida na PPGCS/UFRN, Natal/RN, 2015.
- [14] O Conceito de Trabalho nos Manuscritos Econômico-Filosóficos. Dissertação de Mestrado defendida na PPGFIL/UFPB, João Pessoa/PB, 2010.
- [15] . A Categoria Trabalho e a Emancipação Humana: Um debate entre Karl Marx e André Gorz. Trabalho de conclusão de curso de Ciências Sociais UFPB, João Pessoa/PB, 2007.
- [16] Gorz, André. O imaterial: conhecimento valor e capital. São Paulo, Annablume, 2005.
- [17] Metamorfoses do Trabalho: Crítica da Razão Econômica. São Paulo: Annablume, 2007.
- [18] Harvey, David. Para entender o Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- [19] Lessa, Sergio. Para além de Marx?: Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

- [20] Marx, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1859: esboços da crítica da economia política. Boitempo: Rio de Janeiro, 2011.
- [21] Manuscritos Econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- [22] O Capital: Crítica da Economia Política (Volume I). São Paulo: DIFEL, 1985a. MESZÁROS, István. A Teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.

Capítulo 11

*Regimes de Bem-Estar, trajetórias dos sistemas de saúde e as reformas de caráter residual no Brasil e do México*⁷⁴

Oleg Abramov

Resumo: O trabalho objetiva empreender uma análise contextual e comparativa das trajetórias dos sistemas de saúde no Brasil e no México, considerando aspectos relacionados aos constrangimentos institucionais e a ação dos atores. Na origem, a interação entre trabalhadores, capitalistas e o Estado produziu sistemas de saúde com características semelhantes, ambos nasceram dotados de cobertura restrita ao mercado formal de trabalho e, no curso do tempo, seguiram semelhantes processos de alargamento de clientela amparadas. Entretanto, acontecimentos políticos nacionais determinaram o distanciamento entre as trajetórias maduras: enquanto o caso mexicano seguiu um processo de inovação incremental que transitava gradualmente do modelo corporativista original para o universalista, o sistema brasileiro foi submetido a uma reforma profunda, efetivada pelas novas regras introduzidas pela Constituição de 1988. Estas alteraram substantivamente sua natureza, ao circunscrever os imperativos do atendimento integral, universal e ao estabelecer os recursos do tesouro como fonte de financiamento. A partir dos anos 90, tais características institucionais determinaram que os governos dos dois países, igualmente adeptos de agendas financeiramente restritivas, tivessem que adotar estratégias diferentes para viabilizar reformas de caráter liberal residual.

Palavras-Chave: Regime de Bem-Estar; Política Social Comparada; Sistema de Saúde no Brasil; Sistema de Saúde no México

⁷⁴ Versão anterior foi publicada nos anais do 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política. Alacip, Montevideú, 2017.

1. INTRODUÇÃO

Os Regimes de Bem-Estar brasileiro e mexicano começaram a ser efetivamente montados no contexto tardio de modernização industrial e administrativa do Estado. Em ambos os casos, as políticas sociais emergiram fortemente associadas ao mercado formal de trabalho. Apenas os empregados das categorias reconhecidas pelo Estado eram incluídos no sistema de proteção social. O perfil corporativista original de ambos Regimes contribuiu na edificação de um padrão de cidadania altamente excludente. No decorrer das décadas subsequentes houve um processo de extensão de direitos e clientelas assistidas pelas políticas públicas em ambos os casos, entretanto, as trajetórias históricas foram distintas e produziram contextos diferentes em meio aos quais se efetivaram recentemente as agendas de reformas restritivas de matriz neoliberal.

No caso brasileiro, a Constituição de 1988 consolidou direitos universais, com particular destaque para o caso da saúde, cujo escopo de atendimento foi alargado a toda a população e seu financiamento passou a ser garantido por recursos orçamentários. Em tal contexto as reformas restritivas desenvolvidas posteriormente se efetivaram na implementação de modificações pontuais baseadas na reinterpretação de princípios do sistema previamente montado. No caso mexicano, por sua vez, a despeito de uma evidente pressão universalizante, semelhante ao caso brasileiro, a política de saúde percorreu uma trajetória histórica diversa, que manteve o direito à saúde fortemente vinculado à inserção no mercado. Em tal contexto, as reformas restritivas se desenvolveram na própria conjuntura de alargamento da clientela, fazendo com que a inclusão se desse através de novas iniciativas afins ao modelo residual.

2-O REGIME DE BEM-ESTAR

A base teórica do presente trabalho relaciona uma vertente que prioriza as instituições com aquela que enfatiza o papel dos atores, para tanto busca-se produzir uma abordagem que associa a variante marxista dos recursos de poder (ESPING-ANDERSEN, 1990; 1991; 1995; 1999) com o neoinstitucionalismo histórico (IMMERGUT, 1996; PIERSON y SKOCPOL, 2008; SKOCPOL, 1985; SKOCPOL, 2005) e a teoria da regulação (BOYER, 1990; THÉRET, 1998; 2003).

Nas condições de uma sociedade dotada de instituições políticas modernas e condicionada pelas relações de trabalho assalariadas, as políticas sociais são instituídas como respostas às assimetrias e desigualdades produzidas, aprofundadas ou resignificadas pela operação da exploração capitalista. Em conjunto, tais políticas configuram um Regime de Bem-Estar que pode variar segundo critérios elencáveis, tais como, a forma de articulação entre Estado e mercado na provisão de bem-estar, escopo de cobertura e fontes de financiamento. Também variam segundo o tipo de estratificação que reforça ou supera (podendo ser baseada em renda, *status*, direito, ou derivada de outro parâmetro), grau de desmercadorização, que consiste no efeito que a política produz no empoderamento individual em relação à sua dependência quanto a inserção prévia ao mercado o que torna a sobrevivência e bem-estar mais ou menos conectados ao mercado de trabalho, e em relação à capacidade da política em superar e arranjos tradicionais de bem-estar, em geral, fortemente vinculados às estruturas familiar e comunitária. Ao final, o padrão e a amplitude dos efeitos gerados pelas políticas sociais atuam na conformação de diferentes tipos de cidadania, como se discutirá adiante.

Cada Regime de Bem-Estar é uma resultante histórica própria de dado espaço nacional, podendo tender a características residuais, corporativas ou universalistas. Ou seja, a provisão de bem-estar pode ser mediada prioritariamente pela renda, inserção no mercado ou direito, requer contribuição prévia ou não, pressupõe a inserção no mercado como consumidor e vendedor ou na sociedade como cidadão. A sorte de seu formato depende da maneira como operam os atores que interagem entre si e com as instituições que impõem potencialidades ou restrições a rotas de ação.

Os atores considerados são as classes capitalista e trabalhadora assalariada dos setores público e privado, ambas observadas segundo as organizações partidária e de interesse que falam em seu nome. Ao lado, encontra-se o governo que, em interação com o pessoal do Estado (grupo de políticos, burocratas e intelectuais) efetiva a ação estatal. O “ator eventual” é àqueles que ocupa papel de relevância em determinados temas específicos que compõem o Regime, seja no processo de produção da política ou de sua defesa.

As instituições são analisadas articuladas nos efeitos conformadores de “ambientes institucionais”, um político e outro econômico. Tais circundam os atores exercendo influência ao determinar o poder específico de cada qual, demarcando rotas de ação mais ou menos viáveis, ao criar um restrito leque de opções dentre as quais realizam suas escolhas para a ação e condicionam suas interações.

Como outros dois fatores fundamentais que afetam as possibilidades de ação que resultam em políticas públicas encontram-se a dependência de trajetória, que se liga a noção de custo de mudança, e o ambiente internacional com suas agências, interesses dominantes e flutuações econômicas.

Considera-se que o emprego da categoria Regime de Bem-Estar é apropriada para análise de sistemas de proteção social em países de desenvolvimento retardatário por evitar imprecisões tanto conceituais quanto normativas. Tais não são derivações de determinada etapa histórica ou uma fase particular na evolução do Estado, como a categoria *Estado de Bem-Estar Social* pode fazer crer. Ou seja, países dotados de sistemas de proteção social não configuram casos de Estados mais “evoluídos”, tão pouco é característica de um momento distinto de outros precedentes, como se o Estado Social configura um momento estanque, após ter sido absolutista, militarista ou, como no caso da América Latina, uma sucessão do Estado desenvolvimentista. Simultaneamente, ao se considerar que a definição do Estado deriva do fato de “ser de Bem-Estar” pode-se incorrer no erro de avaliar o *bem-estar* como sua essência ou dimensão prioritária, o que definitivamente não corresponde à realidade em nenhuma parte do mundo capitalista. A perspectiva do Estado de Bem-Estar parece reduzir as fronteiras explicativas e amplifica dúvidas acerca da caracterização de países com trajetórias distintas das economias desenvolvidas.

É justificável que exista uma vertente que rejeite a definição dos países latino americanos como casos de *Welfare*, visto ser difícil caracterizar nações com tamanhas dívidas sociais como Estados de Bem-Estar. Igualmente contraditório é conceber que nos regimes autoritários, caracterizados pelo cerceamento das liberdades civis e políticas, haja bem-estar em sentido pleno. Dessa maneira, ao se identificar o “mal-estar” vigente nos casos latino-americanos, alguns autores concluem em desconsiderar a articulação existente entre as políticas sociais e seus efeitos civilizatórios mesmo em economias retardatárias.

A categoria Regime de Bem-Estar não é tomada tal qual concebida por Esping-Andersen (1990; 1999), mas inspirada na definição deste. Ela permite compreender que existem diferentes conjuntos de políticas que se articulam em configurações singulares. Na comparação entre diferentes modalidades, a ideia de Regimes tal como se adotará baseia-se na compreensão da diversidade, não determina graus de desenvolvimento, nem difere em termos de classificação ou nível de efetividade. Cada qual constitui uma particularidade histórica que deve ser compreendido como tal e que pode estar confrontado a determinados dilemas que lhes são singulares.

Não obstante a busca pelo afastamento dos juízos de valor, a noção de Regimes de Bem-Estar não nega a reflexão sobre seus efeitos quando comparados casos distintos. Porém, tal não se fixa apenas em volumes de investimento ou abrangência de cobertura como é corriqueiro em certas análises comparativas. Ao se enfatizar os efeitos na estratificação social, nos níveis de desmercadorização e em relação à superação de arranjos tradicionais de bem-estar, destaca-se o aspecto de cidadania ensejada. Ou seja, diferentes Regimes podem ser edificados como parte do complexo social gerador da cidadania integral ou não. Cada arranjo de políticas sociais, associada a outros direitos constituídos no espaço nacional, tais como os civis e políticos, ensejam uma noção de cidadania que pode variar em cada caso analisado.

3-REGIME DE BEM-ESTAR NO BRASIL E NO MÉXICO

Os Regimes de Bem-Estar vigentes no Brasil e no México são originados no contexto do acelerado processo de industrialização, com a conseqüente urbanização e modernização do aparato administrativo do Estado. De forma que não difere dos casos europeus tradicionalmente analisados. Também como ocorrido nas economias centrais, os aparatos de proteção social se apresentaram como respostas ofertadas pelo Estado aos dilemas produzidos, ressignificados ou aprofundados pelo modo de produção capitalista.

Ambos formatos são bastante semelhantes em suas características elementares. Nos dois casos Estado, mercado e família se relacionam na provisão de bem-estar da seguinte maneira: sob orientação do Executivo Federal, o pessoal do Estado exerce papel dominante na elaboração e condução da agenda social, o acesso à política pública depende da incorporação prévia ao mercado formal de trabalho e o *locus* da política é a unidade familiar mononuclear e tradicional, centrada no pai provedor. A cobertura é limitada ao trabalho formal, no caso do Brasil, o indivíduo era incluído se antes pertencesse a uma categoria profissional devidamente reconhecidas pelo Estado. O financiamento é compartilhado pelos atores sociais com participação estatal, ou seja, é basicamente tripartite, dependendo de contribuição prévia de trabalhadores e capitalistas e de aporte de recursos do tesouro. O órgão provedor, que organiza a execução das políticas, particularmente centrada em aposentadorias e pensões, era o Instituto, progressivamente dominado por uma tecnoburocracia especializada.

A análise da natureza dos dois Regimes também realça suas aparências. Como dito anteriormente, a inclusão no mercado formal de trabalho é condição de acesso à políticas públicas, de forma que não ensejava redução na estratificação realizada pela operação do mercado capitalista, pelo contrário, a acentua e reforça. Ao analisar a experiência brasileira, Santos (1979) caracteriza tal estratificação como geradora de um padrão de cidadania regulada que também pode ser espelhada, pelo menos em seu conteúdo normativo, ao caso mexicano.

No período original de ambos, a previdência torna-se a política social por excelência o que logra realizar um padrão intermediário de desmercadorização, ou seja, os indivíduos, provedores familiares contemplados precisavam, antes de obter o benefício ou legá-lo a seus familiares, ocupar um posto no mercado e realizar contribuição prévia. Portanto, a segurança é voltada para aqueles que se encontravam excluídos temporária ou permanentemente do mercado formal de trabalho sempre condicionado ao fato de ter estado incluído por determinado lapso de tempo.

Também como afirmado, a proteção social é centrada na figura do pai provedor. Dessa maneira, os demais membros da família tornam-se mais dependentes da unidade familiar. Os arranjos tradicionais de seguridade, anteriores ao domínio da intervenção pública sobre a responsabilidade privada, são reforçados por este formato dotando tais Regimes de Bem-Estar de insignificante capacidade de desfamiliarização.

Tomando como referência a tipologia elaborada por Esping-Andersen (1990; 1991; 1999), os casos brasileiro e mexicano podem ser tomados como híbridos que possuem as características do modelo corporativista como dominantes, muito semelhantes com a experiência da Europa Mediterrânea.

Nas décadas subsequentes à sua montagem, ambos Regimes passaram por um semelhante processo de alargamento no escopo das clientelas beneficiadas e de diversificação das fontes de custeio para sustentar as políticas sociais. Os híbridos foram modificados pela pressão universalizante. Mas a despeito das semelhanças, as trajetórias político-históricas acabaram por reservar destinos diferentes para o grau e profundidade do processo que alargou as clientelas assistidas.

A dependência de trajetória opera em ambos os casos constringendo alternativas, mas enquanto o México viveu um processo incremental lento e gradual, e muitas vezes refém de reveses, operado nos marcos de um regime político-constitucional relativamente estável, caracterizado pela hegemonia de um único partido, o Brasil passou por mudanças relevantes em seu regime político, o que se fez acompanhar por substantivas alterações no texto constitucional. Neste segundo caso, mais instável, ocorreu um momento crítico que abriu uma janela de oportunidade para a introdução de novos parâmetros de direito no arcabouço legal com forte viés universalizante. Esta diferença se evidencia sobretudo na política de saúde como se verá adiante.

4-A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE SAÚDE NOS REGIMES DE BEM-ESTAR BRASILEIRO E MEXICANO

No período originário do Regime de Bem-Estar brasileiro, duas inovações institucionais no padrão assistencial existente até então podem ser destacadas, primeiramente as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) foram substituídas pelos Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAPs) ampliando o escopo de proteção social que passava da associação por local de trabalho para a categorias profissionais. Cabia aos institutos ofertar o amparo financeiro daqueles que eram excluídos temporária ou definitivamente do mercado de trabalho após prévia contribuição e de seus parentes mais próximos em caso de morte. Também era sua atribuição oferecer atendimento médico-hospitalar para os associados. A segunda mudança foi a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, responsável por intermediar as relações de trabalho e dirigir os temas relacionados à previdência e do Ministério da Educação e Saúde Pública que organizava a intervenção pública nas áreas homônimas.

Nesta etapa histórica do Regime Brasileiro, a saúde era objeto de intervenção tanto dos institutos, que a assegurava aos trabalhadores das categorias reconhecidas, quanto do Ministério da Educação e Saúde que dividia a responsabilidade por amparar os demais indivíduos e famílias que não se encontravam incorporados ao mercado formal de trabalho com as organizações filantrópicas. As Santas Casas, por exemplo, eram dirigidas pela Igreja Católica e mantidas financeiramente pelas contribuições da própria comunidade assistida. Em ambos os casos, a saúde era tomada em sentido restrito, focada na atenção curativa, enquanto no segundo a capacidade de intervenção, a dotação orçamentária do Ministério, bem como sua dependência da contribuição voluntária, evidenciavam a reduzida efetividade dos serviços de saúde para aqueles não filiados aos institutos.

Mais tarde, modificações foram ocorrendo na esfera institucional. Em 1953 a saúde passou a ter Ministério próprio e em 1966 os institutos foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que, mais tarde, se desdobrou no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Ao longo do Regime Militar (1964-85), houve extensão de promoção e prevenção em saúde para clientela até então excluídas do escopo de atuação dos institutos. A separação entre as dimensões da saúde básica e curativa também se deu, ao passo que se determinou o foco da intervenção pública à primeira enquanto a segunda dimensão vivenciou um largo processo de mercantilização. Até a instituição dos INPS, os IAPs possuíam rede de serviços próprios, porém, no novo cenário, a contratação de equipamentos privados passou a ser priorizada, o que fomentou a criação no País de um potente complexo médico-hospitalar privado que sugava progressivamente os recursos do sistema previdenciário e dos fundos públicos.

Ao longo de todo este período que vai da década de 1930 até a Constituição de 1988, o financiamento da saúde dependia dos recursos previdenciários, ou seja, por um fundo custeado pelas três partes, empregador, empregado e Estado, enquanto a cobertura permanecia eixada nos empregados formais, ainda que houvesse ampliação para segmentos não contributivos, isto se dava de maneira residual, ou seja, como provimento assistencial e ainda fortemente dependente da filantropia.

O Sistema Nacional de Saúde Mexicano já era previsto na Constituição de 1917 e começou a ser efetivado na década de 40 com a criação do Instituto Mexicano de Segurança Social (IMSS), voltado a atender os trabalhadores do setor privado. Na virada da década de 50 para a de 1960 foi criado o Instituto de Segurança Social e Serviços para Trabalhadores do Estado (ISSSTE), voltado aos servidores públicos e no curso do tempo algumas categorias foram contempladas com institutos próprios: petroleiros (PEMEX), Secretaria de Defesa (SEDENA) e Secretaria da Marinha (SEMAR).

Originalmente, o Regime de Bem-Estar Mexicano proporcionava atendimento em saúde aos trabalhadores das categorias reconhecidas através de adesão aos institutos. Tal como no caso brasileiro, a saúde era tomada em sentido restrito, focada na atenção curativa e com recursos financeiros oriundos de fundos públicos estringidos, complementados por ações caritativas, com efetividade limitada. Também convergindo com o modelo brasileiro original, era baseado em um padrão de relação Estado, mercado e família que previa a corresponsabilização no financiamento dos direitos, com cobertura restrita aos inseridos no mercado formal de trabalho, não alterando o padrão de estratificação produzida pelo mercado capitalista, operando incipiente desmercadorização e reforçando a unidade familiar como mediadora para a aquisição de benefícios.

O modelo previsto na Constituição de 1917 se desenvolve ao longo das décadas em dois sentidos. De um lado, o Sistema Nacional de Saúde, subdividido em seguros sociais, organizados e providos pelos institutos e os serviços destinados à população aberta, sob responsabilidade da Secretaria de Saúde e amparados pelos serviços estatais de saúde. De outro, o sistema privado, cujo acesso requer contratação.

Desde a origem, o sistema foi montado de maneira fragmentada e, tal como no caso brasileiro original, os institutos eram responsáveis pela maior parte da provisão tendo seu financiamento partilhado entre trabalhadores, empregadores e Estado, com incipiente apoio filantrópico. Conseqüentemente, a cobertura legou um apartamento das parcelas da população despossuídas de emprego formal.

Também como no Brasil, a estruturação do complexo médico-hospitalar privada deveu à prestação de serviços públicos, porém, neste caso, foi sendo construída em decorrência do desenvolvimento dos institutos.

Tal cenário se altera ao longo das décadas de 60, 70 e 80 quando passa a ocorrer progressiva extensão da cobertura. Os excluídos dos dois maiores institutos passaram a ser contemplados diretamente pelo Secretariado da Saúde (SSA), que produziu parâmetros para a instituição de novos arranjos voltados a segmentos até então não assegurados.

5-O REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO E A ALTERAÇÃO NO PERFIL DA POLÍTICA DE SAÚDE

A estagnação no crescimento e a corrosão inflacionária foram as marcas mais proeminentes do ambiente institucional econômico no contexto brasileiro da década de 80. O ambiente institucional político no contexto do governo José Sarney (1985-1990), marcado pela redemocratização era caracterizado por dificuldades que reduziam a capacidade do Executivo de negociação da sua agenda.

O contexto realça o peso político da classe trabalhadora que passava a dispor de organizações independentes tanto no plano sindical (com a criação da Central Única dos Trabalhadores) quanto no plano político através do Partido dos Trabalhadores. Ao mesmo tempo, no campo e na cidade, emergiam

diversificadas organizações populares eixadas em pautas de reivindicações específicas. Os capitalistas, por sua vez, mantiveram alto seu peso tanto no ambiente econômico quanto político e, embora suas organizações continuassem tendo dificuldade para se efetivarem como interlocutores de classe (DINIZ e BOSCHI, 1989), assumiram um papel político mais ativo na relação com o Executivo Federal, adaptando-se ao novo ambiente político. A coalizão entre os dois atores se evidenciou especialmente nas arenas decisórias da economia e na afinidade apresentada em boa parte dos temas debatidos na constituinte.

No que concerne ao seu peso no contexto das interações que se processavam com outros atores, percebe-se que o governo gozou de baixo nível de capacidade, haja vista que suas possibilidades de ação autônoma e autorreferenciada ficaram seriamente abaladas pela reduzida credibilidade do governo Sarney.

A despeito de suas preferências, o Executivo se deparava com dificuldades de assegurar para si o controle da agenda social que passou para o Legislativo, no âmbito da Assembleia Constituinte. Mesmo que muitos possuíssem estreita relação com o Palácio do Planalto, os parlamentares, se inclinaram à pressão da mobilização popular em muitos dos temas relacionados à política social.

O peso eleitoral diminuto do PT (DINIZ e BOSCHI, 1989b), exigia reforço na estratégia de coordenar aliança entre as novas organizações sindicais e as associações populares o que se dava em parte através da exigência de políticas públicas mais abrangentes, estendendo as pautas tradicionalmente identificadas com as categorias profissionais. Tais plataformas teriam seu lugar na arena da Assembleia Nacional Constituinte que convergiram no sentido de instituir a Seguridade Social. Os capitalistas, mesmo em oposição à elevação dos custos governamentais requeridos pela extensão de direitos sociais, não apresentaram forte resistência à agenda universal desde que pudesse contar com a manutenção do mercado fechado (DELGADO, 2001), de seu controle no interior da empresa e não houvessem redução na jornada de trabalho (DINIZ e BOSCHI, 1989).

O Regime de Bem-Estar sofreu consideráveis mudanças que resultaram da interação dessa composição de forças e preferências e que encontraram a Assembleia Constituinte como arena e forma acabada no texto constitucional. A lógica da Seguridade Social rompia com o perfil da cidadania regulada. O desenho do Regime de Bem-Estar Brasileiro tinha reforçado seus aspectos universalistas e a saúde foi a expressão mais avançada dessa mudança.

As principais alterações na política nacional de saúde foram em grande parte tributárias do “movimento sanitarista”. Composto por profissionais, técnicos e especialistas na área, tal grupo pode ser caracterizado como um ator eventual, ou seja, um ator fortemente mobilizado e cuja ação foi centrada exclusivamente para a formatação da nova política de saúde.

O Movimento Sanitário surgiu no Brasil na década de 70 nos Departamentos de Medicina Preventiva criticando o modelo vigente à época, focado na medicina curativa e mercantilizada. Na esfera acadêmica, o grupo bebia nas práticas da medicina tradicional e comunitária e dialogava com as perspectivas acadêmicas marxista e estruturalista. Ao mesmo tempo em que estabelecia uma teoria social da saúde, opunha-se à medicina preventivista liberal e a abordagem racionalizadora técnica (SCOREL, 2008).

Nos anos do governo Geisel, os sanitaristas começaram a integrar importantes postos na burocracia o que lhes proporcionou influência na condução da política de saúde. Mas foi com o reerguimento do movimento popular e sindical, na década de 80, que o grupo tornou-se referência na disputa pública sobre o modelo de saúde que deveria ser implantado no período da redemocratização. Sob sua influência foram introduzidas algumas das dicotomias que se cristalizaram nos debates que se desenvolveram em torno do tema e que encontra o apogeu nos debates da constituinte: público *versus* privado, equidade *versus* desigualdade, participação *versus* tecnocracia, descentralização *versus* centralização, democracia *versus* autoritarismo.

No âmbito dos embates sobre o tema, a Assembleia Constituinte buscou fazer convergir a pauta sanitarista daquela defendida pelos capitalistas do complexo médico-hospitalar privado, reforçados no período anterior. Ao final se desenhou um modelo dual, que adotava ao mesmo tempo a saúde como um conceito amplo, tornando-a um direito mais abrangente, tanto em termos de clientela, sendo estendida à toda a população, quanto ao escopo de serviços, mais abrangente que os médico-hospitalares. Mas por outro lado, fez sérias concessões aos prestadores privados. Conseqüentemente, determina a saúde como um direito de todos sendo garantida sua oferta através de recursos públicos pelos três níveis de governo prevendo descentralização e participação popular, mas por outro lado se tornou fortemente dependente da contratação de serviços privados.

Como outros tópicos da constituinte, a montagem do novo sistema de saúde ficou dependente de regulação posterior. Portanto, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi efetivamente montado sob orientação da

Carta Magna, porém, no contexto de crítica à dimensão de atuação do Estado e forte contenção orçamentária que caracterizaram a década seguinte.

6-OS INCREMENTOS AO REGIME DE BEM-ESTAR MEXICANO E A POLÍTICA DE SAÚDE

No curso de seu desenvolvimento, o sistema de saúde mexicano foi absorvendo ações pontuais adotadas no sentido de prover algum nível de amparo à população não segurada pelos institutos, parcela denominada “população aberta”. Porém o acesso aos serviços jamais alcançou todos os estratos sociais nem adquiriu o *status* de direito garantido por um sistema público e universal. Uma característica marcante é a fragmentação e a desigualdade de benefícios, além da existente no interior do grupo dos assegurados, também se desenvolveu uma diferenciação (ainda mais brutal) quando comparada à população não segurada.

De acordo com Saddi (2014) o contexto de alargamento do escopo da atenção à saúde no México também se deu, como no Brasil, em um contexto de crise. Neste caso, durante os governos de Echeverría e de Portillo (1970 a 1982), período no qual se verificou a dificuldade do Partido Republicano Institucional (PRI) manter a normalidade política e a estabilidade econômica. Este contexto também foi marcado por forte mobilização popular, desenvolvida às margens da estrutura sindical, historicamente ajustado ao PRI, e foi amplificada a pressão de capitalistas para que pudessem influir mais, ocupando inclusive postos de poder.

A despeito dos conflitos e instabilidade, quando se avalia seus impactos nas mudanças que vinham ocorrendo, quatro elementos distinguem a crise mexicana da brasileira: a primeira é o fato do governo jamais ter perdido a influência sobre a estrutura sindical, mantendo sua posição de mediador dos conflitos entre capitalistas e trabalhadores, ainda que se destaque o aumento do poder empresarial na cena política; a segunda diz respeito à preservação das regras que caracterizam o ambiente institucional político, que favoreceram a manutenção do PRI no poder; terceiro, o grupo crítico no setor saúde, não alçou a postos de influência no Estado como setor crítico às políticas tradicionais e não logrou selar aliança consequente com um movimento popular e sindical ativo; e, por fim, não houve a abertura de uma janela da oportunidade que criasse as condições para ocorrerem mudanças institucionais mais profundas.

Os Sanitaristas Mexicanos que dominaram os debates públicos eram ligados à Escola de Saúde Pública vinculada ao próprio PRI. Estes já se encontravam como fração do pessoal do Estado e parte do grupo dirigente da política social desde antes. Os trabalhadores, por sua vez, não apenas se mantiveram atrelados ao governo como buscaram impor resistência ao alargamento de direitos, processo visto como uma ameaça de fazer erodir a qualidade de seus próprios benefícios. Os capitalistas, por sua vez, se opuseram a ampliação de gastos que pudessem produzir aumento de taxaço e impostos.

Como resultante do contexto singular, a forma de extensão do direito a saúde foi substantivamente distinta do caso brasileiro. No México, de Echeverría em diante, se verifica a adoção de medidas pontuais, fortemente vinculadas ao padrão de inserção no mercado e nos níveis de renda e acríticas ao padrão curativo de atenção à saúde. Um ponto distintivo que percorre as iniciativas era o fato de serem baseadas na narrativa de solidariedade e de se apresentarem como fundamentada em um amplo pacto social. A universalização foi interpretada não como um direito de todos e institucionalizado administrativamente, como no caso brasileiro, mas como sendo a efetivação de ações do governo encabeçado pelo PRI voltadas aos segmentos marginalizados e restrita à cobertura de uma carteira básica de assistência médico-farmacêutica.

7-AS REFORMAS NA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL E NO MÉXICO

As reformas restritivas de perfil neoliberal que impactaram os Regimes de Bem-Estar nos dois países foram adotadas em contextos temporais distintos. No Brasil elas foram esboçadas já no Governo Collor, mas encontraram vulto apenas mais tarde, com Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), já no México, elas começaram a ser implementada anteriormente, ainda na década de 1980.

Nos anos 90, o governo Fernando Henrique Cardoso dispôs de alto nível de capacidade, ou seja, na maior parte do tempo, o Executivo foi eficaz em remover obstáculos para efetivar sua agenda. Ao longo dos dois mandatos objetivou adequar a agenda social aos imperativos da política econômica contencionista e da administração gerencial. Sua proposta foi apresentada no documento “Uma estratégia de desenvolvimento social” que afirmava sua subordinação à estabilização monetária. Entretanto, a despeito de seu elevado nível de capacidade, o Executivo confrontava-se com legislação e políticas herdadas e com a resistência

dos atores de veto, o que condicionava suas possíveis rotas de ação. A resultante da interação do governo com capitalistas e trabalhadores e destes e outros atores com um ambiente no qual vicejavam políticas já institucionalizadas, determinou a montagem de uma agenda social que se desenrolava em dois sentidos. Na dimensão das políticas pré-existentes foram realizadas revisões pontuais, que buscavam aproximá-las dos requisitos financeiro-administrativos, enquanto na dimensão das novas políticas, o Executivo desenvolveu estratégias que se encontravam plenamente adaptadas aos seus propósitos mais gerais. Enquanto na segunda estão as ações de enfrentamento à fome e a pobreza, é na primeira dimensão que se identifica as medidas adotadas na área da saúde.

O ator eventual que atuou defendendo os princípios do SUS não era mais apenas um grupo de profissionais e intelectuais da saúde, mas havia se alargado e se mesclado com o ativismo comunitário fortalecendo-se em decorrência do desenho do sistema que previa a organização popular para participar da elaboração e implementação das ações e serviços desde os municípios até a esfera federal.

Através da Norma Operacional Básica de 1996 (NOB-96) e da Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS de 2001) o governo delineou suas principais iniciativas. Para efetivar a agenda restritiva e buscar circular vetos possivelmente interpostos pelo ator eventual comprometido com o Sistema Único de Saúde, se apropriou dos próprios princípios do sistema resignificando-os. A proposta de descentralização e a prioridade à atenção básica tornaram-se artifícios de contenção de gastos e de segmentação, procurando transferir responsabilidades para estados e municípios sem necessária contrapartida financeira e tentar instituir a reserva do sistema público para os mais pobres, bem como estimular os demais segmentos sociais a consumirem no mercado produtos e serviços através de sua variante suplementar, que foi igualmente reforçada naquele período através de regulamentação e da criação da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Este propósito afetou informalmente o desenho do SUS enquanto sistema, porém não o alterou normativamente, preservando seu caráter universal e integral. A relação público-privada já prevista no desenho do Sistema Único permitiu avançar com propósitos privatizantes e o gerencialismo se efetivou na criação da figura Organizações Sociais.

Na dimensão assistencial, verifica-se que a municipalização tal como organizada nos anos 90 criou dificuldades para a efetivação da política, produzindo distorções e competitividade entre municípios.

As duas iniciativas mais relevantes relacionadas ao financiamento foram: primeira, a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), após sua implantação, sofreu a acusação do próprio Ministro da Saúde contra a área econômica do governo por ter alterado seu propósito original tornando-o mecanismo de equilíbrio orçamentário; a segunda foi Emenda Constitucional 29 (EC 29) que constituiu uma derrota do grupo insulado na área econômica, vinculou os recursos municipais e estaduais e estabeleceu regramento para a alocação federal. Sua efetivação, no entanto, foi retardada até a regulamentação muitos anos depois.

A partir da década de 1980 o alargamento do direito à saúde no México se deu ainda sob o controle do PRI e nos marcos de uma política fiscal restritiva e de uma agenda macroeconômica de perfil liberal. Consequentemente saídas estatizantes, comprometimento fiscal ou mesmo a ampliação de direitos não eram compatíveis com a orientação dos governos que se sucederam. Sendo assim, a expansão da cobertura se deu dentro dos marcos da fragmentação institucional, dos parâmetros da saúde curativa e segundo uma orientação residual e sem a presença de um ator eventual organicamente associado ao exclusivo problema da saúde, independente das forças políticas.

Na saúde, chegou a haver modificação Constitucional através da decisão de determinar a proteção à saúde como direito individual sob responsabilidade do Estado, entretanto, tal mudança, realizada já no contexto contencionista, não alterou o padrão de inclusão já adotada anteriormente. Ou seja, a ação pública permaneceu fortemente condicionada pela inserção no mercado, cada vez dando mais importância não à profissão, mas ao nível de renda.

Muito parecido com o Brasil, o ambiente institucional econômico mexicano é marcado no início dos anos 80 pela recessão, baixo crescimento econômico e aumento do empobrecimento. Já nesta época, durante o governo de De la Madrid opta-se pela adoção de medidas econômicas contencionistas típicas da agenda neoliberal. Carlos Salinas de Gortari assumiu a presidência em 1988 dando envergadura ao plano de abertura econômica iniciada pelo seu antecessor, promoveu renegociação da dívida externa e efetivou um programa de privatização e desregulamentações. O governo foi bem-sucedido na contenção inflacionária e obteve alguma recuperação econômica, entretanto acentuou a vulnerabilidade externa ao conduzir o País para a área de livre comércio com os Estados Unidos e Canadá (SILVA JUNIOR, 2005).

Alinhado às orientações disponibilizadas pelos organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial, Salinas optou por reforçar a narrativa que já vinha se desenvolvendo segundo a qual a provisão estatal se baseava no conceito de solidariedade social. Cujos pressupostos eram alinhados ao mesmo imperativo de contenção de gastos e enxugamento da máquina estatal. Para tanto, logo no início de seu mandato, lançou o Programa Nacional de Solidariedade (PRONASOL), cuja característica básica era prover ações públicas voltadas aos indivíduos e comunidades socialmente mais vulneráveis baseadas na participação voluntária. As principais iniciativas adotadas no sentido de alargar a clientela do sistema de saúde pública eram subordinadas às diretrizes do PRONASOL que possuía ramificações na área, a exemplo do Hospital Digno (SADDI, 2014).

Como dito, desde a década de 1970, o Estado desenvolveu uma tendência de focar sua ação apenas nos setores sociais empobrecidos, conseqüentemente, a provisão de saúde pelo Estado era condicionada ao nível de renda individual. Apenas o pobre teria direito ao amparo estatal gratuito. Este padrão permaneceu dominante nas décadas subsequentes e foi sendo reforçado em cada governo sob orientação neoliberal.

Mais recentemente foram implantados o OPORTUNIDADES, mais abrangente que a política setorial de saúde, mas que possui um componente desta área, além do Seguro Popular. Este segundo se encontra em vigor atualmente e tornou-se a estratégia dominante de atendimento à população aberta. Se encontra sob tutela da Secretaria de Saúde, é baseado no conceito de universalidade restrita a um catálogo de serviços previamente determinados, sendo financiado por recursos orçamentários e familiares. Os assistidos devem pagar pela adesão segundo suas possibilidades, apenas aqueles comprovadamente pobres são isentos (TRILLOS, 2012).

Portanto, também as iniciativas mais recentes permaneceram voltados à população não contemplada pelos seguros e desprovida de condições financeiras para adquirir os serviços no sistema privado o que as caracteriza como alternativas eminentemente residuais que seguem os parâmetros pregressos, de complemento ao modelo corporativista dominante.

8. CONCLUSÃO

Os Regimes de Bem-Estar brasileiro e mexicano assemelham-se em sua origem e se aproximam do modelo corporativista. Como o Regime tem relativa capacidade de desmercadorização e não se interpõe aos efeitos estratificadores da operação do mercado capitalista, acaba-se por encontrar dificuldades para reverter as condições geradoras de pobreza e exclusão. Conseqüentemente, ao longo de sua história, o exercício de direitos sociais permaneceu muito dependente das flutuações econômicas e as condições de subemprego ou desemprego fortaleceram a pressão pelo alargamento das clientelas para além de sua condição laboriosa.

Na área da saúde, as políticas seguiram o padrão dominante corporativista, porém também contavam com aspectos de caráter residual, visto que além da prestação via adesão aos institutos, havia também, nas extremidades, prestação filantrópica e caritativa para os indivíduos de baixa renda, excluídos do mercado formal, e da contratação de seguros privados para segmentos mais aquinhoados.

A despeito das semelhanças na origem, cada qual evoluiu de uma maneira distinta. No Brasil, favorecidas pela presença do Movimento Sanitarista, crítico e conectado ao movimento popular e sindical combativos e a mudança constitucional ocorrida em um contexto de intensa mobilização social, ocorreram alterações substantivas no modelo de saúde em favor de um sistema autenticamente universal, ainda que preservasse a dependência da prestação de serviços privados. No caso mexicano, a despeito da ocorrência de sucessivas crises políticas e econômicas e suas repercussões sociais, a relativa estabilidade institucional e a dominância da opção das organizações da classe trabalhadora em manterem-se fieis ao PRI, favoreceram um processo de alargamento da clientela assistida através de modificações incrementais que não alteraram substancialmente as bases de suas características originais e produziu uma transição que deslocou a política de saúde da dominância do modelo corporativista na direção do modelo residual.

Quando ambos os países vivenciaram a experiência neoliberal recente, as estratégias efetivadas para modificar os sistemas de saúde precisaram ser substancialmente diversas. Enquanto no Brasil, o governo FHC teve de reinterpretar princípios do próprio sistema a fim de buscar contornar vetos que restringiram sua ação e que lhe fez inclusive caminhar em contradição aos requisitos restritistas da equipe econômica ortodoxa ao regulamentar o financiamento do SUS, no México a incorporação de novas clientelas se deu com a implementação de modalidades de políticas essencialmente focadas nos segmentos de baixa renda, amplificando as características periféricas residuais do Regime Mexicano.

REFERÊNCIAS

- [1] BOYER, Robert. *A Teoria da Regulação – uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- [2] COHN, A. 2005. Para além da justiça distributiva. Observatório da Cidadania. *Relatório 2005, Rio de Janeiro, vol. 9, 49-55*, 2005.
- [3] DELGADO, Ignácio. *Previdência social e mercado no Brasil*. São Paulo: LTR, 2001.
- [4] DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato. Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil. In.: CAMARGO, A. e DINIZ, E (orgs). *Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vertice, 1989.
- [5] DRAIBE, Sônia Miriam. A reforma dos programas sociais brasileiros: panoramas e trajetórias. *XXIV Encontro anual da ANPOCS*. Caxambu, 2000.
- [6] DURIGUETO, Maria Lúcia (2003). Democracia: polêmicas, confrontos e direcionamentos. *Tese de Doutorado*, 2003
- [7] ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, 1991.
- [8] ESPING-ANDERSEN, G. *The three worlds of welfare capitalism*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- [9] ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. *Lua Nova*, São Paulo, n. 35, p. 73-110, 1995.
- [10] ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Social Foundations of Post-Industrial Economies*. Oxford: Oxford University, 1999.
- [11] IMMERGUT, Ellen M.. As regras do jogo: a lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 30, p. 139-165, fev. 1996.
- [12] PIERSON, Paul y SKOCPOL, Theda. El Estruturalismo Histórico em la Ciência Política Contemporánea. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. Montevideo, v. 17, n. 01, 2008.
- [13] SADDI, Fabiana da Cunha. Política e Saúde no Brasil e no México: em tempos de dupla transição política. Curitiba: Appris, 2014.
- [14] SILVA JUNIOR, Ary Ramos da. Neoliberalism in Mexico: the government Carlos Salinas de Gotari (1988-1994). *Economia e Pesquisa*, v. 7, n. 7, março. Araçatuba, 2005.
- [15] SKOCPOL, Theda. Bringing the State back in: Strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter; RUESCHMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. *Bringing the State back in*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- [16] SKOCPOL, Theda. *Protecting Soldiers and Mothers*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1995.
- [17] THÉRET, Bruno. A Teoria da Regulação e as transformações contemporâneas do sistema internacional dos Estado e da economia mundial. In: THÉRET, Bruno e BRAGA, José Carlos de Souza (org.). *Regulação econômica e globalização*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- [18] THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*. São Paulo, n. 58, p. 225-255, 2003.
- [19] TRILLO, Fausto H. Seguridad Social Universal – retos para su implementación em México. Mexico, D.F. Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2012.

Autores

ALBA SIMON

Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo Sustentável da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Pós-Doutoranda no PPGSD-UFF

ANA MARIA MOTTA RIBEIRO

Professora Associada do Departamento de Sociologia e do PPGSD-UFF

ARLENE RENK

Doutora e Mestre em Antropologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora titular da Unochapecó. Docente Permanente Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais. E-mail: renk@unochapeco.edu.br

BRUNO ALEXANDRE DA SILVEIRA

Tecnólogo em Agroecologia - UFPR, Litoral

CAROLINA WEILER THIBES

Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD-UFF

CLOVIS DORIGON

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRJ. Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

CRISTIANA VIANNA VERAS

Professora de Prática Jurídica do Departamento de Direito Aplicado da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Droits de L'Homme et Libertés Publiques - Paris X/Nanterre (2003/2004). Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF (2012/2015). Membro efetivo da Comissão de Mediação da OAB-RJ e advogada inscrita na OAB-RJ desde 1997. Professora Visitante da Flinders University, Adelaide/Austrália (2018/2019).

CRISTIANE ROCHA SILVA

Atua no Curso de Tecnologia em Agroecologia - UFPR, Litoral. Graduada em Administração (UFV) e Mestre em Gestão e Dinâmica de Cadeias Produtivas (UFLA)

GABRIELA SCHENATTO BICA

Graduada em Zootecnia (UFSC), Mestre em Agroecossistemas (UFSC) e Doutora em Agroecossistemas (UFSC). Docente da Câmara de Agroecologia da UFPR Setor Litoral desde 2006.

IRME SALETE BONAMIGO

Doutora e mestre em psicologia social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

JOAQUIM LEONEL DE REZENDE ALVIM

Professor Titular da Faculdade de Direito e do PPGSD-UFF

JULIANA LIMONGI VITA SANTOS

Bacharel em Direito pela UFF

LEONARDO ALEJANDRO GOMIDE ALCÂNTARA

Doutor pelo PPGSD-UFF

MARCELINO CONTI DE SOUZA

Diretor da Unidade Avançada José Veríssimo da UFF e doutorando do PPGSD-UFF

MARIA ANTONIÊTA ALBUQUERQUE DE SOUZA

Doutora em Sociologia (UFPE), docente da Universidade de Pernambuco. UPE. Integra o Programa de Pós-graduação Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares - PPGFPPI (UPE). Concentra atividades nas áreas: Sociologia da saúde, micro processos sociais e mudança social, com foco nos temas: diversidade e inclusão social, identidades e divisões sociais (idade e gênero), políticas de saúde para o homem e idoso (a), e medicalização social.

MARIA IZABEL MACHADO

Professora doutora na Faculdade de Educação - Universidade Federal de Goiás, pesquisadora nas áreas de gênero, trabalho, economia solidária, educação e cuidado. Doutorado e mestrado em sociologia pela Universidade Federal do Paraná, com bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela mesma instituição.

MARIANA PANTA

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília (2018), com Estágio de Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (CES-UC). Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (2013); Licenciada em Sociologia pela Universidade Paulista (2019); e Graduada em Educação Física pela UEL (2010). Pesquisadora do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO-UEL).

MARLENE LEANDRO DOS SANTOS PEIXOTO

Enfermeira Especialista em Saúde da Família (UFPel). Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, Petrolina-PE

NATÁLIA ARAÚJO DE OLIVEIRA

Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2008), mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017), com período sanduíche na University of California, San Diego.

NIKOLAS GUSTAVO PALLISSER SILVA

Mestre em sociologia pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar), durante o mestrado foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq (2017-2019). Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual de Londrina e desde 2012 integra o Laboratório de Estudos e Cultura Afro-Brasileiros (LEAFRO).

OLEG ABRAMOV

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil (2016). Professor de História da Escola Municipal Professor Oscar Schmidt, Brasil

RENÉ G. CORDEIRO SILVA JUNIOR

Professor da UNIVASF. Universidade do Vale do São Francisco. Colaborador no Programa de Mestrado em Ciências da Saúde da UNIVASF

ROBERTO FRAGALE FILHO

Professor Titular de Sociologia Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, onde integra o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito e coordena o Núcleo de Pesquisa sobre Práticas e Instituições Jurídicas. É doutor em Ciência Política pela Université de Montpellier I e foi professor visitante na University OF Illinois at Urbana-Champaign (2006), na Université Paul Valéry – Montpellier III (2009 e 2010), no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (bolsa de um mês no CES, 2011), na Université de Nantes (2016) e na Université de Paris X – Nanterre (2017), assim como Residente do Institut D Études Avancées de nantes (2012-2013).

RODOLFO BEZERRA DE MENEZES LOBATO DA COSTA

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD-UFF

ROGÉRIO GERALDO ROCCO

Doutor pelo PPGSD-UFF

TARCÍSIO FAGNER ALEIXO FARIAS

Professor de sociologia EBTT - IFAL campus Batalha. Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Mestre em Filosofia (UFPB). Especialista em docência em educação profissional (IFAL)

WAGNER DE OLIVEIRA RODRIGUES

Professor Assistente do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD-UFF

WILSON MADEIRA FILHO

Professor Titular da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF)

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7042-093-0



9 788570 420930